

DESIGUALDADES

DE GÉNERO

FAMÍLIA, EDUCAÇÃO
E TRABALHO

Manuel Carlos Silva

DESIGUALDADES DE GÊNERO

Família, Educação
e Trabalho

MANUEL CARLOS SILVA

hnmus

*Às minhas irmãs
Ana e Gracinda
e a todas as mulheres
de combate*

*À memória
da minha mãe*

DESIGUALDADES DE GÉNERO

Família, Educação e Trabalho

Autor: Manuel Carlos Silva

Capa: António Pedro

© EDIÇÕES HÚMUS, 2016

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2016

Depósito legal: 353109/16

ISBN 978-989-755-236-6

Debater o Social - 43

Projeto PTDC/SDE/72257/2006 da FCT

ÍNDICE

Índice de Figuras	7
Índice de Quadros	11
<i>Lista de Siglas</i>	13
Introdução, problema e estratégia de pesquisa	15
1. <i>Introdução: o problema</i>	15
2. <i>Desigualdades de género em Portugal: alguns dados mais</i>	18
3. <i>Do problema à hipótese de trabalho e estratégia de pesquisa</i>	24
CAPÍTULO I	31
Desigualdades de género: enquadramento teórico	31
1. <i>Introdução: o problema</i>	32
2. <i>Algumas perspetivas teóricas</i>	34
3. <i>Poderes e representações sobre a sexualidade: breve retrospectiva histórica</i>	44
4. <i>Género e classe: por uma articulação conceptual pluridimensional</i>	52
CAPÍTULO II	59
Casas, famílias e educação: um retrato sociodemográfico	59
1. <i>Breve introdução e enquadramento</i>	59
2. <i>Famílias: caracterização sócio-demográfica</i>	63
3. <i>Famílias: rendimentos e auto(re)classificações</i>	70
4. <i>Educação, percursos intergeracionais e desigualdades de género</i>	76
CAPÍTULO III	91
Casamento e poder doméstico: paixão e interesse	91
1. <i>Introdução</i>	91
2. <i>Casamento: motivações e recursos</i>	94
3. <i>Poder de decisão doméstico e dinâmica comunicativa do casal</i>	109

CAPÍTULO IV	123
Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas	123
1. <i>Introdução, problematização e conceptualização</i>	123
2. <i>Representações sociais: breve enquadramento sociológico</i>	126
3. <i>Desigualdade na divisão sexual de tarefas domésticas: entre o ideal e as práticas</i>	130
4. <i>Os cuidados com os filhos: entre a 'função expressiva' e as expressões assimétricas</i>	150
CAPÍTULO V	163
Trabalho, profissões e género: alguma mobilidade em contexto de reprodução social	163
1. <i>O trabalho, reprodução e mobilidade social: conceções em confronto</i>	163
2. <i>Trabalho e profissões</i>	170
3. <i>Das profissões passadas dos pais às profissões atuais dos inquiridos/as e dos filhos</i>	178
CAPÍTULO VI	199
Trabalhadores/as: percursos, condições laborais e representações	199
1. <i>Do trabalho doméstico ao trabalho extradoméstico: atitudes e condições</i>	199
2. <i>Percursos e condições de trabalho</i>	205
3. <i>Contextos e atividades laborais: representações e sentimentos de discriminação</i>	221
CAPÍTULO VII	231
Género e estilos de vida	231
1. <i>Quotidiano, estilos de vida e classes: breve revisitação teórica</i>	231
2. <i>Dos estilos de vida a uma conceção multidimensional de classe e género</i>	241
3. <i>Estilos de vida: alguns resultados da pesquisa</i>	245
Algumas conclusões e recomendações	253
<i>Bibliografia</i>	259

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Composição dos agregados familiares, por sexo (%)	64
Figura 2: Sexo do (ex-)cônjuge por sexo dos inquiridos (%)	65
Figura 3. Estado civil dos pais dos inquiridos/as (%)	68
Figura 4. Estado civil das mães dos inquiridos/as (%)	69
Figura 5. Natureza sociojurídica da casa de residência (%)	70
Figura 6. Principal fonte de rendimento, por sexo (%)	71
Figura 7. (Auto)classificação social da família, por sexo dos inquiridos/as, ao nascer/na infância (%)	73
Figura 8. (Auto)classificação social da família, por sexo dos inquiridos/as, ao casar (%)	75
Figura 9. (Auto)classificação social da família, por sexo dos inquiridos/as, em 2011 (%)	76
Figura 10. Escolaridade por sexo (%)	79
Figura 11. Escolaridade por escalões etários: homens (%)	80
Figura 12. Escolaridade por escalões etários: mulheres (%)	81
Figura 13. Escolaridade dos pais (homens) dos inquiridos/as (%)	83
Figura 14. Escolaridade das mães dos inquiridos/as (%)	84
Figura 15. Escolaridade do próprio vs. a do pai e da mãe: homens (%)	85
Figura 16. Escolaridade da própria vs. a do pai e da mãe: mulheres (%)	86
Figura 17. Escolaridade do (ex-)cônjuge por sexo dos inquiridos/as (%)	87
Figura 18. Entrada na conjugalidade, por sexo (%)	95
Figura 20. Primeira motivação para o casamento, por sexo (%)	98
Figura 21. Importância do casamento, por sexo (%)	102
Figura 22. Média da importância atribuída a dimensões no casamento, por sexo	103
Figura 23. Regime de bens do casamento, por grupo profissional (%)	105
Figura 24. Valor dos bens do cônjuge antes de casar, por sexo (%)	107
Figura 25. Bens do cônjuge atualmente, por sexo do inquirido	108
Figura 26. Tomada de decisões, por sexo, sobre determinadas matérias (%)	109
Figura 27. Organização do dinheiro em casa (%)	111
Figura 28. Tipo de relação com o cônjuge, por sexo (%)	112
Figura 29. Aspetos de vida alterados com a entrada na conjugalidade, por sexo:	114
Figura 30. Aspetos de vida alterados após o nascimento de filhos (%)	116
Figura 31. Forma de comunicação entre membros do casal, por sexo (%)	118
Figura 32. Tomada de iniciativa de atividades, por sexo (%)	119
Figura 33. Forma ideal de divisão do trabalho doméstico, por sexo (%)	131
Figura 34. Forma ideal da divisão do trabalho doméstico, por profissão (%)	132
Figura 35. Forma ideal da divisão do trabalho doméstico, por nível de escolaridade (%)	133

Figura 36. Grau de participação na divisão do trabalho doméstico no casamento, por sexo (%)	135
Figura 37. Forma de divisão do trabalho doméstico por profissão e por sexo (%)	138
Figura 39. Média de horas semanais despendidas em atividade – o próprio, por sexo (%)	141
Figura 40. Média de horas semanais despendidas em casais com filhos e sem filhos, por sexo (%)	143
Figura 41. Execução de tarefas entre membros do casal (%)	146
Figura 42: Situações antes da maternidade/paternidade, por sexo (%)	150
Figura 43. Três principais razões para a importância dos filhos (%)	151
Figura 44. Primeira razão para a importância dos filhos, por sexo (%)	152
Figura 45. Forma ideal de divisão de cuidados dos filhos, por sexo (%)	154
Figura 46. Forma ideal de divisão de cuidados com os filhos por profissão e sexo (%)	156
Figura 47. Forma ideal de divisão de cuidados com os filhos por escalões etários e por sexo (%)	158
Figura 48. Distribuição dos cuidados quotidianos dos filhos pelo pai ou pela mãe (%)	159
Figura 49. Distribuição dos cuidados quotidianos dos filhos pelo cônjuge (%)	160
Figura 50. Significado do trabalho por sexo (%)	171
Figura 51. Exercício de atividade profissional, por sexo (%)	172
Figura 52. Grupos profissionais por sexo (%)	174
Figura 53. Profissões por escalões etários: homens (%)	176
Figura 54. Profissões por escalões etários: mulheres (%)	177
Figura 55. Profissões atuais dos pais-homens (%)	179
Figura 56. Profissões passadas dos pais-homens dos inquiridos (%)	180
Figura 57. Profissões atuais das mães (%)	181
Figura 58. Profissões passadas das mães dos inquiridos (%)	182
Figura 59. Profissão atual dos homens face à profissão atual e passada dos pais (%)	183
Figura 60. Profissão atual das mulheres face à profissão atual e passada dos pais (%)	185
Figura 61. Profissão passada – (ex-)cônjuge, por sexo do inquirido (%)	187
Figura 62. Profissão atual do (ex)cônjuge, por sexo do inquirido (%)	188
Figura 63. Profissões atuais por escalões etários do (ex-)cônjuge (mulher) (%)	190
Figura 64. Profissões atuais por escalões etários do (ex-)cônjuge (homem) (%)	189
Figura 65. Profissão do próprio (homem) e profissão atual do (ex-)cônjuge (%)	190
Figura 66. Profissão da própria (mulher) e profissão atual do (ex-)cônjuge (%)	193
Figura 67. Atitude face ao trabalho profissional, por sexo (%)	198
Figura 68. Atitude face ao trabalho profissional por profissão e por sexo (%)	199
Figura 69. Atitude face ao trabalho profissional por escalões etários e sexo (%)	201
Figura 70: Avaliação da conciliação trabalho/família, por sexo (%)	202
Figura 71. Ajudas materiais e financeiras recebidas no casamento por sexo (%)	203
Figura 72. Quem concedeu ajudas no casamento (%)	204
Figura 73. Em que momento da vida tiveram ajuda de familiares (%)	204
Figura 74. Condição perante o trabalho, por sexo	207

Figura 75. Horas diárias de atividade profissional, por sexo	208
Figura 76. Situação na profissão, por sexo (%)	209
Figura 77. Tipo de organização em que trabalha, por sexo (%)	210
Figura 78. Obtenção do emprego atual, por sexo (%)	211
Figura 79. Vínculo laboral, por sexo (%)	212
Figura 80. Regime de horário e de trabalho, por sexo	213
Figura 81. Tipo de atividade complementar remunerada, por sexo	214
Figura 82. Função de supervisão, por sexo (%)	215
Figura 83. Número médio de pessoas supervisionadas, por sexo dos supervisores	215
Figura 84. Conhecimento da alteração da Lei n.º 7/2009, por sexo	217
Figura 85. Gozo de flexibilidade horária para cuidado dos filhos, por sexo (%)	218
Figura 86. Salário líquido do próprio, por sexo (%)	219
Figura 87. Salário mensal líquido do cônjuge (%)	221
Figura 88. Requisitos da atividade profissional, por sexo (%)	221
Figura 89. Representações face ao trabalho, por sexo (média)	224
Figura 90. Critérios de atribuição do salário, por sexo (%)	225
Figura 91. Sentimento de discriminação salarial, por sexo (%)	226
Figura 92. Sentimento de prejuízo face a promoção, por sexo (%)	226
Figura 93. Realização na profissão atual/última, por sexo (%)	227
Figura 94. Aspiração profissional não realizada, por sexo (%)	228
Figura 95. Expectativas profissionais para o futuro, por sexo (%)	229
Figura 96. Aspetos de maior realização na vida segundo as mulheres (%)	246
Figura 97. Aspetos de maior realização na vida segundo os homens (%)	247
Figura 98. Momentos que marcaram pela positiva, por sexo	248
Figura 99. Momentos que marcaram pela negativa, por sexo (%)	249
Figura 100. Pessoa com quem teve a primeira relação, por sexo (%)	251

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Escalões etários dos homens vs. escalões do (ex)cônjuge:	66
Quadro 2. Escalões etários das mulheres vs. escalões do (ex)cônjuge	67
Quadro 3. Estado civil dos filhos dos inquiridos (%)	69
Quadro 4. Autoclassificação dos inquiridos/as: quando nasceram, se casaram/uniram e em 2011	72
Quadro 5. Escolaridade dos filhos dos inquiridos/as por anos de escolaridade	88
Quadro 6. Primeira motivação para o casamento, por profissão e sexo	100
Quadro 7. Média de horas semanais despendidas pelo próprio, por situação profissional e por sexo	145
Quadro 8. Profissões por escalões etários (%)	175
Quadro 9. Filhos dos casais inquiridos: profissão atual (%)	194
Quadro 10. Motivos das faltas ao trabalho, por sexo	216
Quadro 11. Características para a nomeação do/a chefe, por sexo	223

LISTA DE SIGLAS

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP – Centro Democrático Social - Partido Popular

CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais

CIDM – Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres

eg. – *exempli gratia* (= por exemplo)

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FLACSO – Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais

IDG – Inquérito sobre Desigualdades do Género

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa - Instituto
Universitário de Lisboa

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUDJ – Movimento de Unidade Democrática Juvenil

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista

NUTS – Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional

PCP – Partido Comunista Português

PSD – Partido Social Democrata

STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

UM – Universidade do Minho

UNL – Universidade Nova de Lisboa

vg. – *verbi gratia* (= por exemplo)

vs. – *versus* (= face a)

INTRODUÇÃO, PROBLEMA E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

1. Introdução: o problema

A desigualdade de género é um fenómeno mundial e manifesta-se no trabalho e na educação, na saúde ou nas políticas sociais, na divisão do trabalho e nas relações institucionais e de poder. Salvo na agricultura e nalguns sectores formais e informais de serviços ligados à tarefa de cuidar, entendida não raro como prolongamento da função doméstica, há uma considerável disparidade de género no acesso e nas oportunidades de emprego, na remuneração salarial e demais condições socioeconómicas (cf. González e Esparcia, 1992: 199 ss) e, por fim, mas não menos importante, nos cargos e postos de poder a nível local-regional, nacional e internacional.

Em Portugal, o movimento feminista, embora tenha antecedentes, designadamente desde a I República e na parte final do Estado Novo, foi sobretudo após o 25 de Abril de 1974 que ele se afirmou. Entre outras brechas abertas pelo Movimento das Forças Armadas que, no dia 25 de Abril, com o apoio popular, derrubou o regime ditatorial, são de sublinhar as bases da democracia e da construção de um Estado de Direito, como a implementação de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e das cidadãs. Entre as diversas conquistas políticas, sociais e económicas, para as quais foram decisivos os diversos movimentos sociais, designadamente os sindicais, contam-se os direitos jurídico-políticos das mulheres perante a lei, tendo por orientação a paridade de tratamento jurídico. Se a paridade de género, em termos jurídicos, é crucial, sobretudo em contextos e padrões tradicionais, ela não basta, na medida em que a representação jurídica do privado se encontra

tradicionalmente associada ao parentesco consanguíneo e ao casamento. Esse modelo normativo de família coaduna-se com uma forma de pensar o direito e tem sido objeto de críticas das ciências sociais em geral e das teorias feministas, em particular, porquanto, por um lado, descaracteriza e exclui a heterogeneidade das relações de intimidade afectiva, tornando invisíveis as questões de género; por outro, viola o direito à autodeterminação na formação dos laços familiares, reduz a complexidade e mutação dos tipos de famílias num contexto mundializado e acaba por impor uma certa concepção uniforme do direito à pluralidade normativa dos espaços domésticos.

Com efeito, não obstante o relativo avanço, em termos legais e políticos, na defesa dos princípios igualitários entre homens e mulheres, diversos estudos (inter)nacionais atestam que persistem fronteiras e desigualdades sexuais ou de género¹ em contextos domésticos e laborais, nos valores e nos quadros institucionais. Elas subsistem em vários sectores e dimensões da vida social: na família e no trabalho extradoméstico, na composição da estrutura de emprego e nas oportunidades no acesso, promoção e progresso nas carreiras, nas taxas de liderança e na ocupação de funções diretivas. Como compreender a persistência deste fenómeno e quais os níveis de análise e fatores que permitem explicar as diversas, ainda que mutáveis, formas de desigualdade de género?

Um indicador da desigualdade de poder na família é expresso pelo número de ocorrências de violência doméstica registadas pelas diversas forças de segurança (20 595 em 2006), das quais cerca de 85% são de violência conjugal (INE, 2009a), afetando sobretudo mulheres e crianças, um problema analisado por Isabel Dias (1998) e Almeida, André e H. Almeida (1999). Se há diversas formas e casos de violência, incluindo a verbal e psicológica exercida por mulheres sobre homens, designadamente em torno do divórcio e sobretudo da regulação das responsabilidades parentais, tais formas sobretudo físicas são, com bastante maior frequência praticadas por homens sobre mulheres, de que os casos mais extremos são violências físicas marcantes e homicídios. Estas situações têm levado certos autores a tipificar a incapacidade do homem em aceitar as separações ou divórcios como expressão da 'crise de masculinidade' ou mesmo de 'guerra de sexos' (cf. Mac an Ghail e Haywood, 2007: 19, 62 ss), novas expressões estas de senso comum que mais se encaixam na

¹ Ao longo do trabalho serão assinaladas as obras que comprovam as desigualdades de género em vários sectores, dimensões e aspetos. Relativamente à pertinência ou justeza da utilização da expressão *desigualdades sexuais* ou *de género*, remeto para a discussão sobre o binómio sexo e/ou género na nota 1 do primeiro capítulo.

perda relativa do tradicional poder do homem como provedor da casa e/ou secundarização da própria autoridade masculina e suas representações simbólicas e rituais, nomeadamente em termos de virilidade e honra.

Na família, a nível geral, a desigualdade na repartição das responsabilidades familiares e domésticas traduz-se numa diferença de três ou mais horas que as mulheres despendem mais por dia, em relação aos homens, em trabalho doméstico e cuidados familiares. Em relação a Portugal, Ferreira (1999) e Wall e Lobo (1999) referem que, apesar de as mulheres apresentarem taxas elevadas de inserção no mercado de trabalho, os homens portugueses estão, no quadro europeu, entre os que menos contribuem nas tarefas domésticas. De resto, as profissões em que os seus portadores já evidenciam alguma alteração de padrões na repartição menos desigual das tarefas domésticas são as técnico-científicas.

No que concerne a educação e a formação, apesar de a participação de jovens de ambos os sexos ser semelhante em todos os graus de ensino e mesmo, no ensino superior, ser mais elevada (onde, por exemplo, em 2004, as jovens constituíam a maioria, com 55,9% dos diplomados), estudos mostram que os postos de relevo e de topo nas empresas, organizações e instituições continuam, na grande maioria, a ser ocupados por homens. Por outro lado, apesar do facto de as portuguesas apresentarem uma das mais elevadas taxas de atividade da União Europeia (68,1% para as mulheres entre os 15 e os 64 anos, em 2005), continua, em contrapartida, a existir uma forte segregação horizontal e vertical no mercado de trabalho, com repercussões na diferenciação salarial, que se tem situado entre os 27% e 17% em prejuízo das mulheres (cf. M. Silva, 1983; Ferreira, 1993 e 2010; Marques, Silva e Veiga, 2006; Wall e Amâncio 2007, Aboim 2010). Tendo em conta a necessidade de comparar a situação portuguesa com outros países, nomeadamente no espaço europeu, importa ter presente as diretrizes internacionais e nacionais, eventuais avanços na legislação² e saber até que ponto são tomadas medidas no sentido de diminuir as desigualdades de género no campo laboral.

2 Elna Guimarães (1986: 557 ss) e, posteriormente, Karin Wall (2010: 68 ss) e Maria do Céu C. Rego (2010: 59 ss) traçam um panorama das alterações na legislação portuguesa após o 25 de Abril de 1974, por comparação com as inúmeras assimetrias e discriminações sob o 'Estado Novo', nomeadamente na esfera jurídica e correlativas restrições de direitos económicos, sociais e políticos, assim como, por comparação e eventual conformidade da legislação pós-25 de Abril, com as diretrizes na União Europeia, a ratificação de acordos internacionais e sobretudo o respeito pelos princípios de igualdade e não discriminação na própria Constituição da República Portuguesa de 1976 (cf. o respectivo artigo 13.º) e Lei da Paridade (Lei 3/2006) que exige a quota de 33% de mulheres candidatas nas respectivas listas eleitorais. E, quanto às discrepâncias entre a lei, o discurso, a retórica *versus* a realidade dos factos, quer

Dados estatísticos recentes têm demonstrado a persistência de uma fraca representação feminina nas tomadas de decisão na esfera pública e, de certo modo, como veremos, também na esfera doméstica. Por outro lado, tem sido evidenciada a prática de maus-tratos às mulheres, uma maior vulnerabilidade destas à pobreza e exclusão social, uma precariedade laboral e uma afetação não equitativa das responsabilidades e tarefas no âmbito familiar.

Os dados apontam para situações nas esferas pública e privada em que a mulher não detém capacidade plena de atuação e realização e inclusive é objeto de discriminação e/ou opressão sexual. Mais preocupante é ainda o facto de tais práticas discriminatórias serem vistas como algo normal ou inclusive que violações e abusos – mantidos, em regra, em silêncio – não sejam vistos como situações graves, mas acabem, pelo contrário, por ser banalizados. Em suma, tais tratamentos desiguais entre homens e mulheres, sendo recorrentes, são naturalizados, porque fortemente enraizados nas mundividências dominantes e nas práticas quotidianas.

Também os estereótipos de género, que contribuem para reproduzir e/ou reforçar as desigualdades entre homens e mulheres, estão presentes em todas as áreas e, em particular, na educação e formação, na saúde, no mercado de trabalho, no desporto e na cultura, na comunicação social, bem como em todos os domínios da vida política e pública. Os princípios igualitários, em termos de género, sendo estruturantes de uma cidadania ativa e responsável, ainda têm uma diminuta expressividade, como é patente no número de deputadas eleitas à Assembleia da República com apenas 21,3% do total e, entre presidentes de Câmaras Municipais, com apenas 6,2% do universo. Dada a relevância do tema e dos problemas subjacentes, justifica-se, de seguida, o desenvolvimento de uma rubrica em torno das assimetrias de género em Portugal.

na vida familiar, quer no trabalho extradoméstico, profissional quer ainda na política, cf. Ferreira, 1999; Oliveira, Batel e Amâncio, 2010: 247 ss; S. M. Silva, 2010, Santos e Amâncio, 2012.

Sobre avanços e insuficiências nos Códigos Civis doutros países, nomeadamente na América Latina, cf. Deere e León (2001) e Molyneux (2008: 26 ss). Legisladores e políticos responsáveis, em grande parte inspirados ora no pensamento iluminista liberal ora sob orientação socialista, favoreceram processos de modernização e integração que tiveram lugar à custa de um maior ou menor grau de violência para com determinadas classes (v.g., camponeses: cf. Silva, 1998) e/ou categorias sociais como mulheres indígenas e afroamericanas (cf. Molyneux, 2008: 33 ss; Safa, 2008). As próprias reformas agrárias progressistas levadas a cabo em vários países a partir dos anos sessenta do século XX eram gendalizadas e androcêntricas, ao encabeçarem os homens como os titulares e detentores das terras e ignorarem as mulheres (cf. León, 2008: 110).

2. Desigualdades de género em Portugal: alguns dados mais

Fazendo uma breve retrospectiva, designadamente para a sociedade portuguesa até aos anos oitenta do século XX e sobretudo até 1974, e tendo em conta alguns resultados de estudos feitos por sociólogos e antropólogos em relação à sociedade rural portuguesa, podemos constatar amiúde processos e estratégias de dominação masculina sobre as mulheres, seja, relativamente às mais abastadas, como meio de preservar e reforçar o património da casa, seja, quanto às menos providas e sobretudo desprovidas, como objeto de dominação de homens oriundos sobretudo de grupos sociais mais providos. Estes processos de dominação não excluem contudo a emergência, ainda que de modo latente, informal ou ‘infrapolítico’, de “registos ocultos” (cf. Scott, 1990), denotativos de práticas e estratégias alternativas e visões contra-hegemónicas, neste caso por parte das próprias mulheres (‘intuições’ dissidentes, ‘subversões’ informais).³ Assim, inquirindo, a título ilustrativo, sobre o fenómeno da ilegitimidade e questionando sobre qual a condição, quer dos pais biológicos, quer das mães solteiras, constatamos a desigualdade sexual e o tratamento social diferenciado e discriminatório para com as mulheres, conclusão esta retirada de vários estudos. Por exemplo, em Fontelas, nome fictício de uma aldeia de Trás-os-Montes, O’Neill (1984) constatou como, ao longo de gerações, num sistema de herança indiviso ou avantajado, os pais dos filhos ilegítimos – até meados do século XX com percentagens em torno dos 30% – eram, por norma, filhos de proprietários-lavradores não herdeiros, enquanto as mulheres eram, em regra, jornaleiras.

3 Em Portugal, ao longo do tempo, mais marcadamente antes do 25 de Abril de 1974, estes registos informais ocorriam não apenas na esfera doméstica (cf. Riegelhaupt, 1967; A. N. Almeida, 1986), mas também na esfera extradoméstica e pública, a saber, laboral, cívica e política, em que as mulheres eram silenciadas e invisibilizadas. Ao tempo do *Estado Novo*, salvo as mulheres que foram enquadradas em instituições do regime salazarista sob propósitos alegadamente caritativos ou filantrópicos, ou outras que participaram de modo condicionado e restritivo em organizações como o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas (CNMP), a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) em 1936 e na Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), as mulheres opositoras ou contestatárias do regime ditatorial operaram na sombra, na retaguarda dos movimentos unitários (MUD, MUDJ), MUNAF), nos bastidores da clandestinidade partidária, nomeadamente no PCP ou, por vezes, de modo frontal nos sindicatos, nas associações estudantis e noutros espaços públicos como o da ação e reflexão de Maria Lamas (2002)/1948) ou, posteriormente, a edição das *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972, por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (cf. M. Tavares, 2011). O seu papel e as suas actividades relevantes mas menos conhecidas têm sido trazidas a lume nalguns louváveis trabalhos como o de Vanda Gorjão (2002), o de Manuela Tavares (2011) e o de Cecília Honório (2014). Em Espanha, também M. Antonia García de León (2002), depois de uma primeira parte de reflexão sobre género, identidades masculina e feminina, estratégias e discursos sobre a mulher, procede a uma investigação sobre as elites profissionais femininas.

Também no Minho, diversos autores (Geraldês, 1987; J.P. Cabral, 1989, Brettel, 1991; Silva, 1998) verificaram que desde meados do século XIX, quer em sistemas de herança avantajados, quer em sistemas de herança divisa, mulheres destituídas (criadas, jornaleiras ou camponesas muito pobres) eram mães solteiras de filhos ilegítimos – em taxas, ainda que menores no Baixo Minho, mas no Alto Minho próximas das de Trás-os-Montes –, cujos pais biológicos eram, quando não lavradores-proprietários, guardas-fiscais e florestais, comerciantes e até artesãos e operários com rendimentos fixos.

No quadro da tradicional sociedade rural portuguesa, era bem operante e marcante o binómio honra-vergonha, tal como noutras sociedades rurais tradicionais, nomeadamente mediterrânicas (cf. Pitt-Rivers, 1961; Campbell, 1964; Peristiany, 1988; Cutileiro, 1988; Brandes, 1991; Silva, 1998, 2004). Hoje, em notável contraponto com os comportamentos tradicionais entre géneros, poder-se-á dizer que a consideração das dimensões espacial e sobretudo temporal permite-nos hoje relativizar ou até abandonar a rigidez conceptual dos valores centrados na honra e na vergonha, os quais, embora ainda presentes, são hoje menos constrangedores, nomeadamente em meio urbano. Para tal contribuíram decisivamente o êxodo rural e, em particular, a mobilidade geosocial da mulher em direção aos centros urbanos nacionais ou estrangeiros, a diluição das fronteiras do rural-urbano, o aumento dos níveis de escolaridade, o impacto dos meios de comunicação social e as mudanças de mentalidade, fatores estes que possibilitaram reais alterações nos comportamentos e modos de relacionamento entre homens e mulheres. Já não é assim tão premente a carga coerciva do binómio cultural honra-vergonha sobre a mulher, quer sobre a mulher casada, quer sobretudo a jovem solteira. Quanto à mulher casada – salvo o caso de eventual adultério que continua sendo assunto tabu e severamente reprovado, embora nem sempre necessariamente objeto de ostracismo comunitário –, já não está sujeita a pressões tão asfixiantes como outrora. A mulher frequenta mais o café e outros locais públicos, não só nas vilas e cidades como inclusive nos espaços rurais, mesmo sem a companhia do marido; imiscui-se mais na esfera pública em assuntos não só religiosos como políticos, sobretudo locais. É, porém, no comportamento da rapariga solteira onde é possível destilar uma visível descompressão do complexo honra-vergonha e a subsequente libertação das tradicionais normas que inibiam ou aprisionavam a sua congénere de há trinta anos. Auferindo amiúde, dentro e sobretudo fora da aldeia, rendimento próprio, ela permite-se iniciativas sem o controlo paterno ou fraterno em certas saídas, por vezes noturnas, nos fins de semana, para as aldeias e cidades circunvizinhas (festas, discotecas, *boîtes*),

como na própria aldeia frequenta cafés e namora mais livremente sem dar tantas satisfações à família. De resto, em bastantes eventos e ocasiões, já não há a rígida separação de divisão de tarefas e de espaços como outrora. Não só cada um dos sexos assume tarefas que eram tradicionalmente atribuídas ao sexo oposto, como se foi esbatendo a antiga separação de espaços, por sexos, na igreja (homens à frente, mulheres atrás), nas procissões e nas lojas e cafés. Este processo é todavia lento, constatando-se, tal como o faz notar Santos (1994: 87), uma considerável discrepância entre a igualdade formal reconhecida em texto legal e as práticas de assimetria sexual, a começar pela desigual distribuição de tarefas domésticas, entendidas no imaginário tradicional e nas práticas quotidianas como funções predominantemente atribuíveis às mulheres. Apesar de os homens, sobretudo nas gerações mais novas, participarem, em maior medida, nas tarefas domésticas, como veremos, são as mulheres, de longe, as mais sobrecarregadas com tais tipos de trabalho. Na esfera da participação pública, seja na política, seja nos meios de comunicação, as mulheres, não obstante estarem académica e profissionalmente habilitadas, protagonizam, em bastante menor grau, processos de liderança e mobilização cívica e política (Dinâmia, 1997; Viegas e Faria, 1999 e 1999a: 66; Martins e Teixeira, 2005; Lisboa *et al.*, 2006; A. L. Teixeira, 2012; Santos e Amâncio, 2012). Tal como referem várias/os autoras/es (Amâncio, 1994; Nogueira, 2001; A. Marques, 2004; Carreiras, 2004; M. H. Santos, 2007), tais situações refletem o efeito da genderização das culturas profissionais, assim como da perceção diferenciada e, não raro, discriminatória do mérito, por sexo, nos percursos e promoções profissionais, sendo frequentes situações não só de precariedade mas também de *tokenismo*⁴, caracterizado por Carreiras (2004: 93) por estereotipização, isolamento, pressões no desempenho e, por vezes, assédio sexual e moral.

As mudanças, quer ao nível social e económico, quer, embora mais lentas, ao nível das mentalidades, vão contudo operando na sociedade. As mulheres, além de conseguirem o reconhecimento de igualdade de tratamento igual em termos legais, vêm engrossando as fileiras dos diversos mercados de trabalho

4 O termo *tokenismo*, originário do conceito de *token*, cunhado e desenvolvido por Rosabeth Kanter e assinalado por S. M. Silva (2010: 322), foi trabalhado por Carreiras (2004: 93), ao referir-se às “pressões no desempenho devido à sua elevada visibilidade, isolamento social resultante do exagero da diferença pelo grupo dominante e, ainda, fruto de uma estereotipização, assimilação da pessoa ao papel que desempenha”. Apesar dos avanços na representação política por parte das mulheres nalguns países latino-americanos (v.g., Bolívia e Equador) graças à implementação do sistema de quotas, a sub-representação política das mulheres em instituições políticas formais é constatada na Declaração e Plataforma de Ação em Pequim em 1995 e em diversos estudos, nomeadamente na América Latina (cf. Luengo, 2008: 258 ss).

extradomésticos como assalariadas (entre 15-64 anos), passando, em Portugal, de cerca de 18% em 1960, para 30% em 1981, 44% em 1992, 56% em 2008 e 46,1% em 2015 (Ferreira, 1993; Mendes, 1997: 130; Aboim, 2010:41; Cruz, 2010: 335; G.G. Santos, 2010: 99; Lisboa, 2014: INE, Pordata). A elevada taxa de feminização do emprego em Portugal – aliás a terceira maior da Europa nas faixas etárias entre os 25 e os 49 anos – deve-se a vários factores, de ordem económica e histórica: necessidade de complementar baixos salários dos homens nos agregados domésticos, a persistente importância da pequena agricultura camponesa, sobretudo com a eclosão da guerra colonial e das vagas emigratórias a partir dos anos sessenta do século XX; e, por fim mas não menos importante, o processo, ainda que lento, de consciencialização das mulheres, que reivindicam um lugar de realização e/ou revalorização profissional extradoméstica sobretudo a partir do 25 de Abril de 1974 e, em particular, por parte de mulheres escolarmente qualificadas, apostadas em conciliar trabalho doméstico e extradoméstico (cf., respetivamente, Ferreira, 1981 e 1999; A. Pinto, 2003; Cabral, 1997: 89).

Além disso, do estudo de Mendes (1997: 144 ss) constata-se que, quando analisada a mobilidade social das mulheres, não tanto a partir da situação de classe dos maridos e/ou famílias de origem, mas mais a partir da própria profissão das mulheres, há menores obstáculos para a mobilidade intergeracional, nomeadamente através das permeabilidades possibilitadas pelas qualificações, o que tem sido visível pelo aumento exponencial da feminização no sistema de ensino. Embora percentualmente e nos graus de ensino básico e secundário as mulheres conheçam até ao passado recente taxas de insucesso maiores que os homens, elas, sobretudo com idades inferiores a 35 anos e em várias categorias sociais, têm vindo a superar os homens na obtenção de diplomas de cursos superiores (cf. Mendes, 1997: 149).

Transversalmente a várias classes e grupos sociais, embora afetando mais os assalariados, dever-se-ão apontar, ainda que de modo sucinto, as desigualdades sexuais na estrutura de emprego, em que a maioria das mulheres portuguesas, além de conhecer uma maior taxa de desemprego e uma distribuição desigual no mercado de trabalho (41,4% contra 58,6% de homens)⁵,

.....
5 Há contudo a referir uma considerável mudança desde os anos sessenta do século XX, que passaria de 13% de mulheres ativas em 1960 ou 19% em 1970 para 48% em 2008. Se bem que o contexto estrutural de há quarenta a cinquenta anos fosse bem diferente, poder-se-á referir o crescente peso da população ativa feminina que em 1995 é de 41,4%, em 2008 de 48% e, em 2015, 53,7% (cf. MEPAT, 1998: V-4; Casaca, 2010: 267, INE, Pordata). E, a nível político, apesar de limitados, alguns avanços, por exemplo, de eleitas: de 1,3% em 1979 para 7,5% em 2013 (Lisboa, 2015: 114).

se localiza nas áreas e nas profissões menos rentáveis e pior remuneradas. Embora em menor medida que noutros países europeus, que conheciam valores de segregação sexual da mão de obra acima dos 40%, Ferreira (1993: 239) constata em diversos sectores de emprego em Portugal uma taxa de 35%, o que se deve a uma menor taxa de assalariamento e a uma taxa mais elevada de trabalhadoras autónomas, nomeadamente na agricultura (27% do total), do que na Europa.

Algumas ocupações profissionais, tais como a magistratura, a carreira militar, diplomática ou empresarial, foram vedadas às mulheres no passado e, mesmo após o 25 de Abril de 1974, têm sido na prática dificultadas. A participação política nos governos, mais como secretárias de Estado que como ministras, não ultrapassou os 10%, ficando-se entre os 3% e os 5% até 1981 e, à exceção do XII governo constitucional com 10% de mulheres, entre os 5% e os 8% entre 1981 e 1995 (Viegas e Faria, 1999: 50). A nível parlamentar, ocorreram situações semelhantes: as percentagens de candidaturas femininas situavam-se na ordem dos 10% a 15%, mas as percentagens das eleitas fixaram-se, entre 1975 e 1995, numa taxa inferior: entre 4% e 11% (Viegas e Faria, 1999, 1999a: 55 ss). Apenas nas eleições legislativas de 2005 e de 2009 a percentagem de mulheres na Assembleia da República subiu para 21,3% e 27,4%, respetivamente, embora, ainda aquém de um terço, como estabelecido na Lei da Paridade (Lei 3/2006 de 21-8-2006).

Não obstante alguns consideráveis avanços e melhorias nas posições relativas das mulheres, nomeadamente em sectores mais qualificados (por exemplo, pessoal médico e magistratura judicial), importa reter que, para além do facto de a integração no mercado de trabalho conhecer para as mulheres um elevado grau de precarização, segmentação e até segregação sexual⁶ em certos sectores (v.g., têxtil, ensino, segurança social, agricultura),

6 Cf., a este respeito, Ferreira (1993: 239 ss), que distingue entre segregação sexual horizontal ou sectorial e segregação sexual vertical, a qual se prende com o nível de qualificações e com o baixo índice de emprego em lugares de enquadramento e chefia. G. Gaio Santos (2010) aponta apenas 32,8% de mulheres nos quadros superiores da administração pública e de empresas. Por outro lado, por exemplo em 2007, verifica-se forte segmentação das atividades e profissões, quer qualificadas, quer não ou menos qualificadas, com sobre-representação de mulheres em diversos sectores: 81,9% na saúde e serviços sociais, 75,7% na educação, 61,4% na restauração e hotelaria, em contraponto com 25,4% nos transportes e 4,5% na construção (cf. Oliveira, Batel e Amâncio, 2010: 250). Contrariamente a outras sociedades altamente desenvolvidas em que a feminização no mercado de trabalho pressupõe, como refere Philips (1998), uma maior grau de equidade entre ambos os sexos e um maior grau de autoestima e autonomia das mulheres, tal não parece ser, como veremos, a situação em Portugal no sector privado, ou, pelo menos, não parece ser uma situação frequente, verificando-se, quando muito, uma conquista por parte duma percentagem menor de mulheres em Portugal que se afirma ora em sectores de trabalho qualificado,

existem ainda muitas barreiras para a inserção e realização profissionais das mulheres: menor grau de informação e de escolaridade básica e secundária até aos anos 90, baixos salários e dependência conjugal, a que acrescem a insuficiência de infraestruturas sociais estatais e, em particular, a subrepresentação de mulheres e o baixo grau de participação nos lugares de chefia em determinados sectores da vida económica e sobretudo em órgãos do poder político e mediático⁷, situações de discriminação salarial e – por fim, mas não menos importante – a assimétrica repartição e mesmo sobrecarga das tarefas domésticas. Acresce ainda a sujeição a práticas discriminatórias e não raro de violência, denotativas, por sua vez, da frequente desigual distribuição do poder a favor do homem e em prejuízo da mulher, não raro invisibilizada nos seus lugares e atividades. Mesmo quando as mulheres têm conquistado, ora através de movimentações sociais, ora a pulso em termos individuais, determinados lugares socioprofissionais, tal ocorre, nomeadamente em Portugal, graças a um elevado preço em sobretrabalho doméstico, para além de eventuais processos de heteroestigmatização e autoculpabilização de menor dedicação à família e, em particular, aos filhos.

3. Do problema à hipótese de trabalho e estratégia de pesquisa

Uma das primeiras questões a colocar seria saber até que ponto um tema como este, com o qual temos alguma proximidade ou envolvimento, não representará um obstáculo insuperável, tal como o referem Bourdieu e outros (1979: 26): “a familiaridade com o universo social constitui o obstáculo epistemológico

ora em atividades menos qualificadas, exercidas predominantemente por mulheres, nomeadamente no comércio e no sector terciário em geral. É sobretudo nestas últimas que Casaca (2012) destaca inúmeras atividades no campo das relações interpessoais e que a autora subsume em trabalho emocional e estético, exigente em determinados atributos tais como amabilidade, disponibilidade, expressividade ou mesmo aparência física e postura corporal estilizada ou, por vezes, erotizada ou sexualizada (altura, expressão facial, maquilhagem, penteado, adornos, timbre de voz, etc.).

7 Cf. Cabral, 1991; Freire, 1998; Viegas e Faria, 1999; Blass, 2002; Subtil, 2000; Mota-Ribeiro e Pinto-Coeelho, 2005; Nogueira, 2006; Rocha e Silva, 2007; Cerqueira, 2008; G. G Santos, 2010; Santos e Amâncio, 2012. Em termos partidários, a subrepresentação é diferenciada: maior no PSD ou CDS-PP e menor no PCP ou BE (Freire, 1998: 116 ss). Acresce que, mesmo quando a mulher participa em órgãos do poder político, nomeadamente autárquico, são-lhe não raro atribuídos pelouros ou funções associadas à “ação social”, “educação e juventude”, “cultura”, contrariamente aos homens, aos quais são conferidos os relativos a “obras e urbanismo”, “desporto” (cf. Dinâmia, 1997: 52). Além disso, Santos e Amâncio (2012) constata que a própria Lei da Paridade (Lei 3/2006 de 21-8-2006) no que concerne a implementação das quotas em 33% para as mulheres é cumprida nas eleições legislativas e para o Parlamento Europeu mas incumprida parcialmente nas eleições autárquicas.

por excelência para o sociólogo, porque produz, continuamente, concepções e sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as suas condições de credibilidade.” Esta posição – da qual, em fase posterior e mais madura, Bourdieu (2000: 104) viria a autocriticar-se – representou, nesta primeira fase do seu percurso de sociólogo, não só uma justa denúncia do ‘profetismo sociológico’, como também uma discreta mas controversa reassunção do princípio da neutralidade axiológica, que mais tarde o autor viria a rejeitar em favor duma sociologia crítica. Se é pertinente e até louvável o esforço constante de vigilância epistemológica no sentido de libertar a Sociologia das amarras do senso comum – o que ocorre, em grande parte, devido justamente à capacidade de objetivação dos cientistas sociais precavidos contra obstáculos epistemológicos tais como o naturalismo, o psicologismo e o individualismo (cf. Pinto, 1994) –, por outro lado, o investigador não deve desvalorizar ou desclassificar totalmente o senso comum, devendo ser potenciadas algumas virtualidades desta forma de conhecimento, como refere Santos (1988: 55), “para enriquecer a nossa relação com o mundo”. De resto, a explicação das próprias noções do senso comum exige o controlo analítico da génese e da persistência deste tipo de conhecimento. Nesse sentido, também este projeto de investigação teve presente esta dupla visão: por um lado, resguardar-se das impressões imediatistas do senso comum e, conseqüentemente, recolocar o problema em termos sociológicos; mas, por outro lado, tentar visualizar tudo aquilo que se apresente como passível de uma leitura científica, a começar neste caso pelas próprias percepções, representações e estilos de vida dos inquiridos/as e entrevistados/as no quadro deste projeto.

A partir da matéria dos dados sociais recolhidos, designadamente no inquérito realizado e nas entrevistas, foi possível confirmar a hipótese de trabalho inicialmente avançada. Com efeito, esta partiu do pressuposto de que, para além dos interesses inerentes aos mecanismos macroeconómicos e institucionais, a dominação, a subalternização e a discriminação sexual, o controlo da força de trabalho feminina e subseqüentes fenómenos de segregação laboral e discriminação salarial, ora se reproduzem ora se contrariam a vários níveis: socioestrutural, organizacional-institucional e interativo. A nível meso e microssociológico, o poder da mulher varia em função do grau de disposição sobre recursos e recompensas, do modo e da medida de participação no processo produtivo, do grau de mobilidade e presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho, do lugar ocupado na organização da empresa/instituição e na esfera (re)produtiva da unidade familiar e nas interações e negociações de papéis, implicando esta abordagem

de síntese uma reconceptualização das teorias da estratificação e/ou das classes sociais à luz da centralidade do conceito de género.

O material de suporte empírico contribuiu para refinar a hipótese de trabalho e enriquecer a leitura da realidade, tendo também consciência de que o modelo racionalista da ciência não é a única fonte de conhecimento. No difícil processo de objetivação, para além das divergências de ordem teórica e metodológica, nesta pesquisa procurou-se algum distanciamento metodológico, mas não foi possível despir-se totalmente e abdicar do próprio código de valores e pertenças, designadamente da de classe e género, entre outras.

Neste estudo, embora nos tenhamos socorrido de alguma análise documental, foram assumidos e aplicados como instrumentos básicos o tratamento de estatísticas a nível nacional, a entrevista e o inquérito por questionário. Enquanto responsável do projeto, depois da discussão e aprovação com os demais corresponsáveis parceiros e, posteriormente, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), fornecemos à TNS-Euroteste o questionário a aplicar, sendo da responsabilidade da TNS emitir um parecer técnico sobre o mesmo, após algumas sugestões de melhoria e alterações pontuais. Os pressupostos referentes ao questionário foram definidos, após a revisão do mesmo, por parte do investigador responsável e de Luísa Lima, investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIIS).

Uma vez aprovado o questionário final, este foi devidamente codificado nas questões e respostas. A sua implementação ficou a cargo da TNS, sendo também acordado que, no final de cada questionário, seria solicitada a autorização do entrevistado/a, para que, de acordo com o seu perfil, pudesse ser posteriormente contactado para, obviamente com o seu consentimento prévio, colaborar em entrevista numa segunda fase do estudo, mais qualitativa e aprofundada.

Tendo em conta os dados de 2001, disponibilizados pelo INE e relativos ao Recenseamento Geral de Indivíduos e Habitação, em que existem, no conjunto das regiões em estudo, 7 719 986 indivíduos residentes com 18 ou mais anos, a amostra deste estudo foi constituída por 802 indivíduos, de ambos os sexos, residentes em diferentes regiões (NUTS II) de Portugal Continental, nomeadamente: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Foi assim aplicado um inquérito a nível de Portugal continental, considerando na sua distribuição a situação de ativo-não ativo, rural-urbano e diversas outras variáveis como sexo, idade, profissão, habilitação, tipo de residência (rural ou urbana).

Por razões de eficiência, foi assumido o método de amostragem não probabilístico. Neste caso a população foi estratificada pelas NUTS II, selecionando-se a subamostra dentro de cada estrato da região, de modo não aleatório, por quotas. A distribuição da amostra não foi representativa e/ou proporcional ao universo, tendo-se distribuído a amostra de 800 inquéritos por cinco regiões de Portugal continental: 200 no Norte, 200 no Centro, 200 em Lisboa e Vale do Tejo, 100 no Alentejo e 100 no Algarve. Uma das limitações desta amostra é o facto de não ter abrangido as regiões dos Açores e da Madeira. Foram consideradas tanto zonas urbanas como zonas rurais. A seleção dos indivíduos inquiridos foi feita por quotas, atendendo às referidas variáveis: sexo, idade, escolaridade, profissão, condição perante o trabalho (ativos *versus* não ativos)⁸. Assim, em termos de sexo, foram inquiridos 383 homens e 417 mulheres, 470 ativos e 330 não ativos, tendo em conta a sua distribuição por escalões etários, níveis de escolaridade e profissões, tal como se evidenciará na parte da análise dos dados. Atendendo à temática, importa notar que, no seio da amostra, foram tomados em conta os inquiridos que afirmaram ser casados/viver em união de facto. Além do inquérito, foram ainda realizadas entrevistas.

Este projeto sobre (des)igualdades de género no trabalho e na vida familiar foi finalizado em 2011⁹ e os seus resultados são vertidos em dois livros: um primeiro, intitulado *Desigualdades de género: família, educação e trabalho, grosso modo* resultante da compilação de artigos e outros textos publicados pelo investigador responsável e dois novos capítulos; e um segundo, intitulado *Desigualdades e políticas de género*, coordenado pelo investigador responsável e pelos investigadores das diversas unidades de investigação e universidades

8 Nesta amostra por quotas foram tidas em conta as variáveis referidas, sendo de esclarecer que, quanto à variável ativo-não ativo, tem-se em vista a distinção entre pessoas ativas no formal sistema de emprego e não ativas (estudantes, desempregados, reformados), mesmo quando estas possam ser ativas nomeadamente no âmbito doméstico.

9 O projeto, aprovado em 2007 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SDE/72257/2006) e finalizado em 2011, foi coordenado por Manuel Carlos Silva, então diretor do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho (UM) e relator do projeto, no qual colaboraram outros investigadores de outros centros de investigação no país, a saber: Luísa Lima, do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIIS) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; José Manuel Sobral, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa; Helena Araújo, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Universidade do Porto; e Fernando Bessa Ribeiro, do Centro Transdisciplinar para o Desenvolvimento (CETRAD) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). O CICS-UM viria a fundir-se em 2014 com o Centro de Estudos Sociais (CES.NOVA) e com o eGEO (Centro de Geografia da Universidade Nova de Lisboa (UNL), dando lugar ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA).

envolvidas, em que é apresentado um conjunto de textos de membros da equipa e doutros contributos de investigadores nacionais e estrangeiros num Seminário Internacional organizado a 26 e 27 de outubro de 2011.

Nestas duas obras sobre desigualdades de género são apresentados e analisados resultados decorrentes do tratamento da variável género como outras resultantes do cruzamento desta com outras variáveis, também relevantes, como sejam a habilitação, a profissão e a idade¹⁰. Para além do inquérito, foram realizadas entrevistas com alguns empresários ou gestores de empresas e instituições e 40 inquiridos que se prestaram a ser entrevistados depois da inquirição por inquérito, sendo ainda feita uma seleção de alguns homens e mulheres divorciados, cujos resultados se integrarão mais num outro texto conjunto com Ana Reis Jorge sobre divórcio e no trabalho de doutoramento desta sobre divórcios e responsabilidades parentais.

Incidindo agora no presente livro, este compreende vários capítulos, a maior parte dos quais, como referido, já foram objeto de publicação pelo autor em artigos ou capítulos de livros e que agora são compilados em livro. Na introdução, para além duma breve síntese das desigualdades de género em Portugal e sua expressão em diversos sectores, coloca-se o problema alertando para a necessária vigilância epistemológica do senso comum e para a desconstrução de visões reificadoras e legitimadoras do *statu quo*, confirma-se o desenho da hipótese de trabalho e apresenta-se a estratégia de pesquisa e respetivas metodologias. No primeiro capítulo é levado a cabo um enquadramento teórico geral sobre as desigualdades de género – de resto já publicado pelo investigador responsável no n.º 4 da Revista *Configurações* – em que se revisitam, de modo sintético, vários modelos e paradigmas teóricos no vasto campo das ciências sociais: as conceções (socio)biológicas, algumas teorias psicológicas nomeadamente a freudiana, sendo todavia destacadas, no seio da sociologia, a perspetiva estruturo-funcional, a abordagem simbólico-interacionista, o modelo marxista, o paradigma organizacional e de poder (neo) weberiano e foucaultiano e, por fim, mas não menos importantes, as diversas correntes feministas autónomas ou articuláveis com alguma das teorias

.....
10 O trabalho de tratamento estatístico foi realizado por Maria Baptista, especialista doutorada e contratualizada para o efeito, sob a orientação do investigador responsável e da colega Luísa Lima. Segundo Maria Baptista, para todas as variáveis cruzadas com o género dos inquiridos, foi realizado (i) o teste do Qui-quadrado, nos casos de variáveis categoriais, tendo sido interpretados e ajustados os valores residuais como iguais ou superiores a 2; (ii) o teste t para amostras independentes, nos casos de variáveis contínuas. Através destes testes foi possível compreender se as diferenças observadas nas figuras são, do ponto de vista estatístico, significativas. Em todas as análises, foram considerados significativos níveis de significância iguais ou inferiores a 0,01 (margem de erro de 1%).

enunciadas. Neste quadro, é ainda proposta uma reflexão sobre poderes e representações sobre a sexualidade numa perspectiva histórica e sócio-anropológica, seguida de uma outra em torno da articulação do conceito de género com o de classe – o que implica uma aproximação do modelo marxista ao feminismo – e, indiretamente, um cruzamento fecundo, crítico e sintético entre (neo)marxismo e weberianismo, sendo este último articulável, por sua vez, com o interacionismo simbólico.

Seguidamente, salvo o capítulo sexto e partes do segundo e do terceiro capítulos, os demais capítulos, a saber, o quarto, o quinto e o sétimo e restantes partes do segundo e terceiro representam, como referido, reproduções aproximadas de artigos e capítulos de livros já publicados pelo investigador responsável. Desenhando agora os diversos capítulos subsequentes: o segundo capítulo centra-se na caracterização sociodemográfica dos inquiridos/as da amostra (sexo, idade, estado civil, escolaridade) e na focalização sobre a casa, relações familiares e conjugalidade; o terceiro sobre o casamento, suas motivações e regime de bens, a importância dos filhos, assim como o poder doméstico, a imbricação da paixão e do interesse e a dinâmica comunicativa no seio do casal; o quarto sobre representações e práticas na divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual nas tarefas de casa e nos cuidados dos filhos, em regra, em detrimento da mulher; o quinto sobre trabalho, profissões e género, evidenciando alguma mobilidade social de certas famílias e indivíduos no quadro do dominante processo de reprodução social; o sexto sobre os percursos, as condições laborais e níveis salariais, as percepções, atitudes e representações dos trabalhadores por sexo, profissão e escalão etário face ao trabalho doméstico e profissional e eventuais processos de conciliação entre ambos; e o sétimo sobre relações entre género e estilos de vida, trazendo ao debate as interconexões da sociologia do quotidiano e dos estilos de vida com a sociologia das classes, enquadrando nesta os modos e estilos de vida dos inquiridos/as. Por fim, na conclusão são sintetizadas algumas conclusões e feitas algumas recomendações.

Antes, porém, de finalizar a introdução, cabe-me agradecer à Luísa Lima, à Maria Baptista e à Ana Reis Jorge pelo apoio no tratamento mais apurado de figuras e quadros, assim como ao editor da Húmus e à Margarida Baldaia pela sua rigorosa e primorosa revisão do texto.

CAPÍTULO I

DESIGUALDADES DE GÉNERO: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste primeiro capítulo, ainda que de forma sintética e crítica, começar-se-á por fazer uma revisão das principais abordagens teóricas que procuram explicar as desigualdades sexuais ou de género¹ (sociobiológica, psicológica,

.....

¹ Perguntar-se-á até que ponto o sexo é ou não sinónimo de género. O termo *sexo* tem sido mais usual ao longo do tempo e só nas últimas décadas o conceito de género tem sido problematizado e relevado, em grande parte, graças à influência das correntes feministas, nomeadamente nos meios anglo-saxónicos. Se *geslecht* em alemão, ou *geslacht* em holandês, remete para sexo e género, o equivalente *genre* em francês e *género* em português e castelhano não tem o mesmo significado em termos lexicais. Porém, o termo *género*, que de resto tem sido objeto de acesas discussões no campo filosófico, epistemológico e sociológico (cf. Tubert, 2003: 11 ss), vai sendo adotado também em Portugal, nomeadamente neste trabalho. Com efeito, embora haja elementos reais de sobreposição entre sexo e género, é hoje dada por assente, pela maioria dos autores/as, a distinção ou desconexão entre sexo e género: enquanto sexo tem por principal referência a identidade físico-corporal e biológica – designadamente ser fenotipicamente homem ou mulher –, a ideia seminal de defesa dos direitos da mulher em torno do conceito de género tem origens remotas e próximas. Primeiro, a questão da desigualdade da mulher foi inicialmente esboçada em 1673 na obra “De l’egalité des deux sexes”, de Poulain de la Barre. Mais tarde, na época iluminista, foi explicitada em *La Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, em 1791, por Olympe de Gouges, que se insurgiu contra a escravatura e a alegada inferioridade “natural” da mulher, e sobretudo por Mary Wollstonecraft, na sua conhecida obra *Vindication of the rights of woman*, onde critica Rousseau por este considerar “naturais” os papéis masculinos e femininos. A questão volta a ser equacionada no século XIX por S. Mill, em 1867, no seu livro sobre *A Sujeição das Mulheres* (in Alvarez 2002 e in Casares 2008: 37 ss), descrita por vários autores socialistas utópicos e explicada sobretudo numa primeira abordagem mais fundamentada por Engels (1980/1884). Porém, o conceito de género e de desigualdade de género viria a ser mais desenvolvido e aprofundado nos anos setenta e oitenta do século XX, sobretudo a partir dos círculos anglo-saxónicos. Estas correntes de segunda vaga, sem negar a componente biológica, têm presente outras dimensões e significados de carácter cultural ligados a categorias sociais referentes a papéis masculinos e femininos. Estes papéis, aprendidos e construídos no processo de socialização, haviam sido já desconstruídos por M. Mead (1935) no seu estudo na Nova Guiné e pela filósofa existencialista Simone de Beauvoir (2008/1949), mas continuaram a ser assumidos, designadamente nas concepções tradicionais, como ‘naturais’ (cf. críticas de Stoller, 1968; Millet, 1974; Rubin, 1975; Harding, 1983; Amâncio, 1994, 2003; Narotzky, 1995; Almeida *et al.*, 1995: 154; M. V. Almeida *et al.*, 1996; Magalhães, 1998; Tavares, 2000; Ferreira, 2001; Oliveira e Amâncio, 2002; M. A. de León, 2002;

em especial a psicanalítica, estruturo-funcionalista, marxista e neoweberiana). Seguidamente, propõe-se uma articulação entre os conceitos de género e classe. Tal implica o confronto e a imbricação do modelo marxista com o feminista e, indiretamente, um cruzamento frutífero entre o posicionamento (neo)marxista e weberiano, sendo este último articulável com a perspetiva interacionista simbólica. Por fim, procurando operar uma desconstrução de formas essencialistas, reificadoras e legitimadoras do *statu quo*, faz-se um balanço crítico no quadro duma perspetiva multidimensional e pluricausal.

1. Introdução: o problema

Ainda que sob diversas formas e graus, as desigualdades de género têm constituído um fenómeno histórico recorrente em diversos tipos de sociedade. Na moderna sociedade capitalista, elas têm-se imbricado nos processos de (re)produção desta e nalguns dos seus mecanismos políticos e ideológicos, ocultando-se aliás não raro sob razões ‘naturais’, ‘biológicas’ ou “(pseudo) psicológicas” (cf. Hartman, 1982; Weeks, 1986; Liljestrom, 1986; Amâncio,

T. Pinto, 2007; Silva, 2008; Schouten, 2011; M. M. Pereira, 2012). Este entendimento ‘genderizado’, dado como um avanço por parte das ciências sociais segundo Almeida *et al.* (1995: 152), não colhe todavia a unanimidade de autores/as que consideram que tal evolução, além de lenta por baixa instrução e tardia institucionalização das ciências sociais, foi conseguida pelo debate crítico e pela luta das mulheres, nomeadamente das feministas (Amâncio, 2003; Pereira, 2012). Por fim, ainda segundo Laqueur (1990), Joan Scott (1990), M. V. Almeida (2000), Tubert (2003), Mac an Ghail e Haywood (2007), Casares (2008), Brandão (2010) e Pereira (2012: 28 ss), a alegada oposição binária sexo *versus* género não é linear nem líquida ou absoluta, mantendo-se o conceito de género algo ‘escorregadio’ e mesmo contestado, à semelhança das objeções ao binómio rígido natureza *versus* cultura, na medida em que quer o sexo (o corpo) quer a natureza não são substratos constantes, previamente assentes e imutáveis, mas também realidades histórica, psicológica, social, política e simbolicamente marcadas, nomeadamente por discursos médicos e científicos. Diversos autores, desde o campo da biologia, como Monod (1988), ao campo da filosofia e das ciências sociais, assumem as mudanças na natureza biológica por pressão de fatores socioculturais, admitindo outras formas não normativas para além da dualidade masculino-feminino (v.g., androgenia, transexual/transgénero em diversas sociedades). No que concerne a relação sexo-género, Butler (1990), procurando superar a matriz heterossexual e o fixista binómio homossexual/heterossexual, sustenta que o sexo é produto de discursos, práticas sociais e relações de poder. Pereira (2012), na esteira de Butler (1990), sustenta o conceito de performatividade para resolver a dicotomia entre sexo e género no intuito de desconetar conceptualmente também a identidade de género e desejo sexual avançada pela teoria *queer*. Esta teoria assume a multiplicidade de componentes das identidades (género, orientação sexual, classe, idade, etnia, nacionalidade), que considera arbitrárias, instáveis e excludentes, susceptíveis de serem abertas e contestáveis; igualmente rejeita a oposição entre heterossexualidade como norma e homossexualidade como exceção e apresenta-se como proposta teórica de sexualização de corpos, desejos, ações, conhecimentos, cultura e instituições (cf. A. C. Santos, 2005; Mac an Ghail e Haywood, 2007; Arruza, 2010).

1994; Bourdieu, 1998; Crompton, 2003). Embora o grau de constrangimento² para explicar as desigualdades de género se mantenha uma questão polémica, as desigualdades de género manifestam-se seja na vida pública, seja na vida familiar/privada (cf. Abbot e Wallace, 1991).

Tal como outras sociedades democráticas, Portugal conheceu uma redução das desigualdades de género, sobretudo graças à ação dos movimentos sociais feministas e de algumas forças políticas. Não obstante as consideráveis alterações nas últimas décadas, nomeadamente na sociedade portuguesa, no sentido do tratamento político-jurídico-legal igualitário de homens e mulheres e de se verificar uma notável diminuição das desigualdades de género, estas, quer vistas numa perspetiva diacrónica, quer consideradas numa abordagem sincrónica, são ainda uma realidade atual a vários níveis e operante na vida quotidiana. As desigualdades de género manifestam-se em vários aspetos e sectores da vida social, ainda que alguns dos seus mecanismos políticos e ideológicos nem sempre sejam manifestos, ocultando-se amiúde, como referido, sob razões ‘naturais’, ‘biológicas’. No âmbito de diferenciados e interseccionados graus de constrangimento por pertença de classe, étnica ou etária, entre outras, as desigualdades de género manifestam-se no que Connel (2002) designa “regimes de género” na escola, no trabalho, na esfera pública e na vida familiar. Recentes estudos evidenciam que as fronteiras e desigualdades de género ainda persistem em várias vertentes e sectores da vida social: nos preconceitos e nas avaliações negativas das mulheres nos contextos institucionais e nas interações quotidianas; nos sistemas de herança e casamento (O’Neill, 1984; Iturra, 1983; Gerald, 1987; Handman, 1992; Silva, 1998; Sobral, 1999), assim como nos processos de separação ou divórcio e subsequente tutela e guarda dos filhos³ (Torres, 1998, 2001; Wall, 2003); nas conceções sobre o masculino e o feminino (Amâncio, 1994), sobre a sexualidade (M. V. Almeida, 2000; Silva, Machado e S. Silva, 2002); nos códigos do binómio honra-vergonha (Cutileiro, 1977, 1988;

2 Assim, enquanto para uns autores a família, bem como a sua composição e eventual distribuição dos seus membros pelas diversas profissões, tarefas e demais atividades seriam moldadas por determinadas instituições e inelutáveis constrangimentos exógenos e endógenos (idade, género, classe, etnia), para outros assistiria às famílias e seus respetivos membros uma relativa capacidade e liberdade de tomar decisões, definir, selecionar e implementar estratégias conducentes à obtenção de determinados objetivos. Para mais desenvolvimento a este respeito, cf. Silva (1991: 79 ss) e Leandro (2001: 51 ss).

3 A este respeito, urge uma investigação mais apurada, dado que, embora nos processos de separação, divórcio e tutela ou guarda dos filhos se reproduzam situações assimétricas em detrimento da mulher, há situações indiciadoras em que, face às dificuldades emergentes da ‘nova’ relação mãe-filhos ou pai-filhos e respetivas redes de relações pós-divórcio, verificam-se casos de subalternização masculina, ainda que minoritários, mas já também constatáveis nesta pesquisa.

Silva, 1998, 2004); na desigual distribuição do poder doméstico (Silva, 1991, 2004; Silva *et al.*, 2012); nos modos de residência, na divisão sexual do trabalho e na sobrecarga das tarefas domésticas (Wall, 1992; Perista, 2002; Torres, 2004; Silva *et al.*, 2012); na segmentação sexual dos mercados de trabalho, na incerteza das oportunidades de emprego e nas baixas remunerações (Ferreira, 1993; Guerreiro e Abrantes, 2004; Marques, 2006; Marques, Silva e Veiga, 2006; Kovács e Casaca, 2008; Cruz, 2010); na invisibilidade ou mesmo na desvalorização dos percursos profissionais das mulheres e sua baixa participação nas lideranças e na vida política (Viegas e Faria, 1999, 1999a; Lisboa *et al.*, 2006; G. G. Santos, 2010; E. Araújo e Fontes, 2013).

Em termos mais globais e históricos, a questão que se coloca pode enunciar-se do seguinte modo: como compreender e explicar o recorrente fenómeno histórico da dominação masculina em sociedades e Estados basicamente patriarcais, quer escravagistas e despóticos, quer feudais-aristocráticos e capitalistas, quer ainda em sociedades ditas socialistas ou que tentaram caminhar na construção do socialismo? Quais os fatores estruturantes da sua reemergência e reprodução ao longo da história até aos dias de hoje?

Diversas têm sido as abordagens sociopolíticas deste problema social, tornado também um problema sociológico, sobre o qual, como veremos de seguida, têm incidido diversos olhares teórico-metodológicos.

2. Algumas perspetivas teóricas

Uma das conceções correntes da discriminação sexual assenta numa visão sociobiológica, a qual tende a veicular a ideia preconcebida de que, enquanto o homem seria um ser mais ativo e agressivo, mais predisposto ao combate público e ao sucesso, a mulher deteria uma construção biológica mais passiva e orientada para a procriação e o cuidado da casa. Uma tal posição ideológica patriarcal e social-darwinista pretende, em última instância, justificar o tradicional domínio do social e politicamente mais forte: o homem. Se é inegável que certos traços físicos e fenotípicos específicos acompanham de modo relativamente indelével respetivamente homens e mulheres, eles têm dado todavia lugar a representações e categorizações que não têm fundamento, a não ser como modos de legitimação e dominação masculinas. Ou seja, a partir do diferente fenótipo sexual – que não pode ser negado ou subavaliado –, acentuam-se de modo subtil determinados arquétipos binários (exterior/interior, seco/húmido, cultural/natural) e determinadas dicotomias tais como: o domínio da esfera pública ou formal detido pelo homem face ao

reduto privado, informal ou doméstico da mulher; a emotividade espontânea e natural feminina face à vertente racionalizante e cultivada masculina, reproduzindo a categorização binária mulher-natural-emocional-afetivo *versus* homem-cultural-racional. Estas (pseudo)dicotomias são hoje cada vez mais reequacionadas e desconstruídas na medida em que elas visam legitimar os poderes patriarcais na sociedade, compartimentando o formal e o informal, sobrevalorizando a esfera pública em detrimento da doméstica tida por periférica e banal, enfim, revalorizando o masculino como o quadro universal e primordial de referência e desvalorizando o feminino como a “alteridade”, o elemento particular, secundário, derivado⁴.

Paralelamente às justificações legitimadoras através do (pseudo)argumento biológico, importa referir, nomeadamente em países de forte implantação católica, a função política e ideológica exercida pela Igreja Católica, a qual tem secularmente convivido com a defesa da ética e da moral androcêntrica ou mesmo patriarcal, a começar pela máxima de S. Paulo no sentido de as mulheres respeitarem e obedecerem aos seus maridos.⁵

4 No âmbito destas (pseudo)dicotomias, importa referir, por um lado, o lastro do pensamento aristotélico que concebia a mulher como um ente passivo e, por outro, a marca da androcêntrica cultura judaico-cristã de que, por exemplo, a metáfora bíblica da formação da mulher a partir de uma costela do homem é sintomática. Laqueur (1990), analisando a literatura médica desde o tempo dos gregos até ao século XVIII, conclui que o corpo feminino era visto como uma modalidade inferior do corpo masculino e, em particular, que a vagina seria uma versão menos desenvolvida do pénis. Para maior desenvolvimento destas categorizações e representações binárias, não só diferenciadas como assimetricamente construídas em base hierárquica e desigual, cf. nomeadamente Laqueur (1990), Costa (1992: 119), Amâncio (1993: 130 ss), M. A. de León (2002: 82 ss) e Casares (2008: 87 ss). O relevante neste quadro, independentemente das intenções, são algumas teorias justificativas da desigualdade de género. Assim, Ortnier (1979) e White (1988) sustentam de modo tendencialmente essencialista o paralelismo do binómio mulher/natureza *versus* homem/cultura. Neste pressuposto, por incorporação da conceção estruturalista de Lévi-Strauss (1982) em torno da dicotomia natureza-cultura, a autora assume que a ligação da mulher à função reprodutiva comporta, conseqüentemente, a ‘fatal’ universalidade da subordinação feminina, alegadamente presente em todas as culturas. Ora, este pressuposto não é evidenciado em vários estudos etnográficos (por exemplo, de Godale sobre os kaulong em Nova Bretanha, ou de Gillison sobre os gimí na Papua-Nova Guiné *in* Casares, 2008: 161). De modo algo similar, Rosaldo (1979) associa e transpõe para as relações homens-mulheres uma outra dicotomia, também de cariz essencialista, entre público-homem *vs.* doméstico/mulher, nas sociedades desiguais que desvalorizam o privado, o doméstico, o que tão-pouco é universal. Para uma crítica destas dicotomias reificantes e essencialistas, cf. Beauvoir (2008/1949), Millet (1974), Reiter (1975), Dubisch (1986: 7, 24), Héritier (1989: 17 ss), Amâncio (1994), Bourdieu (1998), M. V. Almeida (2000), M. A. de León (2002), Orobítg (2003), Casares (2008: 87 ss), Lazo (2009).

5 A passagem de carta de S. Paulo aos Efésios em 5.3.3 refere em relação aos esposos: “os maridos devem amar as suas mulheres como aos seus próprios corpos”; e, em relação às esposas: “as mulheres sejam submissas aos seus maridos.” Mesmo que assumindo a reciprocidade de direitos e deveres de parte a parte, é de questionar o diferente teor da recomendação: ao homem caberia amar a sua mulher, enquanto à mulher caberia submeter-se ao seu marido num implícito registo de subalternidade.

Uma outra explicação (pseudo)teórica, amiúde aduzida, assenta numa alegada linha de interpretação freudiana, segundo a qual as diferenças do género se centrariam, ao fim e ao cabo, na posse ou na ausência do pénis. Na perspetiva libertária de Freud (1975), o núcleo verdadeiro e autêntico da personalidade humana residiria no inconsciente (*id*), ou seja, no instinto libidinal que, enquanto pulsão de vida e princípio do prazer nas suas dimensões físico-biológicas e psicossimbólicas, estaria em confronto com o *superego*, o qual, com as suas normas e valores culturais restritivos, constituiria o princípio da realidade limitativo da realização do prazer, sublimando-se, quando muito, na criação artística ou cultural (a “moral sexual cultural”). O domínio do princípio da realidade com todo o acervo de normas repressivas comportaria a negação do *eros*, do instinto libidinoso, enquanto princípio do prazer. Se os rapazes eram induzidos a recalcar os seus impulsos libidinosos para com a mãe, as meninas eram constrangidas a refrear a sua tendência erótica para com o pai e a identificar-se com a mãe.

À conceção freudiana reagiram, e com razão, diversas feministas, para quem a identificação e construção do género envolve, não apenas uma realidade biológica – que, de resto, não se reduz aos órgãos genitais nem se concentra apenas na fase de Édipo –, mas uma construção social na qual intervêm várias componentes não biológicas. E, em relação à própria masculinidade, esta, adquirida à custa da separação da mãe, implicaria não um valor acrescentado mas uma perda emocional marcante.

Uma outra variante psicológica consiste em explicar a génese e o desenvolvimento da identidade e dos comportamentos masculinos e femininos pelos contextos de socialização familiar e escolar com os seus respetivos códigos normativos e correspondentes papéis masculinos e femininos.

Por seu turno, também a sociologia se tem ocupado desta questão, embora com interpretações diferentes. Na ótica estrutural-funcionalista, numa versão mais elaborada e de cariz predominantemente axionormativo, as diferenças biológicas e anatómicas dos órgãos sexuais masculinos e femininos são convertidas e erigidas em elemento constituinte das diferenças de género, alegando que as diferenças biológicas satisfazem determinadas funções específicas na família e requisitos básicos da ordem social. No contexto de emergência e consolidação do modo de produção capitalista sob o modelo fordista, surge o conceito de salário masculino como salário familiar, pertencendo à conceção estruturo-funcional sobre a família (cf. Parsons, 1956) a velha e recorrente distinção entre a função instrumental levada a cabo pelo homem, tradicionalmente considerado o provedor (“ganha-pão”) da família, e a função

expressiva exercida pela mulher no âmbito doméstico, vista como competência específica e polo afetivo-emocional dedicado ao cuidado do lar. Estas funções assentariam no modelo de complementaridade harmónica do casal. Este modelo da harmonia na hierarquia matrimonial está também presente em certos antropólogos clássicos como Malinowski (1975/1929) e Evans-Pritchard (1975/1955) que, não obstante criticarem os evolucionistas Morgan e Bachofen pelas suas retroprojeções sobre as sociedades primitivas como igualitárias, promíscuas e matriarcais, convergem com estes sustentando que as alegadas “diferenciações sociais entre os sexos” e os correlativos papéis masculinos e femininos são condicionados por “fatores biológicos e psicológicos profundos” (v.g., os homens como detentores da autoridade e poder na esfera pública e as mulheres como ‘esposas’ reprodutoras e ‘mães’ cuidadoras)⁶.

Avaliando, ainda que brevemente, esta visão, dela se pode inferir uma justificação da prevalência masculina com uma dimensão fortemente ideológica na medida em que ela tem reforçado a teoria dos diferentes papéis sexuais e realimentado concepções conservadoras e até retrógradas sobre a família: o homem com a atribuição do papel de trabalhador ‘detentor’ do posto de trabalho extradoméstico, e a mulher vista como ‘dona de casa’ e ‘servidora do lar’, dependente e ‘protegida’ pela autoridade masculina, mantendo a função de cuidar material e afetivamente do marido e dos filhos e ficando, na prática, arredada dos processos de trabalho extradomésticos e de participação social e política na esfera pública.

Às visões estruturo-funcionais, que tendem a atribuir ao sistema a alocação do diferenciado conjunto de papéis masculinos e femininos, contrapõem-se as perspetivas interacionistas e simbólico-valorativas (cf. Mead, 1934; Goffman, 1974), as quais procuram trazer para primeiro plano não os invisíveis constrangimentos estruturais mas a presença dos atores sociais, ora masculinos ora

6 Quer Malinowski, quer Evans-Pritchard foram posteriormente muito criticados pelo seu androcentrismo: o primeiro, por Anete Weiner (1988 *in* Casares 2008), quarenta anos depois do trabalho de campo na mesma ilha dos Trobriands investigada por Malinowski (1975/1929); esta autora, apesar de reconhecer os aspetos positivos do trabalho de Malinowski, apontou-lhe certos enviesamentos: exclusividade valorização da riqueza produzida pelos homens e desvalorização das atividades produtivas das mulheres, vistas como sujeitos passivos, atribuindo erroneamente a relevância da mulher ao sistema de parentesco matrilinear (*in* Casares 2008: 135 ss). Relativamente a Evans-Pritchard (1975/1925), este autor, ao tentar comparar o estatuto da mulher nas sociedades primitivas e civilizadas como a britânica, evidencia um enviesamento ideológico e androcêntrico sob uma capa científica. Com efeito, não só sustenta a satisfação e elevado estatuto das mulheres nas sociedades primitivas pelo desempenho dos seus papéis de esposas e mães sem necessidade de invejarem o lugar dos maridos, como adverte para o perigo de se diluírem nas sociedades civilizadas as diferenciações entre os sexos, o que teria como consequência a perda de autoridade do homem enquanto marido e pai (*in* Casares 2008: 145 ss).

femininos, as suas recíprocas interações, a negociação dos papéis, a partilha das experiências e vivências, as quais são decisivas para definir e construir a própria identidade, ora masculina ora feminina ora ainda uma outra, nomeadamente transgénera. Esta linha de pensamento foi ainda mais desenvolvida por etno-metodólogos como Garfinkel (1967) ou fenomenologistas como Schutz (1993), segundo os quais as identidades e seus significados negociados e emergentes no senso comum são construídas na base de determinadas regras.

Outros ainda realçam a importância do modelo organizacional e de poder em que os homens, detendo as alavancas do poder em vários níveis e instituições, desde as centrais às locais e familiares, tendem a perpetuar-se nas instâncias de decisão em prejuízo das mulheres, que detêm, em regra, um papel subordinado: em casa, na escola, no trabalho, na vida política, posição esta partilhada por uma considerável parte das feministas (cf. Roberts, 1984). Esta linha explicativa remete-nos basicamente para a conceção weberiana centrada na análise das relações de autoridade e poder no seio dos grupos domésticos e sua articulação com a organização societal e a configuração dos diversos grupos sociais (cf. Weber, 1978: 359, 365 ss). Weber (1978) realça a formação da instituição familiar como processo e local de regulação política e económica em torno de um património sob a orientação do patriarca, que implica um controlo ora sobre o património, ora sobre a sexualidade (feminina). Esta posição é também subscrita por Segalen (1980: 60 ss), Flandrin (1984: 8 ss) e sobretudo Bourdieu (1972: 1120, 1980: 238, 320 ss), segundo o qual as relações de autoridade e poder no interior das famílias pressupõem a existência de concorrência geradora de tensões e conflitos que ameaçam a unidade e a coesão domésticas⁷. Porém, no quadro do modelo de poder, o autor que representou um especial suporte para as próprias teorias feministas foi de longe Foucault (1992, 1994), o qual mostra como operam, a nível (infra)estatal, comunitário e doméstico, os mecanismos de poder quase invisíveis mas eficazes.

7 Cf. também Sen (1998) e Valle (2008: 83 ss) sobre as desigualdades na posse e uso dos recursos e, conseqüentemente, sobre as tensões no seio do casal. Esta questão prende-se com a discussão em torno do carácter patricêntrico/patriarcal ou matricêntrico/matriarcal das sociedades tradicionais, sobretudo agrárias. Entretanto convém assinalar que o modelo parsoniano em torno do homem-provedor *versus* mulher cuidadora não teve correspondência empírica nas comunidades tribais ou sociedades tradicionais agrárias e, muito menos, nas comunidades indígenas, como referem respetivamente Casares (2008: 29), Safa (2008: 59, 70 ss) e León (2008: 110 ss). Do mesmo modo, este modelo androcêntrico tão pouco é aplicável às mulheres afrodescendentes, cuja relativa autonomia económica e sexual é salientada por vários autores (cf. Stolke, 2006; Safa 2008). Em relação ao espaço luso-galaico, para além de legitimações de carácter biológico e retroprojeções ideológicas sem fundamento histórico, não há unanimidade entre os cientistas sociais, como se evidenciará no capítulo 3.

A posição marxista tem assumido tradicionalmente que as assimetrias sexuais se devem basicamente às desigualdades de classe e, no mundo de hoje, ao sistema capitalista. À desigualdade sexual subjaz a divisão sexual do trabalho como uma das formas da divisão social do trabalho, a qual, embora variável consoante o modo de produção dominante, constitui a base de explicação das desigualdades sociais, inclusive das desigualdades de género⁸, sendo esta uma simples extensão ou produto da desigualdade de classe. Há, porém, a destacar, entre os fundadores do marxismo, o avanço de alguns elementos teóricos relevantes em torno da divisão sexual do trabalho e, em particular, a dimensão histórica em relação à origem e à evolução da exploração e dominação da mulher, que, segundo Engels (1980/1884), se prenderia, por sua vez, com a origem da propriedade privada e do Estado.

A nível programático e político, para as organizações de inspiração marxista, sem excluir propostas realistas de reformas e inclusive sem deixar de apresentar iniciativas progressistas com propostas relevantes para a melhoria da situação da mulher, a solução estratégica deste problema passará contudo pela mudança radical da própria estrutura social e pela emancipação das classes trabalhadoras.⁹

8 Também Lévi-Strauss (1977: 30 ss) destaca que a divisão sexual do trabalho, embora variável conforme os tempos e espaços sociais, constitui um traço universal que contribui para explicar o casamento e suas diversas modalidades, o qual implica necessariamente, em maior ou menor extensão, como pré-requisito de qualquer organização social, a proibição de incesto e, consequentemente, a troca exogâmica de mulheres. Com efeito, esta perspectiva de análise revela o olhar androcêntrico em que as mulheres, tal como assinala Casares (2008), são objeto de troca para fins reprodutivos, enfim, 'coisas' disponíveis e negociáveis entre os homens.

9 Fazendo uma breve análise retrospectiva da experiência soviética e doutros países (ou partidos comunistas) influenciados pela III Internacional, poder-se-á dizer que, não obstante algumas limitações e constrangimentos que as feministas, não tanto ao tempo de Lenine mas mais ao de Estaline, tiveram de enfrentar nos países ditos socialistas (e partidos comunistas), verificaram-se na pós-revolução de 1917 consideráveis avanços em relação à situação de quase servidão da mulher ao tempo da sociedade czarista: a possibilidade legal do divórcio, a despenalização do aborto, a oportunidade de as mulheres se assalariarem graças à introdução de creches, jardins-de-infância, lavandarias públicas, assistência médica e outros apoios na maternidade. Não obstante estes avanços, no período estalinista, na URSS e noutros países os movimentos das mulheres foram dissolvidos, a homossexualidade estigmatizada, a obra *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir considerada uma 'imundície repulsiva', a política de controlo de natalidade um desvio pequeno-burguês. Por sua vez, nos demais países de natureza capitalista, os movimentos feministas, nomeadamente até à década de setenta do século XX, foram invisibilizados e não conseguiram afirmar-se de modo maciço, em parte por falta de requisitos organizativos e por androcêntrismo político-ideológico que confinava as mulheres à esfera doméstica. Mais ainda, segundo Luna (2009), este preconceito androcêntrico transplantava para o movimento feminista a velha ideia imputada aos movimentos pré-industriais multitudinários como 'irracionais', 'impulsivos', 'caóticos'. Por fim, mas não menos importante, à luz da doutrina e prática política dos partidos e movimentos operários, a emancipação ocorreria por via da luta de classes. Para a história das relações entre feminismo

Num campo de intersecção da sociologia marxista e da psicanálise freudiana, importa também destacar a relevante contribuição da teoria crítica da Escola de Francoforte desde Adorno *et al.* (1950) a Reich (1972) e Marcuse (1963), os quais, estabelecendo uma ponte entre a dialética hegeliana, o marxismo e o freudismo, identificaram o *superego* freudiano com as normas e os valores alienantes do sistema capitalista e explicaram os processos de dominação pelo recalçamento do *eros*, criando assim, nos termos de Marcuse (1968), o “homem unidimensional”.

Quanto às abordagens feministas, importa diferenciar várias tendências: desde o feminismo liberal, que se situa numa ótica jurídico-política de igualdade mas de separação de papéis, passando pelo feminismo marxista, assente no conceito de classe, até ao feminismo negro afrodescendente e indígena, focalizado na pertença racial-étnica, de género e de poder (pós-)colonial (cf. Brah, 1992; Mohanty, 1996; Safa, 2008) e ao feminismo radical, centrado no conceito de género, articulado e perpassado pelo conceito de poder ao longo das diversas sociedades. Particularmente este último, rejeitando a perspetiva marxista em torno do conceito prioritário da exploração e dominação de classe, sustenta como primeiro conceito explicativo da diferenciação sexual o conceito nuclear de género e das correspondentes contradições sócio-históricas centradas no sistema patriarcal para a dominação e, eventualmente, a exploração da mulher por parte do homem com toda a série de representações e estereótipos socialmente construídos¹⁰.

Incidindo uma particular atenção no debate entre marxistas e feministas e, no seio destas, entre marxistas-feministas e feministas-não marxistas, importa começar por referir que a tradicional visão marxista, tendo-se focalizado demasiado na produção, quer de objetos, quer de seres da espécie humana, suscitou diversas críticas, particularmente da parte da teoria feminista que

.....
e marxismo, nomeadamente entre movimentos feministas e operários, incluindo as operárias e suas organizações, cf. Alvarez, 2002; e sobretudo Arruza, 2010: 25 ss.

10 Gemma Lazo (2009), na mira de reivindicar uma epistemologia feminista, analisa três tipos de epistemologias feministas: (i) o empiricismo feminista como simples correção liberal da metodologia tradicional; (ii) o ponto de vista feminista partilhando um posicionamento crítico das velhas dicotomias e compromisso de luta político-ideológica por parte das mulheres como novo sujeito histórico; e (iii) o feminismo pós-moderno que, afirmando a morte do homem como essência, a morte da história e a morte da metafísica, desconstrói o próprio conceito universal de mulher, mas admite uma pluralidade de perspetivas fragmentárias, assim como a capacidade de agência das mulheres para a mudança. A autora pretende apresentar uma posição eclética superadora das diferentes tipologias, mas o relativismo ou mesmo o niilismo pós-moderno dificilmente contribui para um posicionamento de síntese e, muito menos, constitui alimento utópico para a mudança estrutural da sociedade em vista da emancipação das classes e categorias sociais dominadas e oprimidas, nomeadamente em termos de género.

deslocou o acento tónico para a família como a instituição nuclear da reprodução social, como veremos na reflexão sobre classe e género.

Se é certo que o processo de industrialização e urbanização veio separar o local de residência e o local da profissão extradoméstica, pelo menos para a maioria dos membros ativos da família, o trabalho doméstico não pago, predominantemente exercido pela mulher, tem constituído na divisão social e sexual do trabalho (ainda que com variadas funções conforme o tempo e o contexto espacial) uma condição indispensável do próprio trabalho exercido pelo homem e, em particular, no quadro do modo de produção capitalista, uma base imprescindível para a acumulação e expansão do capital, tal como o acentuaram e desenvolveram diversas/os autoras/es, sobretudo feministas de inspiração marxista¹¹. No entanto, a tradicional posição marxista não assumia o trabalho doméstico como tema central da análise de dominação de género, nem sequer o articulava adequadamente com a problemática da exploração de classe a nível global, considerando como improdutivo o trabalho doméstico ou integrando, quando muito, a intermitência do trabalho doméstico e/ou do trabalho assalariado feminino no quadro da teoria marxista sobre o exército industrial de reserva. Outros, porém, como Braverman (1974) avançaram a hipótese de que a tendência de desqualificação do trabalho atingia, de modo particular, a força de trabalho feminina. Outras ainda como Brown (1970) e Ortner e White (1988), com uma forte orientação feminista, assumiam que a explicação básica da dominação masculina residiria no facto de a mulher ter sido confinada aos tradicionais papéis domésticos, nomeadamente em torno das funções de maternidade.

Dada a insuficiência da interpretação marxista dominante, o feminismo radical, desenvolvido sobretudo a partir dos anos setenta do século XX, veio sustentar que a contradição básica das desigualdades sociais residia analiticamente não na contradição de classes mas antes na contradição de género, destacando assim a dominação patriarcal da mulher, quer em termos diacrónicos, quer em termos sincrónicos. Para as feministas radicais não marxistas a relação de dominação e/ou exploração patriarcal atravessa os vários modos de produção e, mesmo em relação ao capitalismo, apresenta uma lógica e uma dinâmica autónomas assentes ora nas diferenças sexuais biológicas e reprodutoras (Firestone, 1976: 20 ss), ora na específica dominação patriarcal

¹¹ Cf., entre outros, Zaretsky, 1973; Meillassoux, 1977; Ferreira, 1981: 48 ss; Wallerstein, 1984; J. Brenner e B. Laslett, 1986: 116 ss; Liljestrom, 1986: 144. Esta ideia-força tem sido amplamente desenvolvida por diversos autores marxistas que analisam a articulação entre diversos modos de produção no processo de acumulação e expansão do capitalismo.

nas relações públicas e privadas (Walby, 1997). Esta contradição homem-mulher seria por si só suficiente para dar conta das múltiplas e complexas formas de dominação patriarcal em vários tipos de sociedades, explicando inclusive a oposição dos homens, nas organizações sindicais tradicionais, no sentido de limitar a concorrência das mulheres nos mercados de trabalho. Se algumas destas autoras feministas não marxistas e neomarxistas vêm hoje e cada vez mais a adotar o conceito de interseccionalidade na dominação de gênero com outras formas de dominação, subjugação e exploração, até recente data, para grande parte das feministas radicais (cf. Pateman, 1989), o patriarcado constituía o conceito-chave abrangente ou mesmo inflacionado, monolítico, exclusivo e autossuficiente para explicar toda e qualquer forma de desigualdade, dominação e invisibilidade. Porém, tal significaria cair no mesmo erro, ainda que de sinal inverso, do marxismo tradicional em torno do conceito de classe, levando inclusive críticos como Fraisse (2003: 67 ss) a afirmar que o feminismo radical, assente no feminismo da diferença, seria um 'feminismo de uniformidade', que, em última instância, convergiria ou inclusive remeteria para um certo fundacionalismo biológico, mesmo que socialmente construído. Ora, de facto, não obstante elementos comuns a todas as mulheres, estas conhecem contudo entre si diferenças ou mesmo desigualdades em termos de pertença de classe, étnica, de nacionalidade, entre outras.

Cada vez mais, porém, a linha mais fecunda para superar as contradições de classe, étnicas e de gênero será mais uma vez a combinação das velhas perspectivas marxista e weberiana. É nesta linha que Roberts (1984), Hartman (1982), Sacks (1979) e Thúren (1993), cruzando várias influências, desde a weberiana à marxista, sustentam que o poder da mulher varia em função do grau de disposição sobre recursos e recompensas, do modo e da medida de participação no processo produtivo, do grau de mobilidade e presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho. Esta última variável constitui um fator que, ao ser integrado na teoria das desigualdades sociais, exige uma perspectiva multidimensional e pluricausal, uma nova articulação entre gênero, etnia e classe (Phizacklea, 1990; Crompton, 1997, 2003; T. del Valle, 2000; Mac an Ghail e Haywood, 2007; Arruzza 2010) e inclusive, segundo estas autoras e Garnsey (1982: 427), uma reconceptualização das teorias da estratificação e das classes sociais. Por outras palavras, como refere a antropóloga Narotzky (1995: 11), "A perspectiva de gênero tem uma dimensão epistemológica e metodológica fundamental. Equaciona novas problemáticas e, ao mesmo tempo, obriga a questionamentos conceptuais

que afetam toda a disciplina (antropológica)¹². É aliás nesta base que certos/as cientistas sociais feministas, nomeadamente psicólogas sociais (Creenshaw, 2000, 2002; McCall, 2005; Walby, 2007; Nogueira, 2013), cruzando raça/etnia, género e classe, têm advogado com justeza a teoria da interseccionalidade, a qual contudo não deveria perder de vista os contributos relevantes da teoria crítica de inspiração neomarxista e sobretudo o legado seminal weberiano, em termos teórico-metodológicos, nomeadamente a perspectiva pluricausal e pluridimensional (cf. Weber, 1978), ou seja, a teoria da interseccionalidade, sendo relevante, não é pioneira ou inovadora em absoluto.

Regressando à questão da identidade, nomeadamente de género, tal como o sustentam Pinto (1991), Jenkins (1996) e Mac an Ghail e Haywood (2007), ela não pode ser definida de modo isolado, culturalista e subjetivo-emocional (cf. Bradley, 1999) e, muito menos, apenas a partir de atributos físicos e psicológicos dos indivíduos; ela é resultante do conjunto de pertenças e/ou efeitos de estruturas, instituições e práticas, articulando as condições objetivas, organizativas e subjetivas na relação entre sujeito(s) e o mundo envolvente.

Tal como referem diversos autores, como Giddens (1991, 1992), Beck (1992), Bauman (1998, 2001), Altman (2001), poder-se-á admitir que os processos de reestruturação e mudança económica, social e política na mais recente fase de globalização geraram diversas contradições e conflitos, tendências de risco e fragmentação, redes de comunicação, reflexividade, individualização e mobilidade na vida das pessoas, mas, contrariamente à sua tese de que tais processos conduziriam à eliminação dos constrangimentos de classe e de género, tal não ocorreu de facto. Com efeito, tais processos de globalização e modernização reflexiva deixaram marcas estruturantes não só na inserção/exclusão nas redes de informação e comunicação (Castells, 1996; Lash, 1994), na segmentação e divisão sexual de trabalho nos espaços laborais e respetivos

12 A epistemologia feminista tem sido reivindicada desde os anos setenta do século XX por diversas cientistas sociais feministas que assumem que quer as ciências sociais quer sobretudo as naturais se têm caracterizado por um androcentrismo, não só pelo número de cientistas homens ao longo da história como por se definirem de um ponto de vista masculino enviesado e amiúde positivista. Tal situação, independentemente da necessidade de analisar os diversos tipos de epistemologia, coloca como questões centrais: o problema do 'sujeito conhecedor/a situado/a' assim designado por Haraway (1995) e o problema da objetividade dada como neutral e imparcial (cf. Harding, 1983, 1996; J. Scott, 1990; Amâncio, 1994, 2003; Durán, 1996; Lazo 2009). Se há argumentos válidos e pertinentes para reivindicar especificidades epistemológicas feministas e impugnar certos pressupostos e dicotomias da metodologia positivista (neutralidade axiológica e política sob a capa de objetividade, a separação do emocional do racional como polos opostos; dicotomia e separação do sujeito *versus* objeto, visto este como externo ao sujeito), convirá também ter presente que estes pressupostos já tinham sido desconstruídos e desmontados no âmbito das teorias críticas antipositivistas, nomeadamente a da Escola de Francoforte.

recursos em termos de classe e género (Bradley, 1999; Adkins, 1995), como na polarização ou diluição das relações de género, intimidade e erotismo, na medida em que aqueles processos têm vindo a questionar a tradicional ordem social naturalizada e assente no binómio homem provedor- mulher cuidadora. Porém, para além das condicionantes do espaço-tempo, da etnicidade, da nacionalidade e de outras características, quer o género quer a classe e respetivos graus de poder de disposição sobre recursos continuam a ser lentes estruturantes para compreender e explicar as crises existenciais dos grupos sociais e dos indivíduos e sua capacidade de controlar os comportamentos dos outros, assim como as transformações sociais, económicas, culturais e políticas da sociedade e suas reconfigurações contemporâneas.

3. Poderes e representações sobre a sexualidade: breve retrospectiva histórica

Se até à década de setenta do século XX, particularmente nos meios rurais, a sexualidade era um tema tabu, na antropologia e sobretudo na sociologia era um assunto marginal e negligenciável ou, quando muito, o seu tratamento surgia subsumido como um assunto ‘desviante’ no âmbito do parentesco, da família e do casamento. Um passo mais para a compreensão das diferentes interpretações acima delineadas exige que façamos um esforço conceptual no sentido de definir a sexualidade, sobre a qual não há contudo unanimidade.

O fenótipo sexual, constituindo uma base de diferenciação biológica entre homens e mulheres, serviu simultaneamente durante séculos como justificação ideológica de desigualdades de género. Porém, as legitimações ou argumentações têm diferido consideravelmente. Assim, enquanto nos círculos conservadores tópicos como sexualidade, prostituição, homossexualidade ou eram tabus ou eram desqualificados e verberados pela religião dominante em cada contexto espaço-temporal – em Portugal pela religião católica –, nas esferas ora liberais ora emancipatórias o continente da sexualidade era objeto de interpretações biogenéticas e psicológicas, em particular pela psicanálise de inspiração freudiana ou junguiana.

Se, numa ótica organicista, funcionalista e conservadora, a sexualidade era vista como um forte impulso carnal que, derivando de energias biológicas instintivas e inatas, deveria ser controlada de modo a evitar os seus efeitos destrutivos e ameaçadores da moral e da ordem social vigente, já numa perspetiva libertária, a sexualidade, enquanto força libidinal irresistível, deveria irromper contra o repressivo sistema normativo dominante, não só presente

nas sociedades tradicionais, como também na moderna civilização vitoriana, puritana. Em ambos os casos, a sexualidade tendia a ser conceptualizada de modo essencialista como uma força biogenética imparável, próxima da natureza animal e, senão anticultural, pelo menos, metassocial e transcultural¹³. Por um lado, na versão tradicional da maior parte das religiões, nomeadamente da católica, a sexualidade, inerente ao corpo e embebida na 'degradada' condição terrena do ser humano, só podia ser vencida pela força do espírito ou tolerada como mal menor pelo sacramento do matrimónio, destinado a santificar a relação conjugal e a própria família. A necessidade de controlo e domesticação da sexualidade, em particular da feminina, conheceu várias formas e expressões desde a mortificação do corpo na defesa das superiores virtudes da castidade e da virgindade, passando pelas práticas monogâmicas, até à posse e controlo da honra feminina através do controlo da propriedade fundiária na herança e no modelo androcêntrico de casamento.

Sem menosprezar os contributos valiosos de diversos autores, sobretudo por parte de Freud (1975) e seus seguidores, há que reconhecer que a tendencial naturalização da sexualidade e outros fenómenos com ela relacionados viriam a ser desconstruídos por sociólogos, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais que começaram a encarar a sexualidade, não apenas como um atributo ou propriedade de ordem biogenética ou psíquica, mas como um produto social ou, como diria Foucault (1994), um constructo histórico compreensível no seu contexto sócio-histórico. A sexualidade é, segundo o autor, justamente um dos campos onde os diversos poderes, nomeadamente os institucionais, se exercem, seja de forma coerciva e impositiva, seja de modo subtil, sub-reptício, quase invisível, mas extremamente eficaz. Sendo o sexismo resultante das relações de poder na perspetiva foucaultiana (cf. Foucault, 1992), é compreensível que o movimento feminista tenha assumido, como foi referido, o pensamento foucaultiano como um dos alicerces do seu posicionamento face à sociedade

13 Millet (1974), não obstante avaliar positivamente os contributos marxistas, nomeadamente de Engels sobre as origens da família patriarcal, evidenciou o seu desacordo em relação às potencialidades de prazer do corpo e sexualidade por parte das mulheres vistas apenas como escravas do patriarcado. Imbricado nesta conceção está o dualismo natureza-cultura: enquanto a mulher era acoplada à natureza, o homem era associado à cultura. A construção desta dicotomia, segundo Ortner (1979, 1988) e Casares (2008), alimentaria e estaria na base da dominação político-ideológica do homem sobre a mulher nos diversos tipos de sociedades. Noutras sociedades, determinadas distinções entre o selvagem e o doméstico, tal como o comprovaram os estudos de Harris e Strathern, respetivamente sobre agricultores Llaymi nos Andes bolivianos e os povos da Papua-Nova Guiné (*in* Orobítg, 2003: 269 ss), não se convertem em relações de dominação/subordinação: entre os primeiros, os meninos e as meninas são vistos como domesticados quando começam a falar; e, entre os segundos, homens e mulheres são considerados não domesticados antes de casar.

patriarcal, concebendo assim a esfera das relações privadas ou (inter)pessoais de género como uma das expressões das relações de poder.

A diferença biológica e anatómica dos órgãos sexuais masculinos e femininos converteu-se de elemento constituinte da sexualidade em justificação ideológica da dominação masculina, como veremos adiante. Sem negar os ‘imperativos’, as potencialidades biogenéticas e psíquicas, os desejos e as emoções, aliás em regra sempre presentes na atividade sexual, importa sublinhar, como o fazem Weeks (1986: 15 ss) e Nencel (1994), que a sexualidade não pode ser abordada como uma espécie de energia biopsíquica apenas derivada de genes, hormonas, instintos ou do inconsciente e, como tal, ‘naturalizada’ e desligada do contexto social e histórico. Ela engloba um conjunto de possibilidades biológicas e mentais (identidade de género, diferenças corporais, capacidades reprodutivas, necessidades, desejos, fantasias, emoções, valores), que, contudo, não necessitam de estar todas ligadas e, em certas culturas, não o estão. Por isso, contrariamente a uma abordagem fixista, determinista e reducionista de cariz ora biogenético ora psíquico, a sexualidade comporta várias dimensões que fazem de uma relação sexual uma relação social que, como qualquer outra, é socialmente condicionada, estruturada e construída, para usar a teorização de Luhman (1982) e Bader (1991), em diversos patamares: socioestrutural, organizacional e interacional.

Para entender a sexualidade e o entendimento diverso dado ao comportamento sexual dos homens e das mulheres, há que partir da vertente socioestrutural, ou, seja, da condição objetiva de vida dos respetivos grupos de pertença das mulheres – o que engloba a classe social, o género, a idade, a pertença étnica ou nacional e demais recursos; em seguida, há que a articular com outros níveis, a saber, o político-organizacional no seio da comunidade e da casa e, por fim, o interacional, o qual toca as próprias vivências, experiências e sociabilidades no seio de cada género e entre os membros dos géneros masculino, feminino e transgénero. Contrariamente a autores que, de uma ou outra forma, essencializam e projetam, quer sobre os homens, quer sobre as mulheres, determinadas características ou atributos de cariz biogenético, psicológico ou sociomoral e cultural, importa, tendo em conta estas vertentes, relevar o processo relacional que, em determinado contexto histórico em termos socioeconómicos, políticos e culturais, permite compreender e explicar os comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo oposto.

A nível organizacional e político-administrativo, o maior ou menor grau de interferência institucional – eclesiástica e civil –, a maior ou menor dose de repressão patriarcal e administrativa com as mais variadas proibições e

tabus, em particular sobre as mulheres, são dependentes do tipo de sociedade e seu contexto espaço-temporal, das mentalidades, doutrinas e ideologias da época, sobretudo ao nível institucional e estatal, em relação aos comportamentos sexuais humanos. Vários autores, entre os quais Flandrin (1983) e Goody (1983), demonstraram que as origens da moral sexual ocidental remontam à cultura judaico-cristã, fundada no mito em torno de Adão e Eva (superioridade do homem, seduzido e forçado a trabalhar e sustentar a prole; inferioridade da mulher, sedutora mas destinada à função reprodutiva) e refundada nos primórdios do moralismo cristão, sobretudo entre os séculos VI e XI, cujos mentores eclesiásticos determinavam certos interditos ou períodos de continências sexuais, nomeadamente sobre os dias, as circunstâncias e as formas de cópula conjugal¹⁴. Para os moralistas cristãos desta época – cujas reminiscências eram visíveis ainda nas aldeias do Noroeste português sobretudo até aos anos setenta do século passado (cf. Silva e Van Toor, 1988; Silva, 1998) – impunha-se que o espírito vencesse a carne lasciva. Por isso, além de exaltada a abstinência pela castidade celibatária, os prazeres sexuais eram condenados como comportamentos luxuriosos, selvagens, irracionais, mesmo no quadro do casamento. A paixão era perigosa para o homem e para a sociedade, pois, se fornicar fora do casamento era um pecado muito grave, grave era também fazê-lo com paixão ardente com a própria mulher. Mais, não só a mulher era portadora de ‘imundas’ impurezas (v.g. o sangue menstrual), como o próprio coito era fonte de impureza; por isso, se questionava inclusive se a mulher grávida, devido não tanto à fecundidade mas ao ato sexual que a provocara, podia ser batizada (*in* Flandrin, 1983: 87 ss, 99-100, 116-124)! A sexualidade só era, portanto, admitida desde que útil à sociedade, para a procriação; como tal,

14 Entre outros interditos, refira-se o não ter relações sexuais durante certos períodos (quaresma, festas como Natal e Páscoa), nem durante a gravidez, pois esta transgressão, contrariamente ao “exemplar” comportamento dos animais, representaria, segundo S.to Ambrósio e S. João Crisóstomo, a profanação do trabalho da criação divina nas entranhas da mulher (*in* Flandrin, 1983: 84-85). E, quanto ao modo de relacionar-se sexualmente, era vedado fazê-lo pela retaguarda da mulher e impunha-se que as relações sexuais fossem feitas “com juízo” e sem paixão, tal como advertia S. Jerónimo: “O homem sábio deve amar a sua mulher com juízo, não com paixão. Que ele controle o ímpeto da voluptuosidade e não se deixe levar precipitadamente à cópula. Não há nada mais infame que amar uma esposa como uma amante... Adúltero é também o amoroso demasiado apaixonado pela sua mulher... Em relação à esposa de outrem, com efeito, todo o amor é vergonhoso; em relação à própria, o amor excessivo” (*in* Flandrin, 1983: 116). Cf. também M. V. Almeida (2000: 75-81). Segundo Flandrin (1983: 69 ss), estes interditos, para além da glorificação do celibato e da esterilidade por diversos santos padres da Igreja Católica (S.^{to} Agostinho, S. Gregório de Nisa, S.^{to} Ambrósio, S. Jerónimo, S. Basílio, S. João Crisóstomo) poderiam, se rigorosamente observados, pôr em perigo o equilíbrio demográfico da Alta Idade Média, mesmo que os seus responsáveis não tivessem disso consciência.

deveria ser regulada, controlada, domesticada. Se, como refere Goody (1983), desde o século V até à emergência da modernidade – e em sociedades agrárias como a portuguesa provavelmente até aos anos setenta do século XX – a Igreja constituiu a principal instituição modeladora das regras e normas relativas ao casamento, ela virá progressivamente a ser substituída nessa função mas de forma laica pelo emergente Estado-Nação que, desde os séculos XVIII e sobretudo XIX, veio ganhando um crescente poder de regulação.

É tendo em conta o fundo da doutrina judaico-cristã que é possível compreender como determinadas condutas são consideradas normais, aceitáveis, e outras desclassificadas como anormais, desviantes ou até patológicas, um pressuposto que nos remete para as conceções funcionalistas nomeadamente durkheimianas acerca dos factos sociais normais e patológicos. Aliás, a este respeito, o próprio Durkheim (1974) deixava de ser o sociólogo que pretendia explicar o social pelo social para cair na armadilha filosófica essencialista, ao assumir que o homem, bem como a mulher, sendo ‘por natureza’ devasso ou possuindo apetites desenfreados, nomeadamente os sexuais, carecia de alguma forma de controlo e regulação. Por isso, segundo Durkheim (1977), se a religião e as diferentes comunidades eclesiásticas, nomeadamente a católica, constituíam, nas sociedades agrárias tradicionais e em articulação com Estados de cariz conservador¹⁵, as principais instituições reguladoras de fenómenos ‘desviantes’ ou ‘patológicos’, nas sociedades modernas teriam de ser, a par da família, da escola e dos corpos profissionais intermédios dos próprios cidadãos, as instituições públicas estatais, diretamente ou através de corpos profissionalizados tais como o policial, o judicial e o médico, a regular e controlar o amplo campo biossocial e político da sexualidade¹⁶.

15 Sem pretender de modo algum caracterizar Durkheim (1983) como inspirador de regimes corporativos autoritários – são bem conhecidos o seu empenho no sistema democrático vigente e a insistência nas fórmulas educativas pela persuasão e não pela repressão –, cabe, no entanto, referir que o corporativismo associativo durkheimiano apresenta curiosas semelhanças com a doutrina social da Igreja. No entanto, o corporativismo centralista inerente ao regime ditatorial salazarista afastou-se, em termos teórico-práticos, do corporativismo associativo idealisticamente propugnado por alguns dissidentes internos do *Estado Novo* como, por exemplo, Castro Fernandes (*in* Wiarda, 1977).

16 Com a emergência de doenças sexualmente transmissíveis (ontem doenças venéreas como a sífilis, hoje outras mortíferas como a sida), a premência de regulação e o controlo tornam-se ora razão ora pretexto cada vez mais imperativo em relação ao controlo das sexualidades alternativas ditas desviantes, ‘artificiais’, ‘anormais’ (v.g., uniões de facto, homossexualidades) e, em particular, com a sexualidade mercantilizada como seja a prostituição. Embora em moldes e latitudes diferentes e com meios mais sofisticados que no passado, a política sexual encontra-se também hoje e com maior acutilância no cerne de políticas de regulação sobretudo das sexualidades ditas desviantes e das políticas de saúde pública, nomeadamente em torno do fenómeno da prostituição (cf. Mac an Ghail e Haywood, 2007; Silva, 1998; Machado, 1999; Ribeiro e Sacramento, 2002).

Os padrões de comportamento sexual inculcados nos processos de socialização são, em regra, diferentes por sexo: enquanto as mulheres são educadas no sentido de associar a atividade sexual à intimidade emocional, os homens são induzidos a dissociar o dito impulso sexual e a emoção, suscitando neles diferentes representações e significados da feminilidade: desde a mulher como objeto de prazer, associado à fêmea animal com uma sexualidade potencialmente transgressiva e disruptiva, passando, por vezes, por arquétipos (v.g., ‘mulher-serpente’) e estereótipos (a ‘mulher-puta’), até à figura virtuosa e protetora de ‘esposa’ e ‘mãe’, paradoxalmente assexuada e sublimada como fonte de vida (v.g. a procriação, o leite materno). Tal como já o fizera Segalen (1983) para o contexto rural francês, tais códigos morais e culturais androcêntricos terão certamente de ser articulados com a própria estrutura social e económica das sociedades agrárias, nomeadamente mediterrânicas, e, em particular, com a correlativa necessidade de preservação do património fundiário, como salienta J. Schneider (1971) e, por fim, mas não menos importante, com o dominante carácter patricêntrico nas casas destas comunidades¹⁷.

Os resultados de vários estudos pressupõem uma luta interna entre marido e mulher pelo controlo do poder doméstico e, como tal, terão de ser compreendidos e explicados, quer a partir do volume de recursos¹⁸ que cada partido traz consigo para o casamento e/ou adquire na pendência do mesmo, quer sobretudo devido aos mecanismos tradicionais de subordinação política e ideológica feminina, entre os quais o designado binómio cultural da honra e da vergonha que, na base de certos atributos de ordem sexual, pressupõe como interdependentes e complementares papéis e funções social, económica e politicamente desiguais entre homens e mulheres.

17 Alguns resultados obtidos da própria investigação em Aguiar, no concelho de Barcelos, mostram que, a par de 30,8% de casos de dominação masculina e 37,5% de relativo equilíbrio mais ou menos instável mas negociado, só em 8,6% de casas era, de facto, a mulher quem comandava os destinos da casa (cf. Silva, 1991: 87). Mesmo numa região a Sul, concretamente em Oeiras, em que parece haver menos casos de autonomia e poder feminino no seio das respetivas casas que no Norte do país, A. N. Almeida (1986) constata que, a par das diversas formas de sujeição e subordinação das mulheres e da sobrecarga de trabalho doméstico, elas detêm, contrariamente às representações e discursos correntes externos sobre a passividade e submissão femininas, uma margem considerável de gestão e de ‘poder de facto’ na casa, incluindo o controlo sobre o dinheiro ganho por maridos e filhos.

18 Para definir o poder doméstico, importa ter presente, além do local de residência, a composição dos grupos domésticos e as interações conjugais, o conceito de recursos materiais e simbólicos em termos amplos: bens patrimoniais, atributos estéticos e eróticos, experiência e força física, habilidades, saberes e qualificações, honra, prestígio e poder local, utilização do espaço e do tempo, entre outros. Para maior desenvolvimento, cf. capítulo 3.

Ao longo do tempo têm-se reproduzido e legitimado estas e outras normas e valores estereotipados acerca do comportamento masculino e feminino: o homem, como elemento ativo e assertivo, do ponto de vista social, profissional e sexual; a mulher, como elemento passivo, com um papel restrito à esfera doméstica, a quem o binómio honra-vergonha¹⁹ é avaliado e aplicado de modo negativo e defensivo (tabus, proibições, defesa da virgindade). Nos padrões tradicionais de socialização entre rapazes e raparigas, as imagens construídas sobre a mulher como criatura subordinada, sexualmente insaciável e perigosa e, portanto, carenciada de proteção para se manter casta e virgem antes do casamento, bem como a assunção do seu papel de recatada esposa e mãe de filhos, voltada para o interior da casa, serviam efetivamente a ordem social vigente e, em particular, o poder masculino. Assim, enquanto os ‘desvios’ ou ‘aventuras’ masculinas em matéria de comportamento sexual, além de justificadas pela ‘impulsividade natural’ masculina, não afetavam a honradez do homem ‘prevaricador’, podendo mesmo ser objeto de encómio, a mulher, transgredindo, ficava indelevelmente marcada, emocional e economicamente sobrecarregada na comunidade, nomeadamente sempre que surgiam filhos ilegítimos de relações sexuais não convencionais ou oficialmente aprovadas. Do mesmo modo, enquanto ao rapaz era tolerada e até estimulada e mesmo premiada qualquer aventura sexual extravagante e atrevida, à mulher era recomendada ou até imposta a contenção sexual, sendo-lhe refreados e reprimidos os seus apetites sexuais, não só por parte dos padres – os ‘empresários da moral’, na terminologia de Becker (1968) –, mas inclusive por parte da família e, em particular, dos pais.

Contrariamente à interpretação culturalista defendida por autores como Pitt-Rivers (1988), Peristiany (1988) e, até certo ponto, J. P. Cabral (1991), o código de honra-vergonha nomeadamente no campo sexual não possui apenas uma

19 Honra e vergonha são conceitos correlativos, ora numa perspetiva coletiva, ora numa abordagem individual. A honra e a honradez, não obstante serem vistas como atributos coletivos de certas sociedades nomeadamente mediterrânicas, necessitam de ser reativadas e dependem da vontade dos membros da família e, em particular, do homem. O próprio conceito de honra pressupõe a posse não só de bens a defender como de atributos, valores e virtudes apreciadas num “verdadeiro homem”, no “homem viril”, adulto, geralmente casado, que se respeita e faz respeitar, se necessário pelo confronto físico, pela sua lealdade e equidade, pela sua generosidade e colaboração na comunidade, que se responsabiliza pelo sustento e pela proteção da família e se orgulha da sua reputação social e sucesso profissional. Já, porém, a mulher, para que seja considerada honrada, deve trabalhar e gerir bem a casa, tê-la limpa, cuidar do marido e dos filhos – os quais deverão andar bem asseados –, ser recatada e modesta, cumprir com as suas obrigações designadamente religiosas, comportar-se decentemente, de modo a não perder a honra, numa associação de conceitos sociomorais que obriga a estabelecer uma especial relação com a esfera sexual (“a pureza sexual”) (cf. Pitt-Rivers, 1988, 1997; Brandes, 1991; Peristiany, 1988).

dimensão cultural, mas é interdependente e condicionado por outros fatores que se prendem, como refere Cole (1991), com a posição económica e social da mulher-trabalhadora e com a ideologia católica da dominação e sujeição da mulher pelo homem. Apesar da pertinência da desconstrução teórica e ideológica do binómio cultural honra-vergonha, como o faz Cole (1991), é importante reter que tal construção não era contudo apenas ideológica, mas fazia parte de uma realidade económica e social vivenciada no quotidiano das sociedades rurais, sobretudo mediterrânicas, até recente data. Por isso, tais códigos culturais não podem ser evacuados simplesmente como espúrio fator ideológico na medida em que tais códigos, mesmo quando não totalmente concordantes com a realidade, estavam nela incorporados. A manutenção do código da honra-vergonha na sociedade rural portuguesa, entre outras, tem representado uma forma de dominação dos grupos sociais mais providos e, em especial, dos homens desses grupos sobre as respetivas mulheres. Se as mulheres sem recursos fundiários, quando transgressivas, eram dadas como ‘mulheres sem vergonha’, as demais, podendo herdar ou tendo herdado bens patrimoniais, eram obrigadas a observar comportamentos sexuais condizentes com o seu estatuto, ora de potenciais candidatas a bons casamentos, ora de esposas herdeiras e conformadas às normas dos grupos sociais dominantes. A este respeito será interessante salientar que o princípio da articulação entre honra e posição social é mais aplicável às famílias abastadas, uma vez que, no caso das famílias pobres e assalariadas, ele é, tal como o referiu Cutileiro (1977), derogado: as criadas e as mulheres dos trabalhadores assalariados, por motivos de dependência clientelar, podiam ter relações sexuais com os patrões dos seus maridos, mesmo, não raro, com o conhecimento destes últimos.

A política sexual reemerge hoje como objeto de disputa e mobilização políticas, inclusivamente partidárias, por um lado, entre conservadores restritivos e hostis à educação sexual e às sexualidades alternativas e, por outro, liberais permissivos e praticantes destas práticas alternativas, bem como protagonistas de correntes contestatárias de cariz ora moderado (socialistas), ora mais radical (marxistas e feministas). Graças às lutas e aos movimentos sociais conduzidos por estas últimas forças contra as políticas e ideologias conservadoras, têm-se registado alguns avanços nas políticas sexuais e, na expressão de Weeks (1986) e A. C. Santos (2005), na “cidadania sexual”, avanços que para uns representam uma forma de incorporação desses movimentos e para outros conquistas e plataformas para novas reivindicações.

4. Género e classe: por uma articulação conceptual pluridimensional

A tradicional visão marxista, tendo-se centrado demasiado na produção, quer de objetos, quer na reprodução de seres humanos, suscitou diversas críticas, particularmente por parte da teoria feminista, que deslocou o acento tónico para a família como a instituição nuclear da reprodução social, a qual, a par ou em articulação com outras instâncias, criaria os mecanismos de suporte propiciadores das condições específicas necessárias à produção dentro e fora da casa.

Avaliando as várias concepções sobre as desigualdades de género através referidas, considero extremamente aliciante o debate recorrente entre os marxistas e as feministas, propondo a este respeito um casamento oficializado, que, após os primeiros (des)encontros informais, quase clandestinos, na luta prática diária, conduza a equacionar e articular de modo fecundo o velho-novo problema em torno da relação entre classe e género.

Em primeiro lugar, está em causa a perspetiva tradicional marxista, que, ao centrar-se no modo de produção, secundarizou ou subestimou o processo de reprodução que, em relação às questões do género, é nuclear, sendo possível fundamentar esta posição a partir duma nova leitura dos próprios escritos de Marx e Engels, desde a *Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 1976), passando por *O Capital* (Marx, 1974), até à *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (Engels, 1980). É, talvez neste último texto que surge com maior clareza a centralidade estruturante não só da produção como da reprodução social: “De acordo com a concepção materialista da história, o factor decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do próprio homem, a produção da espécie” (Engels, 1980: 8).

Tal como na relação entre o modo de produção capitalista e os demais modos de produção não capitalistas (camponês, artesanal, tributário), em que estes são subsumidos e incorporados por aquele sob formas de coexistência subalternizada em função da necessidade de reprodução e expansão do capitalismo, assim também o trabalho doméstico, histórica e usualmente feminino, desempenha um papel crucial na criação de valor, servindo assim os objetivos de produção e de reprodução do sistema. Trata-se assim da articulação entre o trabalho assalariado fora de casa e as formas de trabalho domésticas não capitalistas utilizadas pelo próprio modo de produção capitalista, perspetiva esta

que obriga a abandonar a homologia dual, segundo a qual, enquanto ao homem pertenceria a esfera da produção, à mulher caber-lhe-ia a esfera da reprodução.

O próprio conceito de reprodução social aplicado à economia e à sociedade comporta inexoravelmente, nas esferas da produção, distribuição e consumo, relações e trocas, quer dos seres humanos entre si, quer destes com a natureza e os ecossistemas envolventes, processos e relações que se repercutem nas próprias relações interfamiliares e intradomésticas. Nesta ótica, o processo de reprodução implica um processo de produção e vice-versa: “Nenhuma sociedade pode deixar de consumir, nem pode, portanto, deixar de produzir. Por conseguinte, todo o processo social de produção considerado nos seus constantes vínculos e no fluxo ininterrupto de sua renovação é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução” (Marx, 1974: 515).

Para Harris e Young (1981: 113) dever-se-ão distinguir três sentidos de reprodução social consoante a amplitude e o nível de abstração envolvidos: (i) enquanto reprodução duma determinada sociedade ou formação social; (ii) enquanto reprodução da força de trabalho; (iii) e enquanto forma de produção de seres humanos, ou seja, de reprodução biológica da espécie. Se esta última constitui uma condição necessária da reprodução da formação social, as condições e respetivas taxas de reprodução humana não derivam simplesmente da reprodução da sociedade como um todo. Do mesmo modo, a reprodução do trabalho adequadamente socializado é igualmente condição necessária mas não suficiente da reprodução social, pelo que implica os portadores de relações sociais específicas, incluindo também os não produtores. Enquanto o conceito de reprodução social na primeira aceção, em termos sistémicos e ao nível mais abstrato – aliás tratado por Marx (1974) ao analisar o circuito recorrente da reprodução do capital (produção-circulação-consumo-produção) –, pressupondo ou não as relações do género, não exige necessariamente a diferenciação homem-mulher, já, porém, nos dois subseqüentes sentidos, a inclusão da discussão sobre o género torna-se imprescindível, uma vez que é sob condições concretas, não só de dominação e subordinação capitalista de homens por homens, mas também de género (ou seja, de mulheres por homens e de homens por homens quanto ao controlo da circulação/distribuição das mulheres), que a reprodução alargada do capital ocorre e, eventualmente, se intensifica. Consequentemente, tal pressuposto exige que, tal como a aplicação de categorias do modo de produção capitalista a modos de produção não capitalistas comporta indevidamente definições negativas às respetivas classes sociais destes últimos (cf. Silva, 1987), também para dar conta das desigualdades de género, o clássico conceito de classe é insuficiente e, por

isso, terá de ser questionado, reequacionado e complementado com outras categorias específicas e, neste caso, categorias associadas ao género. Ou seja, os processos de acesso e controlo do trabalho em sociedades não capitalistas são codeterminados não tanto por outros critérios que não apenas nem sobretudo os do mercado de trabalho, mas mais por fatores como as relações de parentesco, filiação, idade, controlo sobre o processo de circulação, prestígio e outros (cf. Meillassoux, 1977). Donde, o controlo quer sobre o trabalho, quer sobre a sexualidade feminina e a capacidade reprodutiva das mulheres, quer ainda sobre a força de trabalho destas e da dos seus próprios filhos, nomeadamente através do casamento, difere de sociedade para sociedade; estes aspetos são todavia centrais para aferir a importância das relações do género para a reprodução social.

É nesta ótica que autores como Oakley (1979: 10 ss) e sobretudo Harris e Young (1981: 124 ss), procurando suprir uma lacuna na tradição marxista e na própria antropologia, em geral mais ocupada com os mecanismos de transmissão da propriedade, assinalam a importância fulcral da reprodução do trabalho, a qual, sendo condição *sine qua non* da reprodução social, abrange três aspetos: (i) a alocação e subsequente reprodução dos indivíduos através de práticas matrimoniais predominantemente endogâmicas no seio de determinada classe; (ii) a reprodução ideológica do trabalho adequadamente socializado em determinadas práticas, normas e valores culturais, o que é cultivado a partir das primeiras fases do processo de socialização doméstica e escolar, aspeto este destacado por Bourdieu e Passeron (1975); e (iii) a manutenção quotidiana das condições de vida materiais (alimentação, vestuário, 'recreação'), aspetos estes onde, como já referi, o tradicional trabalho doméstico feminino e as demais condições da estrutura da família têm sido cruciais para os processos não só de reprodução como de produção. Embora, em qualquer destes três aspetos, a mulher ocupe uma posição central, o trabalho doméstico, entendido numa visão androcêntrica como trabalho apenas reprodutivo, subsumido no chamado sector informal ou enquadrável no trabalho dito comunitário, amiúde considerado de baixo estatuto social e até, por vezes, não-trabalho, constitui parte integrante, a par de outros serviços das políticas sociais, do processo global de reprodução do trabalho em benefício do capital.

Como referem Rapp (1983: 34 ss) e Heller (1986), os processos de reprodução em determinados sectores (v.g., camponês, artesanal) têm lugar simultaneamente na esfera produtiva extradoméstica e nas tarefas propriamente domésticas, cuja responsabilidade, programação e execução acabam, conforme a tradicional ideologia em torno do género, por ficar predominantemente a

cargo da mulher. Nesta ótica, a já referida retrógrada e protoburguesa visão (neo)parsoniana que fixa a figura feminina como simples e única componente expressiva da família em subalterna complementariedade com a componente instrumental masculina, enquanto angariadora dos meios de subsistência, foi com pertinência refutada por diversos autores, entre os quais Poster (1979: 102), Hareveen (1982: 2 ss), Phizaklea (1990), Walby (1990, 1997). Uma tal conceção pode ser reveladora do modelo teleológico das famílias das classes intermédias e até mesmo assalariadas, mas é flagrantemente denegada e contrariada pela divisão sexual do trabalho, nomeadamente nas economias e sociedades agrárias ou em contexto de transição para o capitalismo. Aqui a mulher, além de herdar e coorientar a casa em termos aproximados aos do marido, é ativa nas diversas tarefas produtivas extradomésticas. Além disso, as próprias tarefas estritamente domésticas, sendo elas próprias produtivas ou fazendo, direta ou indiretamente, parte dos processos produtivos, não só dentro como fora de casa, criam condições necessárias à continuidade dos processos produtivos extradomésticos no quadro das próprias formações sociais capitalistas (Comas d'Argemir, 1995; Silva, 1998: 127; Arruza, 2010: 99 ss).

A dominação patriarcal e a correlativa subordinação da mulher não são apenas ideológicas nem sequer apenas políticas, mas assentam nas esferas de produção e de reprodução e, por outro lado, abarcam também outras esferas da vida social: em suma, incidem nas condições de vida objetivas – um conceito mais amplo do que o de classe, como veremos de seguida. Tal como refere Bourdieu (1998), as diferenças de género são construídas na base da “justificação natural da diferença socialmente construída entre géneros e, em particular, da divisão sexual do trabalho”, tornando-se assim “uma construção social que encontra o seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (Bourdieu, 1998: 16, 21)²⁰. Tem sido esta visão patri-androcêntrica a

20 É esta razão androcêntrica que, por um lado, apresenta a sexualidade feminina como um perigoso elemento incontrolável, ‘diabólico’, suscetível de ‘vítimizar’ e ‘vulnerabilizar’ o próprio homem e, por outro, apelando às metáforas da masculinidade em torno do sêmen e dos órgãos genitais (v.g., ‘homem de colhões’, ‘homem de tomates’), confere, com base nestes e noutros atributos fálcos, a superioridade ao homem (sobre seus diretos concorrentes e sobre a mulher). Esta razão androcêntrica pode enquadrar-se no conceito de hegemonia avançado por Gramsci (1974) e desenvolvido por Connel (1995: 736 ss) e Mac an Ghail e Haywood (2007: 30 ss) relativamente à ideologia das masculinidades dominantes, não só em relação a feminilidades, como a outras masculinidades subordinadas. Em Portugal, sobre masculinidades presentes em diversos sectores e fases do ciclo de vida, cf. M. V. Almeida (2000), Amâncio (1994 e 2004), Fonseca (2002), Rocha e Ferreira (2002), Cerejo (2003), Marques e Amâncio (2004), Aboim (2010: 159 ss), G. G. Santos (2010: 126 ss); sobre feminilidades, cf. T. Joaquim (1997); e sobre suas ‘incompatibilidades’ ou ‘inadequações’ representacionais, nomeadamente em contextos de profissões tradicionalmente masculinas, cf. Carreiras (2004), Marques (2004), S. M. Silva (2010). No livro organizado

alimentar a velha (pseudo)dicotomia entre o lado formal e público ocupado pelo homem e o lado informal e privado feminino, valorizando o primeiro em detrimento do segundo; e, mesmo quando seja detetável um certo poder informal e “oculto” da mulher, como o referem Riegelhaupt (1967), Reiter (1975) e Segalen (1980), ele visa ainda reproduzir a dominação masculina na casa e sobretudo na esfera pública²¹.

A análise das relações de exploração e dominação da mulher deverá articular os conceitos de classe e de género e, tendo em conta a constante tensão entre constrangimentos estruturais e escolhas racionais, terá de, sob a inspiração do modelo de Luhman (1982) e numa perspectiva weberiano-marxista crítica, por Bader e Benchop (1988) e Bader (1991), ser balizada, estruturada e articulada a três níveis:

(i) ao nível socioestrutural, ou seja, na base da condição objetiva de vida dos respetivos grupos de pertença das mulheres – o que engloba, não só o género mas também a classe social, a idade e demais recursos. Deste modo, as relações de exploração e dominação das mulheres terão de ser analisadas com base nas contradições inerentes aos conflitos de classe e de género na respetiva sociedade classista e patriarcal, quer em termos diacrónicos, quer em termos sincrónicos, o que, para além de apresentar pontos de convergência com a exploração e dominação de homens, pode apresentar formas específicas de dupla exploração e dominação da mulher na segmentação do mercado de trabalho, bem como na divisão do trabalho nos diversos sectores produtivos, incluindo o doméstico;

(ii) o nível político-organizacional, que pressupõe relações de subjugação e dominação das mulheres no âmbito das mais diversas organizações desde o local de trabalho extradoméstico (comunidade, empresa/instituição) aos

por Lúcia Amâncio (2004) sobre a construção social das masculinidades, a masculinidade dominante reflete-se não só nas culturas ocupacionais como a magistratura e a cirurgia geral (Marques, 2004), como nas normas e práticas da adolescência e juventude em comportamentos de risco como o consumo de drogas e álcool e subsequentes acidentes por condução de veículos motorizados (Laranjeira, 2004: 55 ss; Martinho, 2004: 81 ss), nas práticas dos *graffiti* (Cerejo, 2003) e comportamentos sexuais perante o risco de contração da sida (Nossa, 2001; H. Santos, 2004: 94 ss).

21 Tal como o replicam, para a situação das camponesas em aldeias da Grécia, Handman (1992), Dimen (1986) e Dubisch (1986) e, para as camponesas em Lugo, na Galiza, Méndez (1988). Em várias entrevistas nesta pesquisa afloraram observações neste sentido por parte de algumas mulheres: “O poderio é quase sempre mais do homem do que da mulher, mas se a mulher for fina sabe muito bem manobrar o homem e levá-lo para aquilo que ela quer. A mulher consegue levar o homem, é uma questão de jeito. Agora entrar a matar é que não, porque os homens, sentindo-se pisados entre aspas, acabam por fazer prevalecer a vontade deles (E15, mulher, técnica tributária).

partidos políticos e outras organizações, passando pelo contexto organizacional doméstico, em que as mulheres, na sua grande maioria, primam pela (quase) ausência de poder, deliberada ou não, ou detêm uma posição hierarquicamente subordinada, reforçando assim o lado socioestrutural;

(iii) o nível interacional, o qual toca as próprias vivências e experiências, interações e sociabilidades não só entre diversos grupos de pertença no seio de cada género como entre membros do género masculino e feminino, relações e interações em que as mulheres são amiúde desvalorizadas, desclassificadas ou mesmo discriminadas, o que ocorre nos locais de trabalho, nas relações em público e sobretudo nas relações domésticas, em privado, ou seja, na micropolítica doméstica.

Embora cada um destes níveis de análise possua uma relativa autonomia, dever-se-á dar prioridade analítica ao nível mais abstrato (o socioestrutural), passando pelo organizacional, até ao interativo (o menos abstrato), articulando os dois conceitos – classe e género – e enfatizando um ou outro conforme a configuração social em causa e em função das situações concretas. Nesta ótica, a dominação patriarcal assume formas diversas consoante não só as relações de género mas também os modos de produção presentes e, em particular, o modo de produção dominante em cada sociedade, tempo e espaço.

As correntes organizacionais de poder e sobretudo as perspetivas interacionistas têm-se ocupado respetivamente do segundo e do terceiro níveis e, por estarem mais próximos da vida quotidiana, esquecem amiúde os parâmetros estruturais da exploração sexual e sobretudo de classe, atribuindo não raro ao homem ‘culpas’ e ‘responsabilidades’ quando eles são também vítimas dos constrangimentos estruturais do sistema. Em contrapartida, a visão marxista-leninista tradicional, ao focalizar a análise da exploração e da dominação femininas em termos socioestruturais, com acento (quase) exclusivo nas contradições de classe, obnubila, subestima ou relega para segundo plano as vertentes organizacionais e, sobretudo, a dimensão interativa, desresponsabilizando o homem nas formas de dominação quotidiana, onde, para além das eventuais relações de exploração, ocorrem com frequência associações seletivas e práticas de discriminação sexual, em regra em detrimento da mulher. A este nível, podem contudo ocorrer excecionalmente relações de dominação inversa por parte de mulheres sobre homens, nomeadamente em contexto doméstico, sendo de evitar, portanto, generalizações abusivas. Se, num considerável número de casas, nomeadamente em Portugal, se verificam, a par de situações de relativa reciprocidade e simetria sexuais, situações

de dominação, opressão e até violência por parte de homens face às “suas” mulheres, também a dominação, ainda que em termos minoritários, do homem pela mulher é real, tal como pude constatar designadamente em meio rural minhoto (Silva, 1991). A redistribuição da conflitualidade intradoméstica e, em particular, conjugal, designadamente na modalidade heterossexual, centra-se em torno do poder doméstico, o qual é construído a partir da divisão social do trabalho fora e dentro de casa, do tipo e grau de recursos materiais e simbólicos, como foi referido atrás.

A eliminação das desigualdades de género, como realidade não estritamente biológica mas social e politicamente construída, se, por um lado, pressupõe não só a mudança de mentalidades no homem e na mulher como a construção de um poder feminino através das suas organizações específicas (de que, por exemplo, a imposição legal duma quota mínima de lugares pode ser um passo), por outro, tal objetivo estratégico convoca necessariamente o concurso das lutas sociais com base no critério de classe ou, melhor dito, dos interesses das classes e dos grupos sociais explorados e oprimidos.

Perante a imperiosa necessidade da luta pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres e de acesso prático a direitos e oportunidades não só na esfera extradoméstica e pública como na doméstica e privada, urge, em termos teórico-práticos e tendo em vista a sua emancipação enquanto cidadãs e trabalhadoras, um fecundo cruzamento entre feminismo e marxismo, o qual constitui(rá) certamente o prelúdio duma das maiores mudanças societais e políticas no próximo futuro.

CAPÍTULO II

CASAS, FAMÍLIAS E EDUCAÇÃO: UM RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO

Um capítulo central deste projeto prende-se com a caracterização e a análise das relações no espaço privado e familiar, o qual, ainda que articulável com o espaço público, deve ser analisado a nível da sua dinâmica interna e da sua relação com a sociedade envolvente sob diversos aspetos: económico, afetivo, cultural e político, entre outros.

Neste capítulo, após uma sucinta definição de casa e sua natureza sociojurídica, tipologias de casas e/ou agregados, família e relações familiares (nomeadamente a polarização entre cônjuges e/ou eventuais tensões sobre controlo de recursos), far-se-á a caracterização sociodemográfica dos inquiridos por sexo e idade, assim como a dos seus pais (pai e mãe) e a dos seus filhos. Por outro lado, dar-se-á conta das fontes de rendimentos e das (auto) (re)classificações das respetivas famílias dos inquiridos ao tempo do nascimento, do casamento e em 2011. Por fim, traça-se um mapa da escolaridade dos próprios inquiridos por sexo, estado civil e escalões etários e compara-se a sua escolaridade, a nível intergeracional a montante e a jusante, ou seja, dos pais e dos filhos.

1. Breve introdução e enquadramento¹

O tratamento das relações familiares, assumindo como central o conceito de casa², não é, de modo algum, pacífico. Abordada sob diversos ângulos

1 Este sucinto enquadramento teórico sobre casa, família e poder doméstico retoma o breve enquadramento teórico num artigo meu intitulado “Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico”, publicado em 1991 na revista *Cadernos do Noroeste*, vol. 4, n.º 6-7: 79-99 e, numa versão mais curta, em 1993, nas Actas do II Congresso de Sociologia, vol. I, 922-939. Lisboa: Fragmentos.

2 O termo grego *oikos* e o romano *domus* abrangiam, nas sociedades grega e romana respetivamente, não só o conjunto de bens, como o grupo de domésticos submetidos à autoridade patriarcal do *pater familias*: a mulher, os servos e os escravos. Sobre a evolução e institucionalização da *oikos*, cf. Weber (1978: 358) e

por historiadores, sociólogos e antropólogos, estes divergem efetivamente não só no prisma da análise como inclusivamente, como refere J. P. Cabral (1991: 11 ss), nos diferentes termos utilizados: *linhagem, família, lar, casa*. Se Radcliffe Brown (1974: 11 ss) analisa a família e o parentesco em termos da sua função no todo da estrutura social, ou se Fortes (1971: 96 ss) acentua o seu aspeto corporativo-jurídico, enquanto fonte de direitos reais e pessoais virtualmente transmissíveis, outros como Lévi-Strauss (1982: 519-537), sem excluïrem a noção de casa, assinalam a importância dos padrões de residência e das relações sociais estabelecidas através das trocas matrimoniais; outros ainda, entre os quais Friedl (1986: 49 ss) e sobretudo Goody (1976: 8 ss) e Bourdieu (1980: 262 ss), assumindo o carácter coletivo no património da família, salientam mais a sua capacidade de controlo e gestão da propriedade fundiária e demais recursos domésticos. Esta linha explicativa, explorada em termos mais globais por Bader e Benschop (1988: 129 ss), remete-nos para a conceção weberiana centrada na análise das relações de autoridade e poder no seio dos grupos domésticos (cf. Weber, 1978: 359 ss).

Nesta ótica, a antropologia ou a sociologia da família constituem um específico campo de estudo, ainda que, nesta matéria, interdependente com a sociologia do poder. Esta abordagem é igualmente posta em relevo por Bourdieu (1980: 320), para o qual as relações de autoridade e de poder no interior das famílias pressupõem a existência de concorrência, geradora de tensões e conflitos que ameaçam a unidade e a coesão domésticas.

Uma das vertentes da conflitualidade doméstica centra-se na polarização marido-esposa, à qual se associam determinadas dicotomias, enquanto produtos da história, tais como o domínio da esfera pública ou formal pelo homem face ao reduto privado ou resguardo decisório informal por parte da mulher, ou ainda a construção social da feminilidade como associada à emotividade espontânea e natural da mulher e a da masculinidade, marcando a componente racionalizante no homem³. Sem anular ou subavaliar a relevante

Solinas (1987: 59-60). Por exemplo, a casa ou a família camponesa e seus eventuais traços patriarcais não se confundem com os equivalentes aristocráticos e, muito menos, burgueses, designadamente até 1960 (cf. Willems, 1963: 67; Segalen, 1983: 160 ss; J. P. Cabral, 1989: 56 ss, 1991: 110 ss; Silva, 1991; Sobral, 1999).

3 Sobre a pertinência das distinções público-privado, exterior-interior, formal-informal, cultural-natural, cf., respetivamente, Ortner (1979), Reiter (1975: 252 ss), Dubisch (1986: 12 ss), Bourdieu (1980: 127-134; 1998), Orobigt (2003) e, especificamente sobre Portugal, Riegelhaupt (1967: 109-112), Silva (1991), Sobral (1999) e A. N. Almeida (1986: 503). Estas distinções traduzem-se inclusive nas características atribuídas aos homens em certas profissões, não só não qualificadas ou menos qualificadas, como inclusive na Magistratura Judicial e na Cirurgia Geral; segundo Marques (2004), são salientadas “a segurança, a objetividade, a racionalidade, a estabilidade e a imparcialidade na Magistratura e a resistência física e

polaridade homem-mulher, a começar pelo fenótipo sexual biológico, a partir daí são todavia acentuados ou construídos arquétipos e estereótipos que, culturalmente incorporados, necessitam ser reequacionados, na medida em que são suscetíveis de reforçar ou legitimar um enviesamento patricêntrico que tende a compartilhar o formal e o informal e a sobrevalorizar a esfera pública em detrimento da doméstica, tida por periférica e banal (cf. Dubisch, 1986: 7, 24; Amâncio, 1994).

Embora as características dos grupos domésticos exijam um tratamento diferenciado por grupo social, podemos definir *casa* como uma unidade mínima com um núcleo de elementos comuns à realidade institucional da família centrada na residência: uma habitação formando uma unidade residencial económica e sexual sob uma autoridade doméstica capaz de coordenar as pessoas aí corresidentes e gerir os bens aí existentes, em vista da subsistência e reprodução da família⁴. Por sua vez, aos deveres de contribuição proporcional na reprodução passada, presente ou futura da casa, corresponde o direito de inclusão real e simbolicamente expresso na comensalidade. Por fim, além de local de residência, a casa constitui o quadro de referência não só económico-assistencial como cultural-afetivo dos seus membros, sendo igualmente a principal instância de socialização dos filhos, sobretudo na infância e adolescência.

Se a definição ideal-típica de casa e/ou a sua representação implicam um mínimo de autonomia doméstica, embora atendendo às lógicas e recursos diferenciados de reprodução da propriedade e/ou força de trabalho, poder-se-ão, para efeitos classificatórios, distinguir quatro tipos de casas – patrimonial, “remediada”, não corpórea (“pobre”) e “moderna”. Enquanto a casa patrimonial, apanágio de lavradores e proprietários rurais e urbanos, é hierarquizada e fortemente condicionada pelo imperativo de (re)produção, expansão e transmissão da propriedade, as casas pobres e remediadas, englobando grande parte dos trabalhadores assalariados em espaços rurais e urbanos, tendem a reconstituir-se como unidades pluriativas e predominantemente voltadas para

emocional, a capacidade de liderança, a virilidade e a frontalidade na Cirurgia Geral”.

4 Diferentemente da conclusão de O’Neill (1984: 146), para quem, na transmontana Fontelas, a unidade produtiva é constituída pelo grupo de trabalho interfamiliar, na casa galega (Iturra, 1983: 90 ss) e na minhota é o grupo doméstico que constitui a unidade básica de (re)produção (Silva e Van Toor, 1988: 65; Geraldês, 1987: 169), a “unidade social e espaço institucional” (Nunes e Gonçalves, 1986: 101; Durães, 1987: 81 ss), ou a “unidade social primária” (J. P. Cabral, 1991: 133), cujos traços se têm repercutido, até recente data, mesmo em contexto urbano (A. Almeida, 1985: 395). Com uma conceção semelhante para a casa andaluza, cf. Gilmore (1980: 156 ss). Sobre a divisão sexual do trabalho em Aguiar, cf. Silva e Van Toor (1988: 51 ss).

a reprodução simples; por sua vez, as casas não corpóreas ou muito pobres são orientadas para a sobrevivência em situações mais precárias, e as casas modernas são construídas segundo padrões de maior conforto e, geralmente, marcadas por padrões urbanos de consumo.

Para além destes diversos tipos de casas e famílias, hoje e cada vez mais os diversos tipos de família, designadamente no espaço rural, não obedecem a um determinado modelo dual de homem provedor e mulher cuidadora, mas conhecem, como veremos, diversidade de tipos e modelos atravessados por experiências diversas produzidas pela pertença não só de género, como de classe, raça ou etnia, e idade. Deste modo, considerando os diversos tipos de família em termos de organização, divisão sexual do trabalho e tipo de relações entre os membros do casal casados ou a viver em união de facto, poder-se-ão relevar as tipologias avançadas por Anália Torres (2001, 2002) e Karin Wall (2005): a primeira distinguindo a família institucional, fusional e associativa, e a segunda, tendo por base esta mas destilando tipos intermédios entre a fusional e associativa. Assim, Wall (2005), na base não só do debate teórico como de uma ampla e profunda investigação sobre as famílias em Portugal, inferiu seis tipos de família: (i) a família fusional, em que se verifica a partilha intensa de recursos, identidades e vivências entre os cônjuges ou parceiros em união de facto; (ii) a família-tipo paralelo familiar que enquadra, numa perspetiva institucional, elementos da família fusional em práticas separadas de conjugalidade em relativa autonomia; (iii) a família-bastião, marcada, também num quadro axiológico institucional, por traços da família fusional fechada e com forte diferenciação de papéis; (iv) a família fusional aberta para o exterior, caracterizada por relações democráticas de partilha igualitária de tarefas, de companheirismo e intimidade; (v) a família-confluente, que, com papéis de género pouco diferenciados, combina elementos fusionais no projeto familiar com diversas práticas de expressão idiossincrática por parte de cada um dos cônjuges ou parceiros; (vi) a família-associativa, onde há uma baixa diferenciação de papéis e sobretudo uma clara autonomia por parte de cada um dos cônjuges ou parceiros.

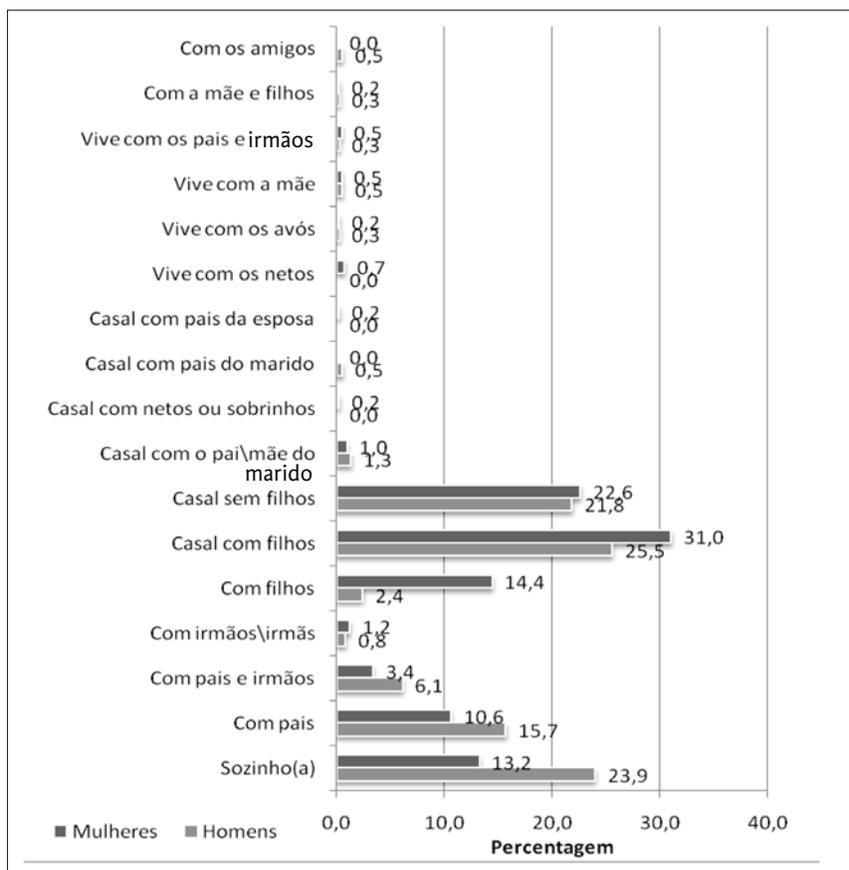
Esta tipologia tem como pano de fundo um leque de representações, orientações e práticas que se situam entre o tipo de família tradicional, pré-moderna, fortemente patriarcal e a família moderna, caracterizada por relações democráticas, paridade e partilha de responsabilidades e tarefas. Vários foram os autores que analisaram esta transição e suas diversas configurações, sendo de destacar a obra de Shorter (1976), na qual subjaz uma relativa glorificação da família dita moderna, cujo móbil central seria o amor

ou o afeto por comparação e confronto com a família tradicional mais perpassada pelo interesse, uma concepção que, como veremos no capítulo 3, está eivada de preconceitos sobre as sociedades camponesas. Na realidade, nas sociedades quer tradicionais, quer modernas estão presentes, ainda que em formas e combinações diferentes, o interesse e a emoção, como o demonstraram diversos autores tais como Flandrin (1975), Segalen (1983), Bourdieu (1980), Medick e Sabeian (1984) e Silva (1998). Em todo o caso, considerando a necessidade de dar conta dos constrangimentos societais e organizacionais externos, da realidade plurifacetada das relações conjugais, identidades e vivências dos membros do casal, das masculinidades e feminilidades e suas metamorfoses nas últimas décadas, nomeadamente no pós-25 de Abril de 1974, as tipologias de Torres (2002) e sobretudo a mais especificada por Wall (2005) e Wall, Aboim e Cunha (2010), para além de se cimentarem noutras conceptualizações e estudos comparativos com outras sociedades, fornecem um relevante fio condutor, de resto extraído a partir da análise de estudos de caso significativos.

2. Famílias, caracterização sociodemográfica

Nesta rubrica far-se-á uma caracterização sociodemográfica das famílias por sexo e idade, deixando para o ponto subsequente a análise dos dados relativos à escolaridade e por grupos ou conjuntos profissionais. Sendo residuais os casos de agregados compostos, o grosso dos mesmos é constituído por casais com filhos (28,3%) e casais sem filhos (22,2%), perfazendo 50,5%, a que se seguem casas em que os inquiridos vivem sozinhos (18,5%). Como agregados com membros ascendentes e laterais, há a assinalar os filhos casados que vivem com os pais e, eventualmente, com irmãos/irmãs.

Começando por apresentar um mapa da composição e distribuição dos agregados familiares dos inquiridos e diferenciando o agregado familiar por sexo, obtemos os resultados, que nos são dados na Figura 1:

Figura 1. Composição dos agregados familiares, por sexo (%)

Fonte: Inquérito sobre as Desigualdades de Género (IDG), N=792 (376 homens; 416 mulheres).

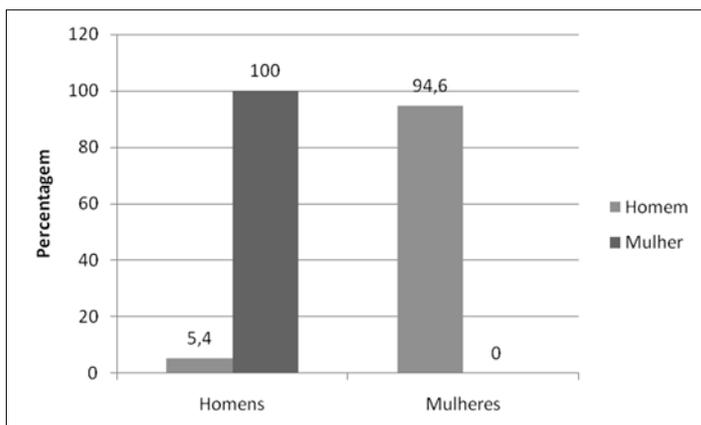
Como podemos constatar, o género tem influência no tipo e na composição do agregado familiar. Por um lado, vemos que existem mais homens do que mulheres a viverem “sozinhos” e “com pais”, o que, neste último caso, indicia um maior grau de dependência dos homens para o tratamento e cuidado em relação às tarefas domésticas da vida quotidiana. Por outro lado, verifica-se que há mais mulheres do que homens a viverem “com filhos”, o que igualmente indicia a assunção e interiorização dos papéis tradicionais da mulher como cuidadora da casa e dos filhos. Nesta perspetiva são assim associadas ao género

feminino determinadas funções e tarefas ligadas ao cuidado da casa e seus moradores, enquanto ao gênero masculino são reservadas funções e tarefas no exterior da casa, no espaço público. Ora, estas percepções e representações que ainda persistem têm por efeito reproduzir os tradicionais estereótipos atribuídos às mulheres e aos homens por razões culturais e políticas, servindo para manter a prevalência masculina. Com efeito, as diferenças nos resultados entre homens e mulheres, no que respeita os tipos de agregados familiares, são estatisticamente significativas⁵. As mulheres, na maioria dos casos, tomam em mãos o cuidado da casa e dos filhos, tal como uma das entrevistadas descreve:

“Éramos quatro irmãos, a minha mãe era quem ficava connosco o tempo inteiro. Ela sempre fez questão dos estudos, e o meu pai chegava tarde por causa do trabalho dele na Marinha. Ele era um pouco ausente porque nós morávamos a duas horas do trabalho dele mas não acompanhou a nossa infância.” (E1: mulher, 47 anos, separada, empregada de mesa)

Questionados os inquiridos sobre qual o sexo do seu (ex)cônjuge ou parceiro, as respostas foram as seguintes, expostas na Figura 2:

Figura 2: Sexo do (ex)cônjuge por sexo do inquirido (%)



Fonte: IDG; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

⁵ Tal como o teste Qui-quadrado parece apontar ($\chi^2 = 64,26$, $gl = 16,792$, $p < 0,001$). No entanto, 22 células (64,7%) apresentam frequência esperada inferior a 5, pelo que o teste do Qui-quadrado não pode ser aplicado com rigor. Neste sentido foi realizada a simulação de Monte Carlo, que confirma os resultados obtidos no teste do Qui-quadrado com $p\text{-value} < 0,001$.

A Figura 2 dá conta de um hipotético fenômeno a considerar: enquanto todas as mulheres inquiridas referem que o seu (ex)cônjuge é homem, no caso dos homens, apesar de 94,6% referirem tratar-se de mulheres, 5,4% dos respondentes dizem ter por (ex)cônjuge ou companheiro alguém do mesmo sexo, tratando-se provavelmente de casais homossexuais masculinos.

Relativamente aos escalões etários do cônjuge ou ex-cônjuge, verifica-se uma predominância dos que se situam entre os 35 e os 44 anos e entre os 45 e os 54 anos (ambos com 23,3%); seguem-se os escalões dos 65 ou mais anos (18%), dos 55 aos 64 anos (16%), dos 25 aos 34 anos (15,7%) e, por fim, dos 18 aos 24 anos (3,3%). Atendendo ao sexo, o Quadro 1 representa a comparação entre os escalões etários dos homens e os das (ex)cônjuges:

Quadro 1. Escalões etários dos homens vs. escalões das (ex)cônjuges:

Idade do (ex) cônjuge escalões etários	Idade do próprio – escalões etários					
	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65 ou mais anos
18-24 anos	4	2	0	0	0	0
	80,0%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
25-34 anos	1	22	10	2	1	0
	20,0%	84,6%	23,8%	4,3%	2,2%	0,0%
35-44 anos	0	2	30	12	1	1
	0,0%	7,7%	71,4%	25,5%	2,2%	2,0%
45-54 anos	0	0	2	32	24	0
	0,0%	0,0%	4,8%	68,1%	53,4%	0,0%
55-64 anos	0	0	0	1	18	17
	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%	40,0%	34,7%
65 ou mais anos	0	0	0	0	1	31
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	63,3%
Total	5	26	42	47	45	49
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IDG; N=214.

Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram que há uma tendência para os homens casarem, ora com mulheres do mesmo escalão etário, ora com

mulheres mais novas. Com efeito, 84,6% dos homens no escalão de 25-34 anos, acrescidos de 7,7% no escalão de 35-44 anos, casam com 80% de mulheres no escalão de 18-24 anos e 20% no de 25-34 anos. Do mesmo modo, tal como se pode constatar no mesmo quadro, tal ocorre nos escalões de idade superiores.

Por sua vez, o Quadro 2 oferece os dados dos escalões etários das mulheres *versus* os escalões dos (ex)cônjuges.

Quadro 2. Escalões etários das mulheres vs. escalões dos (ex)cônjuges

Idade do (ex-) cônjuge- escalões etários	Idade da própria – escalões etários					
	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55- 64 anos	65 ou mais anos
18- 24 anos	6	4	0	0	0	0
	42,9%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
25-34 anos	7	29	3	1	0	0
	50,0%	58,0%	5,0%	1,8%	0,0%	0,0%
35-44 anos	1	16	43	6	0	0
	7,1%	32,0%	71,6%	10,9%	0,0%	0,0%
45-54 anos	0	1	12	35	5	1
	0,0%	2,0%	20,0%	63,7%	11,6%	2,1%
55-64 anos	0	0	1	12	28	3
	0,0%	0,0%	1,7%	21,8%	65,1%	6,4%
65 ou mais anos	0	0	1	1	10	43
	0,0%	0,0%	1,7%	1,8%	23,3%	91,5%
Total	14	50	60	55	43	47
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IDG, 2011; N=269.

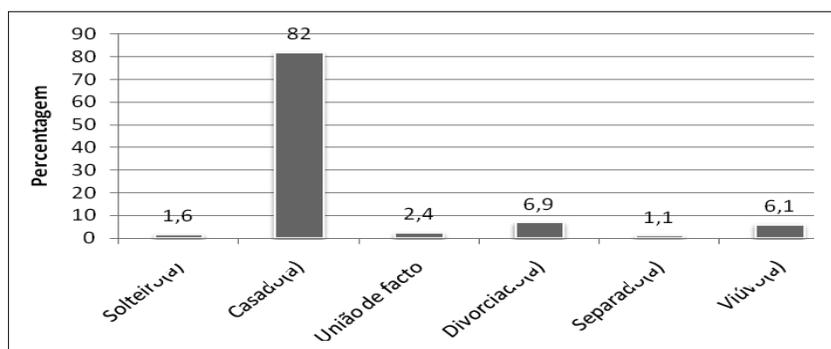
O Quadro 2 acaba por confirmar a tendência referenciada, uma vez que se verifica uma propensão para casamentos dentro da mesma faixa etária também nos casos das mulheres, seguindo-se percentagens relativamente mais elevadas dos homens, em todos os casos, nos escalões imediatamente superiores. Por exemplo, a 42,9% de mulheres no escalão de 18-24 anos, acrescidas de 50% no escalão de 25-34 anos (o que perfaz 92,9%), contrapõem-se 90% de

homens distribuídos por 58% no escalão de 25-34 anos e 32% no escalão de 35-44; apenas 8% de homens se casam ou unem com mulheres no mesmo escalão de 18-24 anos. Esta é aliás uma tendência que vem sendo realçada pelas estatísticas demográficas, não só no passado mais remoto, como ainda ao longo das últimas décadas.

Procurando saber a situação face à conjugalidade do ex-cônjuge, no caso dos inquiridos/as divorciados/as, salvo 8,4% de homens e 8,2% de mulheres que se mantiveram divorciados, na maior parte dos casos os ex-cônjuges voltaram a casar-se, embora os homens o fizessem em maior percentagem que as mulheres (74,3% vs. 68%); por seu turno, a união de facto foi adotada ligeiramente mais pelas mulheres que pelos homens (18,2% vs. 15%). Estes dados, além de sugerirem a maior dependência dos homens relativamente às mulheres nas tarefas domésticas no quotidiano, indiciam, tal como o constatou Kaufman (2002) para o caso francês, a necessidade por parte de ambos de se conhecerem e instalarem de modo gradual, progressivo.

Quanto ao estado civil dos pais dos inquiridos, a Figura 3 mostra-nos a seguinte distribuição:

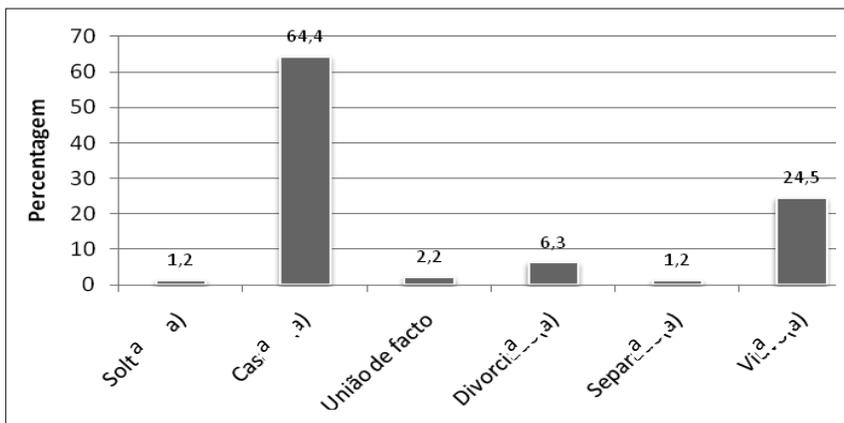
Figura 3. Estado civil dos pais dos inquiridos/as (%)



Fonte: IDG, 2011; N=377.

Da Figura 3 pode ler-se que a esmagadora maioria (82%) dos progenitores homens dos inquiridos (homens e mulheres) foram/são casados, seguindo-se os divorciados (6,9%) e os viúvos (6,1%); as uniões de facto e as situações com estado civil de solteiros são residuais.

Já relativamente às mães, atentemos na Figura 4:

Figura 4. Estado civil das mães dos inquiridos/as (%)

Fonte: IDG, 2011; N=489.

Na sua grande maioria, as mães dos inquiridos/as (64,4%) foram/são casadas, embora seja de sublinhar que cerca de um quarto (24,5%) já eram viúvas ao tempo da aplicação do inquérito. Já em percentagens bastante menos significativas, há a registar 7,5% de separadas e divorciadas e 2,2% vivendo em união de facto.

Relativamente ao estado civil dos filhos, o Quadro 3 dá-nos conta da sua distribuição:

Quadro 3. Estado civil dos filhos dos inquiridos (%)

Estado Civil	Filhos					
	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Filho 4	Filho 5	Filho 6
Solteiro(a)	58,6%	55,5%	49,5%	50,0%	30,8%	57,1%
Casado(a)	34,4%	35,5%	41,3%	41,7%	53,8%	28,6%
União de facto	2,8%	5,0%	6,5%	5,5%	–	14,3%
Divorciado(a)	2,8%	3,3%	0,9%	2,8%	–	–
Separado(a)	0,8%	–	0,9%	–	15,4%	–
Viúvo(a)	0,6%	0,7%	0,9%	–	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

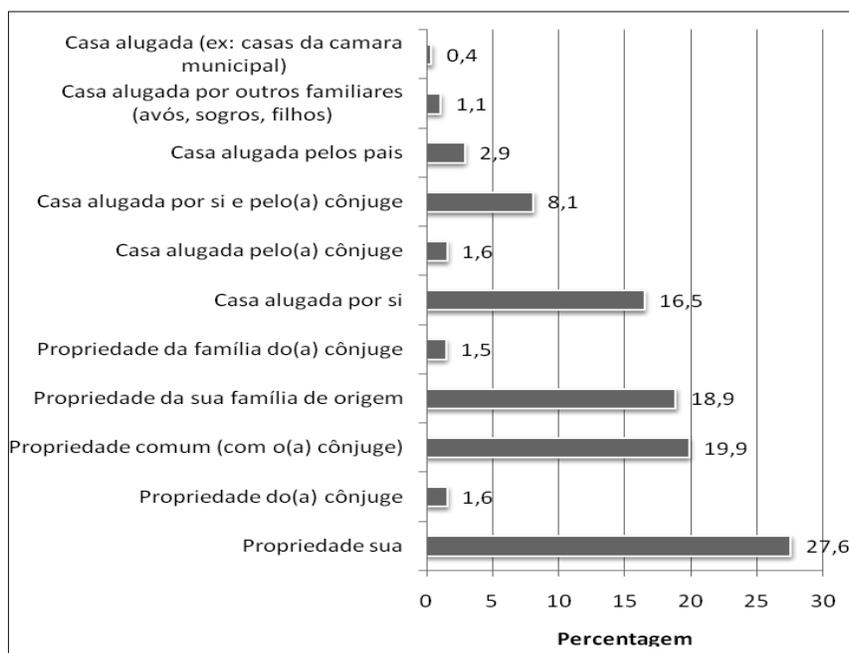
Fonte: IDG, 2011; Filho 1 N= 497; Filho 2 N=299; Filho 3 N=109; Filho 4 N=36; Filho 5 N=13; Filho 6 N=7.

Como seria expectável, a grande maioria dos filhos primeiros, segundos, terceiros e quartos são ainda solteiros num leque entre cerca de 50 e 59%; a estes seguem-se os casados, com percentagens entre os 34% e os 41,7%. Os casos de união de facto, ainda que tendo aumentado com os filhos mais novos, assim como os casos de divorciados, são minoritários. A esta distribuição não é alheia a variável idade, havendo uma elevada percentagem de filhos ainda menores e em idade escolar.

3. Famílias: rendimentos e auto(re)classificações

Ao analisar as casas como suporte físico-económico e sexual-afetivo-cultural, um dos pontos iniciais consiste na caracterização dos tipos de casa e sua respetiva natureza sociojurídica, cuja distribuição é dada pela Figura 5.

Figura 5. Natureza sociojurídica da casa de residência (%)



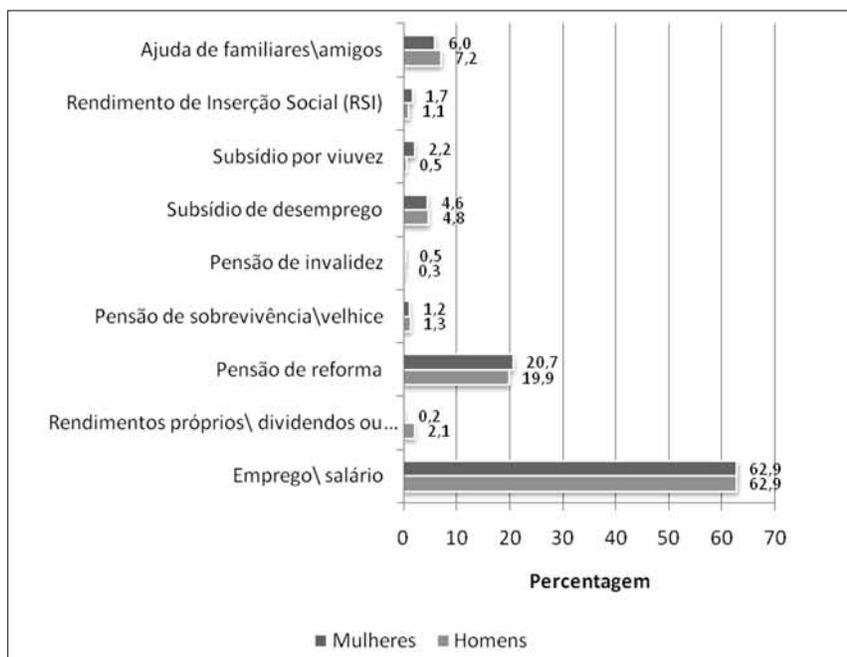
Fonte: IDG; N=801.

Da Figura 5 infere-se que a maior parte dos inquiridos tem casa comum (19,9%); se somados às casas de propriedade, seja da família, seja do próprio,

seja do cônjuge, a percentagem atinge os 69,4%. Este dado permite concluir que as casas de residência, na sua grande maioria, são próprias das famílias de origem, dos cônjuges e/ou de alguns dos cônjuges. As situações de residência com casa alugada pelo próprio, pelo cônjuge ou por outros parentes, embora minoritárias, perfazem um total de 30,6% dos inquiridos/as. Mas analisemos a principal fonte de rendimento das pessoas inquiridas.

Independentemente do sexo, a grande maioria dos inquiridos vive do seu emprego e correlativo salário (62,9%), seguindo-se aqueles que sobrevivem de pensão de reforma (20,3%) e do subsídio de desemprego (4,7%), sendo as demais fontes residuais. Uma forma não desprezável de rendimento assenta na ajuda de familiares e amigos (6,6%), o que remete para formas de expressão da sociedade-providência ou, mais exactamente, da família-providência. Se, porém, queremos refinar os resultados sobre as principais fontes de rendimento por sexo, obtemos os resultados expressos na Figura 6.

Figura 6. Principal fonte de rendimento, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=792 (377 homens; 415 mulheres).

Como mostra a Figura 6, a consideração dos rendimentos diferenciados por gênero não releva diferenças substanciais em todos os tipos ou fontes de rendimento: salários, pensões, subsídios e ajudas de familiares e amigos.

Uma outra questão prende-se com as representações que os inquiridos fazem relativamente a momentos ou fases do seu trajeto: ao tempo do seu nascimento, deduzível por referências e dados analisados pelo próprio; ao tempo do casamento, se o houve; e ao ano da inquirição, em 2011. Trata-se obviamente de (auto)percepções e representações subjetivas sem pretensão de medição de recursos, mas que, em regra, são sintomáticas e, pelo que foi possível aferir por outra via nalguns casos, próximas das situações reais.

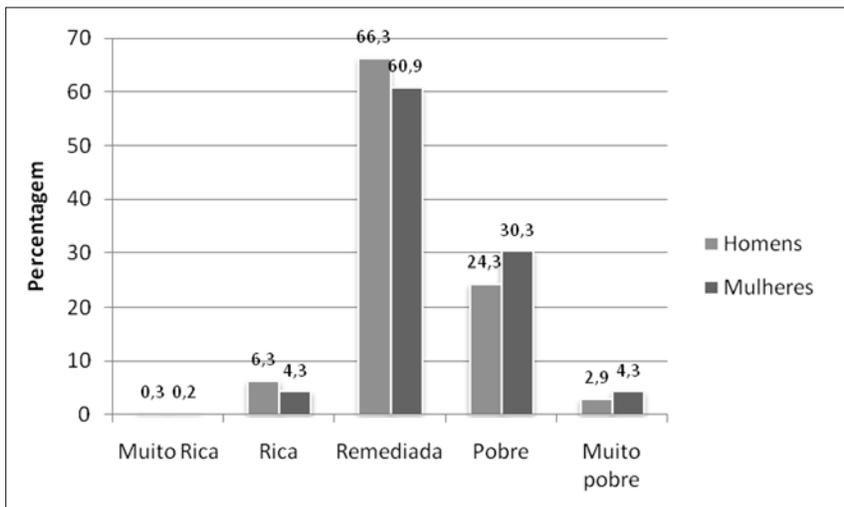
Quadro 4. Autoclassificação dos inquiridos/as: quando nasceram, se casaram/uniram e em 2011

Autoclassificação	Quando nasceu		Quando se casou/ uniu		Em 2011	
	N	%	N	%	N	%
Muito rica	2	0,2	0	0,0	1	0,1
Rica	42	5,2	18	3,2	21	2,6
Remediada	509	63,5	398	71,2	653	81,4
Pobre	220	27,4	136	24,3	118	14,7
Muito pobre	29	3,6	7	1,3	9	1,2
Total	802	100,0	559	100,0	802	100,0

Fonte: IDG, 2011; Nascimento N=802; Casamento N= 559; Em 2011 N=802.

As respostas dos inquiridos, certamente baseadas em relatos e vivências narradas pelos pais e seus coetâneos, revelam-nos que, ao tempo do seu nascimento ou infância, salvo 5,2% que consideram ser oriundos de famílias ‘ricas’ e 0,2% ‘muito ricas’, a grande maioria autoclassifica-se como ‘remediada’ (63,5%) e, noutro polo, ‘pobre’ (27,4%) e “muito pobre” (3,6%). Por outro lado, importa notar a existência de alguma deslocação ao longo do tempo das categorias extremas para a categoria “remediada”. Se, porém, pretendermos discriminar os resultados por sexo, a Figura 7 evidencia diferenças mas ligeiras.

Figura 7. (Auto)classificação social da família, por sexo dos inquiridos/as, ao nascer/na infância (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

As mulheres, comparativamente aos homens, consideram-se, em percentagem ligeiramente menor, oriundas de famílias ‘ricas’ (4,3% vs. 6,3%) e ‘remediadas’ (60,9% vs. 66,3%); em contrapartida consideram-se, em percentagem maior, provenientes de famílias ‘pobres’ (30,3% vs. 24,3%) e ‘muito pobres’ (4,3% vs. 2,9%). Em todo o caso, o primeiro aspeto a referir é que os inquiridos/as não têm obviamente noção, pelo menos direta, da situação dos pais aquando do nascimento, tendo uma noção induzida a partir das vivências de infância e/ou, de modo mediado, pelas narrativas dos pais e familiares. De resto, ao nível das entrevistas, as recordações da infância são diferenciadas: enquanto uma grande maioria diz ter tido uma “infância normal” (vg. E24, homem, técnico de contabilidade), uma minoria fala de uma “infância feliz” (vg. E15, mulher, técnica tributária). Mas não foram raros os casos em que os inquiridos/as desabafavam ter tido uma infância infeliz, como nos casos que seguidamente se apresentam:

“Avalio como péssima a minha infância; praticamente não tive infância e adolescência também não, porque, como sou de uma família humilde, desde muito

novo tinha de trabalhar no campo. (...) Depois, com 13 anos fui trabalhar para a construção civil como servente. Não considero que tive uma infância feliz.” (E2, homem, 43 anos, divorciado, operário da construção civil)

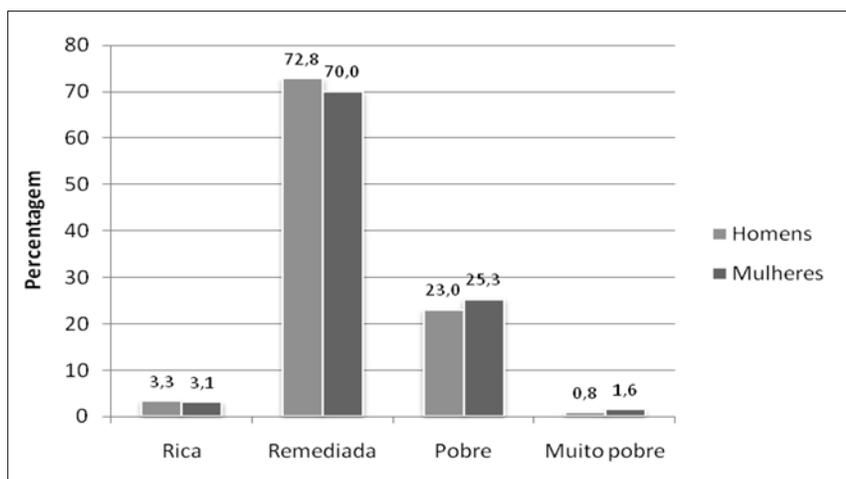
ou um outro testemunho:

“Éramos pobres, muito pobres. Éramos uma família numerosa com sete irmãos e apenas o pai trabalhava. Muitas vezes os ânimos exaltavam-se porque o meu pai achava que a minha mãe era uma desgovernada. Tantas privações, coitada, tão pouco dinheiro... ninguém fazia milagres. A minha infância como a dos meus irmãos foi uma infância infeliz. Mas mais grave eram as condições afetivas. O pai sempre muito mal-humorado, quando abria a boca era para ralar, ralar e ralar. A violência física era também uma constante, estávamos tão habituados à pancada, que sempre que o meu pai fazia um gesto com as mãos..., eu erguia os braços numa atitude de defesa... A minha mãe raramente nos defendia, porque não tinha grandes alternativas, a violência física também chegava para ela.” (E14, mulher, operária)

O tipo de vivência da infância acaba por condicionar o olhar posterior sobre a família. Para uma parte considerável dos entrevistados, a família “*é muito importante*”, é “*a base de apoio*”, “*a pedra basilar de toda uma vida*”, “*a célula da sociedade*” (cf. respectivamente E16, homem, funcionário público; E15, mulher, técnica tributária; E18, homem, técnico de emprego; E19, mulher, técnica superior). No entanto, uma minoria de entrevistados tem má recordação da família ou não tem referências positivas. Por exemplo, o referido operário da construção civil, quando interpelado sobre qual a importância que atribui à família, acaba por evidenciar uma perspectiva negativa sobre a mesma:

“Não quero responder, porque não gosto e também porque para mim, como não tive uma família, é complicado, pois não tive uma referência familiar.” (E2, homem, 43 anos, divorciado, operário da construção civil)

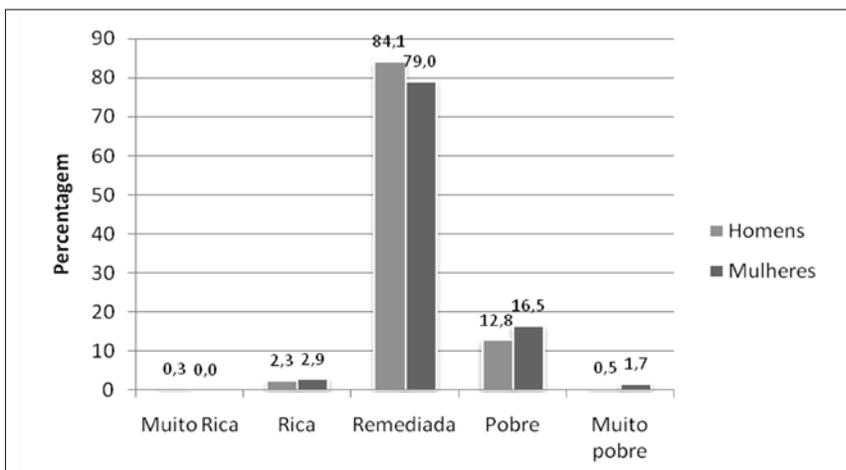
Quando interpelados sobre a mesma questão aquando da etapa do casamento, as respostas autotaxiográficas situaram-se em valores próximos da situação da família na altura do nascimento ou da infância, aumentando ligeiramente os remediados (de 63,6% para 71,4%) e diminuindo os ‘ricos’ (de 5,5% para 3,2%) e os ‘pobres’ e ‘muito pobres’ (de 30,9% para 25,4%). Diferenciando as respostas por sexo, a Figura 8 mostra-nos a sua distribuição:

Figura 8. Autoclassificação social da família, por sexo dos inquiridos/as, ao casar (%)

Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

A este respeito, tal como se pode constatar na Figura 8, o sexo não é relevante, pois os valores são aproximados.

Sendo colocada de novo aos inquiridos a mesma pergunta, mas já referente à sua situação aquando da inquirição em 2011, constata-se um aumento ainda mais considerável no número de inquiridos/as que se autoclassificam como sendo de famílias ‘remediadas’ (81,5%), reduzindo-se em contrapartida quer os que consideram ser de famílias ‘ricas’ e ‘muito ricas’ (2,7%), quer os que se vêem como ‘pobres’ e ‘muito pobres’ (15,8%). Porém, se diferenciarmos por sexo, a Figura 9 apresenta-nos a seguinte distribuição de respostas:

Figura 9. (Auto)classificação social da família, por sexo dos inquiridos/as, em 2011 (%)

Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Destes dados ressalta a elevada percentagem de pessoas que se consideram ‘remediadas’ (84,1% de homens vs. 79% de mulheres), refletindo uma tendência amiúde constatada no quotidiano de as pessoas se classificarem como tal, uns subavaliando, outros sobrestimando o seu próprio lugar. As representações de pobreza expressas por 12,8% de homens e 16,5% de mulheres não diferem muito dos dados objetivos a nível macro extraído de fontes estatísticas. Porém, torna-se relevante a confirmação pelos próprios pobres, indo assim ao encontro do conceito de pobreza subjetiva trabalhado por Lewis (1970) em contextos da América Latina⁶.

4. Educação, percursos intergeracionais e desigualdades de género

As desigualdades de género na educação são desde há algumas décadas objeto de estudo, constituindo portanto um campo relativamente recente. Vários estudos foram demonstrando a existência de uma desigualdade em termos de acesso e de sucesso e sobretudo em termos da discriminação do sexo feminino nos percursos escolares até às últimas décadas.

⁶ Em contraposição a certos autores como Leeds (1971), que considera como critério-chave de pobreza a insuficiência de recursos socioeconómicos, Lewis (1970) destaca mais os modos de ser, sentir e agir dos próprios pobres, assim como suas experiências, crenças e representações.

Esta desigualdade ocorria num país onde a implementação da escolaridade básica universal passou por momentos de difícil consolidação. As declarações legais de escolaridade obrigatória datam da primeira metade do século XIX, mas o documento legal que procura focar a sua atenção na escolarização tanto de rapazes como de raparigas surge apenas na parte final do século XX (ainda em 1971 rondavam os 75%, sendo a das mulheres mais elevada). Esta situação condicionou as tendências de escolarização das gerações posteriores, colocando Portugal na cauda da Europa (Benavente *et al.*, 1996; Afonso, 1998; Sebastião, 1998).

No âmbito das desigualdades de género na educação, as questões mais relevantes podem enunciar-se do seguinte modo: como compreender e explicar não só o relativo atraso na escolarização por comparação com outros países, como o recorrente fenómeno histórico da relativa desqualificação escolar da mulher em relação à do homem? Até que ponto se verifica uma inversão desta situação no sentido da paridade educacional e, em caso positivo, a partir de quando e quais os seus contornos? Quais as razões e os efeitos e implicações desta evolução?

Antes de mais, importa assinalar que a partir do 25 de Abril de 1974 se tem registado um conjunto de transformações assinaláveis, sendo a escolarização da população uma das prioridades das políticas educativas das últimas décadas, numa tentativa de aproximação aos padrões da comunidade europeia. Ainda que se constate o investimento na elevação dos níveis de escolaridade, este processo tem sido caracterizado por um não cumprimento de todas as metas formuladas (Afonso, 1998; A. N. Almeida e Vieira, 2006). Apesar disso, Portugal conseguiu em três décadas e de forma relativamente acelerada elevar a escolaridade dos indivíduos, primeiramente no 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico e, mais recentemente, no 3.º Ciclo e no Ensino Superior.

Como já se assinalou, num passado recente eram as mulheres as mais afetadas pela fraca democratização do ensino superior, constatando-se que

“muitas raparigas com estudos acima da escolaridade obrigatória ficavam-se pelo fim do ensino secundário, pouco frequentavam a formação profissional e as poucas que o faziam deparavam-se com uma oferta formativa maioritariamente dirigida às profissões tradicionalmente masculinas; pretendendo ou não aceder a um emprego, o certo é que a probabilidade de o conseguirem, era, por essas razões, bastante reduzida.” (M. Chagas Lopes e Perista, 2010: 194)

A partir da década de oitenta do século XX, promoveram-se esforços de modo a atenuar as disparidades entre homens e mulheres na educação e no emprego. Na década de 1990, assiste-se a uma presença mais significativa de mulheres no ensino superior, apesar de se continuarem a constatar áreas de estudo nas quais as mulheres estão menos representadas, como, por exemplo, Arquitetura (31%) e Engenharia (44%), no ano letivo de 1996-97 (M. Chagas Lopes e Perista, 2010); cf. também Saavedra *et al.*, (2011). Dados relativos a 2004 apontavam já para uma taxa de feminização de 54,6% no ensino regular. Se no ano 1977-78 as mulheres constituíam 48% dos alunos inscritos no ensino básico, 49,5% no ensino secundário e 41,8% no ensino superior, em 2007-08 permaneciam 48,3% no básico, mas 52,6% no ensino secundário e 53,5% no ensino superior, evidenciando, sobretudo a partir dos anos 90, uma crescente feminização do ensino superior, quer universitário, quer politécnico, na ordem dos 55% (Araújo, 2010: 220-222). Se em 1978 a taxa de feminização de diplomadas a trabalhar em actividades de investigação e desenvolvimento era de 30% (Ruivo, 1986: 669) em 2000 passa a 44,4% (INE, Pordata, 2000).

No que diz respeito ao aproveitamento no ensino básico e secundário, também desde os anos 90 as jovens-mulheres evidenciam uma taxa de aproveitamento sempre superior à dos jovens-homens: em 1994-95, 89,5% vs. 85,1% no básico e 82,7% vs. 74,4% no secundário; e em 2007-08, 87,7% vs. 84,9% no básico e 72% vs. 67,8% no secundário. Relativamente ao ensino superior, de acordo com os dados referentes a 2007-08, observam-se taxas mais elevadas de mulheres diplomadas. Assim, quanto às licenciadas, enquanto em 1970-71 elas constituíam 33,5%, em 1980-81 eram já 50%, em 1990-91 55,6%, em 2000-01 65,6%, em 2007-08 58,8% e em 2014 59,3%. No que respeita a mestrados e doutoramentos, por exemplo, no ano 2007-08, as mulheres superaram os homens: 2594 vs. 2237 mestrados integrados, 3833 vs. 2441 mestrados e 649 vs. 636 doutoramentos (Araújo, 2010: 222-224), não obstante as maiores dificuldades em cumprir os prazos, nomeadamente quando têm a cargo responsabilidades familiares. Se em 1970 havia apenas 6,7% de mulheres doutoradas, em 2005 perfaziam 48,8% vs. 51,2% de homens e em 2015 há mais mulheres doutoradas que homens (56,3% vs. 46,7%) (cf. INE, Pordata).

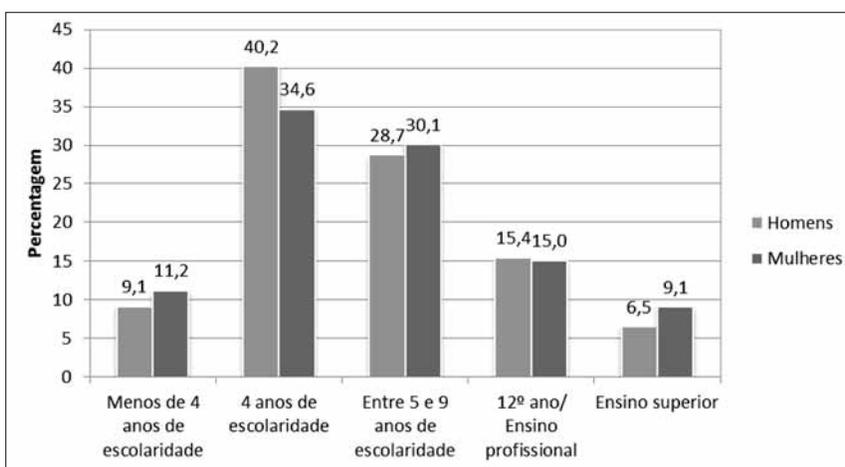
O panorama, na restante Europa, é semelhante: as mulheres detêm níveis de escolaridade superiores aos dos homens (Eurostat, 2005). A variável idade interfere bastante na compreensão destes dados, uma vez que, se examinarmos as mulheres de um nível etário superior, verificamos que, de forma geral, se passa o contrário. Tal fenómeno está simultaneamente relacionado com a crescente feminização das universidades europeias e a importância de um

diploma na redução das desigualdades de género no acesso ao emprego. O investimento na carreira profissional revela-se preponderante para as mulheres mais jovens, sendo que o nível educacional é explicativo de um maior envolvimento das mulheres no trabalho.

Passemos agora para a análise das características educacionais dos respondentes da amostra e as suas semelhanças ou diferenças com as da população portuguesa. Neste domínio, uma variável relevante de caracterização da amostra é a que se refere à distribuição global dos inquiridos por grau de instrução.

Segundo os dados do inquérito, constata-se a presença, ainda que baixa, de pessoas analfabetas (3,4%). Estas, somadas a pessoas que, embora sabendo ler e escrever, não completaram a 4.^a classe, perfazem uma não desprezável taxa de 10,2%. Porém, o grosso das pessoas inquiridas situa-se nos escalões baixos ou intermédios de escolaridade – 1.^o ciclo básico, 2.^o e 3.^o ciclos –, os quais somam 66,8%, o que é indicativo de uma população pouco qualificada, sendo o 1.^o ciclo básico o nível modal. O ensino secundário é possuído por 14% dos respondentes, os quais, agregados aos 1,2% de indivíduos com curso profissional ou médio, completam 15,2%. Por fim, as pessoas detentoras de curso superior, pós-graduação e mestrado perfazem 7,8%, contrariando a ideia de estarmos perante a massificação do ensino superior. Cruzando a idade, ou mais precisamente, os escalões etários por sexo, obtemos os resultados traduzidos na Figura 10.

Figura 10. Escolaridade por sexo (%)



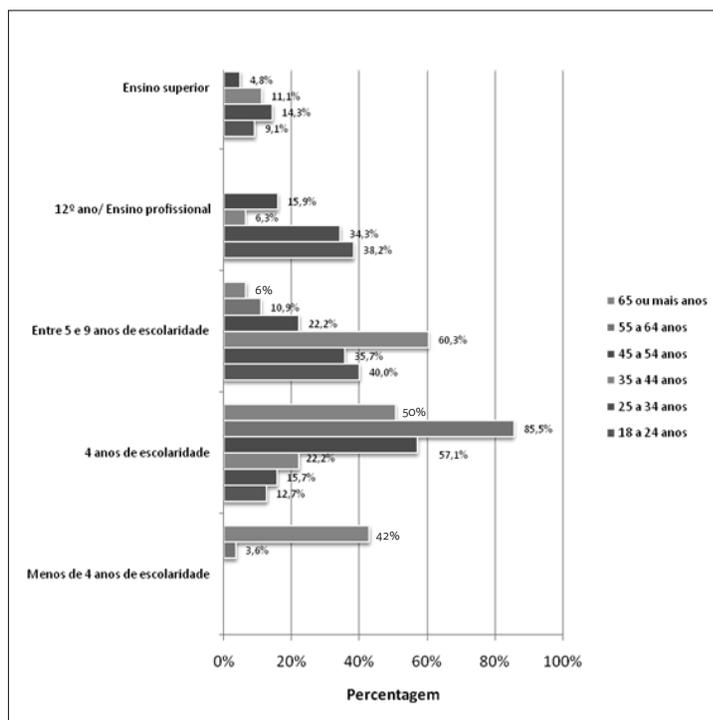
Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Salvo a categoria dos indivíduos com 4 anos de escolaridade em que se verifica uma vantagem dos homens sobre as mulheres (40% vs. 35%), mais frequente nas categorias etárias mais velhas, assinala-se que nas demais ou se verifica um empate ou um ligeiro predomínio das mulheres na escolaridade, mais presente entre as gerações mais jovens. Tal tendência corrobora a tese de feminização do ensino secundário e ensino superior.

Vejamos que dados relativos ao ano letivo de 2007-08 apontam para uma taxa de feminização do ensino secundário fixada nos 52,6% e de ensino superior situado nos 53,5% (Araújo, 2010). Estudos centrados nestas questões (cf. Costa, Machado e Almeida, 2007; Araújo, 2010) constatam que são as mulheres que ingressam maioritariamente nas universidades, sendo também elas que concluem os seus cursos com maior sucesso.

Se cruzarmos os escalões de idade com a escolaridade dos inquiridos, obtemos os resultados expressos na Figura 11.

Figura 11. Escolaridade por escalões etários: homens (%)

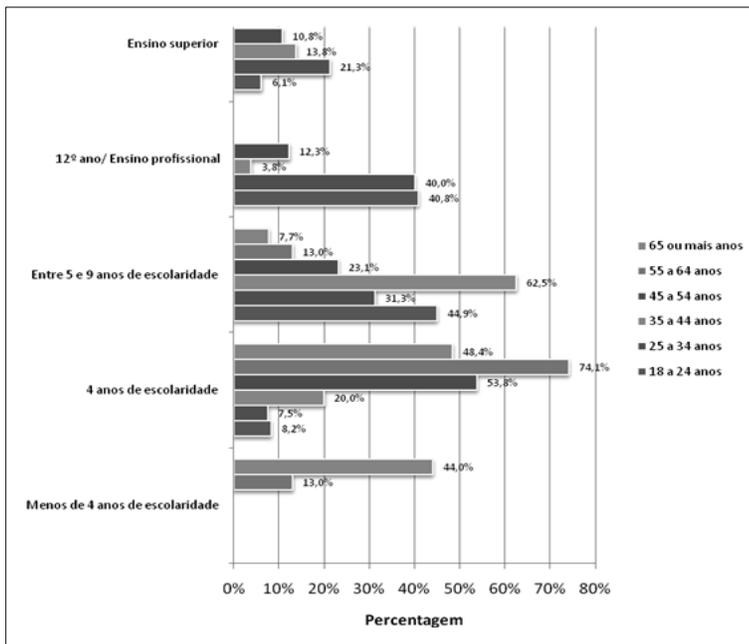


Fonte: IDG, 2011; N=383.

Da Figura 11 se infere que os detentores de um diploma do ensino superior se situam menos nos escalões mais idosos (4,8%) e mais nos escalões intermédios (11,1%), sobretudo nos escalões mais jovens, a saber, dos 18 aos 34 anos (23,4%). A reduzida proporção de idosos com formação superior pode ser explicada por condicionantes estruturais, em particular, o fechamento socioeconómico que vigorava durante o regime ditatorial português no acesso à educação. O mesmo se pode dizer e com maior expressão sobre quem detém o 12.º ano ou curso profissional – 72,5% entre os 18 e 34 anos vs. 22,2% de pessoas com 35 ou mais anos –, embora praticamente sem expressão acima dos 55 anos. Entre o 5.º e o 9.º anos situam-se pessoas em escalões etários intermédios, embora haja também uma relativa dispersão por outros escalões. Neste caso, deparamo-nos com um segmento populacional que usufrui de circunstâncias de democratização do ensino superior, o que reflete as taxas mais elevadas de escolarização.

Cruzando a escolaridade das mulheres por escalões etários, obtemos a seguinte distribuição na Figura 12.

Figura 12. Escolaridade por escalões etários: mulheres (%)

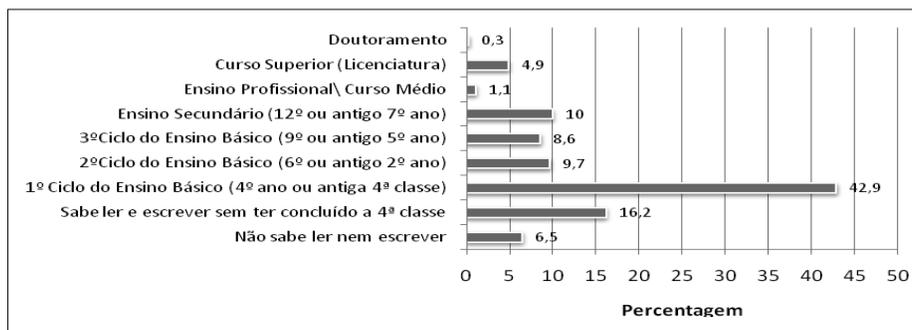


Fonte: IDG, 2011; N=419.

Na Figura 12 pode ler-se uma relação semelhante à encontrada na escolaridade com os escalões etários masculinos: constata-se que as detentoras de um diploma do ensino superior se situam mais nos escalões menos idosos, com forte presença nos escalões intermédios e sobretudo nos escalões mais jovens, a saber, dos 18 aos 34 anos. Em todo o caso, relativamente às mulheres que detêm o 12.º ano ou curso profissional, verifica-se igualmente uma maior expressão nos escalões mais jovens: 80,8% entre os 18 e 34 anos vs. 16,1% com 35 ou mais anos, dos quais 12,3% acima dos 45 e mais anos. Entre o 5.º e o 9.º anos situam-se pessoas em escalões etários intermédios e superiores: entre os 35 e 44 anos, embora também entre jovens. Por fim, com 4 anos de escolaridade e sobretudo com menos de 4 anos de escolaridade, sobressaem de longe as categorias etárias mais idosas dos 55 anos e sobretudo com 65 ou mais anos. Estes dados levam a concluir que, quanto mais se ascende nos escalões etários, menos são os indivíduos com habilitações e vice-versa: quanto mais jovens, maiores níveis de habilitação e mais elevada percentagem. Esta tendência contraria aquela observada nas faixas etárias mais idosas, onde maioritariamente as mulheres são menos escolarizadas que os homens. Porém, as mulheres que nasceram depois de 1955 mostram já um trajeto escolar muito diferenciado das anteriores, contribuindo para a situação verificada em 2001: a escolaridade das mulheres na faixa etária dos 25-34 anos é claramente superior no ensino secundário e superior (Resende e Vieira, 2003)⁷.

Quanto à escolaridade dos homens-pais dos inquiridos, analisando-a pelos níveis ou escalões de escolaridade, constatamos que, salvo 5,1% que detêm o diploma de ensino superior e 11,1% que completaram o 12.º ano ou um curso profissional, os demais, na sua grande maioria, têm baixa ou baixíssima qualificação: 18,3% entre o 6.º e o 9.º anos, 42,9% com 4 anos de escolaridade, e 22,6% com menos de 4 anos de escolaridade. Estes resultados são elucidativos de um volume considerável de baixas qualificações, como se comprova na Figura 13, mais especificamente relativa aos níveis de escolaridade dos pais dos inquiridos/as respondentes.

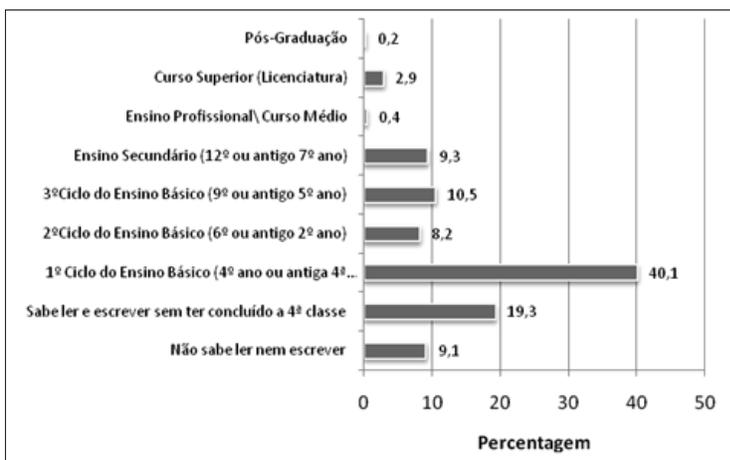
.....
7 C. também Grácio (1997), Torres (2002), Lopes e Perista (2010). Para explicação do fenómeno, importará ter presente o papel das mães das jovens qualificadas. Cf., a este respeito, os contributos de A. N. Almeida, I. André e V. Cunha (2005). Wolffensperger (1991) aponta a estrutura genderizada no quadro das hierarquias sociais, mas não deixa de relevar a agência na interface com o sistema social.

Figura 13. Escolaridade dos pais (homens) dos inquiridos/as (%)

Fonte: IDG, 2011; N=371.

Tal como se pode deprender da Figura 13, salvo 0,3%, 4,9% e 1,1% que detêm, respetivamente, doutoramento, licenciatura e curso médio/profissional, seguidos de 10% com o ensino secundário, a grande maioria dos inquiridos detém baixas qualificações: 18,3% com o 6.º ou o 9.º ano, 42,9% com o ensino básico, 16,2% que, embora saibam ler e escrever, não frequentaram a escola básica, e 6,5% de analfabetos em sentido literal. A falta de condições económicas, a inatratividade ou o insucesso escolar ou ainda a mentalidade dos pais sobretudo em relação às filhas explicam o abandono precoce: “*Não havia condições. Aos catorze anos, dado o pouco sucesso escolar, o meu pai pôs-me a trabalhar*” (E25, homem, operário); “*Não tenho boas recordações da escola, era uma obrigação estar lá. Era enfadonho*” (E27, mulher, empregada); “*O meu pai determinava que as raparigas não precisavam de ser muito instruídas e quando fiz o exame da 4ª classe pôs-me a aprender costura numa modista. Dizia ele que a mulher tinha mais era de saber cozinhar, lavar, coser e saber tratar dos filhos e do marido e para isso não era preciso grandes ciências*” (E14, mulher, operária).

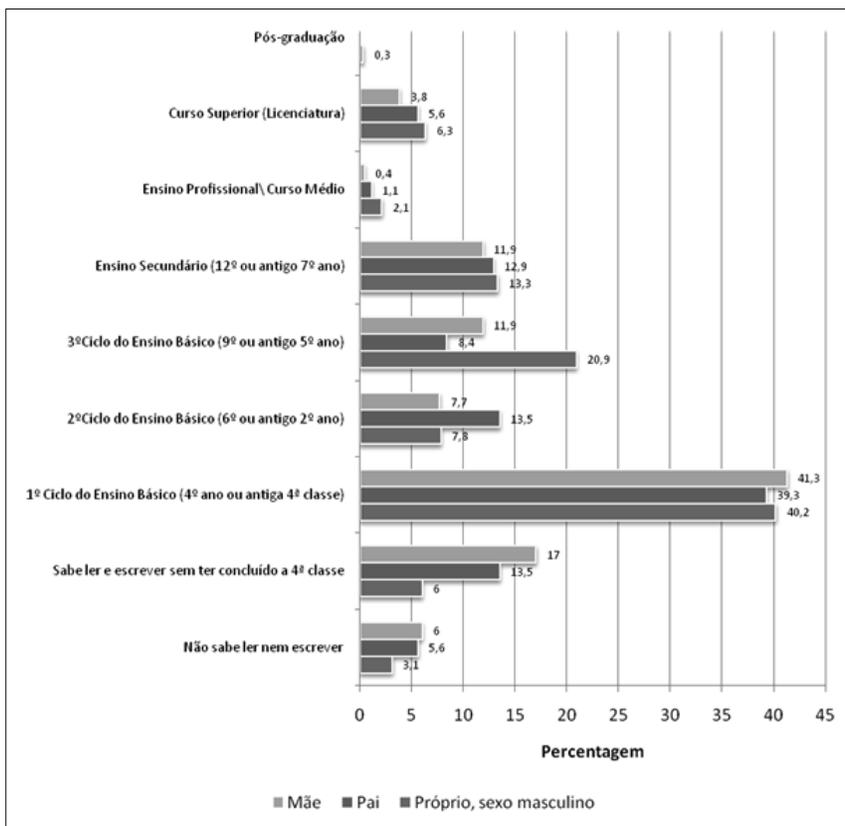
A fim de aferirmos o nível de escolaridade das mães dos inquiridos/as respondentes, a Figura 14 oferece-nos um mapa da sua distribuição.

Figura 14. Escolaridade das mães dos inquiridos/as (%)

Fonte: IDG, 2011; N=486.

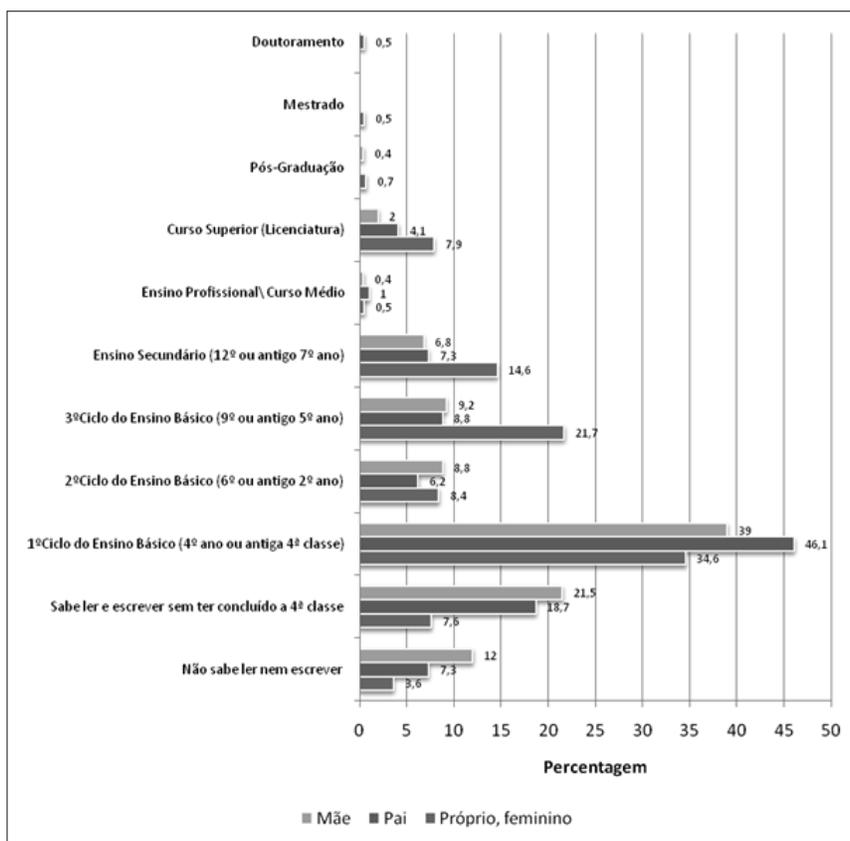
Tratando-se das mães das pessoas inquiridas, os resultados são indiciadores de uma alta taxa de analfabetismo (9,1%) e de baixa escolaridade (48,3%: 40,1% com a 4.ª classe e 8,2% com o 6.º ano ou antigo 2.º ano), o que perfaz um total de 57,4%. Seguem-se franjas intermédias de 19,8% contabilizando o 9.º e o 12.º ano, mas a partir daí as percentagens são verdadeiramente residuais, ou seja, apenas 0,4% mulheres tinham curso profissional e 3,1% curso superior graduado ou pós-graduado. Reagrupando os dados por escalões de escolaridade, constatamos que as mães dos inquiridos/as se situam maioritariamente nos escalões baixos ou muito baixos de escolaridade. Dito de outra forma, contabilizando as que tiveram menos de 4 anos de escolaridade e as que são detentoras do certificado da 4.ª classe, chega-se a 68,5%, a que se seguem 18,7% com o 6.º ou o 9.º anos de escolaridade e 9,7% com o 12.º ano e/ou ensino profissional, restando uma taxa muito baixa de mulheres com curso superior (3,1%).

Em suma, as mães dos inquiridos/as são menos escolarizadas do que os pais-homens. Esta constatação leva-nos também a concluir que a feminização do ensino superior é um fenómeno recente, pelo que as mulheres mais velhas foram sendo, até ao início do século XXI, afetadas com maior intensidade por níveis educacionais limitados. Interessa agora conhecer o grau de mobilidade escolar dos inquiridos/as em relação aos seus pais e mães, o que nos é dado pelas figuras 15 e 16.

Figura 15. Escolaridade do próprio vs. a do pai e a da mãe: homens (%)

Fonte: IDG, 2011; N=371.

Da Figura 15 ressalta que, de uma forma geral, os inquiridos homens possuem níveis de escolaridade superiores aos do pai e sobretudo aos da mãe, pelo que há uma maior representatividade dos progenitores nas categorias mais desprovidas de recursos educacionais. Notam-se igualmente tendências semelhantes de escolaridade entre o pai e a mãe dos inquiridos, não se evidenciando disparidades acentuadas a este nível. Apenas na categoria que se refere ao 2.º ciclo do ensino básico se percebe uma diferença que ronda os 6%. A análise referente às mulheres inquiridas demonstra uma situação ligeiramente diferente, como evidencia a Figura 16.

Figura 16. Escolaridade da própria vs. a do pai e a da mãe: mulheres (%)

Fonte: IDG, 2011; N=371.

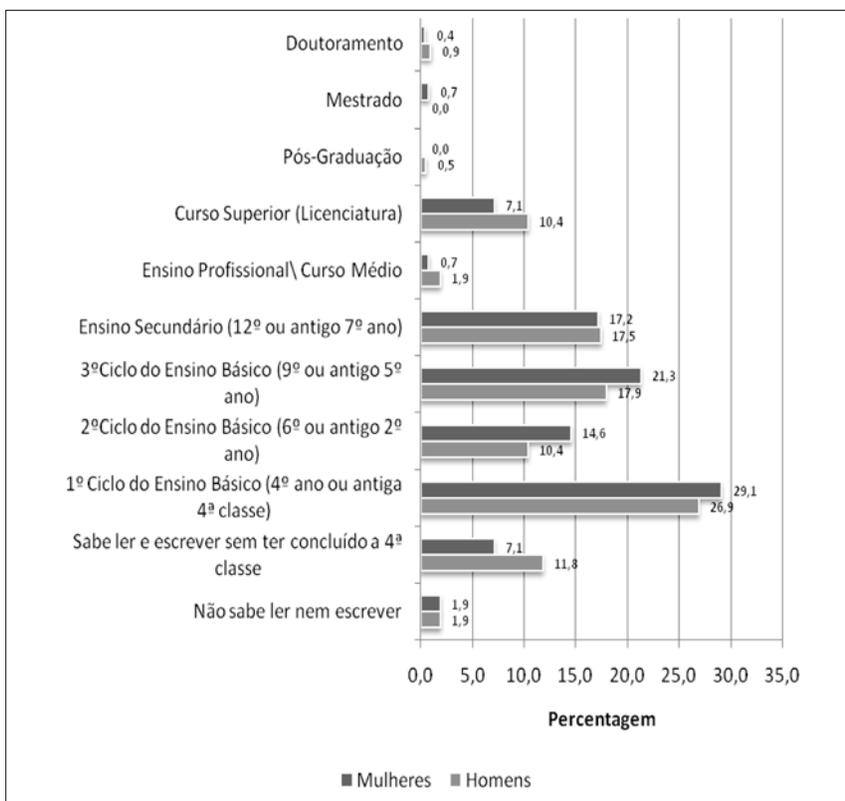
Quanto à escolaridade dos progenitores das inquiridas, destaca-se, por um lado, tal como no caso dos inquiridos, uma concentração nos níveis escolares mais baixos e, por outro, uma menor representatividade em níveis educacionais mais elevados em relação à Figura 15. Evidencia-se, como categoria modal, tanto para os pais como para as próprias respondentes, o 1.º ciclo do ensino básico.

Da baixa escolaridade dão vários entrevistados/as que apenas conseguiram obter o 6º ou 7º anos (vg. “*terminei com 13 anos e fiz apenas até ao 7º ano*” (E2, homem, operário da construção civil) ou outros que só mais tarde retomaram os estudos, abandonados na adolescência por “*falta de dinheiro e de apoio*” (E15, mulher, técnica tributária), pela necessidade de os pais “*quererem que ajudasse no campo e pela falta daquele empurrão para*

estudar” (E16, homem, funcionário público) ou por pensar “*em trabalhar para ter independência monetária*” (E21, mulher, auxiliar de ação educativa).

Questionadas as pessoas inquiridas relativamente à escolaridade do (ex-)cônjuge, podemos verificar que a maioria detém baixa ou média escolaridade: para além de 1,9% de analfabetos e de 9,2% que sabem ler e escrever mas não concluíram a 4.^a classe, há 28,11% com a 4.^a classe, 12,7% com o 2.^o ciclo e 19,8% com o 3.^o ciclo, o que perfaz um total de 71,7% com baixas qualificações. Já no polo oposto de escolaridade média ou elevada, há a notar 18,6% com ensino secundário ou profissional/curso médio, 8,5% com curso superior e 1,2% com pós-graduação, incluindo mestrados e doutoramentos (IDG, 2011). Se diferenciarmos por sexo, a Figura 17 mostra-nos os resultados obtidos.

Figura 17. Escolaridade do (ex-)cônjuge por sexo dos inquiridos/as (%)



Fonte: IDG, 2011; N=480 (212 homens; 268 mulheres).

Os dados da Figura 17, distribuídos por sexo, mostram que não há diferenças consideráveis, anulando-se mutuamente no escalão seguinte próximo: por exemplo, entre os que sabem ler sem ter concluído a 4.^a classe (11,8% de homens vs. 7,1% de mulheres), a vantagem dos homens nesta categoria é contrabalançada no 1.^o, no 2.^o e no 3.^o ciclos, onde são as mulheres a superar os homens. Porém, os homens mantêm índices mais elevados no que respeita a conclusão da licenciatura, mestrado e doutoramento (11,8% para homens vs. 8,2% de mulheres), não se verificando ainda o efeito da maior percentagem de mulheres nos cursos de graduação e pós-graduação, nomeadamente desde 1995.

Semelhantes resultados são obtidos sobre os escalões de escolaridade por sexo dos inquiridos. Solicitados a declarar a escolaridade, verifica-se uma maior percentagem de homens nos extremos: seja nos escalões com menos de 4 anos de escolaridade, seja nos dois últimos escalões, ou seja, 12.^o ano/ensino profissional e ensino superior; sobretudo este último é denotativo da real desvantagem das mulheres, resultado que não pode ser extrapolado para o total de inquiridos e, muito menos, em relação ao universo das mulheres no país.

Uma outra variante a ter em conta é a escolaridade dos filhos dos inquiridos por grupos ou blocos de anos, o que é expressa no Quadro 5.

Quadro 5. Escolaridade dos filhos dos inquiridos/as por anos de escolaridade

Escolaridade	Percentagem de casos válidos					
	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Filho 4	Filho 5	Filho 6
Menos de 4 anos de escolaridade	20,4	19,1	13,2	14,3	16,7	–
4 anos de escolaridade	10,0	10,6	17,9	17,1	33,3	33,3
Entre 5 e 9 anos de escolaridade	31,3	39,2	34,0	42,9	33,4	50,0
12. ^o ano/Ensino profissional	25,5	19,8	19,8	17,1	8,3	–
Ensino superior	12,8	11,3	15,1	8,6	8,3	16,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDG; 1.^o filho: N=497; 2.^o filho: N=299; 3.^o filho: N=109; 4.^o filho: N=36; 5.^o filho: N=13; 6.^o filho: N=7.

O alcance do Quadro 5 é igualmente limitado, na medida em que bastantes das percentagens nos primeiros níveis englobarão não só casos reais de baixa escolaridade mas também casos reais de crianças e jovens que ainda não iniciaram a escolaridade ou estão em processo de escolarização.

Se quisermos ilustrar os escalões de escolaridade quanto ao primeiro filho, constata-se, com efeito, que os primeiros filhos com 5 e 9 anos de escolaridade (31,4%) e com o 12.º ano ou ensino profissional (25,5%) somam 56,9%, que as taxas de primeiros filhos de casais ou uniões de facto com 4 anos de escolaridade (10%) ou menos (20,4%) somando no total 30,4%. Por outro lado, é ainda baixa a taxa de indivíduos com ensino superior: 12,8%.

Não obstante sobressair uma progressiva inclusão das mulheres no sistema de ensino, essa conquista não encontra precedentes na transição para o mercado de trabalho, sendo ainda persistente a segregação profissional com base no género, nomeadamente no tipo de cargos, tarefas e remuneração auferida, precariedade laboral e mesmo desemprego: “O facto de ser homem ou mulher faz com que um mesmo diploma de ensino superior assuma valores diferenciados de utilização na vida activa” (M. G. Alves, 2004: 243). Subsiste, portanto, uma associação entre o género e a transição para o trabalho. Com efeito, as mulheres, embora cada vez mais escolarizadas, estão mais sujeitas ao desemprego, a níveis de remuneração inferiores e a vínculos contratuais marcados pela incerteza de continuidade no trabalho, pelo que, na prática, o valor do diploma no ensino superior está fortemente condicionado pelo género do seu portador, tal como observa Alves (2005: 120):

“Apesar deste crescimento continuado do número de diplomadas do ensino superior, é importante sublinhar que o exemplo mais evidente de que o diploma de ensino superior não tem um valor universal encontra-se nas diferenças que se verificam entre diplomados e diplomadas”.

A inserção da mulher no mercado de trabalho está longe de ser uma integração plena ou mesmo igualitária, comparativamente à dos pares masculinos. Dentro deste quadro, a variável género é assim coexplicativa de muitas das dinâmicas que se desenrolam (e perpetuam) dentro das dinâmicas laborais. Ainda assim, há que ter sempre em conta variáveis como a classe social, nomeadamente os níveis educacionais e as expectativas e valores, de forma a compreender mais aprofundadamente as desigualdades de género. Por outro lado, as jovens diplomadas são mais atingidas por trabalhos precários e pelo risco do desemprego, sobretudo em tempos de crise, tal como refere C. Gonçalves (2005: 133):

“estão mais fragilizadas no mercado de trabalho na medida em que predominantemente ocupam postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, os quais são objecto privilegiado de redução em momentos de crise económica e de contracção dos custos salariais das organizações”.

Com base nos resultados da pesquisa e procurando sintetizar as conclusões mais relevantes neste capítulo, foi possível oferecer um panorama sobre a natureza sociojurídica das casas de residência; verificou-se uma elevada percentagem de pessoas com casa própria; apuraram-se as representações de (auto)classificação socioeconómica, por parte dos inquiridos/as, sobre a condição ou estatuto da família de origem, assim como a dos próprios inquiridos, seja por altura do casamento, seja na atualidade, evidenciando globalmente algumas melhorias.

Outro aspeto a salientar foi, para além da constatação do relativo atraso histórico na escolaridade por comparação com outros países, ter sido possível traçar um mapa dos percursos escolares a nível intergeracional, no qual se constata uma progressiva mobilidade educacional ascendente dos inquiridos/as em relação aos seus pais. Mais ainda, não obstante verificarem-se, ao longo do tempo e até às últimas décadas, assimetrias de género em detrimento da mulher, comprova-se, de facto, na atualidade uma mobilidade educacional ascendente mais intensa entre as mulheres, expressa numa taxa de qualificações superiores mais elevada que a dos homens. Contudo esta taxa não produz efeitos reais equivalentes no mercado de trabalho, nas carreiras e promoções no seio das empresas e instituições e no poder político, como o evidenciam alguns estudos.⁸ Ou seja, não há uma correlação positiva entre a aquisição de recursos educacionais por parte das mulheres e a ocupação de lugares qualificados no mercado de trabalho; e, mesmo que as elevadas qualificações da mulheres possam potenciar no futuro trajetos profissionais mais promissores e adequados às suas credenciais académicas, tal não se tem traduzido, de modo geral, em posições destacadas de liderança e poder na economia, na sociedade e nas instituições.

8 Cf. Amâncio, 2004; Viegas e Faria, 1999; Lisboa *et al.*, 2006; Wall e Amâncio, 2007; Marques, Silva e Veiga, 2006; S. M. Silva, 2010; Araújo, 2010; Aboim, 2010; E. Araújo e Fontes (2013). Cf., também a nível internacional, A. M. Valle, 2008. Tal como desenvolveremos no capítulo 3, estes estudos evidenciam que as qualificações, nomeadamente de estudos superiores das mulheres, não só não se traduzem em iguais oportunidades no mercado de trabalho, como menos ainda em igual acesso a postos dirigentes. Mesmo quando as relações de poder intradoméstico se alteram, tão-pouco uma maior qualificação educacional das mulheres se reflete numa partilha mais equitativa e simétrica do trabalho doméstico.

CAPÍTULO III

CASAMENTO E PODER DOMÉSTICO: PAIXÃO E INTERESSE

Tendo como pano de fundo a realidade da casa e das relações familiares, o casamento surge como uma peça e uma estratégia fulcral no processo de reprodução e, eventualmente, de mobilidade social. Como veremos de seguida, no casamento imbricam-se, em maior ou menor grau, dois elementos que, de modo ora mais latente ora mais manifesto, têm estado presentes em diversos tipos de sociedades: a paixão e o interesse. Interligado com este fenómeno, cada vez mais institucionalizado ao longo do tempo e sujeito às normas e prescrições de ordem moral, religiosa e/ou estatal, situa-se um outro fenómeno ainda menos abertamente reconhecido que o binómio emoção-interesse: o poder doméstico, o qual, após uma breve reflexão inicial, será objeto de análise com base em dados recolhidos por inquérito, entrevistas e observação no terreno.

1. Introdução

Anália Torres (2002: 11 ss), na problematização sobre o casamento e a conjugalidade em Portugal, releva alguns eixos ou dimensões nucleares desta instituição e realidade perpassada de conservação e mudança: (i) como ligação à trajetória social de vida de cada um membros do casal; (ii) como facto social produtor de identidades, histórias e memórias pessoais num novo contexto, de resto articulável com outros contextos sociais como o profissional; (iii) como componente afetiva forte, decorrente do sentimento amoroso; (iv) como fonte produtora de realidade em termos não apenas simbólicos mas também de condições objetivas de vida que implicam partilha de recursos no quadro das condições materiais de existência; (v) como fenómeno social e historicamente situado e em estreita relação com o contexto.

O casamento e respetivos padrões ao longo do tempo são amiúde apresentados, nomeadamente por Shorter (1976), aliás no quadro da corrente

estruturo-funcionalista (Parsons 1956, 1988), numa espécie de dicotomia entre formas de união induzidas pelo interesse – mais comum no passado – e formas mais centradas na emoção, no afeto ou no amor, próprias da modernidade, designadamente desde a revolução industrial, denotando assim uma visão preconceituosa face às classes rurais tradicionais e apologista das contemporâneas famílias modernas, urbanas. Esta tese foi, porém, rebatida por historiadores (Flandrin, 1975), antropólogos e sociólogos (Segalen, 1983; Bourdieu, 1980; Medick e Sabeau, 1984; Silva, 1998), que evidenciaram que, em diversos lugares e tempos, o interesse e a emoção vão de par, mesmo quando os próprios sujeitos não tenham disso plena consciência.

O debate sobre o poder doméstico tem sido pouco explícito, na medida em que tal seria considerado inadequado numa área reservada à emoção, ao afeto ou ao amor. No entanto, ele tem sido mais indireta que diretamente abordado por alguns autores no contexto português, nomeadamente no espaço rural luso-galaico e, em especial, no minhoto. Alguns autores (Geraldês, 1987: 469 ss; Iturra, 1983: 91 ss), aduzindo a tónica androcêntrica nas prescrições legais e sobretudo nas práticas sociais, designadamente o comportamento submisso, respeitoso e, por vezes, deferente da mulher face ao marido (tratando-o, por exemplo, por “você” ou por “senhor”), têm salientado como traço dominante a autoridade masculina ou mesmo patriarcal em casas camponesas no Minho e na Galiza. No polo oposto, autores como Descamps (1935: 84, 191 s) e Willems (1963: 67 ss), baseados em observações etnográficas e, posteriormente, E. Santo (1980: 18, 78 s), apelando a argumentos de tipo psicanalítico na variante do “inconsciente coletivo” de Jung, reconhecem o poder patriarcal, mas salientam ou inclusive sublimam a telúrica matricentralidade das relações sociais designadamente no Minho. Por outro lado, J. P. Cabral (1989: 109 s), partindo de argumentos de carácter simbólico-valorativo e linguístico-interacional (por exemplo, designação de “patroa” pelo marido), mantém sobre o poder conjugal uma “problemática” ambiguidade. Por fim, Brettel (1991: 26), no quadro da análise da dinâmica dos movimentos demográfico e migratório numa aldeia minhota, salienta, ora a patricentralidade, ora a matricentralidade dos grupos domésticos minhotos.

Se práticas tais como o local de residência, a transmissão do nome e dos bens e as estratégias e interações conjugais devem ser tidas em conta, mais curial se torna, articulando-as, incidir o foco da análise no modo como a composição dos grupos domésticos e, sobretudo, a redistribuição do poder doméstico e eventuais conflitos daí resultantes são afetados e condicionados pelo grau e tipo de recursos materiais e simbólicos que cada nubente traz consigo e/ou

adquire na pendência do empreendimento doméstico: bens patrimoniais, atributos estéticos e eróticos, experiência e força física, habilidades, saberes e qualificações, honra, prestígio ou poder local.

Rodrigo Rosa (2013), embora partindo do momento da formação do casal, em que a escolha do cônjuge, nomeadamente entre membros de casais qualificados, dar-se-ia tendencialmente em base homogâmica ou proximidade socioprofissional, problematiza, contudo em consonância com Singly (1987), o conceito estático de homogamia e convoca sobretudo o conceito dinâmico de trajetória conjugal a fim de compreender e explicar a diversidade de trajetórias familiares com base nas estratégias de articulação entre trabalho profissional e vida familiar. Ou seja, os diferentes modos de articulação entre trabalho extra-doméstico/vida familiar nomeadamente por parte da mulher e subsequentes processos de negociação sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e cuidado dos filhos repercutir-se-iam, numa minoria de casos, na consolidação da inicial homogamia, mas, na maioria das situações, na cristalização e amplificação da diferenciação social em favor do homem. Donde, (i) uma estratégia familiarista por parte da mulher pode dar lugar a uma trajetória hipergâmica prioritária (em que a mulher renuncia a uma carreira profissional em benefício da do marido); (ii) uma estratégia maximalista da mulher, dando lugar a uma trajetória hipergâmica progressiva (em que a mulher aposta de modo equilibrado na família e na profissão); (iii) uma estratégia maximalista concessora na medida em que a mulher, sem renunciar ao progresso na carreira, faz no quadro da estratégia maximalista, concessões no sentido de priorizar a carreira do marido/parceiro; (iv) uma estratégia carreirista, em que a mulher, sem deixar de responder aos encargos familiares, privilegia as aspirações da sua carreira profissional em patamar idêntico ao do marido, dando lugar à consolidação de uma trajetória conjugal homogâmica ou, com uma estratégia menos ambiciosa do marido, configurando-se uma trajetória hipogâmica. Sem negar a relevância das estratégias e trajetórias conjugais e tipologias apresentadas por Rosa (2013), a desigualdade social e sexual, assim como assimetrias de poder no seio dos casais, não pode ser reduzida às dimensões estratégicas mas à articulação plurinível e pluridimensional na combinação de vários factores estruturais e estratégicos: condições objectivas de vida (vg. género, classe, etnia, idade, nacionalidade), hábitos e estilos de vida, recursos trazidos antes do casamento/união e/ou adquiridos na pendência deste/a, assim das condicionantes normativas, axiológicas e ideológicas, de resto não neutras em termos de género.

Neste quadro importa distinguir até que ponto a ideologia da subordinação sexual vai ou não de par, como refere Dubisch (1986: 21), com o efetivo controlo sobre recursos e a capacidade de decisão, o que inclui, além do domínio sobre a força de trabalho alheia – quando presente ou convocada –, a planificação e a execução de atividades domésticas. A subordinação repercute-se ainda em assuntos tais como a procriação e a educação dos filhos, as opções matrimoniais e profissionais destes ou a devolução dos bens. Os ciclos de formação, (re)composição, desenvolvimento e fissão das casas, enquanto locais e núcleos de reprodução social, assim como a imbricação dos interesses e das emoções com as respetivas interações estratégicas no seio das famílias formam a matriz dinâmica e contraditória de conservação, diferenciação e transformação dos grupos sociais, bem como das suas práticas e valores de cooperação e conflito no seio das unidades domésticas¹. Desçamos, porém, aos dados obtidos por inquérito e entrevistas, a fim de testar a pertinência deste enfoque na análise de dados em torno do casamento e das respetivas relações de género.

2. Casamento: motivações e recursos

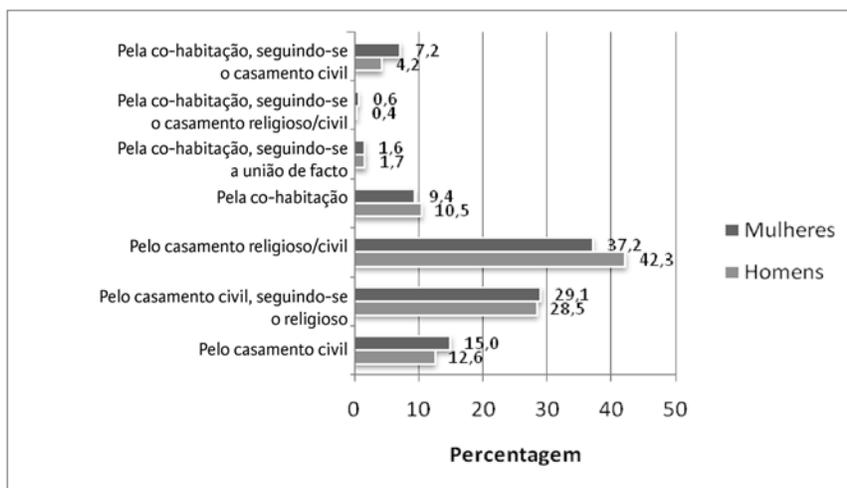
Uma matéria que tem sido objeto de análise e suscita crescente interesse respeita à entrada na conjugalidade, cujas modalidades, a partir dos dados obtidos no conjunto desta pesquisa e sem diferenciar por sexo, se podem sintetizar pela seguinte ordem de prioridade e importância: 39,4% por casamento religioso seguido do civil, 28,8% por casamento civil seguindo-se o casamento religioso, 14% exclusivamente por casamento civil, 9,8% por coabitação e 5,9% por coabitação seguida de união de facto, de casamento civil (1,6%) ou de casamento religioso/civil (0,5%). Predomina a combinação de casamentos religiosos seguidos ou antecidos do casamento civil, perfazendo no total 67%, um dado aproximado a outros inquéritos realizados em 1990 e 2000 e as pesquisas realizadas por Torres (2001, 2002: 57 ss). Não obstante se verificar uma descida considerável de 20% de casamentos religiosos, nomeadamente católicos, entre 1960 e 2000, mantém-se uma percentagem ainda elevada de casamentos religiosos em Portugal. No entanto, tal como anota com justeza Torres (2002: 65), há uma descoincidência entre a opção pela celebração do

.....
1 Tal como o evidenciaram, entre outros, Fortes (1971: 88-96), Goody (1976: 3), Engels (1980), Desrosières (1978), Segalen (1983: 14 s), Deville (1981), Medick e Sabeau (1984: 2, 9 ss), Kellerhals (1989), Sen (1998: 40 ss), A. M. Valle (2008: 84 ss), Morant e Bolufer (2009: 147 ss), Borderías e Perez-Fuentes (2009: 271) e, em Portugal, Almeida (1986: 236 ss), Nunes e Feijó (1986: 249 ss), Silva (1991, 1998), Wall (1992, 1998), Sobral (1999), Torres (2002), A. Pinto (2003) e R. Rosa (2013).

casamento católico e a convicção e sobretudo a prática religiosa (por exemplo, em 1990, entre 70% de casamentos católicos e 33% de praticantes). Ou seja, a celebração não é indicador de crença e, muito menos, de práticas religiosas, dado que se assiste a casamentos religiosos que têm lugar por controlo social, por pressões dos pais do noivo e sobretudo da noiva, por ritualismo ou pragmatismo dos nubentes, nomeadamente de noivos, designadamente indiferentes, agnósticos ou ateus. Além disso, a união de facto na altura não possibilitava o acesso ao crédito bancário para habitação. Em todo o caso, os dados deste inquérito, comparados com outros de décadas anteriores, confirmam uma tendência de descida dos casamentos religiosos e uma subida de casamentos exclusivamente civis e de uniões de facto.

Diferenciando por sexo, os diversos modos de entrar na conjugalidade podem ler-se na Figura 18.

Figura 18. Entrada na conjugalidade, por sexo (%)



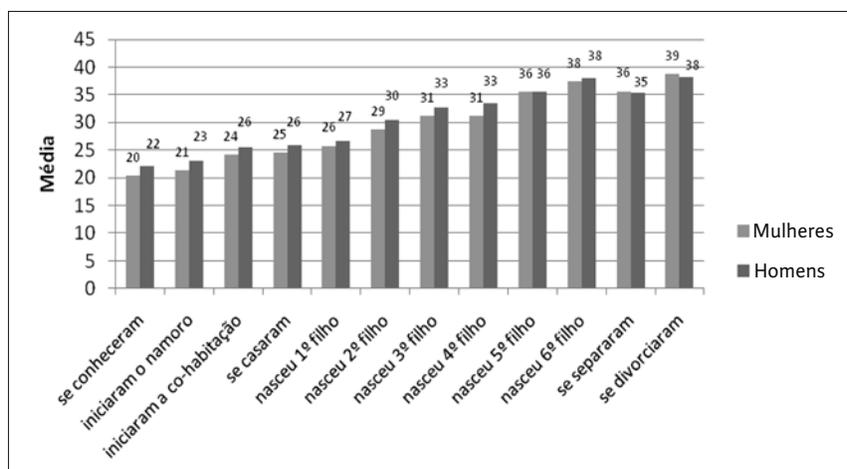
Fonte: IDG; 2011: N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Tal como se pode constatar, contabilizando as respostas ao inquérito quer na modalidade de casamento religioso/civil (42,3% de homens e 37,2% de mulheres), quer na modalidade de casamento civil seguido do religioso (29,1% de mulheres e 28,5% de homens), no conjunto os resultados evidenciam o predomínio do casamento religioso, seja enquanto início da conjugalidade em

si mesma, seja numa fase posterior ao casamento civil (70,8% de homens vs. 66,3% mulheres), ainda que se devam registar um total de 24,8% de homens e 26% de mulheres que contraem casamento apenas por registo civil e/ou que, por desligamento com as igrejas ou por simples facilidade prática, preferem as uniões de facto.

Procurando saber qual a idade de homens e mulheres por altura do casamento e de outros acontecimentos, antecedentes ou subsequentes, tais como o namoro, o nascimento de filho(s), a separação ou o divórcio, os resultados podem ver-se na Figura 19.

Figura 19. Média de idade do próprio, por sexo, quando



Fonte: IDG, 2011; “se conheceram”, “iniciaram o namoro”, “iniciaram a coabitação”: N=559; “nasceu o 1.º filho”: N=497; “nasceu o 2.º filho”: N=299; “nasceu o 3.º filho”: N=109, “nasceu o 4.º filho”: N=36; “nasceu o 5.º filho”: 13; “nasceu o 6.º filho”: N=7; “se separaram”, “se divorciaram”: N=56.

Na figura 19 observa-se que a variável sexo influencia em diversos momentos da vida a idade do próprio/a quando em relação com o outro/a: quando “se conheceram”, “iniciaram o namoro”, “iniciaram a coabitação”, “se casaram”, “nasceu o 1.º filho” e, eventualmente, os subsequentes². Em todos estes acon-

2 De modo preciso, quando “se conheceram” ($t(562) = 3,26, p < 0,01$), “iniciaram o namoro” ($t(562) = 3,77, p < 0,001$), “iniciaram a coabitação” ($t(562) = 4,47, p < 0,001$), “se casaram” ($t(562) = 4,72, p < 0,001$), “nasceu o 1.º filho” ($t(496) = 5,92, p < 0,001$), “nasceu o 2.º filho” ($t(297) = 3,46, p < 0,01$), “nasceu o 3.º filho” ($t(108) = 3,65, p < 0,001$).

tecimentos da vida, a idade tem significado, na medida em que os homens apresentam, em média, uma idade mais avançada que as mulheres.

Uma primeira e crucial decisão diz respeito ao planejamento familiar relativamente aos filhos. Segundo os respondentes do inquérito, os filhos foram, na sua maioria, planejados, sobretudo os primeiros (69,3%), os segundos (70,6%) e os terceiros (56,4%); em menor expressão, os quartos (38,9%) e, de modo pouco expressivo, os quintos (15,4%) e os sextos (14,3%) filhos. Em regra, estas decisões são consensualizadas, embora haja casos em que as mulheres surpreendem o noivo ou marido:

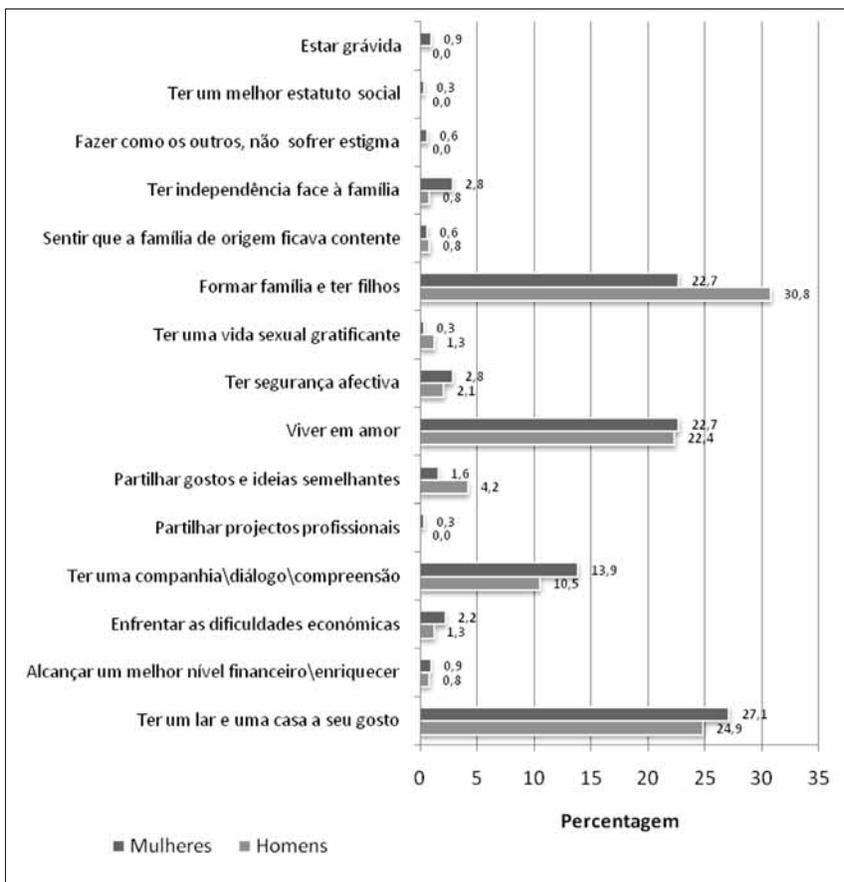
“Não houve planejamento, porque a minha ex-mulher resolveu de um momento para o outro engravidar sem me avisar, depois de termos planejado que só viria uma criança depois de termos alguma estabilidade. Claro que eu como qualquer ser humano encarei bem e a minha ex-mulher melhor ainda, porque era tudo o que ela queria. Eu não estava preparado, porque queria primeiro estabilizar a vida, ter uma casa e um quarto para oferecer ao meu filho, coisa que nunca tivemos. Porque, se estamos a levar as coisas com calma e planejadas e de repente ter de dar um passo maior do que a perna, é complicado”. (E12, homem, 42 anos, operário, divorciado)

Em certas situações, para além da premência da idade, é sobretudo o forte desejo de ter filhos por parte da mulher que acelera a gravidez:

“Toda a mulher sonha em casar com véu e grinalda, tipo princesa e assim, mas eu com 27 anos já não era propriamente esse sonho. Gostava de casar para ter filhos, foi uma coisa que sempre me seduziu: ter filhos”. (E15, mulher, técnica tributária)

Voltando à questão do casamento, ressaltam desde logo percentagens particularmente relevantes nos *itens* “formar família e ter filhos” e “ter um lar e uma casa a seu gosto” (ambos com 26,2%), “viver em amor” (22,6%) e, com menor expressão, “ter uma companhia, diálogo e compreensão” (12,5%). Os restantes *itens* assumem fraca expressão e apresentam alguma dispersão.

Sobre as motivações e objetivos, entre homens e mulheres, relativamente ao casamento, a Figura 20 dá-nos conta de algumas diferenciações por sexo.

Figura 20. Primeira motivação para o casamento, por sexo (%)

Fonte: IDG; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Embora não se verifiquem grandes discrepâncias nas primeiras motivações de homens e mulheres para o casamento, nota-se, por parte dos homens, uma maior acentuação, em registo institucional, na motivação “formar família e ter filhos” (30,8% vs. 22,7%), contrastando um pouco com a motivação, por parte das mulheres, de “ter um lar e uma casa a seu gosto” (27,1% vs. 24,9%). Em segundo lugar e em percentagens aproximadas (22,7% nas mulheres e 22,4% nos homens) segue-se o móbil “viver em amor”, convergindo com a conclusão

de Torres (2002: 101), que, relativamente ao sentimento amoroso, o considera central mas não suficiente para o sucesso do casamento. Em terceiro lugar, seguem-se respostas que apontam para a percepção do casamento como espaço privilegiado para “ter uma companhia, diálogo e compreensão” e, em menor expressão, “ter independência da família”, uma e outra perfilhadas mais pelas mulheres que pelos homens (respetivamente 13,9% e 2,8% vs. 10,5% e 0,8%); a esta acresce, mais por parte dos homens que das mulheres, “partilhar gostos e ideias semelhantes” (4,2% vs. 1,6%). Assim, balanceando estas respostas, verificam-se objetivos comuns (formar família e ter filhos), a par de outros de cariz material (ter casa) e de gratificação psicoafetiva (companhia/diálogo, compreensão). Ilustrando estas motivações, atentemos nas expressões sintéticas de uma mulher e de um homem entrevistados: “*Casamos para estarmos juntos, para termos filhos e para termos um lar, uma casa e começar a nossa vida a dois, mais próximos*” (E21, mulher, auxiliar de ação educativa); ou “*Criar uma família, ter filhos, ter a nossa casinha que na altura não foi fácil. Tive a sorte de conseguir através dos meus pais restaurar uma casinha antiga*” (E16, homem, funcionário público).

Quando questionados sobre a segunda e a terceira motivações para o casamento, os inquiridos/as não apontam para direções muito distintas da primeira. Relativamente à segunda motivação para o casamento, as principais respostas reduzem-se ao desejo de: “formar família e ter filhos” (20%), “ter um lar e uma casa a seu gosto” (17,3%) e “ter companhia, diálogo e compreensão” (15,6%). As diversas segundas motivações apontadas por homens e mulheres aproximam-se, mantendo-se as três primeiras já referidas como primeira motivação, o que confere certa consistência. Já, porém, quanto à terceira motivação, as mulheres destacam mais que os homens “formar família e ter filhos” (19,9% vs. 14,7%) e os homens referem mais a necessidade de “ter uma companhia/diálogo e compreensão” (19,6% vs. 12,1%); em terceiro lugar, “viver em amor” é ligeiramente mais apontado pelos homens do que pelas mulheres (15,7% vs. 13,6%).

A fim de analisar mais apuradamente as motivações para o casamento por profissão e sexo, destacam-se as quatro categorias com maior frequência de resposta, traduzíveis no Quadro 6.

Quadro 6. Primeira motivação para o casamento por profissão e sexo

Profissão	%	Ter um lar e uma casa a seu gosto		Ter uma companhia, diálogo, compreensão		Viver em amor		Formar família e ter filhos	
		H	M.	H	M.	H	M.	H	M.
Quadros superiores, especialistas de profissões intelectuais e científicas	%	0,0	25,0	0,0	16,7	28,6	41,7	42,9	16,7
Pequenos empresários	%	31,3	25,0	6,3	8,3	6,3	50,0	31,3	8,3
Técnicos e profissionais de nível intermédio	%	9,1	35,7	9,1	0,0	9,1	35,7	54,5	21,4
Pessoal administrativo e similares	%	0,0	37,5	0,0	12,5	37,5	33,3	50,0	4,2
Pessoal dos serviços e vendedores	%	0,0	10,2	0,0	34,7	100,0	24,5	0,0	20,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	%	0,0	36,4	0,0	9,1	33,3	18,2	66,7	36,4
Operários, artífices e trabalhadores similares	%	11,1	27,8	17,8	5,6	31,1	22,2	31,1	27,8
Operadores de instalações e máquinas de montagem	%	27,3	0,0	13,6	100,0	18,2	0,0	22,7	0,0
Trabalhadores não qualificados	%	38,5	24,3	15,4	13,5	23,1	21,6	15,4	29,7

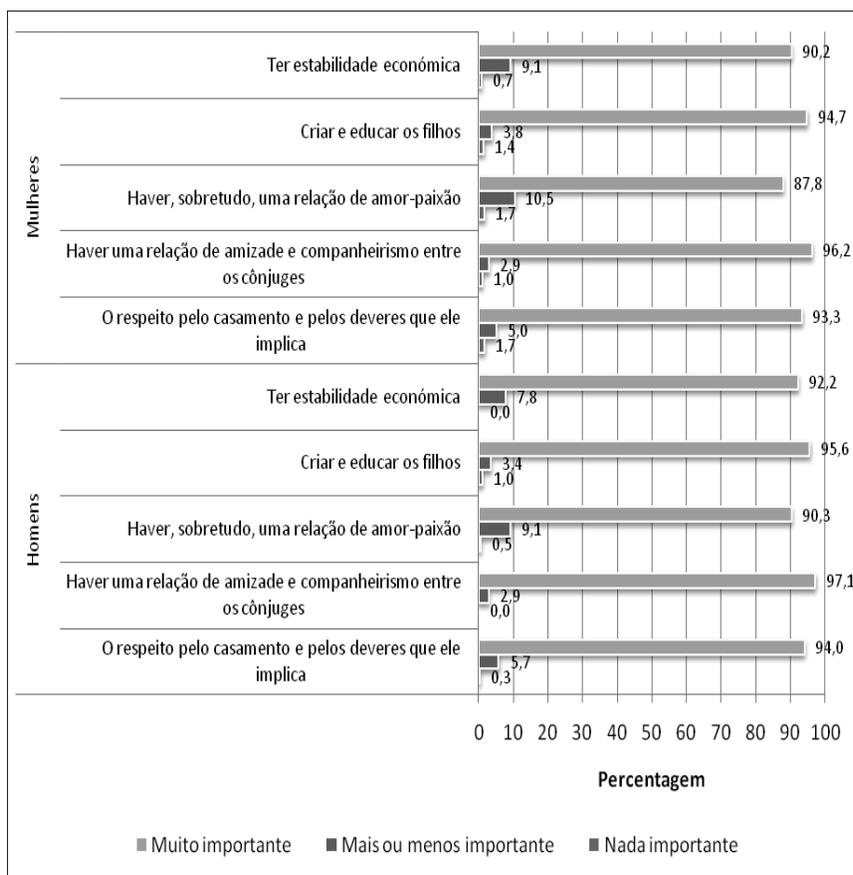
Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens, 320 mulheres).

Em todos os grupos profissionais é sublinhada a elevada motivação de “formar família e ter filhos” (entre 66,7% e 42,9%), embora de modo diferenciado: mais acentuada entre agricultores, pessoal administrativo e de serviços e quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas (e mais entre homens que mulheres); mas bastante menos entre trabalhadores não qualificados e operários (15,4% e 31,1%). Embora com percentagens menores e dispersas, “viver em amor” é referido mais por profissões consideradas semiqualficadas ou com mais recursos que por profissões menos qualificadas e/ou com rendimentos mais modestos: operários e trabalhadores não

qualificados³. “Ter companhia, diálogo e compreensão” surge mas em valores percentuais reduzidos em quase todos os grupos profissionais (entre 5,6% e 34,7%); por fim, “ter um lar e uma casa a seu gosto” é medianamente referido em termos percentuais por quase todos os grupos profissionais (entre 9% e 37,5%), embora de modo mais acentuado entre as mulheres.

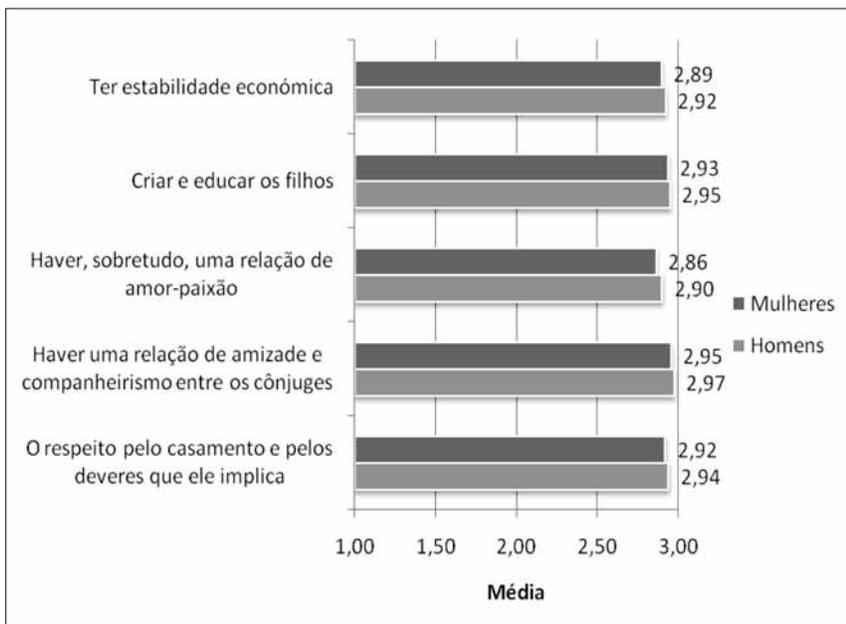
Por fim, atentemos no peso das representações sobre a importância de certos aspetos no casamento. Se, em termos gerais, a importância do casamento é sublinhada por elevadas percentagens nos diversos tipos de respostas convencionais (muito importante com percentagens entre 87,8% e 97,1% em todos os *itens*), tão-pouco se verificam por sexo diferenças substanciais, como se pode observar na Figura 21.

3 Estas respostas estarão em consonância com a alegada mas relativável tese de que na modernidade as pessoas orientam-se no casamento pelo amor e não, como no passado, pelo interesse (cf. Shorter, 1976), bem como com a subsequente e preconceituosa narrativa sobre as classes ditas elevadas orientadas mais pelo amor que pelo interesse por contraposição aos casamentos de outras classes como os camponeses mais orientados pelo interesse (terras, gado). Com efeito, diversos estudos, apesar de eventuais declarações ajuramentadas de ‘amor puro’ por parte de certos protagonistas, assinalam e comprovam que os elementos do binómio paixão-interesse estão, em maior ou menor medida, presentes em diversos tipos de classes, quer no passado, quer no presente (cf. Flandrin, 1975; Segalen, 1983; Bourdieu, 1980; Medick e Sabeau, 1984; Silva, 1998). Também Kaufman (2002), ao analisar a dádiva nas trocas conjugais, afasta uma visão angélica de dádiva pura, sustentando que ela está perpassada por negociações ou mesmo minada por cálculos, amiúde de horizonte próximo, indo ao encontro da conceção de reciprocidade interessada (*do ut des*) defendida por Weber (1978: 361).

Figura 21. Importância do casamento, por sexo (%)

Fonte: IDG; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Para as mulheres são vistos como muito importantes no casamento os seguintes aspetos: “constituir uma relação de amizade e companheirismo” (96,2%), “criar e educar os filhos” (94,7%), “ter respeito pelo casamento e correlativos deveres” (93,3%) e “ter estabilidade económica” (90,2%). De modo similar também para os homens é importante “haver uma relação de amizade e companheirismo” (97,1%), “criar e educar os filhos” (95,6%), “haver respeito pelo casamento e correlativos deveres” (94%) e “ter estabilidade económica” (92,2%). A média de importância, quer para homens, quer para mulheres, é elevada no intervalo de 0 a 3, tal como se pode ver na Figura 22:

Figura 22. Média da importância atribuída a dimensões no casamento, por sexo

Fonte: IDG; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Se o casamento tem constituído no passado, sobretudo em termos discursivos, uma relação com forte significado, hoje, quer para homens, quer para mulheres, parece estar cada vez mais relativizado com o equivalente funcional da união de facto ou surge amiúde perpassado, seguindo a terminologia de Giddens (1992) e Beck e Beck-Gernsheim (1995), de concepções diversas e percursos atribulados, de que poder-se-á ilustrar com alguns exemplos:

“Namorei e casei; foi um pouco atribulado, porque eu precisava sair de casa e, a partir daí, casei. Foi uma fase muito atribulada e foi um namoro não aceite pela minha madrasta, porque ela queria que eu tivesse namorado e casado com uma de outras mulheres, mulheres de posses e eu não estava para aí virado. Casei para sair de casa após o final do serviço militar e porque gostava da minha ex-mulher.” (E12, homem, 42 anos, operário, divorciado)

E uma outra entrevistada refere:

“ Namorei antes de casar, não casei. Vivi em união de facto com o pai da minha filha, depois separei-me e depois tive outra união de facto. (...) Tenho um relacionamento há 10 anos com a mesma pessoa. Avalio esse tempo e não gosto de mudanças. Passo sempre muito tempo com a mesma pessoa e acho que foram bons momentos.” (E11, mulher, 37 anos, bancária, divorciada).

Há certamente muitos testemunhos que afirmam relações de amor-paixão, de amor-afeto, sobretudo ao tempo de namoro e início do casamento (“*Foi muito fixe, muito bonito*”, E17, mulher, secretária), mas surgem outros que são perpassados por sentimentos de mal-estar e de ódio no decurso do casamento que amiúde desembocam em separações e divórcios. Há, porém, casos em que a relação amor-ódio persiste durante o casamento ou mesmo após a separação e a morte do (ex-)cônjuge:

“A relação dos meus pais foi boa até certo ponto, até o dia em que o meu pai resolveu arranjar namorada e a minha mãe pediu o divórcio. Ele sempre foi muito apaixonado por ela; ele não ficou com essa namorada e todos os fins-de-semana levava as compras lá a minha casa e fazia questão de mandar sempre as coisas que a minha mãe gostava. (...) Ele veio a falecer e eu e os meus irmãos só enterrá-mos, e ninguém nunca mais voltou ao cemitério; a não ser a minha mãe, a minha mãe é que vai à campa dele, a minha mãe é que cuida da campa dele (...). Foi uma relação de amor e ódio, mas ela nunca voltou a casar, ela só teve esse casamento, nunca teve um namorado, ela é viúva.” (E11, mulher, 37 anos, bancária, divorciada)

Para além de casos de infidelidade, eram sobretudo as situações de violência psíquica e sobretudo física com maus tratos que desencadeavam sentimentos de rejeição e mesmo ódio com subsequente separação/divórcio:

“É indescritível. Fui violada muitas vezes. É horrível acabar de fazer amor com uma pessoa e ser acusada de ter tido relações com o vizinho... Tive que fugir muitas vezes quando ele vinha atrás de nós com uma faca e eu ter de fugir para a rua, esconder-me e passar a noite na neve... ou então ser pontapeada no meio da rua, todo o caminho até casa. Ter que ser levada para o hospital pelos vizinhos porque ele ficava impávido e sereno a olhar para mim e eu sem me poder mexer... Mas o fator que despoletou a nossa separação foi a violência que ele começou a transmitir para a minha filha. Quando a minha filha começou a meter-se entre mim e ele e ele começou a não poder bater em mim, então começou a bater na minha filha e eu comecei a ver a minha filha como um animal deitada no chão, eu

disse: eu não quero para a minha filha aquilo que eu passei... Isto não tem solução nem para mim nem para a minha filha... Foi mesmo ganhar ódio, o não aguentar mais...Foi a minha madrinha com 80 anos que me deu a hipótese de sair de casa (E23, mulher, operária, artesã e empregada de balcão).

Ainda no que toca às experiências dos pais, situações marcadas pela desigualdade de género são relatadas e entendidas como toleradas com base em sentimentos de afeto (senão mesmo concepções altamente interiorizadas). Nas palavras de uma entrevistada:

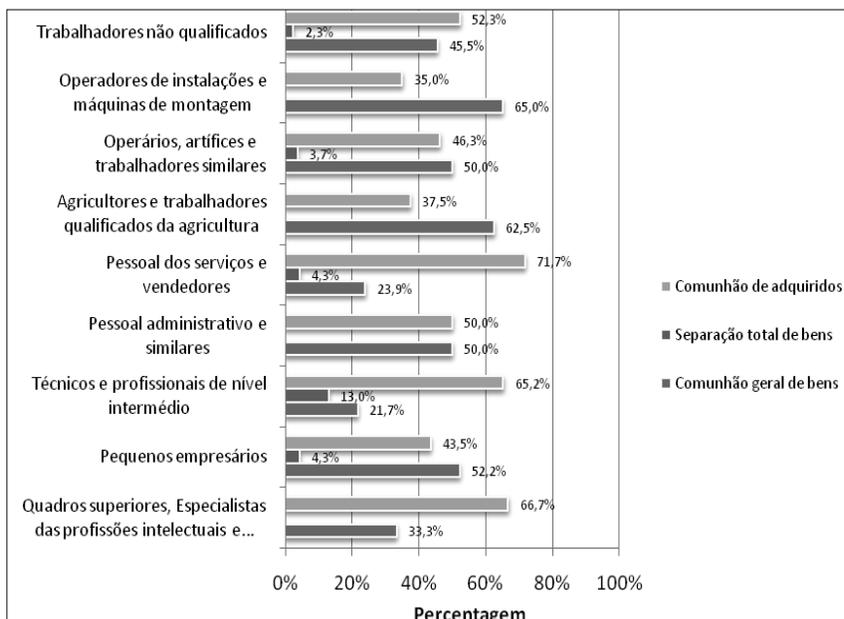
“A relação com os meus pais foi sempre boa, mas desde pequena que eu sempre tive muita consciência da questão da diferença de género do meu pai em relação à minha mãe. O meu pai é uma figura autoritária, a cabeça da família, digamos assim. A minha mãe assume o papel da mulher submissa, nunca trabalhou porque o meu pai nunca deixou e ficou a tomar conta das filhas. Não posso dizer que os meus pais se dessem mal porque não davam, mas o meu pai é que teve sempre o poder na família e a minha mãe sempre foi a pessoa submissa e dedicada aos filhos.” (E10, mulher, 53 anos, divorciada, professora do ensino básico)

Prosseguindo no tratamento de outros dados obtidos sobre o casamento, uma outra questão prende-se com o regime de bens de casamento adotado ou aplicado, o qual, no conjunto, se distribui do seguinte modo: 56,5% por comunhão geral de bens, 39,6% por comunhão de adquiridos e 3,9% por separação total de bens.

Apesar de desde 1966 a regra ser a de comunhão de adquiridos, a percentagem ainda elevada do regime de comunhão geral prende-se com o facto de as pessoas mais idosas terem casado por este regime. Contudo, após a revisão do Código Civil de 1966, o regime de comunhão geral de bens, tal como o de separação total de bens, passou a estar sujeito a uma convenção antenupcial.

Uma questão importante a colocar e a deslindar consiste em saber qual o regime de bens de casamento adotado pelos diversos grupos profissionais, o que nos é dado pela Figura 23.

Como se pode ler na Figura 23, a maioria dos grupos profissionais adota a regra geral do regime de comunhão de adquiridos, sendo de mencionar, por um lado, o pessoal de serviços e vendedores (71,7%), técnicos e profissionais de nível intermédio (65,2%) e, por outro, os quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas (66,7%). Com percentagens também relativamente elevadas, constata-se a adoção do regime de comunhão geral de bens por parte de operadores de instalações e máquinas de montagem

Figura 23. Regime de bens do casamento, por grupo profissional (%)

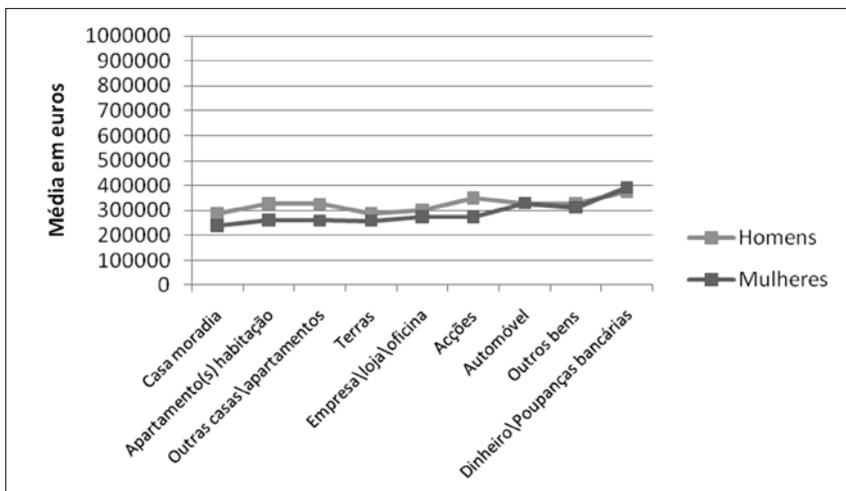
Fonte: IDG, 2011; N=490.

(65%), agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura (62,5%) e pequenos empresários (52,2%). A opção “com separação total de bens” foi adotada, ainda que de modo minoritário, por técnicos e profissionais de nível intermédio (13%), e revelou-se marginal (entre 2,3% e 4,3%) ou inexistente nos restantes.

Uma outra questão fundamental consiste em saber em que medida homens e mulheres repartem não só as tarefas como o poder de disposição ou controlo sobre recursos e como se distribui na casa o poder de decisão sobre as mais variadas matérias. Neste quadro, considerando a hipótese de trabalho avançada de que o poder de disposição da mulher (como aliás o do homem) difere conforme a posse de determinados recursos antes e durante o casamento, a análise incidirá sobre o quantitativo de bens próprios anteriores ao casamento detidos por homens e mulheres. Na grande maioria dos casos, os inquiridos referiram não possuir bens antes do casamento: de facto apenas 126 pessoas (16% dos inquiridos e 23% dos envolvidos em relações de conjugalidade) afirmaram possuir bens antes do casamento e apenas 98 indicaram que o cônjuge os possuía (12% dos inquiridos e 18% dos envolvidos em

relações de conjugalidade). Isto quer dizer que em mais de 75% das relações conjugais não existe património anterior ao casamento, o que é consistente com as características sociodemográficas da amostra. Dos restantes 16% que tinham bens antes de casar, podemos obter na Figura 24 uma estimativa do seu volume, por sexo:

Figura 24. Valor dos bens do cônjuge antes de casar, por sexo (%)



Fonte IDG, 2011; N=98.

Apesar de pouco acentuada, verifica-se uma diferença na posse de recursos, sobretudo patrimoniais, imobiliários e fundiários, tendo os homens, no global, uma vantagem sobre as mulheres. Também o nível salarial, se não releva na maior parte dos casos, pode noutros influenciar o grau de poder de cada membro do casal no seio da casa:

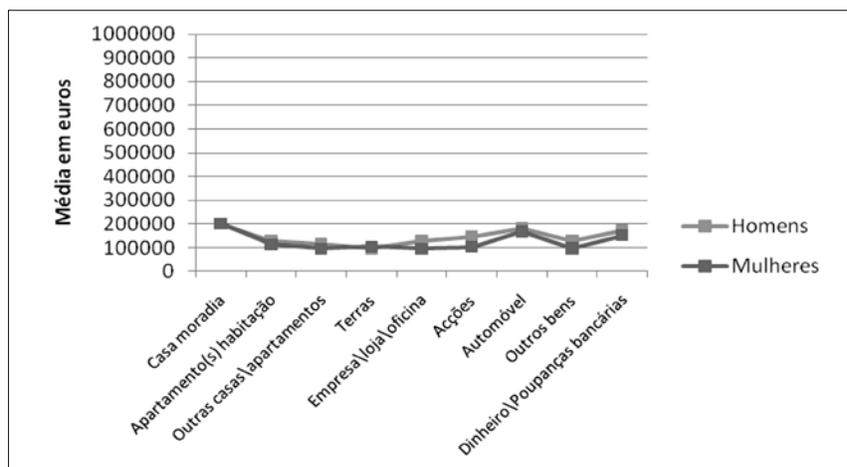
“Acho que às vezes, por exemplo, a questão financeira pode influenciar bastante, um ganhar mais do que o outro; acho que a pessoa que ganha mais, se essa diferença for substancial, pode achar que deve ter poder para tomar mais decisões acerca de como esse dinheiro vai ser gasto. Depois, tem a ver um pouco com a personalidade dos membros do casal, e acho que também evolui ao longo do tempo, as coisas não são sempre iguais.” (E11, mulher, 37 anos, divorciada, bancária)

Esta mesma ideia é partilhada por um dos entrevistados:

“O poder no seio familiar nunca foi dividido irmãmente. Quase sempre há um líder. Esse líder em geral é o homem, o que não quer dizer que, em alguns casos, não raros, não seja o inverso. Até porque este processo de poder está relacionado com muitos factores tais como: o carácter de cada um, o vencimento de um e de outro (em geral o que tem o ordenado maior tem tendência a liderar), há também o fator cultural que durante séculos determinou que a mulher era o sexo fraco e, como tal, deveria ser obediente ao marido”. (E28, homem, professor)

Incidindo a análise sobre o quantitativo de bens na atualidade, já no contexto de casamento, verifica-se uma relativa proximidade no volume de recursos entre homens e mulheres.

Figura 25. Bens do cônjuge atualmente, por sexo do inquirido



Fonte IDG, 2011; N=272.

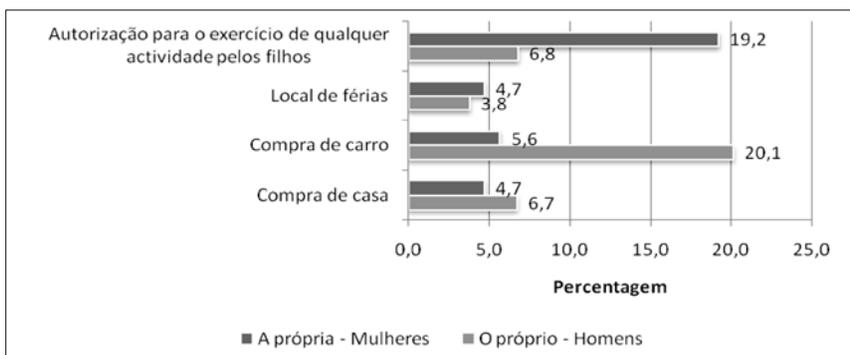
Relativamente aos bens do cônjuge possuídos na atualidade, por sexo do inquirido, também se constata uma proximidade no conjunto de bens, sendo de anotar uma relativa vantagem dos homens no que concerne a empresa ou a oficina, o número de ações, o automóvel e outros bens, dinheiro ou poupanças bancárias. Esta proximidade não só na posse de bens próprios trazidos e/ou mantidos durante o casamento, como de rendimentos tem levado

certos autores a proclamar estar-se perante uma perda de poder tradicional do homem ou mesmo até de uma “crise de masculinidade”. De acordo com estes autores, o homem, sentindo-se ameaçado na sua posição, já não cumpre em exclusivo ou predominantemente a função de provedor da família, o que é manifestamente uma deriva ideológica do padrão tradicional.

3. Poder de decisão doméstico e dinâmica comunicativa do casal

A grande maioria das decisões no âmbito da família – quer se trate de “autorizações para atividades a desenvolver pelos filhos”, da “escolha do local de férias”, da “compra de carro” ou da “compra de casa” – tende a ser tomada conjuntamente por ambos os membros do casal, sendo as percentagens em todos os casos superiores a 59,8%. Não menosprezando as percentagens relativas aos que responderam não ter tomado decisões a estes níveis, sublinhando-se neste âmbito a escolha do “local de férias” e “compra de casa” – que certamente poderá estar relacionado com o poder de compra –, é de realçar, em todos os casos, circunscrevendo a análise em termos mutuamente exclusivos, uma tendência, ainda que ténue, para a autoatribuição de papéis e decisões. A Figura 26 dá conta das autoperceções em termos de decisão por sexo do inquirido/a:

Figura 26. Tomada de decisões, por sexo, sobre determinadas matérias⁴ (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

4 As possibilidades de resposta a estas questões são: “o próprio”, “o cônjuge”, “o próprio e filhos”, “o próprio e cônjuge”, “o próprio, cônjuge e filhos” e “não fazíamos estas tarefas”. Para simplificar a apresentação gráfica por género, apenas são apresentadas as percentagens para o próprio.

A Figura 26 é ilustrativa de que o sexo tende a contar relativamente sobre quem toma a decisão sobre alguns assuntos. Existem significativamente mais mulheres a decidirem sobre a “autorização para o exercício de qualquer atividade pelos filhos” (19,2% vs. 6,8%) e mais homens a decidirem relativamente à “compra do carro” (20,1% vs. 5,6%)⁵; por seu lado, a “compra de casa”, bem como a escolha do “local de férias” assumem percentagens muito aproximadas (4,7% em ambos os casos para as mulheres, e 6,7% e 3,8%, respetivamente, para os homens). Algumas expressões veiculadas nas entrevistas reforçam a ideia que, salvo casos excepcionais, é o homem que detém mais poder de decisão em matérias consideradas de maior valor económico, amiúde pelo facto de o marido ter um rendimento mais elevado, tal como refere uma entrevistada:

“Em termos de negócio, quase sempre era ele que tinha mais poder em relação a mim, porque como ganhava mais e tinha mais competência para o negócio, era ele que decidia os negócios que ia fazendo, compra de terrenos e outras coisas”. (E17, mulher, conservadora restauradora de arte sacra)

Há todavia outros registos de sinal oposto:

“Eu acho que quem tem mais poder é a mulher, embora muitas vezes faça parecer que é o homem, mas no fundo quem decide são elas... Ele tem a última palavra, mas entretanto ela já preparou o caminho. De uma forma geral a mulher nesse aspeto é manipuladora, digamos assim”. (E28, mulher, técnica superior)

“A mulher manda mais que o homem, embora possa não parecer. A mulher é a peça fundamental com os filhos. A mulher é o equilíbrio. No meu caso havia como que uma chantagem... Fiquei saturado. Digamos que deve ter sido isso uma das causas para o divórcio”. (E18, homem, técnico de emprego)

Outros, porém, conseguem alcançar um certo equilíbrio:

“Na nossa relação houve sempre aquele acordo o evitar mandar, porque nem gosto dessa palavra. Há casais em que o homem é o mais mandão. Agora comigo

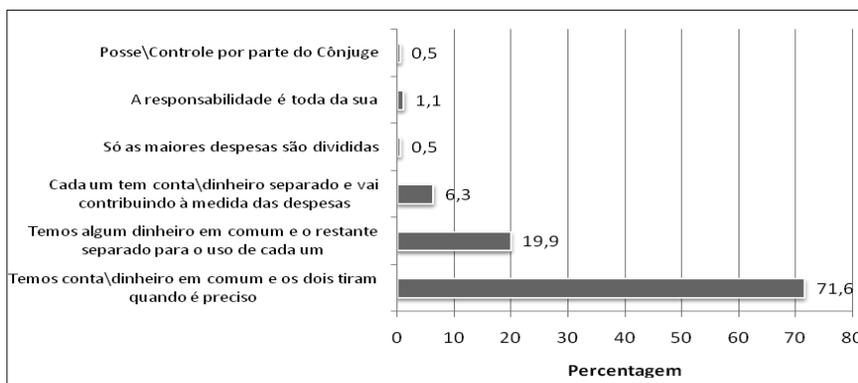
.....
5 Cf., mais, por parte das mulheres, sobre “autorização para o exercício de qualquer atividade pelos filhos” (19,2% para 6,8%: $\chi^2=21,24$, $gI=6,468$, $p < 0,001$) e mais, por parte dos homens, a decidirem relativamente à “compra do carro” (20,1% para 5,6%: $\chi^2=42,91$, $gI=6,559$, $p < 0,001$). Quer relativamente às mulheres, quer relativamente aos homens, quatro células (28,6%) apresentam frequência esperada inferior a 5. Assim, procedeu-se à simulação de Monte Carlo, que permitiu confirmar os resultados ($p < 0,01$).

houve sempre boa harmonia. É preciso saber pedir com respeito”. (E16, homem, funcionário público)

Atendendo à totalidade dos *itens* acima referidos, na Figura 26, desde logo se constata uma tendência para as decisões que implicam mais diretamente custos monetários serem percecionadas como mais assumidas pelos homens e as restantes pelas mulheres. Como veremos seguidamente, tal não implica que a organização do dinheiro ou a sua disponibilização não seja percecionada como assumida por ambos os membros do casal.

Uma importante forma sobre a gestão e o poder doméstico, ora mais ou menos compartilhados ora mais ou menos individualizados, é a que se prende com a gestão e organização do dinheiro no contexto familiar, tal como se pode ver pela Figura 27.

Figura 27. Organização do dinheiro em casa (%)

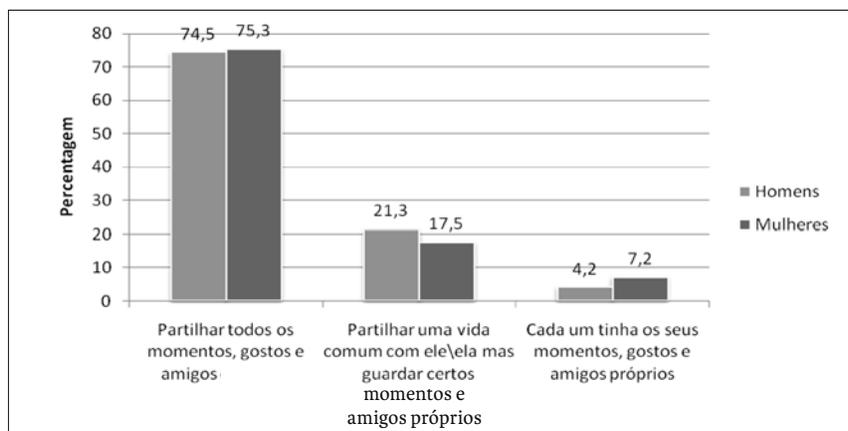


Fonte: IDG, 2011; N=559.

Como verificamos, em 71,6% dos casos os inquiridos afirmam ter uma “conta/dinheiro em comum e os dois tiram quando é preciso”; seguem-se 19,9% de casos que afirmam ter “algum dinheiro em comum e o restante separado para o uso de cada um”. Formas mais individualizadas de gestão do dinheiro no casal são afirmadas residualmente (8,5% no total), o que indicia estarmos, no caso português, longe do processo de individualização das relações de intimidade a que se referem Giddens (1991), Beck (1992) e Bauman (2001) em certas sociedades contemporâneas.

Outro aspeto relevante remete para as tendências mais ou menos fusio- nais ou de individualização no seio do casal. Tendo por base a totalidade da amostra de indivíduos casados/em união e divorciados, verificamos que 75% dos inquiridos/as afirmam partilhar ou ter partilhado com o (ex)cônjuge “todos os momentos, gostos e amigos de forma intensa”; em seguida, também com percentagem relevante (19,1%), existem os/as que afirmam partilhar e/ou ter partilhado “uma vida comum com ela/e mas guardar certos momentos, gostos e amigos para si”. Vivências mais individualizadas, expressas na opção “cada um tem ou tinha os seus momentos, gostos e amigos próprios”, assumem fraca expressão (5,9%). Uma análise atinente e discriminada por sexo não evidencia diferenças relevantes a este nível entre homens e mulheres, como se pode ver na Figura 28.

Figura 28. Tipo de relação com o cônjuge, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Tal como se constata na Figura 28, os tipos de relação com o cônjuge, por sexo não se afastam, aproximam-se. Porém, nota-se uma percentagem ligeiramente superior no caso das mulheres nos extremos – ou seja, na modalidade fusional de partilha de momentos, gostos e amigos (75,3% vs. 74,5%) e na modalidade mais individualista de espaços, gostos e amizades próprios (7,2% vs. 4,2%) –, predominando os homens numa forma mista de partilha e reserva própria (21,3% vs. 17,5%)⁶. Em todo o caso, em maior ou menor grau, também foi possível constatar

6 A distinção conceptual aduzida por Kellerhals *et al.* (1982) e por Torres (2002: 39 ss) em torno das diversas

a presença, em muitos casais e uniões de facto, de dois elementos imbricados – o interesse e a paixão e/ou o afeto, como observa um entrevistado:

“Na nossa vida de casal há interesse e afeto, relações de interesse porque há que construir algo, não é? Mas, se temos uma mulher ao nosso lado e se queremos uma mulher ao nosso lado, não é só para ter bens, será também para ter um pouco de amor e afeto e há que dar carinho e receber carinho, não?” (E2, homem, 43 anos, divorciado, operário da construção civil)

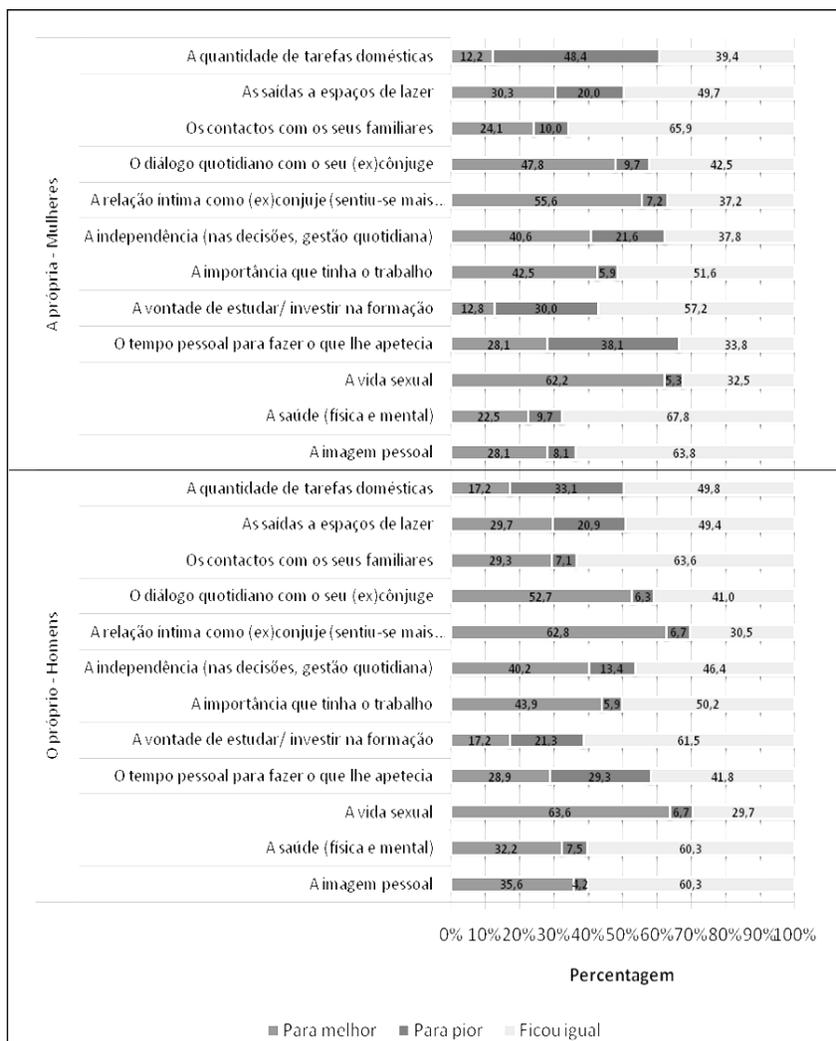
Tendo como pano de fundo as diversas formas de conjugalidade, nomeadamente a fusional ou associativa (cf. Torres 2002: 39 e ss) e tendo sido colocada aos entrevistados/as a questão sobre quais os aspetos mais importantes na vida de um casal, as respostas, exprimindo aspetos comuns, denotam alguma diferenciação no sentido ora mais fusional ora mais associativo. Por exemplo, em termos fusionais: “*É viverem exclusivamente um para o outro. Não é eu vou com os meus amigos, tu vais com os teus. É remarem para o mesmo lado*” (E24, homem, técnico de contabilidade); ou: “*A partilha de tarefas, a partilha de responsabilidades, a partilha de afetos, a partilha em todos os aspetos*” (E19, mulher, técnica superior). Em termos intermédios: “*Acho que é fundamental uma boa dose de confiança, de amizade, de carinho, de afetividade*” (E15, mulher, técnica tributária); ou: “*Acima de tudo, honestidade, um bom diálogo e carinho. São os três pontos que eu destaco mais*” (E16, homem, funcionário público). Já numa orientação associativa: “*Companheirismo, cumplicidade, abertura também, liberdade para as duas partes*” (E18, homem, técnico de emprego, advogado); ou: “*É comunicarem um com o outro. E participarem as coisas e haver antes de mais nada compreensão entre os dois. Se não estiverem a tentar comunicar, com os mesmos objetivos, ou tentarem ficar de acordo, pelo menos tentarem o equilíbrio e a amizade*” (E17, mulher, conservadora de arte sacra)

Atendendo ao facto de a entrada na conjugalidade comportar geralmente mudanças ao nível das vivências quotidianas, seguidamente daremos conta da avaliação que os inquiridos/as fazem dessas mesmas alterações. A análise da auto e da heteroavaliação destas alterações não é indicativa de disparidades, verificando-se percentagens muito aproximadas em ambos os casos para as

formas de conjugalidade – institucional, fusional e associativa – aplica-se a diversos aspetos da vida conjugal. Fixando-nos nas duas últimas, enquanto na conjugalidade fusional, presente mais entre operários jovens e grupos sociais intermédios, é menor a diferenciação de papéis entre géneros, na associativa há uma maior autonomia por parte dos parceiros ‘associados’ em casamento. Para uma caracterização das formas de conjugalidade referidas, recolha e análise de relevante material empírico relativo à sociedade portuguesa, cf. Torres (2002: 113 ss), Wall (2005, 2010: 97 ss), Aboim (2010a: 159 ss) e R. Rosas (2013).

diversas dimensões. De qualquer forma, nota-se uma ligeira tendência para se assumirem mais melhorias nas diversas dimensões, quanto ao/à (ex-)cônjuge por comparação com o próprio/a. Verificam-se maiores oscilações relativamente aos aspetos que se mantiveram. De forma a aprofundar estas dimensões, a Figura 29 dá conta da avaliação destas mesmas alterações por sexo.

Figura 29. Aspetos de vida alterados com a entrada na conjugalidade, por sexo:

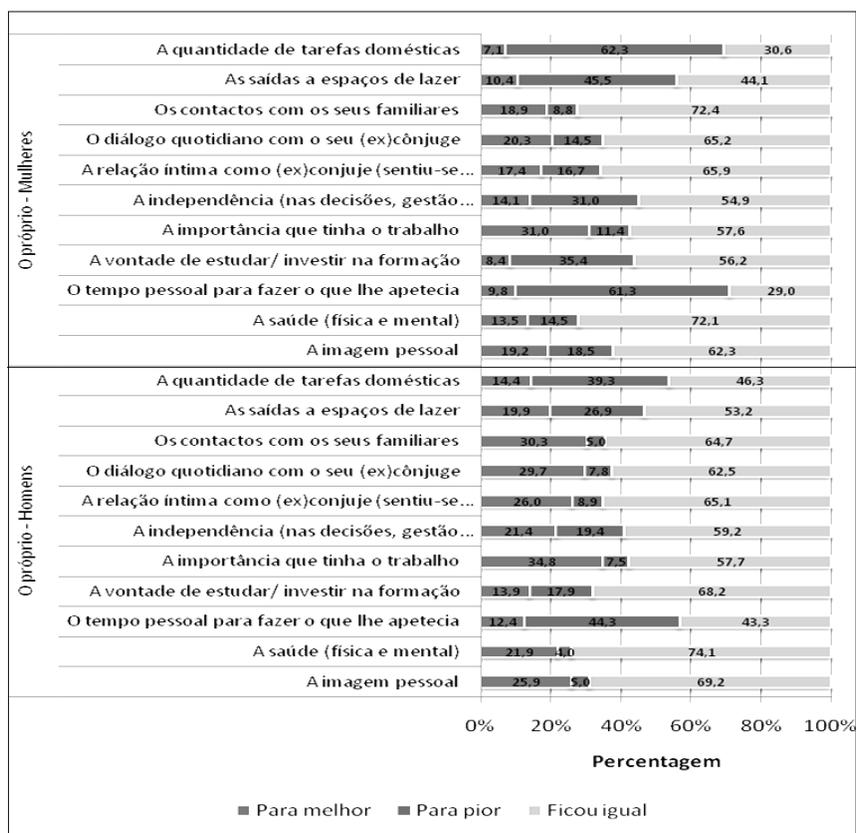


Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Relativamente aos aspetos que se alteraram após a conjugalidade, observa-se que o sexo afeta com maior incidência “a quantidade de tarefas domésticas”. Enquanto 48,4% das mulheres referem que a quantidade das tarefas domésticas se alterou “para pior”, tal apenas é referenciado por 33,1% dos homens, sendo que, neste grupo, a maioria refere que “ficou igual” (49,8%: $\chi^2 = 13,48$, $gl = 2,559$, $p < 0,01$). De qualquer forma, o que acaba por ser notório é o facto de as respostas negativas serem mais expressivas, em praticamente todas as questões, no grupo das mulheres, ainda que aquelas assumam baixas percentagens no quadro das três opções. Os aspetos nos quais são assumidas mudanças positivas com maior incidência (com percentagens acima dos 50%) são, em ambos os sexos, “a relação íntima com o (ex-)cônjuge” e a “vida sexual”. Já no caso dos aspetos que apontam para mudanças negativas, os que reúnem percentagens mais elevadas (entre os 20% e os 40%) remetem, tanto nos homens quanto nas mulheres, para “as saídas e espaços de lazer”, “a vontade de estudar/investir em formação” e “o tempo pessoal para fazer o que lhe apetecia”. Acresce nas mulheres “a independência”, enunciada por 21,6%, ao passo que entre os homens apenas 13,4% a referenciam.

À semelhança do que ficou evidenciado na análise relativa às alterações com a entrada na conjugalidade, no que concerne às mudanças com a parentalidade não se verificam diferenças significativas nas percentagens das auto e heteroavaliações. No entanto, também aqui é visível uma ligeira tendência para se assumirem mais melhorias nas diversas dimensões quanto ao/à (ex-)cônjuge por comparação com o próprio/a, no/a qual se localizam percentagens ligeiramente superiores quando se trata de aspetos que pioraram com o nascimento dos filhos.

Uma análise atinente à variável sexo do inquirido tende a evidenciar diferenças importantes, como indica a Figura 30.

Figura 30. Aspectos de vida alterados após o nascimento de filhos (%)

Fonte: IDG, 2011; N= 497.

Como aponta a Figura 30, a pertença sexual afeta a maioria dos aspetos que se alteraram após o nascimento dos filhos, ainda que os homens mas sobretudo as mulheres assumam maioritariamente a manutenção da situação anterior com o nascimento dos filhos.

Desde logo é visível que as respostas indicativas de mudanças pela negativa são em todos os aspetos mais apontadas pelas mulheres que pelos homens. Estas respostas são particularmente expressivas no que concerne a aspetos como “a quantidade de tarefas domésticas” (de 62,3% para 39,3%), “o tempo

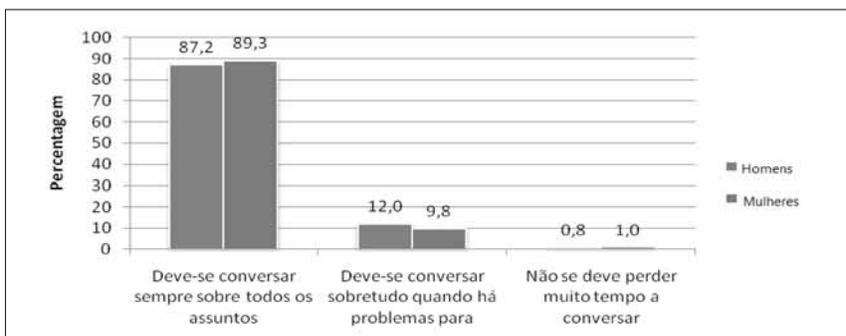
peçoal para fazer o que lhe apetecia” (de 61,3% para 44,3%) e as “saídas a espaços de lazer” (de 45,5% para 26,9%). Por outro lado, são também elas que mais referem alterações negativas no que toca à “imagem pessoal”, à “saúde”, à “vontade de estudar”, à “independência” e à “relação íntima com o cônjuge”⁷.

O inverso parece acontecer no caso dos homens, que tendem a assumir mais frequentemente melhorias do que as mulheres (salientando-se os “contactos com familiares: de 30,3% vs. 18,9%”⁸). Tal sucede em quase todos os *itens*, ainda que as diferenças percentuais não sejam acentuadas. Por outro lado, existem mais homens a mencionarem que “a saúde”, “a independência”, “a relação íntima com o cônjuge”, “o contacto com os seus familiares”, “as saídas a espaços de lazer” e “a quantidade de tarefas domésticas” mudaram “para melhor”. Existem também mais homens a relatarem que “o seu tempo pessoal para fazer o que lhe apetecia”, “a vontade de estudar” e “a quantidade de tarefas domésticas” ficou igual após o nascimento dos filhos.

Ainda relativamente à realidade conjugal, importa desde logo aferir a dinâmica de comunicação entre as partes, para a qual nos apontam os dados extraídos sem levar em linha de conta a pertença de género. Assim, relativamente à forma de comunicação privilegiada pelos inquiridos/as, estes, na sua esmagadora maioria (88,3%), consideram que se deve “conversar sempre sobre todos os assuntos”, seguindo-se os que consideram que se deve “conversar sobretudo quando há problemas” (10,8%) e, muito residualmente (0,9%), os que consideram que “não se deve perder muito tempo a conversar”. A este nível não se verificam diferenças significativas entre homens e mulheres, tal como se pode ver pela Figura 31.

7 Mudanças para pior salientadas pelas entrevistadas em aspetos tais como ‘a quantidade de tarefas domésticas’ (62,3% para 39,3%: $\chi^2=26,34$, $gl=2,498$, $p < 0,001$), ‘o tempo pessoal para fazer o que lhe apetecia’ (61,3% para 44,3%: $\chi^2=14,24$, $gl=2,498$, $p < 0,01$) e as ‘saídas a espaços de lazer’ (45,5% para 26,9%: $\chi^2=20,53$, $gl=2,498$, $p < 0,001$). Contudo, são também elas que mais referem alterações negativas no que toca à ‘imagem pessoal’ ($\chi^2=20,16$, $gl=2,498$, $p < 0,001$), à ‘saúde’ ($\chi^2=18,01$, $gl=2,498$, $p < 0,001$), à ‘vontade de estudar’ ($\chi^2=19,10$, $gl=2,498$, $p < 0,001$), à independência ($\chi^2=10,19$, $gl=2,498$, $p < 0,01$) e à ‘relação íntima com o cônjuge’ ($\chi^2=9,19$, $gl=2,468$, $p < 0,01$).

8 Ou seja, de 30,3% para 18,9%: $\chi^2=10,14$, $gl=2,498$, $p < 0,01$).

Figura 31. Forma de comunicação entre membros do casal, por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Se em relação às formas de comunicação entre os membros do casal não há praticamente a assinalar diferenças em função do sexo ou mesmo do grupo profissional ou escalão etário, já, porém, no que diz respeito às iniciativas e tomadas de posição em diversas matérias no seio da família, evidenciam-se algumas diferenças, como veremos de seguida. No quadro da dinâmica da vida em casal, particularmente no que concerne as iniciativas e atividades exteriores e o teor da comunicação no seio do casal, a Figura 32 é ilustrativa de uma maior aproximação de valores entre inquiridos e inquiridas, ainda que se manifestem diferenças relevantes em alguns *itens*.

Figura 32. Tomada de iniciativa de atividades, por sexo⁹ (%)

Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres).

Como verificamos pela análise dos dados da Figura 32, o sexo e respetiva pertença, em termos de género, tende a condicionar relativamente quem toma algumas das iniciativas de interação comunicativa e de realização de atividades diversas no casal.

No que concerne à comunicação no casal, verificam-se diferenças relativamente à iniciativa de conversas consoante o sexo de quem tende a iniciá-las e o teor das mesmas. As conversas relacionadas com “assuntos domésticos”, “a escola e estudos dos filhos” e “problemas pessoais” são mais apontadas como iniciadas pelas mulheres, variando no caso destas entre os 25,6% e os 13,8% e no dos homens entre os 2,1% e os 3,8%. Relativamente aos homens, destaca-se a iniciativa destes em “conversas sobre desporto” (24,7% vs. 5,3%); contudo, as percentagens são muito aproximadas em temas como “cultura,

⁹ As possibilidades de resposta a estas questões são: “o próprio”, “o cônjuge”, “o próprio e filhos”, “o próprio e cônjuge”, “o próprio, cônjuge e filhos” e “não fazíamos estas atividades”. Para simplificar a apresentação gráfica por sexo, apenas são apresentadas as percentagens relativas ao próprio.

livros e atualidade” (8,1% por iniciativa das mulheres e 6,3% dos homens) e “vida profissional” (10,0% pelos homens vs. 8,1% pelas mulheres).

Se ao nível das iniciativas para práticas políticas se verificam percentagens muito aproximadas entre ambos os sexos, já no caso das atividades religiosas é verificável uma percentagem um tanto mais elevada por parte das mulheres (19,1% vs. 3,8%).

Ao nível da iniciativa nas atividades relacionadas com o lazer, evidenciam-se percentagens ligeiramente mais elevadas por parte das mulheres na maioria das opções – “passar ou viajar”, “dormir em casa de alguém”, “ir ao restaurante”, “comer em casa de alguém”, “ir ao cinema, teatro, exposições e concertos” (variam entre os 10,0% e os 5,6%, sendo que a variação relativamente aos homens se situa entre os 0,0% e 7,1%). Quanto aos homens, para além de uma ligeira superioridade percentual no item “ir ao café” (20,1% vs. 8,8%), são de realçar também as iniciativas “prática desportiva” (15,1% vs. 5,0%) e “espetáculos desportivos” (24,3% vs. 5,6%). Estas são, aliás, as atividades em que se verificam diferenças mais acentuadas; no entanto, são de realçar, por vezes, as baixas percentagens de autoatribuições em termos de exclusividade da sua iniciativa na totalidade das respostas.

Efetivamente, tendo-se realizado também aqui uma análise bipolarizada, importa esclarecer que na maior parte dos *itens* surge a afirmação de que as iniciativas tendem a ser partilhadas, configurando-se como exceções “ir a espetáculos desportivos”, “fazer desporto”, “falar de desporto” e, com menor incidência, “falar de cultura, livros e atualidades”. Importa ainda referenciar que, percentualmente, são os homens que tendem a afirmar uma maior partilha destas iniciativas.

Atendendo aos testes estatísticos efetuados, em síntese podemos afirmar que existem mais homens a tomar a iniciativa de ir a “espetáculos desportivos”, “fazer desporto”, “ir ao café” e “falar de desporto”, e mais mulheres a tomar a iniciativa de, na companhia do marido, “dormir em casa de alguém”, “participar em atividades religiosas”, “falar sobre a escola e estudos”, “falar de assuntos domésticos” e “falar de problemas pessoais”¹⁰.

.....
 10 Cf., respetivamente, por parte dos homens: “espetáculos desportivos” ($\chi^2 = 72,67$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$), “fazer desporto” ($\chi^2 = 26,28$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$), “ir ao café” ($\chi^2 = 29,13$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$) e “falar de desporto” ($\chi^2 = 98,35$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$). Os referidos testes mostram também que existem mais mulheres a tomar a iniciativa de “dormir em casa de alguém” ($\chi^2 = 16,82$, $gl = 6,559$, $p < 0,01$), “participar em atividades religiosas” ($\chi^2 = 60,94$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$), “falar sobre a escola e estudos” ($\chi^2 = 33,46$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$), “falar de assuntos domésticos” ($\chi^2 = 106,16$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$) e “falar de problemas pessoais” ($\chi^2 = 38,17$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$).

Em todos estes testes do Qui-quadrado algumas das células apresentam frequências esperadas inferiores

Em jeito de balanço, poder-se-á dizer que, a partir dos dados do inquérito e de outras fontes, foi possível oferecer neste capítulo informações relevantes sobre a entrada na conjugalidade, nomeadamente o tipo de casamento – religioso, civil ou misto –, ou a idade de casamento; os objetivos e as motivações para o casamento e sua hierarquização, assim como a sua importância. Por outro lado, obteve-se um mapa aproximado dos bens de cada inquirido e seu cônjuge e volume de bens antes e durante o casamento, um fator decisivo para o estudo das relações de poder no seio da casa e, em particular, entre os membros do casal. Por fim, considerando que nos processos de enamoramento, de conjugalidade e de casamento estão imbricadas componentes de paixão e interesse, alguns dos resultados desta pesquisa permitiram aceder a mais informação sobre os processos de entendimento e cooperação, os modos de negociação conjugal, as bases e formas de construção de poder doméstico, assim como alguma dinâmica de tensão e conflitos internos. Esta é uma questão escassamente tratada no campo das ciências sociais em Portugal por se assumir amiúde que na esfera familiar não há lugar a relações de poder; contudo estas relações existem de facto, dando lugar não só a separações e divórcios, como, por vezes, a desenlaces mais dramáticos como homicídios¹¹.

a 5. Nesta situação o teste não pode ser aplicado com rigor. O mesmo teste por simulação de Monte Carlo confirma os resultados, com $p < 0,001$ para todas as questões, com exceção da simulação para “dormir em casa de alguém” cujo nível de significância é de $p < 0,01$. Por outro lado, a mesma análise, considerando apenas duas das categorias de resposta (“o próprio” e “o cônjuge”), confirma que as diferenças observadas são significativas. Para além disso, observam-se ainda diferenças de género no que respeita a “comer em casa de alguém”, no sentido de haver mais mulheres a tomar esta iniciativa ($\chi^2 = 12,12$, $gl = 1,56$, $p < 0,001$).

¹¹ Sobre formas de violência na intimidade tendo os homens como vítimas, cf. A. Machado e M. Matos (2014). Ainda que, entre 2013 e 2015 do total de 22 387 queixas, o número de queixas de homens por atos de violência doméstica praticados por mulheres tenha aumentado (de 395 em 2013 para 452 em 2015), na sua esmagadora maioria (85%) são mulheres as vítimas de violência doméstica, cujos atos são perpetrados em 58,5% por maridos/companheiros/ex-maridos e ex-companheiros. Por exemplo, em 2015, 29 mulheres foram assassinadas em contexto de violência doméstica, 18 das quais em casa. Entre 2004 e 2015 teriam ocorrido 432 femicídios, sobressaindo Lisboa com 94, Porto com 61 e Setúbal com 45. Entre os 27 países da UE, Portugal ocupa o 15º lugar no que concerne a taxa de pessoas assassinadas (1,4 por 100.000 habitantes).

CAPÍTULO IV

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO: ENTRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS¹

Este capítulo incide sobre a divisão das tarefas domésticas – incluindo os cuidados com filhos e, eventualmente, ascendentes – entre homens e mulheres em união de facto ou casamento heterossexual, não só revelando as suas conceções a este respeito como aferindo o grau de discrepância entre as representações e as práticas sociais nesta matéria. Após uma breve introdução e problematização, são discutidos e avaliados os diversos posicionamentos em torno das representações sociais; seguidamente, apresentam-se os resultados recolhidos a respeito da divisão desigual do trabalho doméstico, os quais, como veremos, confirmam conclusões de outros trabalhos nacionais e internacionais (Torres e F. V. Silva, 1998; Perista, 2002; Wall, 2005; Wall, 2007; Molyneux, 2008; A. M. Valle, 2008: 87 ss).

1. Introdução, problematização e conceptualização

São hoje amplamente conhecidos e reconhecidos em Portugal diversos e aprofundados estudos sobre a família, para o qual têm contribuído diversas/os cientistas sociais. Relativamente à questão da divisão sexual do trabalho, deverá contudo

¹ Para além da colaboração no projeto por parte de Maria Baptista e Ana Reis Jorge no tratamento de algumas figuras e quadros, agradeço a recolha suplementar de algumas entrevistas por parte de Aleksandra Queiroz, Gorety Diogo e Judite Peixoto, a primeira como bolsista do projeto e as duas últimas como finalistas do curso de Sociologia na Universidade do Minho sob a minha orientação. O texto deste capítulo foi por mim apresentado no VII Congresso Português de Sociologia em 2012 sobre um tema que já anteriormente tinha desbravado num artigo e capítulo de livro (Silva, 1991, 1993). Estes textos inseriram-se ainda no quadro da preparação da tese de doutoramento (Silva, 1998) sobre a questão mais sensível das relações entre membros do casal no contexto de duas freguesias então investigadas também no que respeita o exercício do efetivo poder doméstico em vários aspetos da vida conjugal.

ser destacada a recente investigação realizada por uma equipa coordenada por Karin Wall (2005) – sendo de relevar o capítulo de Wall e Guerreiro (2005: 303 ss) sobre a divisão familiar do trabalho – e um outro conjunto de textos e estudos comparativos organizado por Karin Wall e Lígia Amâncio (2007). Ambos os trabalhos, embora constatem uma tendência para atitudes mais igualitárias em crescendo nas últimas décadas ao nível do trabalho, quer pago, quer não pago, não deixam de relevar tanto a diversidade face a outros países europeus, quanto a especificidade do caso português, no qual se combinam, a este nível, aspetos de cariz moderno e tradicional.

A divisão sexual do trabalho tem sido assinalada como um fenómeno presente em diversos tipos de sociedades, o qual explicaria as desigualdades de género. Tal, porém, não significa que, subjacente à divisão sexual do trabalho, fosse o fator físico-biológico ou fisiológico que explicaria tais desigualdades de género – como subliminar ou explicitamente alguns sustentam –, mas antes fatores de ordem económica e político-ideológica que no fundo se resumem à desvalorização da mulher e do trabalho feminino (Comas d'Argemir, 1995; Casares, 2008). E uma das formas de desigualdade de género consubstancia-se na divisão sexual do trabalho doméstico. Com efeito, tal como refere Treas (2010: 14), “o trabalho doméstico permanece um lugar estratégico para o estudo das desigualdades de género”, nomeadamente para confrontar os discursos normativos e as representações sociais com as práticas sociais. Com efeito, a nível das representações, se se esboça uma tendência no sentido de partilha das tarefas numa forma equitativa, persiste a desigualdade entre homens e mulheres em desfavor destas na distribuição real das tarefas domésticas e respetivas horas semanais despendidas. Como veremos, verificam-se a este nível variações atendendo a outras variáveis, tais como a pertença profissional e o escalão etário.

Tal como foi apontado, uma das bases explicativas do diferente lugar ocupado pelo homem e pela mulher residiria na divisão sexual do trabalho, a qual, segundo Engels (1980), estaria inclusive na base da propriedade privada e do nascimento do Estado. Independentemente de partilhar ou não esta interdependência entre divisão sexual do trabalho, propriedade privada e Estado, estudos sobre diversos tipos de sociedades (tribais, camponesas e mesmo industriais) revelam que a mulher, quando confinada exclusivamente às tarefas de casa e aos cuidados com os filhos, tende a ver reduzido – e amiúde subvalorizado – o seu papel em termos económicos, bem como a perder espaço de intervenção e decisão nas esferas social, política e cultural. Mais, o seu poder e capacidade de decisão no próprio espaço doméstico arrisca-se a ficar diminuído.

Contrariamente ao trabalho de produção por parte do homem no exterior, que lhe confere uma parcela, maior ou menor, de poder e capacidade de decisão na casa, o trabalho doméstico é tido por periférico e banal, não valorizado e, como tal, tão-pouco remunerado. Tal situação recoloca o velho problema da dicotomia de gênero e consequente desigualdade entre o trabalho doméstico e o extradoméstico, visível no volume de remuneração e no grau de prestígio. Mais, apesar de cada vez mais a mulher acumular trabalho extradoméstico e doméstico, o seu poder e capacidade de decisão no próprio espaço doméstico não aumenta, comportando ainda assimetrias de gênero. Assim, desde logo emergem algumas questões: Quais as representações sobre o trabalho doméstico por homens e mulheres e de onde vêm tais representações? Há discrepância entre representações e práticas e, em caso afirmativo, como se explica tal discrepância?

Na sequência da reflexão e análise empírica sobre casa, família e relações familiares, conjugalidade e casamento nos capítulos II e III, importa, por um lado, saber as formas e tipos de divisão sexual do trabalho doméstico, como se dividem as atividades e tarefas domésticas em termos de gênero e quem decide sobre os assuntos, designadamente os cuidados com os filhos e demais dependentes, quando existem; por outro, detetar se se trata de uma função expressiva, na terminologia parsoniana, ou se se trata de uma expressão assimétrica de papéis com desvantagem para a mulher. Associando-se a esta questão, importa também analisar a dinâmica comunicativa entre membros do casal, as representações, as atitudes e as condições face ao trabalho doméstico e extradoméstico, como se articulam um e outro e seus efeitos para os homens e para as mulheres.

A reprodução e persistência de determinadas representações sociais, nomeadamente por parte das mulheres, no sentido da aceitação das assimetrias de gênero na distribuição das tarefas domésticas, tem-se prendido no passado não só com o afastamento da mulher do processo produtivo e dos demais recursos externos como com o grau, maior ou menor, de subordinação ideológica, a qual se articula, numa perspetiva weberiana, com o diferenciado grau de capacidade negocial e sobretudo de poder de disposição sobre recursos, traduzindo amiúde o que Bourdieu (1998) denomina formas de dominação masculina.

Antes, porém, de darmos algumas pistas de resposta com base nos resultados empíricos, faremos um breve enquadramento sociológico sobre o conceito de representação social.

2. Representações sociais: breve enquadramento sociológico

O conceito de representação social remete para imagens e sistemas de referência, formas de reprodução e categorização do pensamento em relação à realidade social com o objetivo de a compreender, interpretar e/ou explicar ou ainda de a classificar e/ou mesmo justificar ou contestar. Neste sentido, a noção de representação não é unívoca, mas antes polissémica e detém uma diferenciada densidade explicativa em relação à realidade social, o que é visível nas diferentes interpretações e força heurística e explicativa dada pelos vários fundadores da Sociologia e respetivas correntes de pensamento.

Assim, começando por Durkheim (1974), as representações sociais, embora estejam ligadas a outros factos sociais e sejam elas próprias factos sociais, não são nem ideias inatas nem preexistentes nos indivíduos, à boa maneira kantiana; pelo contrário, elas possuem determinadas propriedades inerentes à sociedade e estão universalmente consubstanciadas na designada consciência coletiva. Ou seja, enquanto elemento constituinte e determinante da realidade social, elas estruturam-se independentemente dos indivíduos e surgem a partir da sociedade para, seguidamente, se reproduzirem através do longo processo de socialização. Esta posição é partilhada por Parsons (1956), para quem o homem deteria na família a função instrumental enquanto provedor e a mulher a função expressiva. Em suma, as representações sociais, designadamente em torno da família e do género, integram-se na definição geral dos factos sociais enquanto “maneiras de pensar, sentir e agir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se lhes impõem” (Durkheim, 1974: 34).

Numa perspetiva oposta e até antagónica, situa-se a perspetiva marxista, segundo a qual as representações sociais pertencem à esfera do superestrutural e, como tal, são produtos ou elementos derivados da infraestrutura, com a particularidade de veicularem amiúde as ideias ou ideologias das classes dominantes expressas na arte e na cultura, na moral e na religião, na filosofia e na política, entre outras (Marx e Engels, 1976). É o ser social que determina a consciência, e não o contrário. As representações sociais, as ideias e conceções presentes na consciência, assim como as ideologias, só se poderão entender e explicar a partir da sua base material económica, do lugar objetivo das classes e dos indivíduos na vida económica e social. Releve-se, porém, que certos excertos de Marx e posições de Lukács (1967), Gramsci (1974) e Lefebvre (1977), bem como vários (neo)marxistas se afastam de qualquer abordagem monocausal, economicista ou mecânica, realçando a importância da consciência,

da linguagem, dos processos de hegemonia e/ou, em contraponto com o racionalismo, revalorizando e contextualizando o senso comum não só em termos de conservação mas também em termos de luta na vida quotidiana, na mudança e na emancipação.

Numa perspetiva intermédia e plural podemos enquadrar a abordagem weberiana (cf. Weber, 1990). O conceito de representação é traduzido por ideia, conceção, mundividência (*Weltanschauung*), o qual, comportando juízo de valor, correlaciona-se com a base económica material, a vida mundana e dos interesses; contudo, contrariamente à visão corrente do marxismo, não é um simples reflexo desta mas um fator culturalmente significativo, relativamente autónomo e indutor de efeitos próprios².

Num entendimento próximo ou convergente com a posição weberiana, situam-se quer a perspetiva de Simmel (1977), quer, de certa maneira, a abordagem interacionista de Mead (1934) e Goffman (1989), quer ainda a abordagem fenomenológica de Schutz (1993). Estas correntes dão especial relevo às interações e representações do senso comum na vida quotidiana, ou seja, às capacidades de negociação, aos significados e às interpretações que os atores fazem das experiências no dia a dia.

Weber (1978, 1990), não obstante se distanciar da interpretação marxista, não descarta a ligação das conceções e mundividências aos respetivos interesses das classes/grupos sociais, designadamente em situação de poder e, nesta ótica, há elementos de continuidade com a perspetiva marxista. Foi aliás nesta base de recuperação dialética da perspetiva marxista e weberiana que Bourdieu (1989) veio relevar a ideia nuclear da representação e do sistema simbólico como produto (*opus operatum*), no sentido marxista, mas igualmente como mecanismo produtor, numa perspetiva mais weberiana (*modus operandi*); produto e produtor seriam ambos mediados pelo *habitus*, enquanto sistema de disposições integrador das experiências passadas mas também como matriz de perceções e ações presentes ou futuras.

O tema das representações sociais tem vindo a ser particularmente desenvolvido teórica e empiricamente por psicólogos sociais, sendo de referir como incontornável o legado de Moscovici (1989), segundo o qual as representações sociais compreendem formas de conhecimento socialmente partilhado,

² Para uma abordagem relevando as influências culturais e institucionais, cf. Pfau-Effinger (2010); e, de modo mais específico, sobre as ideias de maternidade que, em caso de fraco ou nulo apoio estatal à família e cuidado dos filhos, podem induzir a mulher a cuidar deles em casa, cf. Charles e Cech (2010).

provindo da conjugação das formas da realidade social e da construção e interpretação da mesma pelos próprios indivíduos e grupos sociais³.

As representações e mesmo as ideologias não podem ser desligadas das condições de vida objetiva em termos de pertença de género, de classe e, em particular, da fonte de rendimento, dos processos de socialização e das correlativas atitudes e preferências inculcadas, embora, tal como o apontam Crompton *et al.* (2005), a ideologia conte cada vez menos nas decisões dos próprios atores sobre determinadas questões domésticas, uns com maior, outros com menor grau de autonomia ou mesmo em contexto de subordinação.

Nesta ótica, tal como referido no Capítulo III, importa distinguir até que ponto a ideologia da subordinação sexual vai ou não de par, como refere Dubisch (1986: 21), com o efetivo controlo sobre recursos e a capacidade de decisão. Por outro lado, o facto de as representações e práticas sociais em torno da divisão sexual das atividades domésticas constituírem o objeto central deste capítulo não pode obnubilizar que nos grupos domésticos e suas dinâmicas se articulam os níveis micro e macro, sendo coestruturados por impactos nacionais e internacionais, designadamente vetores (macro)económicos da sociedade global e determinações institucionais, designadamente estatais na esfera simbólica e político-jurídica (cf. Meillassoux, 1977: 88 ss; Pinto, 1985: 120 ss; Santos, 1990: 23 ss; Bradley, 1999; Silva, 1991; Treas, 2010; Sayer, 2010). Com efeito, com a inequívoca presença maciça das mulheres no contexto do trabalho remunerado, verifica-se, como refere Drobnic (2010: 241), uma alteração de papéis de género, que é bem mais evidente no caso das mulheres que dos homens, cujo envolvimento nas tarefas de produção doméstica é ainda incipiente e/ou seletiva, embora cada vez maior num quadro de negociação de papéis e distribuição de tarefas na esfera doméstica⁴.

As desigualdades na repartição de tarefas entre homens e mulheres, bem como nas suas respetivas práticas são diferentemente interpretadas. Certas autoras como Pfau-Effinger (2010) relacionam os padrões inigualitários de género no trabalho doméstico com diferentes esquemas culturais ('cultura

3 Contrariamente à perspetiva durkheimiana, Moscovici (1989) admite, para além das representações dominantes, as dissidentes e emancipatórias. Em Portugal, este tema tem sido também largamente trabalhado por vários psicólogos sociais, entre os quais Vala (1993), Cabecinhas (2004) e, relativamente às representações do masculino e do feminino, Amâncio (1993, 1994) e Nogueira (2001).

4 Embora possa sustentar-se uma determinada correlação entre, por um lado, o grau de recursos e recompensas e, por outro, a medida de poder doméstico e distribuição de tarefas domésticas, tal não ocorre de modo mecânico e, muito menos, absoluto, pois, como refere Gupta (1999), homens com menor rendimento e menos horas de trabalho extradoméstico nem sempre dedicam maior tempo às tarefas domésticas por serem entendidas como "tarefas femininas" à luz da ideologia patriarcal dominante.

servil' nos países do Sul vs. culturas igualitárias em países nórdicos) ou com determinadas crenças ou ideologias em torno de determinados valores institucionais como o da maternidade (Charles e Cech, 2010) ou do casamento. De facto, os valores culturais familistas em torno da maternidade no Sul da Europa implicariam uma dedicação maior ou até plena das mães em contexto familiar (Pfau-Effinger, 2010). Por sua vez, é relevado por Yodanis (2010) o valor psicocultural da intimidade e comunicação conjugais como fatores estruturantes do sucesso matrimonial e de uma distribuição mais igualitária do trabalho doméstico. Do mesmo modo, segundo a tipologia de Rohler e Huinink (2010: 199 ss), inspirada no pensamento weberiano, os diversos tipos de modelos ideais de conjugalidade e respetivas relações afetivas marcam de modo diferenciado a divisão sexual do trabalho entre cônjuges: fortemente desigual no tipo de relações afetivas tradicionais⁵, tendencialmente igual na partilha de tarefas nas relações afetivas associativas e variável conforme as preferências mas insensível à igualdade em relações afetivas pragmáticas em contextos altamente individualizados.

Outros autores relevam os tipos de regimes de Estado social relativamente às políticas de família e cuidado dos filhos, possibilitando inclusive a formação de outras visões culturais sobre a família, a maternidade e o cuidado dos filhos, tal como o evidenciaram respetivamente, entre outros, Geist (2005), Esping-Andersen (2009), Treas e Drobnic (2010)⁶. Ou seja, de acordo com esta perspetiva político-institucional, os diferentes arranjos e impactos na distribuição das tarefas domésticas por género sofrem a forte influência dos respetivos regimes de proteção social. Assim, enquanto os regimes conservadores dão prioridade à maternidade num contexto de dependência económica da mulher, reproduzindo o esquema convencional parsoniano e estimulando

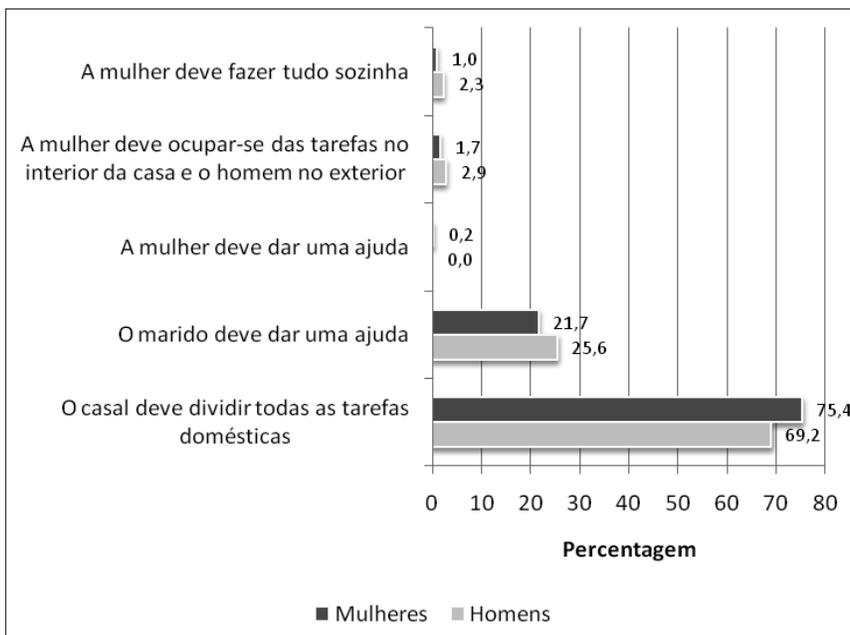
5 Sendo o objeto e campo de estudo empírico e comparativo o tipo de relações familiares entre mães ocidentais e orientais, a fim de evitar uma leitura simplista, é de referir que os autores referidos concluem, num aparente paradoxo, que as famílias da Alemanha do Leste, apesar de se subsumirem no padrão de relações afetivas tradicionais (provavelmente por processos de socialização, pelo facto de as mulheres trabalharem em *full time* e sobretudo pelo lastro da política social do ex-regime estatista no Leste), apresentam um padrão mais igualitário do que na Alemanha ocidental.

6 Em Portugal, estas matérias e outras similares sobre a divisão assimétrica do trabalho doméstico têm sido abordadas por Almeida (1986: 236 ss, 149 ss), Silva (1991, 1998), A. N. Almeida (1993), Wall (1998), Sobral (1999), Torres e F. V. Silva (1998), Torres (2001), Leandro (2001), Perista (2002), Portugal (2004, 2008), Guerreiro (2005), Marques, Silva e Veiga (2006), Wall e Amâncio (2007), Machado (2007), Lobo (2009), Amaro (2009), Wall, Aboim e Cunha (2010). Como referido, foi, porém, Karin Wall e colaboradores/as (2005) que, de modo mais sistemático e com base em resultados de um inquérito a nível nacional, analisaram os padrões comportamentais na repartição de tarefas no âmbito doméstico, destacando como relevantes os fatores cultural e político-institucional.

a responsabilidade e atribuição à mulher de tarefas domésticas e cuidados dos filhos, o regime liberal realça a liberdade individual e orienta-se para o mercado e correlativa prestação de serviços, o regime social-democrata sublinha os princípios da igualdade, a desmercantilização, a desfamiliarização, o apoio estatal aos filhos e, conseqüentemente, liberta a mulher de horas de trabalho doméstico em benefício de trabalho extradoméstico pago (cf. Esping-Andersen, 2009; Van der Lippe, 2010; Sayer, 2010; Drobnic, 2010). Por sua vez, tal como o evidenciaram Cooke (2010) e Dex (2010), as políticas estatais, designadamente educativa e fiscal, a legislação laboral e sobretudo a política de família condicionam o tempo de trabalho doméstico e extradoméstico para homens e mulheres.

3. Desigualdade na divisão sexual de tarefas domésticas: entre o ideal e as práticas

Sendo a divisão do trabalho doméstico uma matéria problemática e sensível, importa, num primeiro momento, aferir as diversas representações em termos gerais: salvo 1,7% que consideram que ‘a mulher deve fazer tudo sozinha’, 2,3% que ‘a mulher deve ocupar-se das tarefas no interior e o homem no exterior’ e, numa maior expressão, 23,6% que ‘o marido deve dar uma ajuda’, a grande parte (72,3%) considera que ‘o casal deve dividir todas as tarefas domésticas’. Se pretendermos especificar as representações dos inquiridos por sexo, materializadas na conceção relativa à forma ideal de divisão do trabalho doméstico, a Figura 33 oferece-nos os seguintes resultados.

Figura 33. Forma ideal de divisão do trabalho doméstico, por sexo (%)

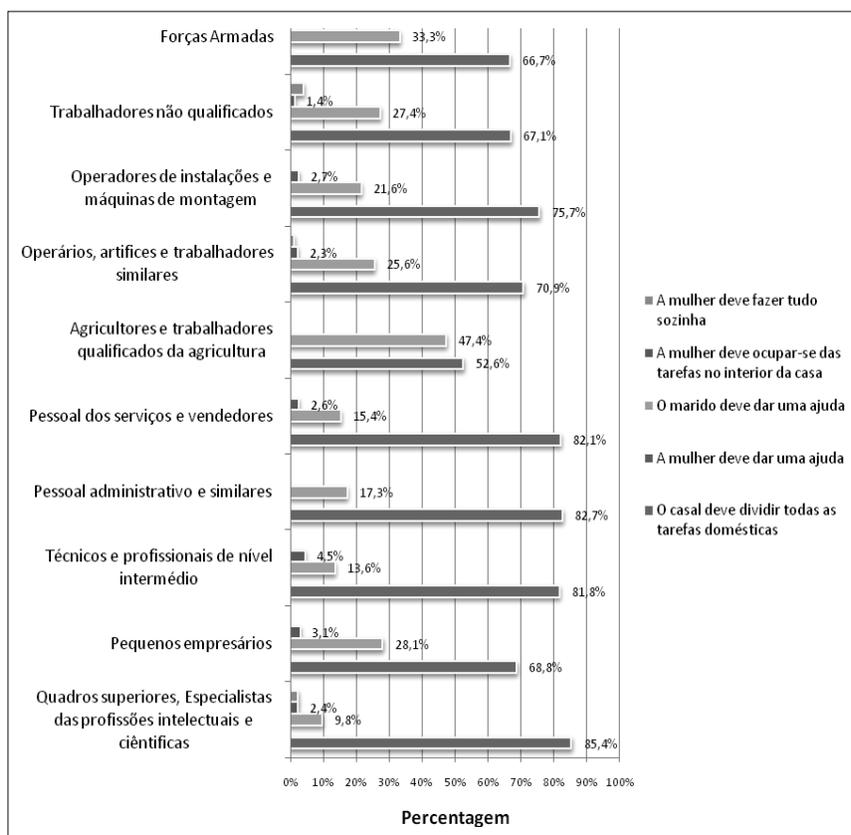
Fonte: IDG, 2011; N=802.

Se é notável uma proximidade de respostas por sexo, é, desde logo, mais expressiva, no caso das mulheres, a valorização de uma divisão igualitária de todas as tarefas (75,4% vs. 69,2%), denotando-se o inverso nas demais concepções.⁷ Além disso, manifestando-se entre homens e sobretudo mulheres um posicionamento de abertura e equidade na distribuição de tarefas domésticas, tende a persistir, ainda que com menor expressão, uma concepção interiorizada de que ‘o marido deve dar uma ajuda’ (21,7% mulheres vs. 25,6% homens), sendo residuais os casos em que se assume que “a mulher deve ocupar-se das tarefas do interior e os homens das do exterior” (1,7% mulheres vs. 2,9% homens) ou ainda que “ela deve fazer tudo sozinha” (1% mulheres vs. 2,3% homens).

7 Este dado, pressupondo, em termos normativos, uma partilha nas tarefas domésticas por ambos os cônjuges, converge com outros resultados de outros inquéritos e estudos realizados por Figueiredo (1988), Almeida (1990), A. Costa (1992), Vasconcelos (1998 e 2005), Torres (2002) e Wall e Guerreiro (2005), os quais sustentam simultaneamente que esta concepção de partilha do trabalho doméstico estende-se como corolário da ideia de que a mulher deve poder ter um emprego extradoméstico toda a vida.

Cruzando os posicionamentos dos inquiridos sobre a forma ideal de divisão do trabalho doméstico por profissão, obtemos os resultados expressos na Figura 34.

Figura 34. Forma ideal da divisão do trabalho doméstico, por profissão (%)



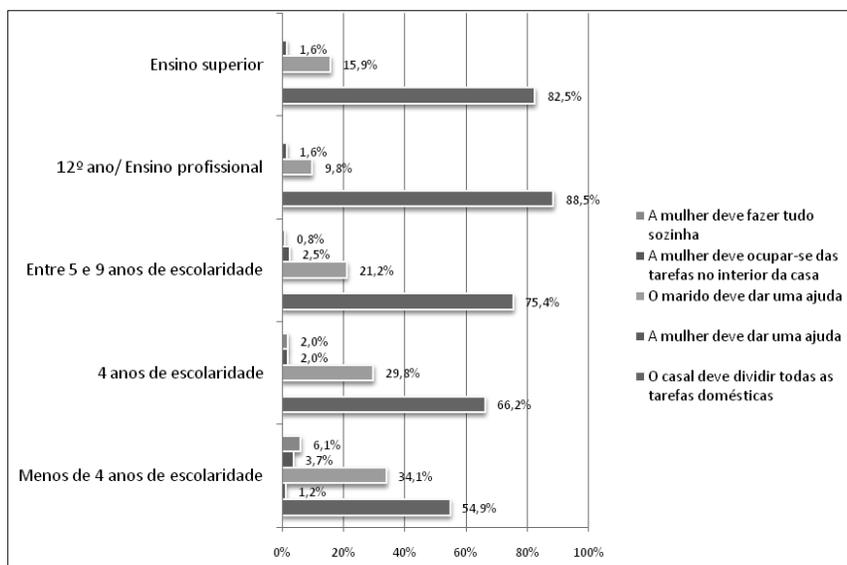
Fonte: IDG, 2011; N=465.

Da Figura 34 ressalta, em primeiro lugar, a conceção largamente maioritária em quase todas as profissões (entre os 52,6% e os 85,4%) de que “o casal deve dividir todas as tarefas domésticas”, resultado convergente e aproximado de outros estudos tais como os de Vasconcelos (1998), Torres (2001), Wall (2005), Wall e Amâncio (2007), Aboim (2010: 62). Esta conceção é mais vincada nos grupos profissionais do pessoal dos serviços, administrativo e técnico intermédio

e sobretudo entre os quadros superiores e especialistas de profissões liberais e científicas. O único grupo profissional em que esta conceção maioritária de divisão equitativa, embora exista, não é tão expressiva, é o dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura com 52,6%, a cuja opinião se contrapõem 47,4% que consideram que o “marido deve dar uma ajuda”.

Se fizermos o mesmo exercício no que concerne as representações dos inquiridos sobre a forma ideal de divisão do trabalho doméstico por nível de escolaridade ou habilitação literária, obtemos os resultados traduzidos na Figura 35.

Figura 35. Forma ideal da divisão do trabalho doméstico, por nível de escolaridade (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802.

Das respostas dos inquiridos expressas na Figura 35 se infere que, em quase todos os níveis de escolaridade, os respondentes, num leque entre 54,9% e 88,5%, manifestam também a conceção de que “o casal deve dividir todas as tarefas domésticas”; este posicionamento converge com os resultados de outros estudos já referidos, nomeadamente de Torres (2002), apontando, do ponto de vista normativo, para um modelo simétrico de partilha das tarefas domésticas. Este posicionamento é mais acentuado entre os inquiridos/as com

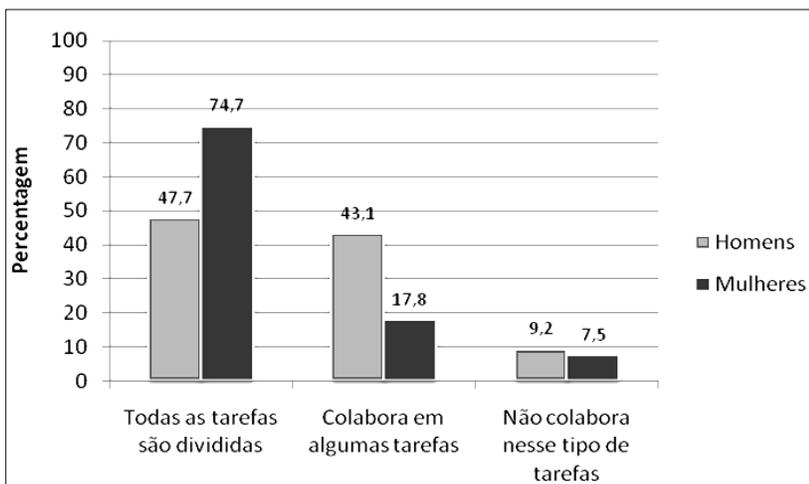
habilitações relativamente elevadas (desde o 3.º ciclo do ensino básico até ao curso superior) e menos expressivo nos grupos menos escolarizados (1.º ciclo do ensino básico ou escolaridade inferior). Em suma, tal como Torres (2002), Wall e Guerreiro (2005) e Sílvia Portugal (2008) concluíram, em termos sobretudo normativos, há uma correlação proporcional entre habilitação literária e representação democrática e simétrica na repartição de tarefas domésticas. Importa, porém, ter presente de que estamos no domínio das conceções, das representações ou mesmo da retórica da igualdade de género, em que os mais providos e/ou habilitados têm recursos e capacidade de se exprimirem conforme a norma politicamente correta, sucedendo inclusive, de acordo com estudos de ordem qualitativa, que, por exemplo, operários com menor instrução colaboram mais nas tarefas domésticas que membros das profissões mais qualificadas (cf. Torres, 2002: 153). Mais, não raro o princípio da partilha do trabalho doméstico é derogado nas práticas sociais, remetendo o grosso das tarefas para a mulher, com o eventual efeito de diminuição de horas e salário no trabalho pago extradoméstico⁸; ou então o problema é contornado, sempre que o casal tem capacidade económica de transferir, contratando, para uma empregada doméstica grande parte das tarefas caseiras e mesmo o cuidado quotidiano com os filhos⁹.

Se ao nível dos valores e do padrão ideal se verifica alguma aproximação entre homens e mulheres, no que concerne a real divisão do trabalho doméstico são já notórias algumas diferenças pautadas pela variável sexo, pese embora a tendência geral, na subamostra de casados e unidos de facto, de os inquiridos/as responderem que as diversas tarefas são divididas entre os membros do casal (63,1%). A informação da Figura 36 dá conta das diferenças consoante o sexo.

8 Cf., a este propósito, as conclusões de outros estudos, nomeadamente de Bielby e Bielby (1989), Becker e Moen (1999), Coltrane (2000), Budig e England (2001), Valle (2008), Torres (2001, 2002), e Wall (2005 e 2007), e Crompton e Lyonette (2007).

9 Constatável noutros estudos nacionais e internacionais: Wall (2005), Van der Lippe *et al.* (2004), De Ruyter, Treas e Cohen (2005), A. M. Valle (2008), Treas e De Ruyter (2008). Esta situação está mais presente, segundo a abordagem cultural de Pfau-Effinger (2004), em países do Sul da Europa, com tradição de 'cultura servil', que nos países nórdicos (cf. Thurén, 1993). Igualmente na América Latina persiste esta cultura que Skocpol (1992) denominou de 'maternalismo cívico' a propósito das políticas sociais nos Estados Unidos (cf. também Molyneux, 2008: 31 ss).

Figura 36. Grau de participação na divisão do trabalho doméstico no casamento, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559.

Efetivamente, a Figura 36 evidencia que a forma de divisão do trabalho doméstico não é independente do sexo. Por um lado, existem significativamente mais mulheres que homens a mencionar que “todas as tarefas são divididas” (74,7% vs. 47,7%), o que surpreende, a não ser que as inquiridas registem o facto de haver divisão de tarefas sem atender à referência e ao sentido de uma divisão equilibrada das mesmas. Por outro lado, este diferencial poderá entender-se melhor se repararmos que existem significativamente mais homens que mulheres (43,1% vs. 17,8%) a referir que “colaboram em algumas tarefas”, sendo socializados para tal pela própria mulher, tal como refere um dos entrevistados:

“Nas tarefas domésticas dividíamos; senti alguma dificuldade porque em solteiro, na casa da minha mãe, não fazia, mas percebi que na vida a dois faz parte também isso. A divisão das tarefas domésticas é importante. Aprendi a fazer algumas coisas na cozinha, a lidar com o aspirador e a limpeza do pó foi feita em comum, e foi ela que me ensinou a fazer isso.” (E13, homem, operário)

Por fim, a percentagem de inquiridos que afirmam não colaborar nesse tipo de tarefas configura-se diminuta, sendo ligeiramente superior por parte de

homens (9,2% vs. 7,5%), situação retratada por uma das entrevistadas: “*Ele não fazia nada. Nunca estava presente. Nem um único chá, se eu estivesse doente, fazia. Nadinha. Não era pai presente, não era marido presente, não era nada*” (E23, mulher, secretária). Ou uma outra: “*O meu ex-cônjuge nunca, nunca trouxe das tarefas domésticas nem dos filhos. Compras, acompanhou-me sempre às compras, mas a responsabilidade era minha*” (E26, mulher, empregada) ou ainda outra: “*O meu ex-marido continuou a levar a vida dele como se fosse só ele e o resto, eu que tratasse: casa, trabalho, tudo, eu é que tinha de andar de um lado para o outro*” (E15, mulher, técnica tributária).¹⁰

Embora raras, também existem situações em que a mulher não realiza qualquer trabalho doméstico, nomeadamente quando tem tradicionalmente na casa uma empregada, tal como refere um entrevistado:

“Bom, hoje estamos separados, mas quando estávamos juntos sempre houve uma dificuldade extrema, pois ela não trabalhava, nem em casa nem em lugar nenhum; as tarefas domésticas eram realizadas por uma empregada que prestava serviços à família dela há muitos anos.” (E4, homem, 44 anos, gerente de empresa de saúde)

O desequilíbrio pode também advir quando os pais ou um dos pais – sogro ou sogra – residem na mesma casa ou a frequentam de modo demasiado invasivo, perturbando o equilíbrio interno do casal. Por exemplo, uma das mulheres entrevistadas queixava-se ao marido da interferência excessiva da sogra na gestão da casa. Perante a passividade do marido para alertar a mãe, ela narra o seu desconforto:

“A minha sogra ficava com os nossos filhos. Nessa época foi muito complicado, porque a minha sogra é daquelas pessoas que não respeitam que a minha casa é o meu território; ela quando está na minha casa toma conta de tudo, e depois acontecia muito ela e o meu marido gerirem e excluírem-me, e eu comecei a ficar mesmo mal. Ele não diz nada à mãe. Ao princípio ele achava natural, e acho até

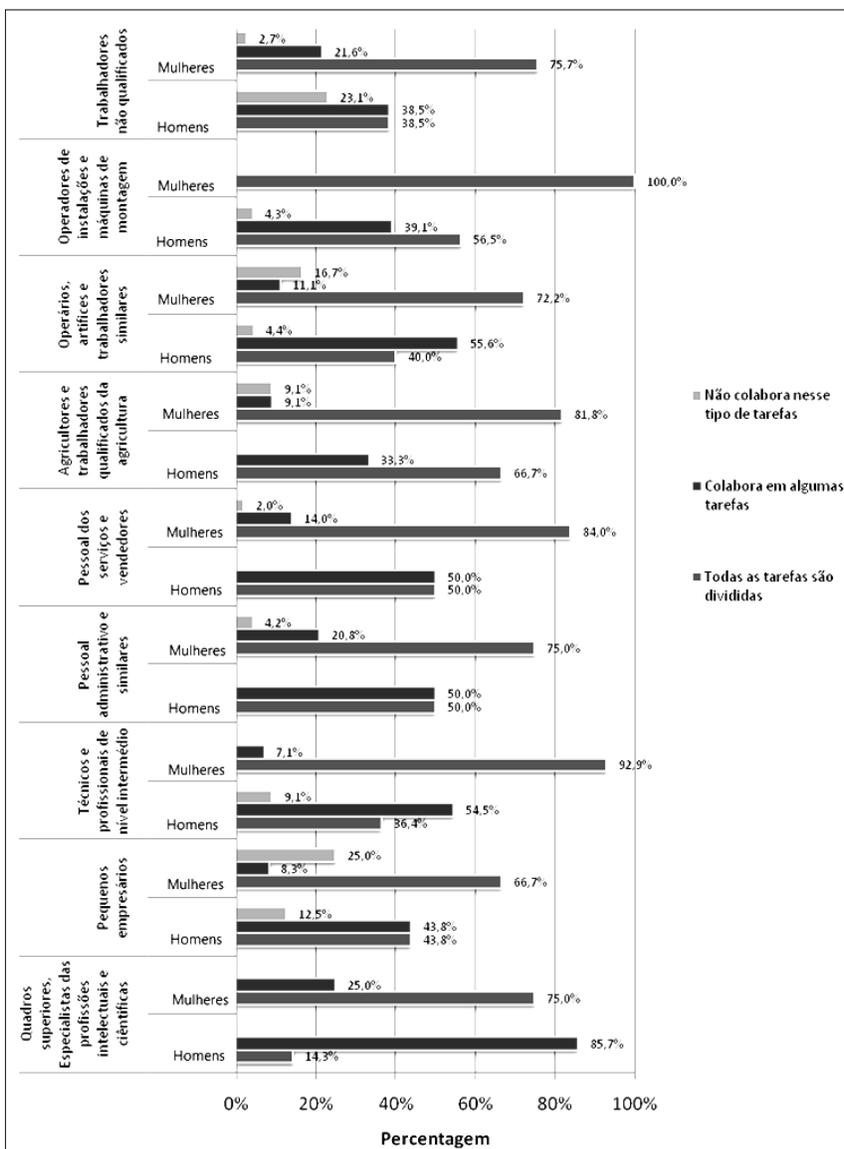
¹⁰ Estes dois últimos testemunhos sugerem que, por hábito incorporado, há mulheres que assumem e não partilham as responsabilidades das tarefas com os homens. Semelhante conclusão foi verificada num estudo de Allen e Hawkins (1999). Também nesta pesquisa foi possível constatar alguns casos em que as respetivas mulheres, interiorizando o sentido da limpeza e perfeição nas tarefas domésticas, e considerando a “inabilidade” dos respetivos maridos, preferem assumi-las (quase) em exclusivo, tal como é assinalado por um dos entrevistados: “A minha mulher é uma pessoa muito arrumada, então tinha que usar as coisas e voltar a colocar no sítio, pronto. Algumas eu podia fazer, lavava a loiça e pouco mais, porque o resto tinha de ser tão perfeito, que tudo o que eu fazia nunca ficava como ela queria que preferia ser ela a fazer” (E18, homem, técnico de emprego).

que ele achava que dava jeito porque nós estávamos a trabalhar durante o dia e a minha sogra estava cá em casa e aproveitava o dia para estar a arrumar a casa toda. (...) Aí passámos a ter muitos conflitos, até que houve um dia que eu tive uma discussão horrível com a minha sogra e uma zanga com o meu marido terrível. (...) Nós as duas discutimos e ela na altura percebeu a minha perspetiva e acalmou um pouco, mas continua a fazer o mesmo. A diferença é que desde daí não tem vindo tanto tempo para minha casa e acho que o meu marido também percebeu a minha perspetiva. Eu também percebi uma coisa, que não adianta queixar-me disso com ele e quando eu quiser queixar-me tem que ser diretamente com ela.” (E6, mulher, 42 anos, casada, docente do ensino superior)

Fixando-nos na forma da real divisão do trabalho doméstico, tendo em conta a profissão e sexo do inquirido, verificamos algumas diferenças relevantes, o que implica a necessidade de deslocar o campo de análise da dimensão normativa para o eixo das práticas. Este deslocamento permite inferir fortes discrepâncias entre a adesão formal declaratória ou mesmo retórica ao alegado modelo simétrico de partilha de tarefas e as práticas reais assimétricas que com ele colidem – aliás uma conclusão testada e confirmada não só neste como em diversos outros estudos (cf. Vasconcelos, 1998; Torres, 2001 e 2002; Wall 2005).

Voltando aos resultados deste estudo a este respeito, a Figura 37 evidencia, com efeito, que a forma de divisão das tarefas domésticas não só varia consoante o sexo, mas também conforme os vários grupos profissionais. Desde logo importa referir que, em aparente paradoxo, são as mulheres, em quase todos os grupos, que mais afirmam que o marido colabora em todas as tarefas e que estas são divididas; as percentagens mais baixas verificam-se no grupo das ‘pequenas empresárias’ (66,7%) e as mais elevadas no das ‘operadoras de instalações e máquinas de montagem’ (100%), grupos nos quais as mulheres se encontram sub-representadas. As restantes percentagens variam entre os 72,2%, no grupo das ‘operárias, artífices e trabalhadoras similares’, e os 92,9%, entre as ‘técnicas e profissionais de nível intermédio’.

Figura 37. Forma de divisão do trabalho doméstico por profissão e por sexo (%)

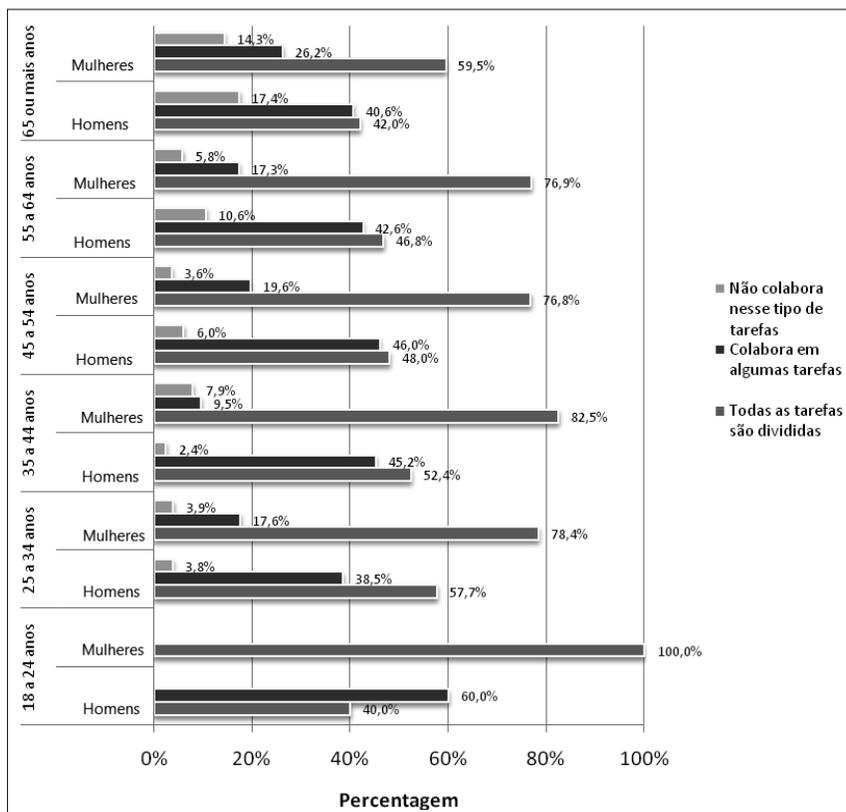


Fonte: IDG, 2011; N=465.

Relativamente aos homens, à exceção do grupo dos ‘agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura’ e dos ‘operadores de instalações e máquinas de montagem’ – que afirmam com particular incidência que ‘todas as tarefas são divididas’ (respetivamente, 66,7% e 56,5%) –, nos restantes as percentagens mais elevadas (ou em igual proporção) situam-se na afirmação de que ‘colaboram em algumas tarefas’, sendo de realçar aqui o grupo dos ‘quadros superiores e especialistas das profissões intelectuais e científicas’ (85,7% vs. 25%, no caso das mulheres), conclusão que converge com a obtida por Sayer (2010) e Cooke (2004, 2010), na medida em que, para além da interiorização da norma igualitária, tem condições para contratualizar serviços domésticos.

A não colaboração nesse tipo de tarefas por parte do cônjuge surge tanto em homens como em mulheres e em todos os grupos, excetuando o dos ‘quadros superiores e especialistas das profissões intelectuais e científicas’. Nas mulheres é particularmente evidente no grupo das ‘pequenas empresárias’ (25%) e, nos homens, no dos ‘trabalhadores não qualificados’ (23,1%). A estas respostas não será estranho o grau, maior ou menor, de conhecimento das prescrições normativas da paridade de género, mais presente nos grupos mais letrados, o que nem sempre poderá significar correspondência nas práticas, podendo mesmo ocorrer práticas em sentido inverso. Diversos estudos o comprovam, nomeadamente os de Torres (2001, 2002: 153), segundo o qual, como referido, os operários participavam mais nas tarefas domésticas que os universitários e membros de profissões qualificadas. Mas vejamos agora a influência da idade neste contexto, passando a analisar as formas de divisão do trabalho doméstico e a cruzá-lo com os escalões etários, por sexo.

Figura 38. Grau de participação na divisão do trabalho doméstico por escalões etários e por sexo (%)



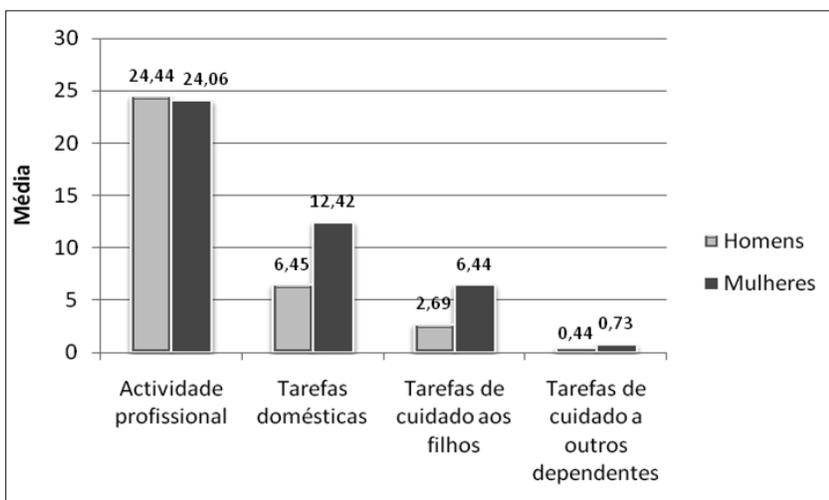
Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Tanto no caso dos homens como no das mulheres existe uma tendencial correlação, inversamente proporcional, entre idade e grau de participação nas tarefas domésticas; ou seja, à medida que se desce no escalão etário, aumenta o grau de partilha nas tarefas domésticas, graças a mudanças geracionais nas expectativas de equidade de género no tratamento, disponibilidade de tempo e posse de recursos cognitivos (Sayer, 2010: 20 ss; cf. também Torres, 2002: 50). Porém, em termos percentuais, tal situação é bem mais evidente no caso das mulheres (verificando-se apenas valores muito aproximados nos escalões dos 45 aos 54 anos e dos 55 aos 64). No caso dos homens é notória uma distribuição mais irregular e, no que concerne à total partilha de tarefas, com percentagens

que variam entre os 40% (no escalão dos 18 aos 24 anos) e os 57,5% (no escalão dos 25 aos 34 anos). À exceção dos inquiridos mais jovens, a não colaboração neste tipo de tarefas surge em todos os grupos etários e é particularmente visível, quer nos homens quer nas mulheres, no grupo dos 65 anos e mais (17,4% e 14,3%).

Neste confronto entre representações e práticas sociais importa questionar, tal como assinalado, qual o grau de discrepância entre umas e outras. Uma das formas de medir o grau de ocupação e envolvimento nas tarefas domésticas e de cuidado dos filhos e outros dependentes consiste em saber qual o tempo despendido em diversas atividades, o que nos é dado pela Figura 39.

Figura 39. Média de horas semanais despendidas em atividade – o próprio, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Tal como se constata na Figura 39, a variável sexo tem efeito nas horas semanais que o próprio/a despende em “tarefas domésticas” e “tarefas de cuidado dos filhos”¹¹. Verifica-se que, comparativamente aos homens, as mulheres despendem,

¹¹ O que se vê pelos resultados do teste estatístico, respetivamente, $t(539,21) = -7,45, p < 0,001$ ($t(469,18) = -4,90, p < 0,001$). Após confrontar as perspetivas económica e de género sobre o tempo de trabalho doméstico, Sayer (2010), com base numa amostra internacional (*Multinacional Time Use Study-MTUS*), analisa o uso diversificado do tempo, focalizando o estudo sobre o tempo despendido no trabalho doméstico em vários países, de 1965 a 2000. Embora com diferenças por países, a autora constata, em geral, uma diminuição do tempo de trabalho doméstico por parte da mulher, um relativo aumento do mesmo por parte do homem, mas mantendo-se a diferença por género (passando de 3,5:1 em 1970 para 2:1,5 em 2000. A conclusão similar chega Coltrane (2000) no seu estudo a nível mundial entre 1989 e 1999 sobre a distribuição e uso de tempo, por

em média, mais horas nestas tarefas, sendo a diferença significativa do ponto de vista estatístico. Com efeito, enquanto os homens dedicam 9,58 horas por semana a tarefas domésticas e cuidados dos filhos e dependentes, as mulheres duplicam o tempo para estas tarefas, traduzido em 19,59 horas. Tal significa que a mulher exerce em duplicado trabalho doméstico não pago, sofre uma forte pressão sobre a sua vida, agravando-se tanto mais a situação quanto o seu horário de trabalho profissional diminuir e o seu trabalho doméstico aumentar.

Esta realidade é de resto confirmada mesmo quando se pergunta aos homens e às mulheres inquiridos a distribuição de tempo do (ex)cônjuge pela atividade profissional em contraponto com tarefas domésticas¹². Relativamente aos homens, as mulheres inquiridas referem que os seus maridos despendem, em média, significativamente mais horas na atividade profissional. Por outro lado, relativamente às mulheres inquiridas, os homens respondentes ao inquérito referem que as suas mulheres despendem mais horas semanais em atividades domésticas.¹³

.....

sexo, em trabalho doméstico. Kaufman (2002: 177 ss), no seu estudo de ordem qualitativa sobre a distribuição das tarefas domésticas, constata a discrepância entre a representação igualitária e a desigualdade factual de género, ilustrando o apego da mulher à roupa como símbolo, motivo e pista reveladora da absorvente ocupação feminina em casa (v.g., limpeza, arrumar peúgas, passar a ferro); o autor conclui que o maior obstáculo à implementação da igualdade doméstica reside na casa, na família e nas suas práticas. Relativamente a outros países, nomeadamente na América Latina, é constatado o mesmo fenómeno (cf. Aguirre, 2006; A. M. Valle, 2008: 90 ss). No que concerne Portugal, esta relação de 1,6 nas respostas converge com os resultados da pesquisa realizada por Geist (2010) em relação aos relatos de mulheres e homens sobre o tempo de trabalho doméstico em 35 países. Esta pesquisa teve por base os dados da *International Social Survey Programme Family Changing Gender Roles* (ISSP) em 2002, que, no caso de Portugal, apresenta um cálculo de 1,28. Comparando por semana a distribuição do trabalho doméstico entre homens e mulheres, verifica-se a diferença assinalável não só em Portugal com 7,69h vs. 20,32h, mas também em Espanha com 8,39 vs. 18,44 ou na Alemanha Ocidental com 6,5 vs. 16,6. Relativamente a Portugal, já M. D. Guerreiro (1998), Torres e F. V. Silva (1998: 9 ss), Torres (2002), Wall (2005a) e Schouten (2012) analisaram esta desigual distribuição do trabalho doméstico e modos de guarda dos filhos e a dificuldade de conciliar a chamada “dupla jornada”; e, em 2002, Perista (2002: 451), em conjunto com M. D. Guerreiro, a partir dos resultados do Inquérito à Ocupação do Tempo promovido pelo INE em 1999 – que incluía questionário de família, questionário individual e diário dos indivíduos ao longo de 24 horas –, concluiu igualmente que, enquanto o homem dedicava ao trabalho doméstico e cuidados com a família 1 hora e 54 minutos, a mulher elevava este tempo para 5 horas diárias, realizando assim mais do dobro de trabalho não pago. Sobre esta forte assimetria de género no trabalho doméstico, nomeadamente o decisivo papel do trabalho não pago exercido pelas mulheres no bem-estar das famílias em Portugal, bem como as redes de solidariedade criadas entre as mulheres nesta base, cf. Wall e Amâncio (2007) e S. Portugal (2008). O mesmo ocorreria nos países de Leste, que, não obstante os progressos iniciais, conheceram uma regressão, tal como se pode verificar nos resultados do ISSP em 2002 (cf. Aboim, 2010: 57).

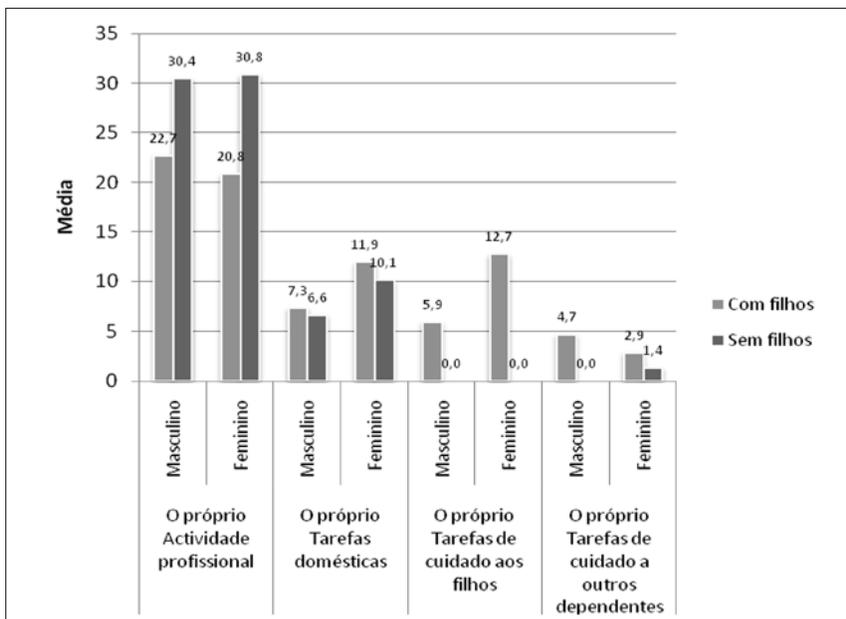
12 Consubstanciando-se este dado nos seguintes resultados: $(t(424) = -4,09, p < 0,001)$ $(t(285,46) = 8,88, p < 0,001)$.

13 A este respeito, mais relevante que fazer a leitura (idealista) dos dados da desigual distribuição do trabalho doméstico tendo como eixo a oposição dicotómica tradicional *versus* moderno, talvez seja mais adequado procurar compreender e explicar as discrepâncias entre as concepções normativas de simetria idealizada e as práticas reais assimétricas, remetendo para o desigual controlo sobre recursos e para a

Por outro lado, confirma-se que o tempo semanal despendido na atividade profissional é, em média, de 24,22 horas com o desvio-padrão elevado de 21,60. Este número de horas pode parecer num primeiro momento inesperado e tendencialmente baixo. Contudo, importa notar que tal decorre, em larga medida, da percentagem de inquiridos/as a trabalhar a tempo parcial, sendo que apenas 51,6% dos inquiridos/as exercem profissão a tempo inteiro.¹⁴ Se considerarmos apenas estas pessoas, a média de horas semanais despendidas na atividade profissional é de 38,34 horas.

Outros aspetos parecem condicionar o número de horas dedicadas aos diversos tipos de tarefas. A Figura 40 estabelece o cruzamento entre as horas despendidas nas diversas tarefas e a existência ou não de filhos por sexo do inquirido.

Figura 40. Média de horas semanais despendidas em casais com filhos e sem filhos, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=465.

ideologia androcêntrica, como referi no enquadramento teórico. Por outras palavras, como refere Torres (2002: 106), “mais que serem modernos, os portugueses gostam da ideia de ser moderno”.

¹⁴ Tal como refere igualmente Aboim (2010: 45) com base no estudo coordenado por Wall (2005), as mulheres a tempo inteiro eram 44,1% vs. 88,6% dos homens.

A Figura 40, embora não dê conta de diferenças significativas entre homens e mulheres, releva a importância da existência ou não de filhos na distribuição das diversas tarefas. Efetivamente, é notória uma tendência para os inquiridos/as sem filhos dedicarem mais horas à atividade profissional, quando comparados com os/as demais, sendo a distância ligeiramente superior no caso das mulheres: em média 30,8 para 20,8, enquanto na dos homens é de 30,4 para 22,7. Havendo filhos, as tarefas domésticas, pelo contrário, tendem a implicar, ainda que ligeiramente, mais horas semanais no caso das mulheres; aliás, como vimos, a dedicação a este tipo de tarefas é também superior mesmo nos casos em que não haja filhos (as mulheres com filhos dedicam, em média, 11,9 horas semanais a tarefas domésticas e 10,1 horas no caso de não terem filhos; os homens com filhos dedicam, em média, 7,3 horas semanais e, sem filhos, 6,6 horas). As tarefas de cuidado de outros dependentes, embora representando percentagens residuais, certamente se somam às tarefas com os filhos. Não é por acaso que, tal como se pôde inferir de alguns testemunhos de mulheres, a grande dificuldade e tensão criada consiste em conciliar trabalho extradoméstico e trabalho doméstico, incluindo o de cuidado dos filhos. Tal como já o referiram outros autores noutros estudos (A. Pinto, 2003; G. G. Santos, 2010), as famílias, designadamente as mulheres, adotam uma de duas estratégias, aquando do nascimento do(s) filho(s) e primeiros anos de vida deste(s): ou interrompem o trabalho – o que implica um constrangimento e uma perda no desenvolvimento ou carreira profissional das mulheres – ou recorrem a infantários ou à solidariedade familiar, nomeadamente das mães, avós das crianças, como adiante se confirmará nas figuras 48 e 49.

Também as horas despendidas com a profissão tendem a influenciar o tempo despendido noutras atividades, como se pode ver de seguida no Quadro 7.

Quadro 7. Média de horas semanais despendidas pelo próprio por situação profissional e por sexo

Situação face à profissão/trabalho	Atividade profissional (o próprio)		Tarefas domésticas (o próprio)		Tarefas de cuidado dos filhos (o próprio)		Tarefas de cuidado de outros dependentes (o próprio)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Exerce profissão a tempo inteiro	38,71	38,05	5,23	11,95	3,50	6,13	0,12	0,42
Exerce profissão a tempo parcial	21,67	23,84	6,83	11,40	1,50	8,90	0,00	0,17
Desempregado/a	6,92	7,35	9,07	13,62	3,43	7,19	0,00	1,43
Desempregado/a à procura de novo emprego	9,40	0,29	8,92	17,87	4,67	15,27	0,00	0,13
Desempregado/a à procura do primeiro emprego	0,00	0,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformado/a	5,49	10,04	7,81	11,67	1,08	4,17	1,22	0,85
Doméstica	0,00	0,00	3,33	14,74	0,00	6,67	0,00	2,65

Fonte: IDG, 2011; N=465.

H = Homem; M = Mulher

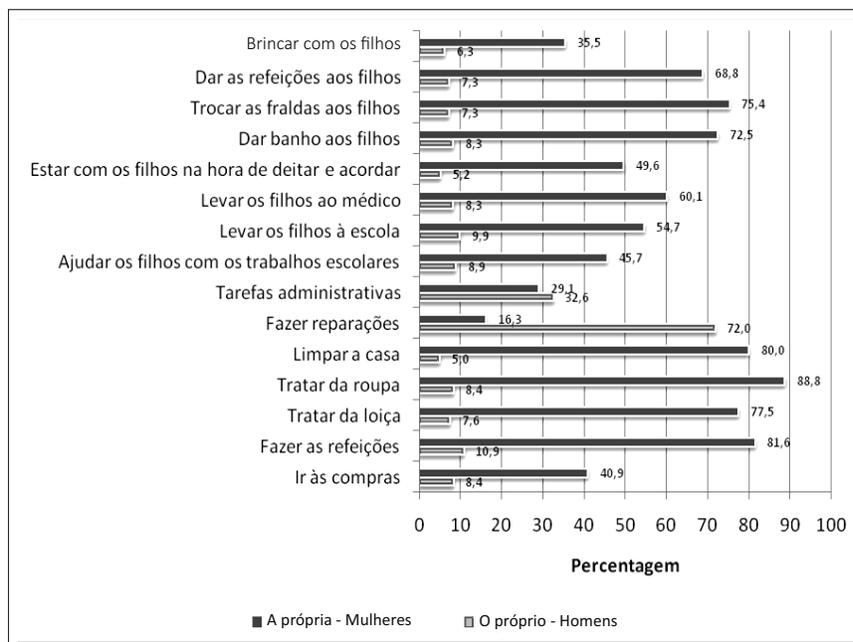
Verifica-se que, independentemente da situação profissional e do tempo despendido na profissão, são as mulheres que mais tempo dedicam a tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos e também ao cuidado de outros dependentes, sobressaindo os grupos ‘desempregadas à procura de novo emprego’ e ‘domésticas’ (em média, respetivamente, 17,87 e 14,74 horas semanais).

Relativamente às tarefas de cuidado dos filhos, é também no grupo das ‘desempregadas à procura de novo emprego’ que se verifica, em média, um maior número de horas (15,27). No caso dos homens, seguindo a tendência acima indicada, é nos grupos dos ‘desempregados’ e ‘desempregados à procura de novo emprego’ que se verificam médias mais elevadas de horas dedicadas a tarefas domésticas (respetivamente, 9,07 e 8,92) e, em menor escala, ao cuidado dos filhos (inversamente, 3,43 e 4,67), por comparação com os trabalhadores a tempo parcial.

São os inquiridos/as que trabalham a tempo inteiro que menos tempo despendem em tarefas domésticas e de cuidado, ainda que as diferenças relativamente aos/às inquiridos/as que trabalham a tempo parcial não sejam particularmente relevantes no que toca a tarefas domésticas – as trabalhadoras a tempo inteiro despendem, em média, 11,95 horas e as trabalhadoras a tempo parcial 11,40; já os trabalhadores a tempo inteiro despendem 5,23 horas e os

trabalhadores a tempo parcial 6,83 horas. Esta assimetria na distribuição de tarefas práticas torna-se evidente quando analisamos o grau de execução de tarefas domésticas específicas por sexo no seio do casal (cf. Figura 41).

Figura 41. Execução de tarefas entre membros do casal¹⁵ (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559.

O sexo e a respetiva pertença de género afetam de forma significativa todas as tarefas do casal, nomeadamente em termos de autoperceção. Existem quase sempre mais mulheres do que homens a referir serem elas que desenvolvem as

15 As possibilidades de resposta a estas questões são: “o próprio”, “o cônjuge”, “o próprio e filhos”, “o próprio e cônjuge”, “o próprio, cônjuge e filhos” e “não fazíamos estas tarefas”. Para simplificar a apresentação gráfica por género, apenas as percentagens para o próprio são apresentadas. O facto de serem limitadas as opções condiciona a análise. Com efeito, o diferencial entre as percentagens obtidas aqui expressas por membros do casal não engloba as outras modalidades, nomeadamente a colaboração de filhos/as com mais idade. Em todo o caso, mesmo assumindo esta limitação, os resultados não deixam de ser sintomáticos, na medida em que se trata de avaliar a divisão de tarefas entre os protagonistas da casa: homem e mulher.

tarefas, sejam estas domésticas, sejam de cuidado dos filhos e dependentes¹⁶. Estes dados são indiciadores de que, não obstante alguns avanços positivos nomeadamente na inserção da mulher nas atividades extradomésticas, profissionais, não se verifica um paralelo avanço na envolvimento do homem no trabalho doméstico e de cuidados com os filhos no quadro de um expectável modelo simétrico, igualitário. Se tal realidade pode ser, em alguns casos, aceite pelas próprias mulheres, designadamente por interiorização de tais normatividades por parte das mesmas, noutros tende a ser questionada, como demonstra a seguinte passagem:

O meu marido tinha comportamento à moda antiga. Achava ele que, se mudasse a fralda às crianças, fizesse uma cama ou lavasse a louça, perdia a masculinidade. Achava ele que o contributo económico era suficiente, que por sinal era mais pequeno que o meu. Chamem-lhe o que quiserem, mas o que eu acho é que certos homens não passam de uns oportunistas. Querem as mulheres para satisfazer as suas necessidades sexuais, e para ter uma criada em casa. Depois... quem gemer que diga de quê. (E14, mulher, operária).

O teor das tarefas desenvolvidas denuncia a existência de situações diferenciadas consoante o sexo. Em termos gerais, pode afirmar-se que é nas tarefas relativas às lides domésticas, mais rotineiras e menos valorizadas ('tratar da roupa', 'limpar a casa', 'fazer as refeições' e 'tratar da loiça'), que mais se

16 Assumem-se como particularmente relevantes a este nível tarefas como: tratar da roupa (88,8% vs. 8,4%: $\chi^2 = 404,21$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$); ir às compras (40,9% vs. 8,4%: $\chi^2 = 99,48$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$); fazer refeições (81,6% vs. 10,9%: $\chi^2 = 311,55$, $gl = 6,559$, $p < 0,001$); limpar a casa (80% vs. 5%: $\chi^2 = 354,55$, $gl = 7,559$, $p < 0,001$); tratar da loiça (77,5% vs. 7,6%: $\chi^2 = 320,20$, $gl = 7,558$, $p < 0,001$); trocar as fraldas aos filhos (75,4% vs. 7,3%: $\chi^2 = 259,22$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$); dar banho aos filhos (72,5% vs. 8,3%: $\chi^2 = 226,03$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$); dar as refeições aos filhos (68,8% vs. 7,3%: $\chi^2 = 224,79$, $gl = 5,468$, $p < 0,001$); levar os filhos ao médico (60,1% vs. 8,3%: $\chi^2 = 174,93$, $gl = 5,468$, $p < 0,001$); levar os filhos à escola (54,7% vs. 9,9%: $\chi^2 = 128,80$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$); estar com os filhos na hora de deitar e acordar (49,6% vs. 5,2%: $\chi^2 = 146,20$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$); ajudar os filhos com os trabalhos escolares (45,7% vs. 8,9%: $\chi^2 = 108,72$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$); brincar com os filhos (35,5% vs. 6,3%: $\chi^2 = 66,65$, $gl = 6,468$, $p < 0,001$). As únicas exceções prendem-se com "fazer reparações" (72% por homens vs. 16,3% por mulheres: $\chi^2 = 209,63$, $gl = 7,559$, $p < 0,001$) e "tarefas administrativas" (32,6% pelos homens vs. 29,1% pelas mulheres: $\chi^2 = 17,34$, $gl = 6,559$, $p < 0,01$). Sobre a sobrecarga de tarefas rotineiras e fastidiosas, cf. Blair e Lichter (1991). Perista (2002: 453), com base no Inquérito à Ocupação do Tempo (1999), já assinalara como as tarefas mais rotineiras ficavam esmagadoramente a cargo da mulher: tratar da roupa (91,9% vs. 8,1), limpar a casa (89,3% vs. 10,7%), preparar refeições (83,4% vs. 16,4%), fazer compras habituais (68% vs. 32%). Os homens apenas colaboravam em maior percentagem em tarefas menos consumidoras de tempo como fazer compras esporádicas (50,7% vs. 49,3%), tratar de assuntos administrativos (55,5% vs. 44,5%) ou jardinagem, cultivo e cuidado de animais (46,4% vs. 53,7%).

evidenciam discrepâncias, com respostas sempre acima dos 80% por parte das mulheres e abaixo dos 11% por parte dos homens. A única tarefa, no contexto doméstico, em que a percentagem de homens que afirma realizá-la é superior corresponde às reparações domésticas (72,0% vs. 16,3%)¹⁷.

Relativamente às tarefas que remetem para um maior contacto com o exterior, a situação configura-se menos assimétrica, sendo que, no caso das ‘tarefas administrativas’ ou de contacto com serviços, são os homens que percentualmente mais afirmam realizá-las, embora por pouca margem (32,6% vs. 29,1%)¹⁸. O mesmo não acontece com as idas às compras, uma vez que também aqui é superior a percentagem de mulheres que afirmam fazê-lo (40,9% vs. 8,4%).

No que remete para as tarefas relacionadas com os cuidados com os filhos, as disparidades entre sexos tendem a ser ligeiramente inferiores às relativas às tarefas domésticas, ainda que igualmente elevadas. De qualquer forma é de relevar que elas se assumem particularmente expressivas ao nível das atividades de cuidado, nomeadamente com crianças de tenra idade (‘trocar as fraldas’, ‘dar banho’, ‘dar refeições’), situando-se todavia a percentagem de mulheres sempre acima dos 68% e a de homens abaixo dos 10%. Uma das entrevistadas ilustra esta situação: “*O meu ex-cônjuge nunca trocou uma fralda a um filho, nunca lhe deu um biberão, nunca ajudou a estudar nos trabalhos de casa; não fazia uma cama, não sabia cozinhar, não sabia nada dessas coisas*” (E26, mulher, empregada de escritório). Entre os 10% de homens que se ocupavam predominantemente das tarefas domésticas, poder-se-á ilustrar com alguns casos excepcionais em que era o homem quem, por razões de horário de trabalho da mulher, se ocupava das tarefas domésticas, tal como o informou um dos entrevistados:

“Como a mãe do meu filho trabalhava numa fábrica e entrava mais cedo, eu é que lhe mudava a fraldinha, acompanhava-o ao médico, ou seja, fazia praticamente

17 Em todos estes testes do Qui-quadrado verifica-se que algumas das células apresentam frequências esperadas inferiores a 5. Nesta situação o teste não pode ser aplicado com rigor. Assim, procedeu-se à realização do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, o que permitiu confirmar os resultados, com $p < 0,001$ para todas as questões, com exceção da simulação para as tarefas administrativas, cujo nível de significância é de $p < 0,01$. Por outro lado, a mesma análise, considerando apenas duas das categorias de resposta (“o próprio” e “o cônjuge), confirma que as diferenças observadas são de facto significativas.

18 Respetivamente, $\chi^2 = 209,63$, $gl = 7,559$, $p < 0,001$ e $\chi^2 = 17,34$, $gl = 6,559$, $p < 0,01$. Em todos estes testes do Qui-quadrado verifica-se que algumas das células apresentam frequências esperadas inferiores a 5. Nesta situação o teste não pode ser aplicado com rigor. Assim, procedeu-se à realização do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, permitindo confirmar os resultados em termos similares à anterior nota 17.

tudo. Fazia um pouquinho de mãe porque tinha essa liberdade de o levar ao infan-
tário. A mãe ia para o trabalho, quando chegava a casa, já o menino estava em casa
e, muitas vezes, tinha eu o jantar quase feito.” (E16, homem, funcionário público)

Refira-se ainda a narração de um outro caso extremo de dedicação do
homem às tarefas domésticas:

“Ele fazia tudo, considero perfeito, porque eu não sei cozinhar, não sei lavar;
eu sou uma péssima dona de casa, não gosto de nada que diz respeito a dona
de casa. Ele lavava, cozinhava, cuidava da filha, trocava fraldas como ninguém,
dava banho; a única vez que eu fui dar banho na minha filha eu quase a matei,
portanto eu sempre fui melhor para trabalhar, era perfeita para trabalhar, mas
a casa detestava. Era ele que fazia tudo, avalio como sendo 100%, era o marido
perfeito no aspeto das tarefas domésticas, claro; todas as empregadas que eu
contratava ele mandava embora, só para ele fazer as coisas.” (E1, mulher; 47 anos,
separada, empregada de mesa)

Ainda com elevado diferencial, mas onde é visível alguma colaboração
por parte do homem, é a tarefa de ‘ajuda aos filhos com os trabalhos escola-
res’ (45,7% pelas mães vs. 8,9% pelos pais), em comparação com a dimensão
mais lúdica do cuidado: “brincar com os filhos”, o que é levado a cabo por
35,5% das mães vs. 6,3% dos pais. Uma discrepância ainda acentuada mas
algo menor é também visível ao nível das tarefas com os filhos em contexto
exterior, como levá-los ao médico (60,1% pelas mães e 8,3% pelos pais) ou à
escola (54,7% pelas mães e 9% pelos pais).

Por fim, considerando as respostas indicando partilha (“o próprio e o
cônjuge”), há de facto tarefas partilhadas por ambos, embora mais assina-
ladas por homens, como, por exemplo, ‘ir às compras’ (66,1% dos homens
vs. 51,6% das mulheres), ‘ajudar os filhos com trabalhos escolares’ ou ‘levar
os filhos ao médico’ (51,6% vs. 37% no primeiro caso e 53,1% vs. 35,9% no
segundo). Comparativamente ao passado mais recuado, é sentido, inclusive
por algumas mulheres, algum progresso nas práticas colaborativas por parte
dos homens, tal como o testemunha uma entrevistada: “*Sabe, eu tive sorte com
o pai das minhas filhas, porque ele sempre colaborou nas tarefas domésticas*”
(E8, mulher, empregada, 37 anos), ou uma outra:

“As tarefas não eram divididas irmãmente... mas ele ajudava muito na realização
de tarefas como, por exemplo, levar e ir buscar os meninos ao colégio, dar banho

às crianças; dava apoio nas tarefas escolares, na realização das refeições etc.” (E7, mulher, professora, 42 anos)

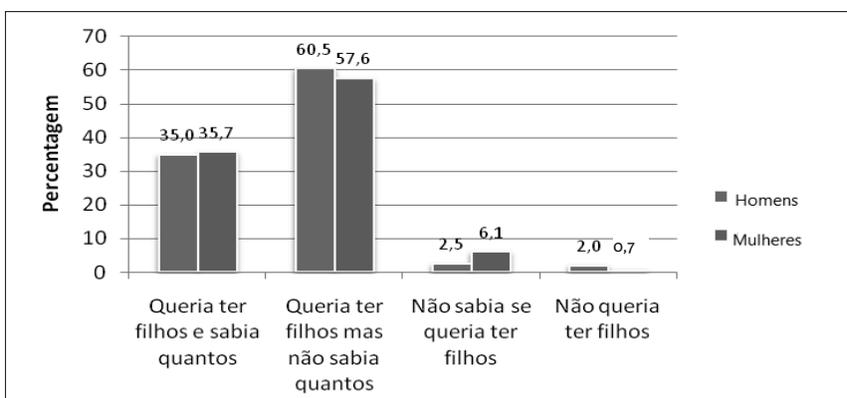
Atendendo ao grupo profissional e escalão etário de pertença dos inquiridos/as, não se verificam diferenças significativas, seguindo-se as tendências avançadas relativamente às outras questões analisadas e/ou a analisar à luz das desiguais frequências entre grupos.

4. Os cuidados com os filhos: entre a ‘função expressiva’ e as expressões assimétricas

Outro dos pontos-chave na eventual assimetria de género consiste na divisão sexual de trabalho no que concerne o cuidado dos filhos. Porém, antes de analisar esta questão de forma mais detalhada, interessa saber qual a importância assumida pelos membros da família, assim como aferir qual a forma ideal de divisão quanto ao cuidado dos filhos preconizada pelos inquiridos/as.

Segundo os dados apurados pelo inquérito, em termos gerais, a maioria dos inquiridos/as afirma que tinha o desejo de ter filhos, ainda que não soubesse quantos (58,8%). Seguem-se os que já antecipavam o número de filhos desejados (35,4%), com pouca expressão os que não sabiam se queriam ter filhos (4,6%) e, residualmente, os que não desejavam tê-los (1,2%). Se diferenciarmos estes resultados por sexo, não se verificam diferenças consideráveis, como se pode ver pela Figura 42.

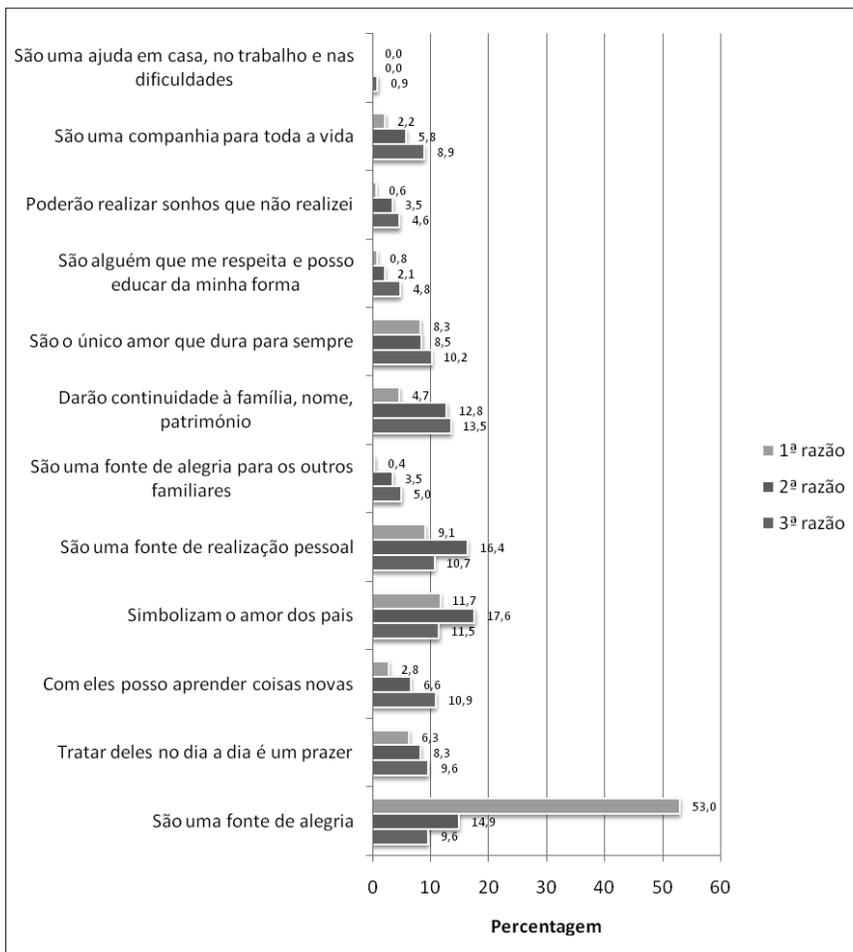
Figura 42: Situações antes da maternidade/paternidade, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497.

Da Figura 42 infere-se a não existência de diferenças consideráveis entre homens e mulheres, sendo apenas ligeiramente mais visível na categoria ‘não sabia se queria ter filhos’ com 6,1% para as mulheres e 2,5% para os homens. Para além destas ligeiras variações, o que importa aferir é em que medida os filhos são ou não importantes para os inquiridos e, em particular, as principais razões apontadas para essa importância, o que nos é dado pela Figura 43.

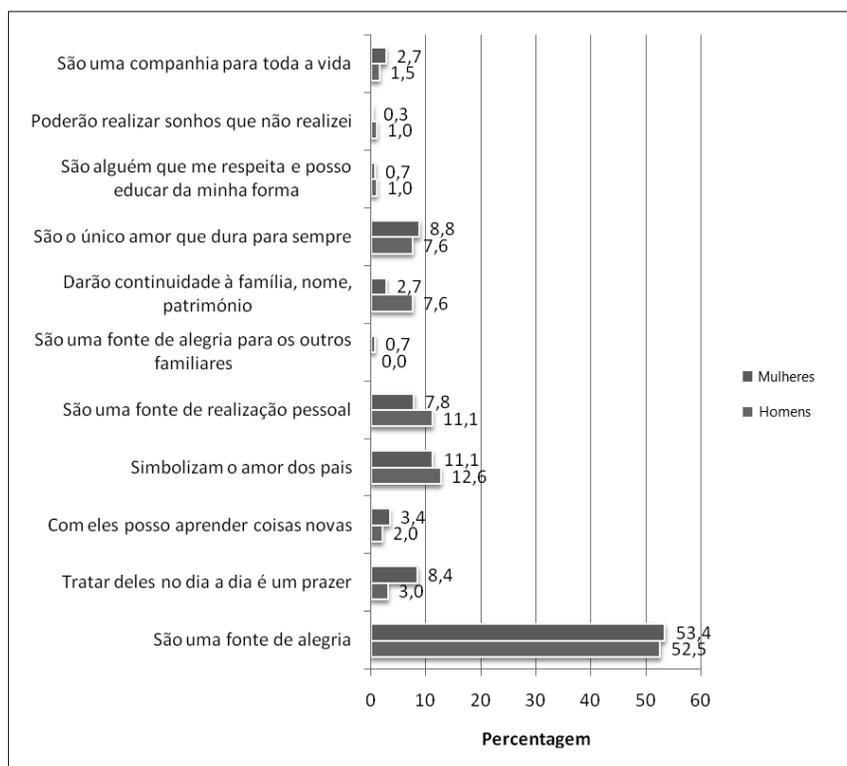
Figura 43. Três principais razões para a importância dos filhos (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497.

A Figura 43 é ilustrativa de que a grande maioria dos inquiridos/as assume como razão primeira para a importância dos filhos nas suas vidas o facto de eles constituírem uma ‘fonte de alegria’ (53,0%), aspeto que acolhe também percentagens importantes enquanto segunda e terceira razões (14,9% e 9,6%, respetivamente). No que concerne as restantes opções, verifica-se uma elevada dispersão. Relativamente às segundas razões invocadas, verificando-se uma dispersão ainda maior, são de salientar, para além do motivo acima mencionado, a ideia de que os filhos ‘simbolizam o amor dos pais’ (17,6%), de que são uma ‘fonte de realização pessoal’ (16,4%) e de que ‘darão continuidade à família, nome e património’ (12,8%). As terceiras razões acabam por incidir também nas dimensões supramencionadas. Atendamos agora ao cruzamento das respostas com a variável sexo, cujos resultados são expressos na Figura 44.

Figura 44. Primeira razão para a importância dos filhos, por sexo (%)



Tal como se pode ler na Figura 44, como primeira razão para a importância dos filhos é de longe aduzido, em percentagens aproximadas por sexo mas com ligeira vantagem das mães sobre os pais (53,4% vs. 52,5%), o facto de os filhos serem 'fonte de alegria'; seguem-se as ideias, mais presentes nos homens que nas mulheres, de que 'simbolizam o amor dos pais' (12,6% vs. 11,1%) e de que são fonte de realização pessoal (11,1% vs. 7,8%); finalmente, sobretudo para as mães, a ideia que 'são o único amor que dura para sempre' (8,8% vs. 7,8%).

Relativamente às segundas razões da importância dos filhos, o único *item* no qual se constata uma diferença percentual relevante entre homens e mulheres remete para a ideia de que os filhos 'darão continuidade à família, nome, património', sendo apontada por 18,7% dos homens e apenas por 9% das mulheres. Esta é, aliás, uma das segundas razões mais apontadas pelos homens, atingindo apenas uma percentagem ligeiramente superior a ideia de que os filhos 'simbolizam o amor dos pais' (19,7% vs. 16,2%). Já no caso das mulheres, tal aspeto é superado pela conceção dos filhos enquanto 'fonte de realização pessoal' (17,2% vs. 15,0%). Resta apenas aqui realçar que, enquanto 11,4% das mulheres assumem que os filhos 'são o único amor que dura para sempre', apenas 4,1% dos homens o afirmam.

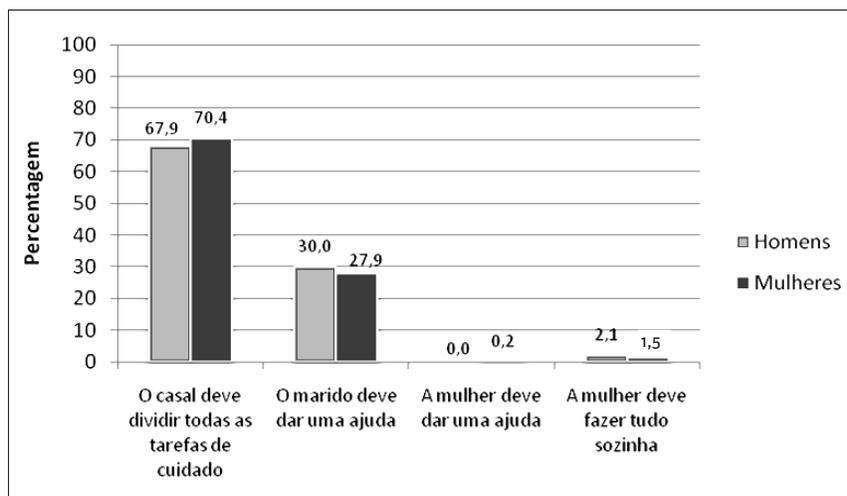
Relativamente às terceiras razões referenciadas, não se verificam diferenças relevantes entre sexos, sobressaindo apenas, no caso dos homens, a ideia de que os filhos 'simbolizam o amor dos pais' (16,1% vs. 8,4%). Relativamente à ideia de que os filhos 'darão continuidade à família, nome e património', enquanto terceira razão, ela apresenta percentagens relevantes tanto para homens quanto para mulheres (14,2% vs. 12,4%).

Os dados apurados pelo inquérito, no qual 497 dos inquiridos/as afirmaram ter filhos, foram desde logo reveladores de que a maior parte havia desejado o nascimento dos filhos (94,2%), não se verificando diferenças consideráveis entre os sexos a este nível. Verificamos assim que, para além da afetividade que parece assumir-se como vetor central ao nível da parentalidade, outros aspetos podem convergir para a importância assumida pelos filhos na família, que se prendem quer com o amor, a alegria e a conseqüente valorização da conjugalidade, quer com razões de índole mais instrumental, como seja a continuidade patrimonial, aspeto que assume algumas diferenças consoante o sexo¹⁹.

19 Como referido, como primeira razão para a importância dos filhos, há uma relativa convergência entre mães e pais. É apenas quando se pede uma segunda razão para a importância dos filhos que se chega a um aspeto que não é independente do sexo dos inquiridos, nomeadamente, a ideia de que os filhos "darão continuidade à família, nome, património", sendo apontada por 18,7% dos homens e apenas por

Se é inequívoca a centralidade dos filhos assumida pela família, importa agora analisar uma outra dimensão, que se prende com a forma ideal quanto ao cuidado com os mesmos preconizada pelos inquiridos/as. Independentemente do sexo, na sua maioria, as respostas revelam o entendimento de que o casal deveria dividir, de modo equilibrado, todas as tarefas de cuidado com os filhos (69,2%). É, porém, na prática que surge um outro dos pontos-chave na assimetria de género relativa à divisão sexual do trabalho no que concerne o cuidado dos filhos. Releva a percentagem dos/as que consideram que o marido deve ajudar (28,9%), depreendendo-se deste entendimento que o grosso dessas tarefas deve ser apanágio da mulher. A este posicionamento contrapunha-se apenas um residual 0,1% de inquiridos/as que entendiam que a mulher deveria ‘dar uma ajuda’. A opção ‘a mulher deve fazer tudo sozinha’, embora diminuta (1,8%), é ainda sintomática do lastro de perceções patriarcais. Mas importará introduzir nesta questão a variável sexo, cujos resultados se podem ver na Figura 45.

Figura 45. Forma ideal de divisão de cuidados dos filhos, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497.

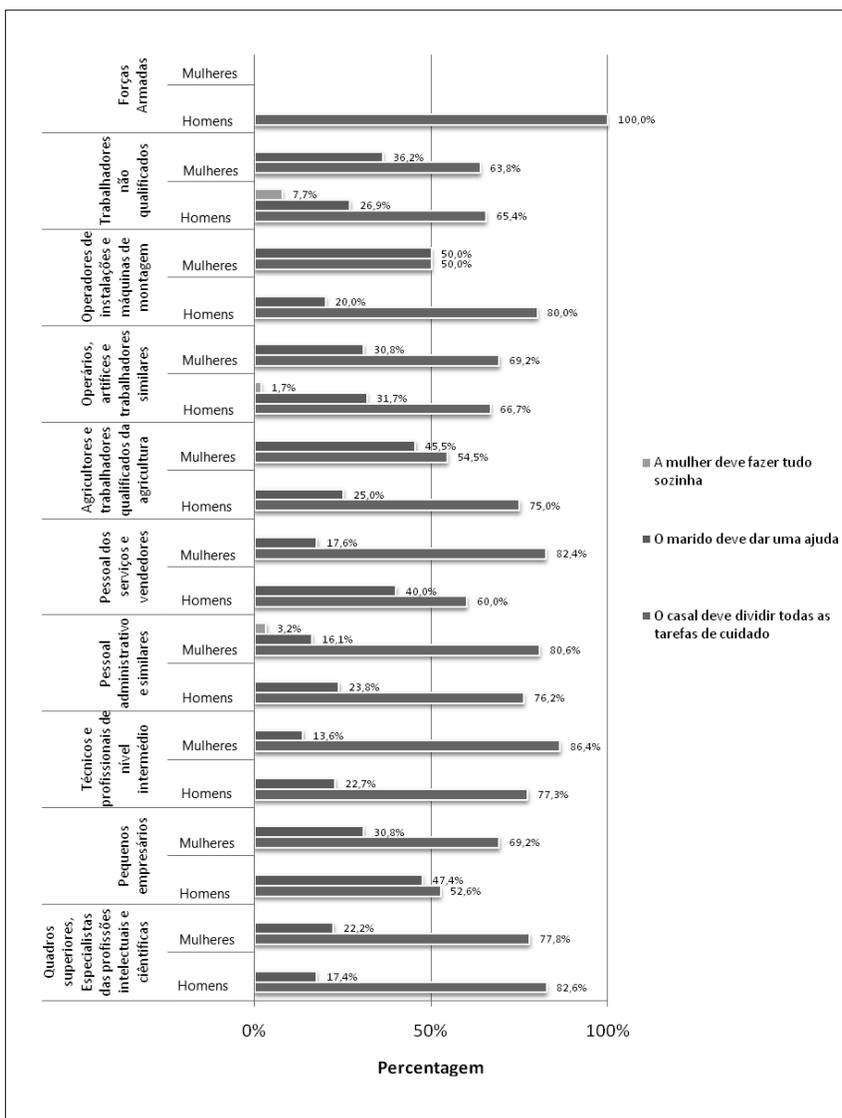
9% das mulheres ($\chi^2 = 24,49$, $gl = 10,483$, $p < 0,01$). Vanessa Cunha (2005) desenvolve de modo sistemático, no quadro do estudo coordenado por Karin Wall, quatro funções ou dimensões fundamentais dos filhos na família: afetiva, expressiva, estatutária e instrumental.

Como podemos verificar, as diferenças entre homens e mulheres a este nível são diminutas, sendo ligeiramente superior a percentagem de mulheres que afirmam que “o casal deve dividir todas as tarefas de cuidados” (70,4% para 67,9%). Já relativamente à opção “o marido deve dar uma ajuda”, é entre os homens que a percentagem se assume ligeiramente mais elevada, sem deixar de ser evidenciada pelas mulheres (30% para 27,9%) – um facto denotativo de que as mentalidades e perceções das mulheres a este respeito ainda se encontram incrustadas no padrão tradicional.²⁰ Tal se reforça na opinião, ainda que pouco expressiva ou mesmo residual, de que “a mulher deve fazer tudo sozinha”, com predomínio destas respostas mais por parte do homem que da mulher (2,1% vs. 1,5%): “*O que acontece é que somos levados por aquilo que é a tradição e que a sociedade nos incute. Os homens são muito para fora de casa e as mulheres mais para dentro, embora hoje esteja bem diferente*” (E18, homem, técnico de emprego, 48 anos). Ou, na opinião de uma das entrevistadas:

“Nunca houve distribuição de tarefas... Talvez culpa minha... porque eu achava que era uma supermulher e conseguia fazer tudo sozinha. Fui sempre eu que tratei da educação dos filhos, tratei da alimentação, ir às compras, limpar a casa, ir a reuniões dos pais, fui sempre eu ao longo destes anos todos” (E19, mulher, técnica superior, 48 anos).

A análise destas conceções, atendendo ao grupo profissional de pertença e ao sexo, é também demonstrativa de algumas diferenças, tal como se pode ver pela figura 46.

²⁰ Tendo por base os dados da *International Social Survey* (ISSP), Geist (2010), no seu estudo sobre as discrepâncias nas perceções por género relativamente ao volume de trabalho doméstico, confirma a sua hipótese de que as “discrepâncias de género nos relatos sobre trabalho doméstico são maiores quando as disparidades de género na percepção da equidade do trabalho doméstico são maiores” (2010: 223).

Figura 46. Forma ideal de divisão de cuidados com os filhos por profissão e sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=313.

Como se pode ler na Figura 46, em todas as profissões, sejam homens ou mulheres, a maioria dos inquiridos/as considera que 'o casal deve dividir

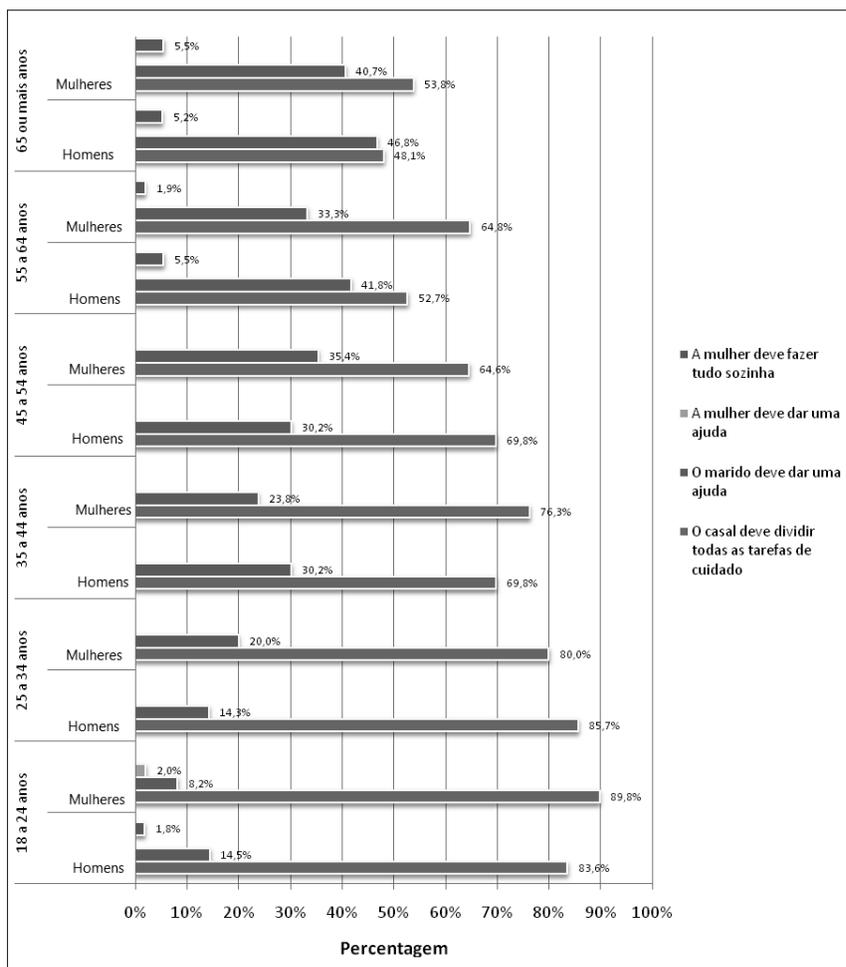
todas as tarefas de cuidado' (com percentagens sempre iguais ou superiores a 50%). As percentagens mais elevadas, quanto às mulheres, verificam-se ao nível das profissões que exigem qualificações intermédias, nos grupos dos 'técnicos e profissionais de nível intermédio' (86,4%), do 'pessoal dos serviços e vendedores' (82,4%) e do 'pessoal administrativo e similares' (80,6%). Relativamente aos homens (excetuando os militares, em que a percentagem é de 100%, mas o número de inquiridos muito reduzido²¹), os únicos grupos nos quais as percentagens superam os 80%, sendo inclusive ligeiramente superior às das mulheres, remetem para os extremos em termos de habilitações e qualificações: os 'quadros superiores e especialistas das profissões técnicas e científicas' (82,6% vs. 77,8%) e 'operadores de instalações e máquinas de montagem' (80% vs. 50%).

Quanto à resposta 'o marido deve dar uma ajuda', se no caso das mulheres ela apresenta percentagens mais elevadas nas profissões intermédias ou menos qualificadas (operadoras de instalações e máquinas de montagem com 50%, agricultoras com 45,5%, trabalhadoras não qualificadas com 36,2%, pequenas empresárias com 30,8%), relativamente aos homens tal resposta verifica-se nos grupos dos agricultores (54,5%), operadores de instalações e máquinas de montagem (50%), pequenos empresários (47,4%) e pessoal dos serviços e vendedores (40%). No extremo, em que se assume que 'a mulher deve fazer tudo sozinha', denotam-se percentagens muito residuais que se circunscrevem, no caso das mulheres, ao grupo do 'pessoal administrativo e similares' (3,2%) e, no dos homens, aos grupos dos 'trabalhadores não qualificados' (7,7%) e dos 'operários, artífices e trabalhadores similares' (1,7%).

Mas centremo-nos agora nas conceções relativas ao ideal de divisão das tarefas de cuidado com os filhos por escalões etários e atendendo ainda à variável sexo.

21 Neste caso, importa atender ao facto de este como outros poucos grupos profissionais se encontrarem subrepresentados na amostra; nestes casos de baixas frequências importa relativizar a análise apresentada.

Figura 47. Forma ideal de divisão de cuidados com os filhos por escalões etários e por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497.

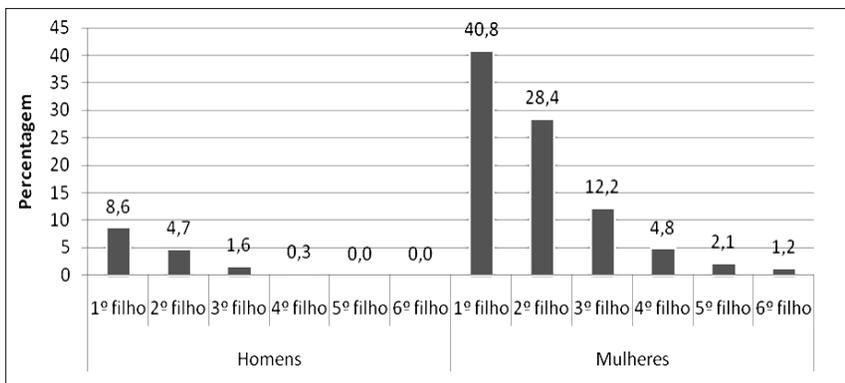
Como é observável na Figura 47, embora não linearmente no caso dos homens, é notória uma tendência para a ideia de que o casal deve, em termos ideais ou normativos, “dividir todas as tarefas de cuidado” com os filhos. Tal, porém, vai decrescendo em termos percentuais à medida que se avança nos escalões etários; o inverso verifica-se no que toca à resposta ‘o marido deve dar uma ajuda’, que atinge as percentagens mais elevadas no último escalão (46,8% para os homens e 40,7% para as mulheres) – o que desde logo

demonstra uma parcial incorporação de perspectivas mais paritárias entre os mais jovens. Por outro lado, à exceção dos escalões dos 25 aos 34 anos e dos 45 aos 54, nos demais escalões são as mulheres que percentualmente assumem mais a perspectiva da partilha total de tarefas, com particular incidência no escalão dos 18 aos 24 anos (89,8% para 83,6%). De qualquer forma, as diferenças entre sexos por escalão etário nunca se evidenciam muito fortes, sendo sempre inferiores a 14%. Releva ainda o facto de a resposta ‘a mulher deve fazer tudo sozinha’ se situar nos dois últimos escalões – e apenas com 1% na faixa dos 18 aos 24 anos para os homens, contrabalançando os 2% no caso das mulheres que afirmam que ‘as mulheres devem dar uma ajuda’ –, ainda que não ultrapassando os 5,5% tanto para homens quanto para mulheres.

Tendo presente as concepções e representações sobre a partilha dos cuidados com os filhos, importa contrastá-las com as práticas reais de quem, ainda na pendência do casamento ou união de facto, se encarrega de ficar com eles. Questionados a este respeito, os inquiridos/as afirmaram maioritariamente que os filhos ficavam a cargo ou do próprio ou do cônjuge, desde o primeiro ao quarto filho (38%, 25%, 10%, 4%, respetivamente). Mas também é relevante os filhos ficarem, quer na casa com outro familiar (15%, 7%, 3%, 1%), quer na creche ou infantário (15%, 8%, 2%, 1%). Note-se que a percentagem de pais com mais de 4 filhos é residual.

Porém, mais relevante é, diferenciando por sexo, atender a quem fica a cuidar dos filhos, o que nos é dado pela Figura 48.

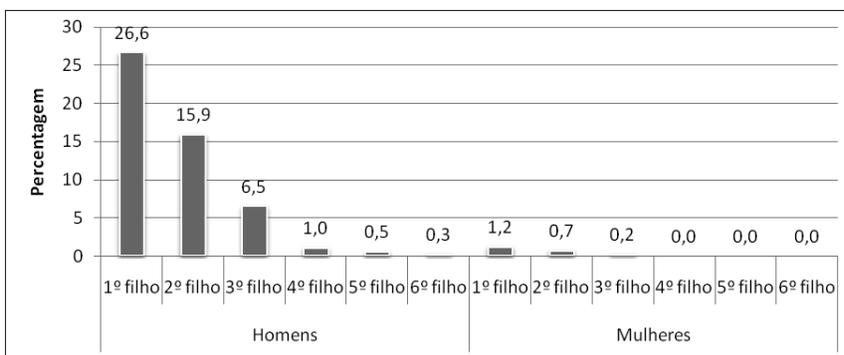
Figura 48. Distribuição dos cuidados quotidianos dos filhos pelo pai ou pela mãe (%)



Fonte: IDG, 2011; 1.º filho: N=497; 2.º filho: N=299; 3.º filho: N=109; 4.º filho: N=36; 5.º filho: N=13; 6.º filho: N=7.

Da Figura 48 se infere que o facto de os filhos ficarem em casa com o próprio progenitor/a não é independente do sexo. Com efeito, há significativamente mais mulheres do que homens a mencionar que os filhos ficam em casa consigo²². A constatação desta realidade é reforçada pelas respostas dos homens na Figura 49, que confirmam serem as mulheres que ficam, na maior parte dos casos, com os filhos.

Figura 49. Distribuição dos cuidados quotidianos dos filhos pelo cônjuge (%)



Fonte: IDG, 2011; 1.º filho: N=497; 2.º filho: N=299; 3.º filho: N=109; 4.º filho: N=36; 5.º filho: N=13; 6.º filho: N=7.

Assim, o facto de os participantes mencionarem que os filhos ficavam em casa com o cônjuge também não é independente do género, na medida em que, de acordo com os dados expressos na Figura 49, há significativamente, no conjunto dos filhos, mais de metade dos homens a fazer esta afirmação²³ relativamente aos cuidados prestados pela mulher aos filhos. Em suma, são os próprios homens a confirmarem que são as mulheres a ficarem com os filhos. Estes dados poder-nos-iam levar a pensar que estaríamos perante contextos denotativos de pais 'ausentes' na vida e educação dos filhos/as. Contudo, tal dimensão não foi desenvolvida na pesquisa qualitativa, não obstante alguns testemunhos de mulheres apontarem para essa situação.

22 Através da análise estatística dos dados verificamos, a respeito, os seguintes valores para cada um dos filhos: 1.º filho $\chi^2=109,36$, $gl=1,802$, $p < 0,001$; 2.º filho $\chi^2=79,36$, $gl=1,802$, $p < 0,001$; 3.º filho $\chi^2=34,09$, $gl=1,802$, $p < 0,001$; 4.º filho $\chi^2=15,98$, $gl=1,802$, $p < 0,001$; e 5.º filho $\chi^2=8,32$, $gl=1,802$, $p < 0,01$.

23 Uma análise semelhante mas relativa ao cônjuge dá-nos os resultados que se seguem: 1.º filho $\chi^2=112,00$, $gl=1,802$, $p < 0,001$; 2.º filho $\chi^2=63,05$, $gl=1,802$, $p < 0,001$; e 3.º filho $\chi^2=25,23$, $gl=1,802$, $p < 0,001$.

Já, porém, à pergunta com quem ficavam os filhos no caso de um outro familiar, as respostas apresentam uma distribuição próxima por familiares quer do homem/pai, quer da mulher/mãe, ainda que com percentagem ligeiramente maior de familiares da mulher; pode assim inferir-se o relevante papel das avós maternas nos cuidados dos netos. Por fim, uma outra modalidade para guardar os filhos é a creche ou infantário, o que acontece numa parte dos casos – 15,3% dos inquiridos/as afirmaram que o primeiro filho ficava a cargo da creche ou infantário durante o dia; 8% afirmaram-no relativamente ao segundo filho e 2% em relação ao terceiro; em percentagens residuais, no que concerne os seguintes. A par desta solução, uma outra utilizada era a ama, embora com pouca expressão: 5% dos casos para o primeiro filho, 3% para o segundo e 1% para o terceiro. Outras modalidades atípicas mas residuais (entre 0,1% e 0,2%) são referidas, tais como ficar com o pai ou com a mãe no local de trabalho ou então com a empregada (0,1% a 4%).

Em jeito de síntese, poder-se-á dizer que, por um lado, é reconhecida a necessidade e o ideal de partilha equitativa nas tarefas domésticas, incluindo os cuidados com os filhos; de facto, a parte de colaboração do homem é não só reconhecida como sobrevalorizada, como se verifica pela afirmação dos homens, e mesmo das mulheres, de que as tarefas na casa são “todas divididas”, (ainda que a participação masculina seja apenas parcial). Por outro lado, quando questionados/as sobre tarefas concretas e horas despendidas no trabalho doméstico, verifica-se uma discrepância entre representações e práticas, quer entre as mulheres, quer entre os homens. Por fim, convém não esquecer que os dados resultantes do inquérito e das entrevistas evidenciam que, nas experiências e práticas no quotidiano de homens e mulheres e respetivos contextos familiares, há elementos não só de conservação como de mudança e progresso, nomeadamente alguma diminuição nas assimetrias de género no espaço doméstico.

Do confronto entre as várias posições sobre as representações sociais e o contributo sintético de Bourdieu em torno da lógica da prática (1980, 1989), acrescido de algumas perspetivas psicológicas, podemos inferir que as convergências e as discrepâncias entre representações e práticas quotidianas entre homens e mulheres na esfera doméstica derivam dos lugares ocupados por cada um no contexto social e familiar e do grau de disposição sobre determinados recursos, não sendo despidendo o conjunto de recursos possuídos por cada um. E, mais especificamente, em relação à divisão de tarefas domésticas e cuidados com os filhos no âmbito da relação conjugal, é a condição de mulher e de mãe que acaba por implicar uma sobrecarga de trabalho ou mesmo “dupla

jornada”. Tal pressupõe, na esteira do movimento feminista chileno e outros, que não há “democracia sem a democracia na família”, indo assim ao encontro do princípio formulado por Fraser (1989) sobre a necessidade de efetuar também nesta esfera, não só uma política de redistribuição, como também uma “política de reconhecimento”, superando o que O’Donnell (1993) e Santos (1994) denominam de “cidadania de baixa intensidade”.

CAPÍTULO V

TRABALHO, PROFISSÕES E GÊNERO: ALGUMA MOBILIDADE EM CONTEXTO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

O trabalho é hoje um conceito central, ainda que contestado e questionado a partir de diversas concepções. Independentemente da diversidade de sentidos, trata-se de um conceito e de uma realidade incontornável na identidade profissional e de género, pelo que importa evidenciar as suas relações e interconexões, sobretudo em torno duma velha questão central sobre a reprodução e/ou mobilidade social.

1. O trabalho, reprodução e mobilidade social: concepções em confronto

Trabalho é um conceito e uma constante nuclear em todas as sociedades. Se o significado etimológico de trabalho (*tripaliare* = trabalhar = torturar) remetia para uma concepção expiatória e de castigo, foram diversos os significados que o trabalho teve ao longo da história e nos diferentes tipos de sociedades. No entanto, o seu significado dominante, tal como hoje o assumimos, vem da Idade Moderna e é conceptualizado nas sociedades contemporâneas. Sem menosprezar os contributos dos liberais e dos socialistas utópicos, foi de facto Marx (1974) quem, de modo inovador, veio conceber o trabalho como uma atividade produtora de valores de uso e, no quadro do modo de produção capitalista, também de valores de troca, de mercadorias. O trabalho não só compreende a transformação da natureza como comporta aspetos relacionais entre classes sociais.

Numa perspetiva estruturo-funcional (Parsons, 1988), o trabalho seria uma base para ordenar estatutos e papéis ou indicador de classificações profissionais. Porém, o trabalho não possui apenas dimensões estruturais e comporta

outros aspetos: base de sustento, recompensa, motivo de satisfação, utilidade social. É socialmente construído através de ações e significados subjetivamente atribuídos pelos atores sociais, quer dizer, não se limita à produção material de bens mas inclui todos os processos de produção de valores de uso e de troca, incluindo serviços.

De modo análogo, foram também Marx e Engels (1998) que, no quadro do esquema infraestrutura e superestrutura, abordaram a técnica como fator estruturante para a compreensão e a explicação das dinâmicas sociais, políticas e simbólicas no mundo social de ontem e de hoje. Posteriormente, autores neomarxistas, bem como (inter)acionalistas e transacionalistas (Weber, 1978; Simmel, 1977; Barth, 1966, entre outros) introduziram outras abordagens e dimensões sociais sobre o trabalho, assim como a progressiva instituição do campo heterogéneo dos estudos sociais e culturais das ciências e das técnicas, aprofundando a problematização da relação das técnicas com o económico, o político, o cultural e o religioso. Estes autores possibilitaram igualmente novos enfoques e investigações em temas, escalas de observação e problemáticas extremamente diversas, acabando por fazer destas questões um amplo campo de debate entre opções analíticas diferentes, opostas ou mesmo contraditórias. Se para os primeiros autores referidos, nomeadamente marxistas, a técnica constituía o fundamento da sociedade e do mundo político-simbólico, para os segundos de orientação (inter)acionalista ela só é compreensível a partir da ação social; para outros ainda como Parsons (1988), ela não pode mesmo prescindir das ideias, ou seja, do pensamento como fator estruturante da própria técnica.

Considerando como pilares da ciência a matéria, a vida e o conhecimento – os quais deram lugar a três revoluções científico-técnicas (a quântica pela descoberta do átomo, a biomolecular pela do gene e a informática pela do computador) –, é hoje uma evidência que, independentemente dos diversos olhares sobre o trabalho e sobre as técnicas, estas vieram revolucionar os modos de trabalho e de vida, reintegrar os processos manuais e mentais na automatização e diminuir a penosidade de certas tarefas na cadeia produtiva – sem que, contudo, se possa falar de uma redução geral da monotonia ou do carácter alienante do trabalho. Daqui resultam alterações profundas nos processos produtivos e nos usos da força de trabalho, com a destruição, criação e reconfiguração de tarefas, posições e identidades laborais. Estas transformações em certas velhas indústrias (v.g., mineira, construção naval, metalomecânica, agricultura e pescas) e a emergência de novos ramos no sector de serviços tiveram reflexos nos padrões de participação de homens e

mulheres no trabalho e na tradicional divisão dos papéis masculinos e femininos na casa, no trabalho extradoméstico e ainda nas diferenciadas ressignificações do trabalho.

Um dos tópicos centrais desta pesquisa centra-se na questão da igualdade de oportunidades que, no caso em questão, incide sobre a igualdade de oportunidades por gênero. Antes de mais, convém ressituar a problemática em dois níveis: um primeiro nível sobre o conceito de igualdade de oportunidades e suas raízes teóricas e ideológicas, o que não poderá ser levado a cabo sem implicar, em contraponto e num segundo nível, a desigualdade de oportunidades. A partir daqui levanta-se a pertinente questão: em que medida é possível equacionar a questão da igualdade de oportunidades por gênero desligada da questão da (des)igualdade de oportunidades *tout court*? Sem menosprezar a especificidade do problema em termos de gênero, como veremos, o problema da (des)igualdade de oportunidades convoca uma série de teorias que não é possível descartar e que se prendem com a temática das precondições ou pré-requisitos básicos acerca da igualdade de oportunidades, cuja ausência ou presença e grau da mesma remetem para a problematização dos processos de manutenção/reprodução das desigualdades ou para a sua superação/diminuição, ora pela transformação social de estrutura, ora pela mobilidade social. Mas de quem? – Eis a questão central. Procurando especificar: em que medida o atual sistema económico, social e político vigente reproduz as desigualdades pré-existentes ou permite a alteração dessas situações? E, se possibilita, qual o seu significado e alcance? Trata-se duma transformação substantiva que abre as avenidas da mobilidade social a todos os cidadãos e cidadãs no gozo dos seus direitos e liberdades fundamentais ou restringe-se a um número mais ou menos restrito de grupos e indivíduos?

A questão central subjacente à problemática da reprodução e/ou mobilidade sociais reside em saber como é que se distribuem os recursos e as recompensas por cidadãos de diversas classes, etnias e géneros, como é que os portadores destas condições se reproduzem intra e intergeracionalmente no seu próprio seio e/ou conhecem processos de mobilidade vertical, ora em sentido descendente, ora em sentido ascendente.

Sobre esta questão têm-se perfilado diversas respostas teóricas que importa, sob forma resumida, enunciar e expor. Assim, autores como Parsons (1988), Dahrendorf (1959) e Bell (1977), considerando as sociedades modernas (suficientemente) democráticas e abertas a ponto de, por via educacional e por mérito próprio, oferecerem igualdade de oportunidades e selecionarem os melhores, sustentam que a mobilidade social dos indivíduos é o traço dominante de

tais sociedades. Ou seja, contrariamente às sociedades tradicionais, em que o estatuto de um indivíduo é assente na base das relações de sangue, parentela ou compadrio, nas sociedades modernas a mobilidade é o facto recorrente, o que implica, em grande medida, a negação do princípio da reprodução social na base da classe ou de critérios adscritivos.

Nesta ótica, se, por um lado, as sociedades modernas conhecem um maior nivelamento social que as sociedades anteriores, por outro, tal não implica que se caminhe no sentido da igualdade social, o que é, segundo estes e outros autores, utópico e impossível. De resto, a posição teórica da inevitabilidade das desigualdades sociais, assumida como um dado inerente e universal a todas as sociedades, conhecendo justificações diversas ao longo do tempo, veio a ser trabalhada pela corrente estruturo-funcionalista, designadamente por Davis e Moore (1976) e, de modo mais sistémico, por Parsons (1988) e Merton (1970). Nesta perspetiva, as desigualdades sociais são justificadas a partir do pressuposto da existência de uma relação direta entre o mérito individual e as recompensas oferecidas pela sociedade, em contraste com os critérios adscritivos de nascimento, de parentela ou de compadrio, legitimadores das desigualdades da velha ordem tradicional. Mais, segundo Dahrendorf (1959, 1990), entre outros, os processos de mobilidade, assim como a reprodução das desigualdades posicionais, decorreriam das capacidades e das ações diferenciadas dos indivíduos em aproveitar (ou não) as oportunidades oferecidas. Tratar-se-ia de tomar em mãos as oportunidades proporcionadas pela sociedade aberta e democrática. Se, porém, subsistem desigualdades ou exclusões, tal se deve a que, no quadro da igualdade de oportunidades, as diferentes capacidades de resposta dos indivíduos resultam numa incontornável desigualdade de lugares posicionais. Ou seja, uma vez assegurados os princípios da liberdade e da criação de igualdade de oportunidades, as desigualdades sociais seriam decorrentes do princípio meritocrático, largamente propagado pelos teóricos e ideólogos da área liberal em termos políticos, entre os quais Dahrendorf (1959, 1990) e Bell (1977), mas também por autores de orientação social-democrata como Van Heek (1958).

Há nestes autores uma acentuação do papel dinâmico dos atores sociais, enquanto configuradores das próprias estruturas sociais. De resto, esta posição não é defendida nem exclusiva nem principalmente pelos (estruturo)funcionalistas – que assumem serem as normas e os valores do sistema social os princípios constituintes dos diversos estatutos e papéis. É-o também por correntes acionalistas – muito em particular, por neweberianos como Dahrendorf (1959, 1990) e Parkin (1979), que destacam as relações de poder como fator decisivo dos diversos lugares –, bem como pelas próprias correntes interacionista e

transacionalista, ainda que já afastada de premissas estruturo-funcionais e realçando mais os processos de interação, negociação e concertação entre os atores sociais (cf. Goffman, 1974; Barth, 1966).

Num polo oposto situam-se as teorias marxistas ou marxizantes (Althusser, 1972; Poulantzas, 1975; Bertaux, 1978) e, numa primeira fase, Bourdieu e Passeron (1975). Estes autores sustentam, uns de modo (quase) absoluto e categórico, outros apenas como regra tendencial, que as desigualdades sociais, sobretudo as condições de classe, reproduzem-se intra e intergeracionalmente. As eventuais mudanças horizontais de sector para sector não infirmariam esta tese, cujos defensores partem do pressuposto de que, não se alterando os pressupostos básicos das desigualdades sociais inerentes a determinados sistemas, as diversas instituições e mecanismos jurídicos, socioeconómicos e políticos (casa, propriedade, herança, migrações e sistema educacional e judicial, partidos) tenderão a reproduzir as referidas desigualdades sociais. Porém, nesta perspetiva, se, por um lado, se afirma o princípio da reprodução social intra e intergeracional, por outro, não se assume a desigualdade social como uma fatalidade da natureza humana, nem sequer como efeito do princípio meritocrático, mas antes como resultado de um determinado grau de acesso e posse de determinados recursos, designadamente dos meios de produção em diversos modos de produção e da correspondente dominação das classes exploradoras sobre as dominadas e exploradas ao longo da história. Segundo Poulantzas (1975), o aspeto fundamental da reprodução das relações sociais – de classes sociais – não é o dos “agentes”, mas o da reprodução das classes sociais. Acentua-se, nesta interpretação marxista, o largo predomínio da estrutura sobre a agência – os atores sociais.

O debate centrado entre a primeira e a segunda posições encontra-se algo enviesado e até viciado pela interferência de justificações de carácter predominante ou até cerradamente ideológico. Enquanto os teóricos da reprodução social defendem a tese de que as desigualdades sociais, nomeadamente de classe, constituindo uma consequência do funcionamento de modos de produção exploradores e opressivos, só poderão ser banidas através da socialização dos meios de produção e da instauração de uma sociedade socialista, os defensores clássicos da tese da mobilidade social intra e intergeracional partem do pressuposto de que cada indivíduo será remunerado na sua função de acordo com o seu talento e/ou mérito e, por isso, a atual sociedade moderna, sem eliminar as desigualdades sociais, permite a todos a igualdade de oportunidades e, portanto, a possibilidade legal e real de ascensão social. No fundo, também esta posição pretende, de modo subliminar e sub-reptício,

veicular a ideologia de que, se os indivíduos o quiserem e investirem nesse sentido, poderão, desde que acedam aos critérios vigentes e se conformem com os padrões dominantes, ascender socialmente. É por esta razão que os marxistas rejeitam a teoria da mobilidade social como regra, acusando os seus defensores de tal constituir uma forma de alienação político-ideológica favorável à burguesia, na medida em que cria expectativas irrealistas e irrealizáveis para a esmagadora maioria dos membros das classes assalariadas ou destituídas de recursos. Ora, mesmo que tal possa constituir parte integrante da ideologia burguesa, trata-se de deslindar o real do ideológico e aferir até que ponto se verifica ou não um determinado grau de mobilidade, sem cair noutro ponto de partida, também ele apriorístico e ideológico.

Outros autores, neomarxistas e/ou críticos do marxismo tradicional (Bourdieu, 1980; Bader e Benschop, 1988; Benschop, 1993); A. N. Almeida *et al.* (1997), bem como pós-marxistas e/ou neoweberianos (Giddens, 1981; Goldthorpe, 1987), aceitando *grosso modo* a tese da reprodução social, admitem contudo, sobretudo em sociedades modernas ou em transição para a modernidade, um maior ou menor grau de mobilidade social não só no sentido descendente – o que é aliás reafirmado pelos marxistas em relação a processos de proletarianização e, mais ou menos visível, pelo menos, a longo prazo, e a diversos contextos históricos –, mas também e sobretudo em sentido ascendente – o que é destacado e reassumido como fenómeno frequente por autores não marxistas tais como Berting (1956) e outros ora liberais ora neoinstitucionais, já acima referidos.

Aplicando esta tese à questão referida, tal implica que determinada estrutura social permite a reprodução e/ou o reforço social da maior parte dos membros de cada grupo social no seu seio, mas admite que, em determinadas circunstâncias proporcionadas pela mobilidade espacial e respetivas oportunidades de vida, a potenciação e o investimento de determinadas capacidades, habilidades e demais recursos possam ora influenciar ora infletir as trajetórias biográficas ao ponto de se tornar possível uma subida social. Do mesmo modo, a emergência de determinados ambientes adversos, a falta de oportunidades e a ocorrência de certos contratemplos (doença, epidemia, desemprego, perseguição política) podem desembocar numa descida social. Nesta perspectiva, trata-se de, sem perder de vista de vista os constrangimentos estruturais e a lógica da reprodução social, relevar as trajetórias sociais dos atores sociais – neste caso das mulheres, ora em situação de empreendedoras relativamente autónomas, ora, na maior parte dos casos, como assalariadas em posições relativamente desvantajosas, ressaltando todavia casos minoritários que,

numa orientação estratégica em base familiar, tenham criado condições para se moverem socialmente e/ou tenham contribuído para a transformação social.

À partida e considerando dados obtidos nesta e noutras pesquisas empíricas, inclinamo-nos para a terceira posição, na medida em que, explicitando uma perspetiva teórica crítica dos posicionamentos meritocráticos e sustentando o quadro teórico da tese da reprodução social aplicável à grande maioria das famílias e indivíduos, não podemos, com base nos dados obtidos, deixar de avaliar outros que, em maior ou menor medida, conheceram situações de melhoria social e, inclusive nalguns casos, de mobilidade ascendente, a par de outros de mobilidade descendente. Ou seja, na medida em que perfilhamos um olhar teórico cruzado, incorporando contributos neomarxistas e weberianos, situamo-nos numa posição de abertura teórica ao conjugar elementos que permitam justamente medir e avaliar quer as situações de reprodução, quer os tipos e graus de mobilidade social. Estes dependem e variam certamente de sociedade para sociedade e, eventualmente, de local para local e de período a período histórico.

São ainda poucos os estudos sobre reprodução e mobilidade social no panorama português, limitando-se a maior parte deles a ensaios ou estudos monográficos locais. A nível nacional, é de referir e relevar o estudo levado a cabo por Estanque e Mendes (1997). No quadro deste estudo sobre as desigualdades de género no trabalho e na vida familiar, foi também possível indagar, ainda que focalizado em determinado espaço e tempo histórico, sobre os processos de reprodução e mobilidade social, possibilitando inclusive extrair algumas invariantes ou constantes que permitam confirmar algumas hipóteses e infirmar outras a este respeito.

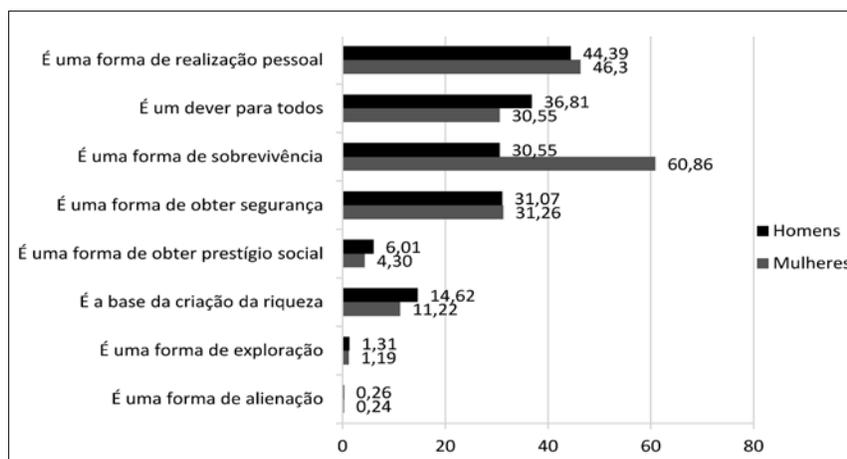
Com a revisitação do debate em torno da reprodução *versus* mobilidade social, poderia parecer algo despropositado começar por equacionar o problema não a partir das desigualdades de género, bem como da sua aferição face ao princípio da igualdade de oportunidades por género, mas justamente a partir da questão mais ampla, abrangente e profunda das desigualdades, dos seus vários tipos e, em especial, das de classe. Como veremos, a propósito da análise dos dados empíricos, este ponto de partida vai proporcionar-nos certamente uma via de compreensão, interpretação e explicação das situações de exploração, hierarquização e dominação que não passam apenas pela desigualdade de género, mas são com ela coexistentes ou até a elas se sobrepõem, em termos de perceção social e consciência por parte das mulheres, nomeadamente em contexto laboral.

Só articulando a problematização das (des)igualdades sociais em geral com a específica desigualdade de género se poderá enquadrar e compreender o maior ou menor relevo dado pelos homens e sobretudo pelas próprias mulheres às diversas formas de tratamento desigual por género. São justamente as desigualdades de classe que amiúde acabam por diluir, em certos contextos, as de género, não porque estas sejam menos importantes social e politicamente, mas porque ressaltam relativamente menos que as primeiras. Concretizando, os salários de homens e mulheres, como veremos, são tão baixos que é este o facto social mais marcante na perceção das mulheres. Mais, em concelhos sobretudo do Norte e Centro, tratando-se de um contexto de industrialização difusa e assente predominantemente em mão de obra intensiva, o salário é visto, sobretudo em mulheres provindas de unidades familiares de agricultura parcial, como uma componente do rendimento familiar (cf. Marques, Silva e Veiga, 2006). Tais situações são propiciadoras de um amortecimento da conflitualidade e reivindicação laborais e mesmo de consentimento com o estado de coisas, seja sob o prisma das relações de género, seja sob o das relações de exploração e dominação em termos de classe, tal como o desenhou e desenvolve Burawoy (1979) e, em Portugal, Silva (1998), em contexto rural minhoto sobre o campesinato, e Estanque (1999), em contexto fabril, nomeadamente entre os operários do calçado em São João da Madeira. Mas voltemos a confrontar estes posicionamentos teóricos com os dados empíricos recolhidos.

2. Trabalho e profissões

Embora em momento posterior nos debrucemos sobre as condições e representações em torno do trabalho, após a breve introdução teórica ao trabalho e seus significados, convirá numa primeira abordagem ter em conta a questão que se prende com o significado do trabalho por sexo dos inquiridos, cujas representações a este respeito vêm expressas na Figura 50.

Como se observa na Figura 50, as respostas que as pessoas inquiridas, independentemente do sexo, deram em relação ao significado do trabalho não se afastam muito quando diferenciadas por sexo, salvo um mais acentuado número de respostas de mulheres que vêem o trabalho como uma forma de sobrevivência por comparação com os homens (60,86% vs. 30,55%).

Figura 50. Significado do trabalho por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres)

Está longe das representações das pessoas inquiridas a ideia originária da abordagem clássica marxista do trabalho enquanto “forma de alienação” ou até mais corrente a de “forma de exploração”. Sem que estas concepções estejam ausentes, as respostas mais destacadas são as que vêem o trabalho como simples “forma de sobrevivência” (60,8% de mulheres vs. 30,5% de homens) e/ou como “forma de segurança” (31,2% de mulheres vs. 31,07% de homens),¹ contrastando com outras opiniões como seja a de ser uma “forma de realização pessoal” (44,3% de homens vs. 46,3% de mulheres), a que poderia agregar-se “uma forma de obter prestígio social” (6,01 de homens vs. 4,3% de mulheres) e, ainda, pela evidência, como “base de criação de riqueza” (14,6 de homens vs. 11,2% de mulheres). Alguns dos entrevistados foram bem claros a respeito da importância do trabalho:

“O trabalho para mim é apenas a sobrevivência; ou, para outros, como base para conseguir comprar uma casa.” (E2, homem, 43 anos, divorciado, operário da construção civil)

¹ Relativamente aos significados do trabalho, nomeadamente da centralidade do trabalho na vida das pessoas em termos de sobrevivência, identidade, segurança e decência, cf. Kovacs (2012), Sainsaulieu (1977) e, em Portugal, entre outros, M. Carvalho da Silva (2007), A. C. Ferreira (2001) e Marques (2000).

Outros confirmam a importância básica do trabalho em termos identitários:

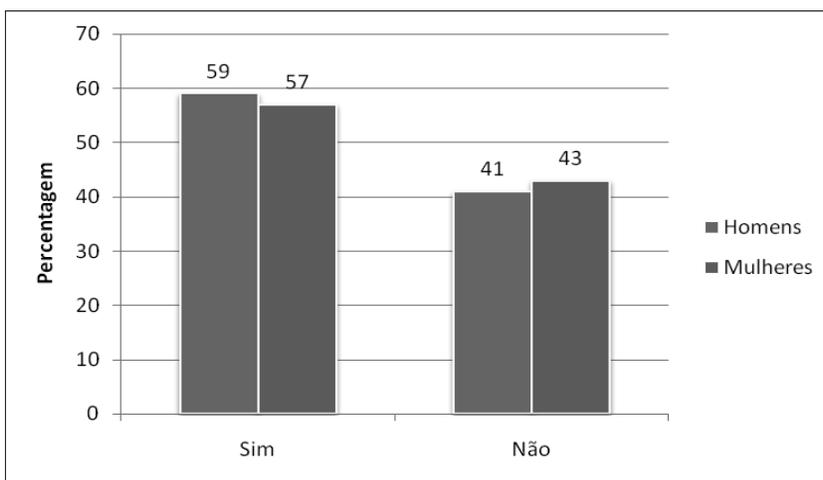
“Para a nossa identidade o trabalho é o mais importante, pois ele dá-me acesso a todos os bens materiais; sem ele não somos nada.” (E11, mulher, 37 anos, divorciada, bancária)

Ou ainda de realização pessoal e base de sustento:

“Primeiro é uma realização pessoal; se a gente estiver a trabalhar sente-se mais realizada e, para além disso, o dinheiro, porque sem dinheiro a gente não consegue nada (E17, mulher, conservadora-restauradora de arte sacra).

Considerando o *ratio* entre ativos e inativos, ou seja, entre os que exercem atividade profissional e os não ativos em termos profissionais, constata-se uma relação de 58% para os primeiros e 42% para os segundos. Porém, convirá mostrar como se distribui esta relação por sexo.

Figura 51. Exercício de atividade profissional, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres)

Na Figura 51 a distribuição da amostra, considerando o universo a nível de Portugal continental, teve em conta uma taxa maior de ativos (58%) do que não ativos (42%). Nesta distribuição por sexo, é de referir que, enquanto

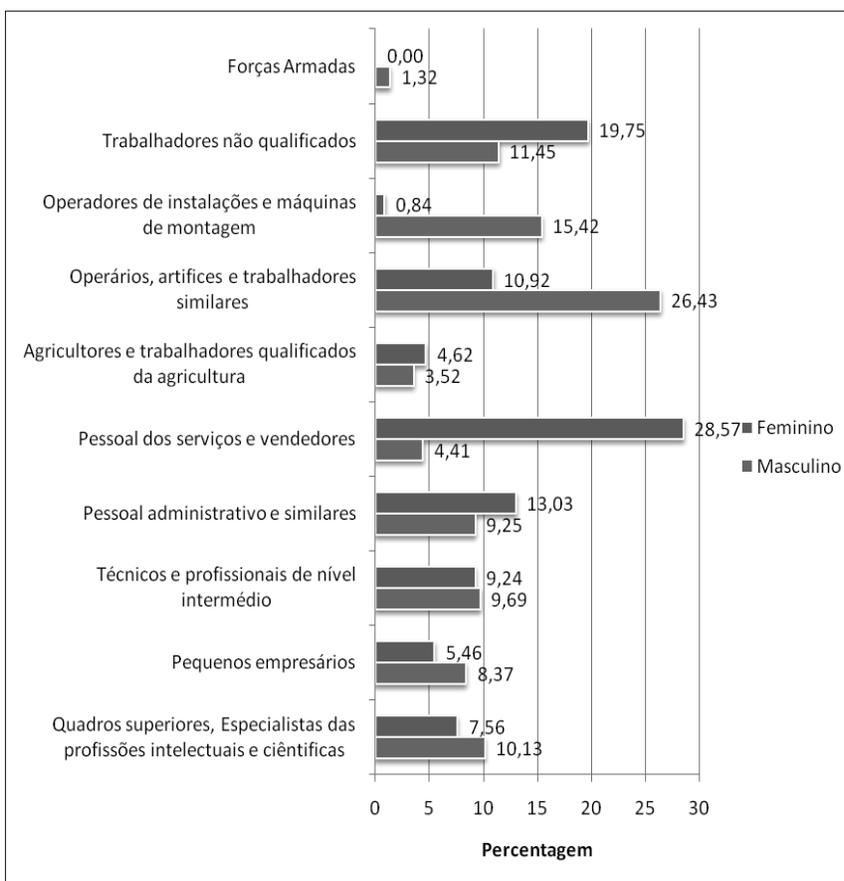
entre os ativos há uma percentagem ligeiramente maior de homens, entre os formalmente não ativos ocorre justamente o inverso².

Em todo o caso, o critério de ativo como sinónimo de trabalhador e não ativo como de não trabalhador é inadequado, uma vez que uma parte considerável de cidadãos dados como não ativos, tais como idosos e trabalhadoras/es na esfera doméstica, trabalham e contribuem direta ou indiretamente para a produção de bens e serviços e inclusive para a realização da mais-valia.

Uma variável nuclear na explicação dos comportamentos sociais são os grupos profissionais, cuja distribuição, segundo o inquérito, atesta que 26,45% dos inquiridos são trabalhadores assalariados (operários, operadores), os quais, agregados quer ao pessoal dos serviços e vendedores, quer aos trabalhadores não qualificados (32,47%), perfazem 58,92%. Se incluirmos os trabalhadores assalariados da administração e similares, chegamos a uma percentagem de 70,1%. Os restantes distribuem-se por técnicos profissionais de nível intermédio, quadros superiores e especialistas intelectuais e de profissões científicas (18,28%); por fim, pequenos empresários, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura (4,9%).

Se destrinçarmos a análise das profissões por género, importa saber até que ponto é significativa a variável género na configuração dos tipos de profissões predominantes entre homens e mulheres, o que nos é dado pelos resultados expressos na Figura 52.

² O conceito de não ativo, ainda que inadequado, é preferível ao conceito estatístico de inativo, que não traduz a realidade social de pessoas não inseridas no mercado de trabalho mas que nem por isso deixam de estar ativas social e mesmo economicamente.

Figura 52. Grupos profissionais por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

Tal como podemos constatar na Figura 52, há profissões mais “masculinas” e outras mais “femininas”, mostrando, do ponto de vista estatístico, uma correlação significativa entre o tipo de profissão e o sexo³. Assim, salvo os casos de técnicos e profissionais de nível intermédio e de agricultores e trabalhadores qualificados, com taxas idênticas ou aproximadas, verificam-se profissões mais alocadas ou mesmo esmagadoramente exercidas por mulheres (trabalhadoras não qualificadas, vendedoras, pessoal administrativo, dos serviços e cuidados), o que em parte vai ao encontro do que Casaca (2012)

³ Tal como se constata pelo teste de Qui-quadrado ($\chi^2 = 98,97$, $gl = 9,465$, $p < 0,001$).

denominou trabalho emocional e trabalho estético. Em contrapartida, são atividades e funções mais ‘masculinas’ as dos pequenos empresários, quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas, e acentuadamente ‘masculinas’ as profissões de operários e operadores de instalações.

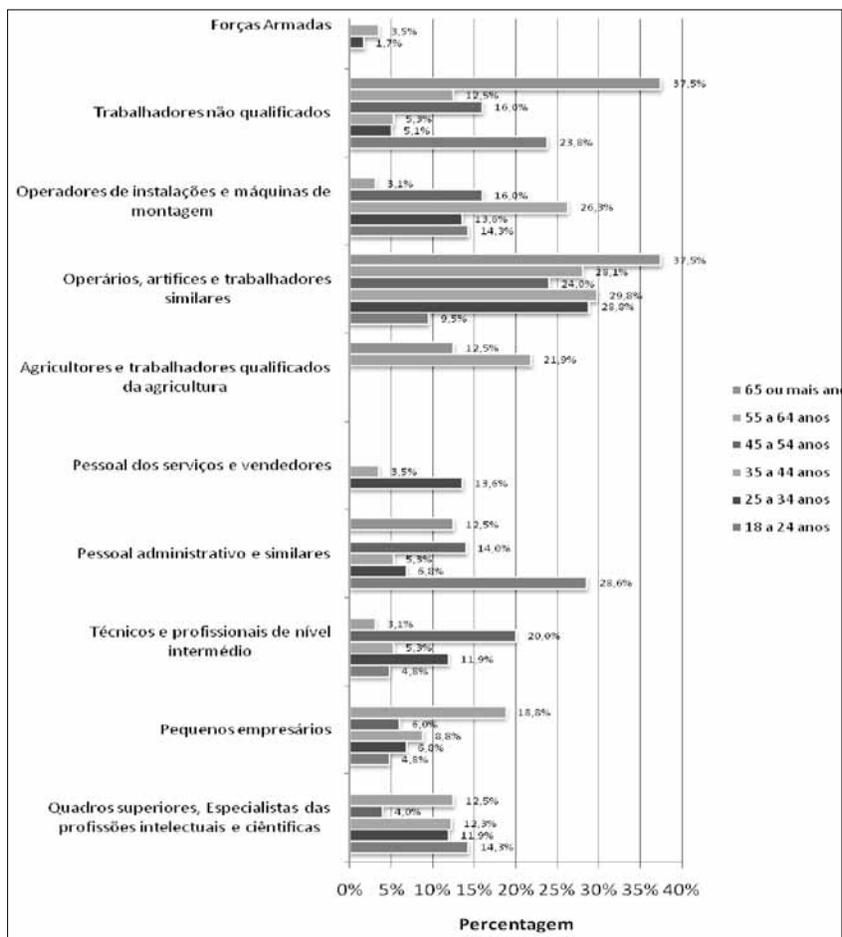
Pretendendo saber como se distribuem as diversas profissões por escalões etários, o Quadro 8 apresenta-nos essa distribuição:

Quadro 8. Profissões por escalões etários (%)

Profissão	Escalões etários						Total
	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 ou mais anos	
Quadros superiores, especialistas das profissões intelectuais e científicas	-	10,9%	7,8%	8,5%	7,4%	-	7,6%
Pequenos empresários	-	6,3%	6,3%	6,4%	7,4%	-	5,5%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	4,0%	10,9%	12,5%	10,6%	3,7%	-	9,2%
Pessoal administrativo e similares	24,0%	20,3%	4,7%	14,9%	3,7%	9,1%	13,0%
Pessoal dos serviços e vendedores	44,0%	35,9%	32,8%	25,5%		9,1%	28,6%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	-	-	-	2,1%	29,6%	18,2%	4,6%
Operários, artífices e trabalhadores similares	20,0%	6,3%	12,5%	6,4%	14,8%	18,2%	10,9%
Operadores de instalações e máquinas de montagem	-	1,6%	-	-	3,7%	-	0,8%
Trabalhadores não qualificados	8,0%	7,8%	23,4%	25,6%	29,7%	45,4%	19,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

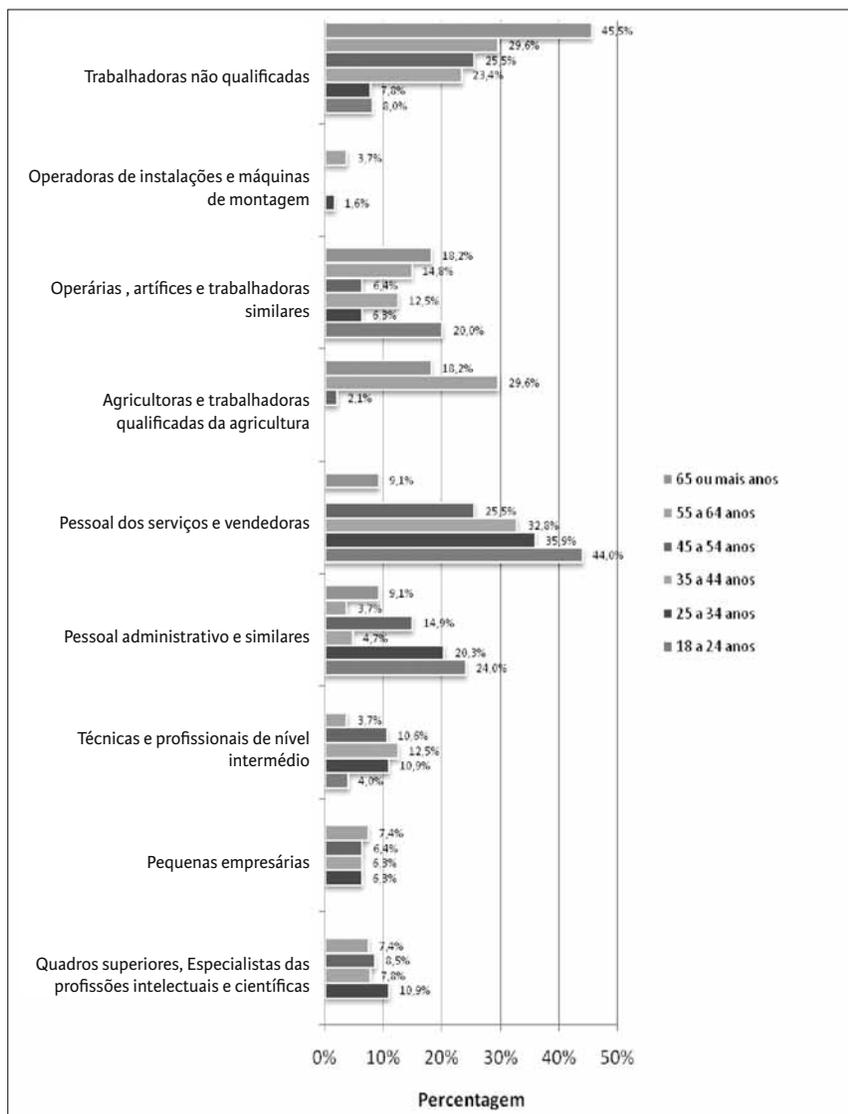
No Quadro 8 verifica-se que, nos escalões etários mais idosos (>54 anos), sobressaem trabalhadores não qualificados, agricultores, operários e artífices. Em contraponto, nos escalões etários intermédios (entre 35 e 54 anos) e mais novos (< 34 anos) registam-se, além de profissionais intermédios, pessoal administrativo, de serviços e vendedores; outros grupos, porém, como os pequenos empresários, conhecem uma maior dispersão. Diferenciando este exercício de cruzamento por sexo, obtemos os resultados expostos na Figura 53.

Figura 53. Profissões por escalões etários: homens (%)

Fonte: IDG, 2001; N=227.

Na Figura 53 constata-se que nos escalões etários mais idosos sobressaem profissões não qualificadas (66%), assim como operários, artífices e afins (90%) e agricultores (34,4%). Em contraponto, nos escalões etários intermédios e mais novos, registam-se mais profissionais intermédios, designadamente técnicos e quadros superiores (41%); outros grupos, como os pequenos empresários, conhecem uma maior dispersão. Fazendo o mesmo exercício relativamente às mulheres, podemos ver os resultados na Figura 54.

Figura 54. Profissões por escalões etários: mulheres (%)



Fonte: IDG, 2011; N=238

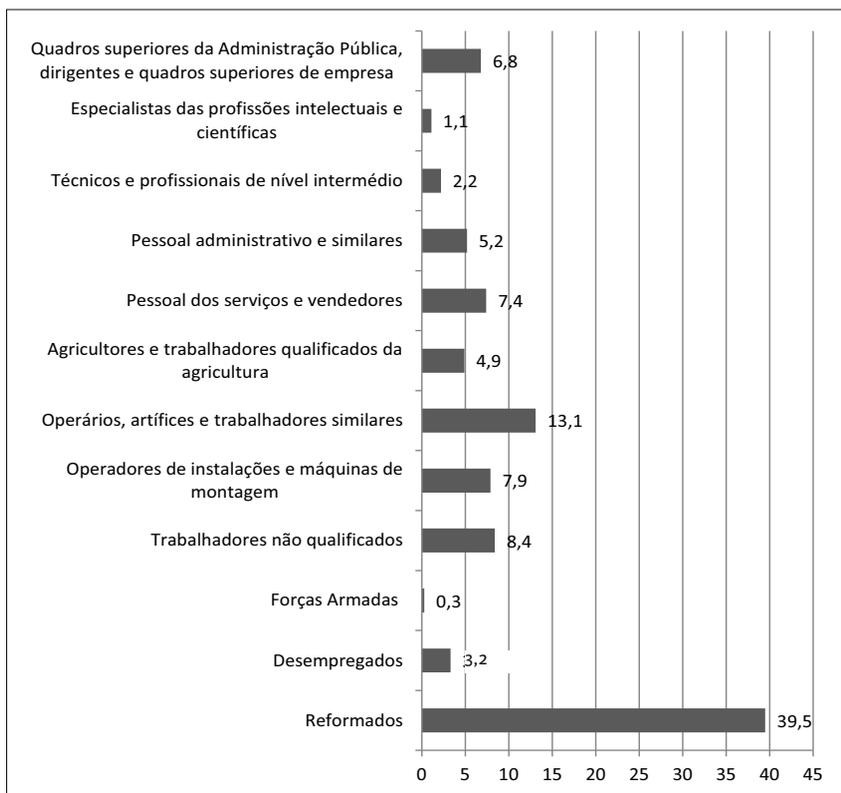
Na Figura 54 constata-se um padrão semelhante ao dos homens. Nos escalões etários mais idosos sobressaem profissões não qualificadas (75,1%) e

agricultoras (47,8%); contudo, o grupo das operárias tem uma expressão menos significativa (33%) e o grupo do pessoal administrativo está mais presente. Em contraponto, nos escalões etários intermédios e mais novos, registam-se mais profissionais intermédios, particularmente técnicos e quadros superiores (46,2%), conhecendo outros grupos, como o das pequenas empresárias, uma maior dispersão.

3. Das profissões passadas dos pais às profissões atuais dos inquiridos/as e dos filhos

Antes de fornecer um panorama das profissões passadas dos pais até às profissões atuais dos inquiridos/as, impõe-se, para além do necessário enquadramento conceptual e teórico exposto em torno dos conceitos de reprodução e mobilidade social, fornecer uma breve contextualização histórica da formação social portuguesa das últimas décadas. Com efeito, Portugal conheceu desde os anos 60 e 70 do século XX uma notável transformação na passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade que, embora com traços de modernidade, se tornou debilmente industrial e basicamente de comércio e serviços. Onde, quando encarada esta transição à luz do problema da reprodução ou mobilidade social, pode haver a tentação de inferir mobilidade social ascendente quando se tratará de mobilidade social horizontal, atendendo ao enquadramento de dois tipos de sociedade: uma, de carácter mais agrário, que envolveu a grande parte dos pais dos inquiridos ou mesmo parte dos próprios inquiridos/as e uma outra já mais urbano-industrial e sobretudo de comércio e serviços a partir dos anos 70-80 do século XX em que se inserem as gerações mais jovens de inquiridos/as. No xadrez da hierarquia social, por exemplo, um operário não qualificado na indústria, mesmo quando tenha conhecido melhoria social, retém relativamente a mesma posição na estrutura que um assalariado no contexto rural e, por isso, apenas terá conhecido uma mobilidade social horizontal. Mas voltemos à caracterização profissional dos inquiridos/as e suas famílias.

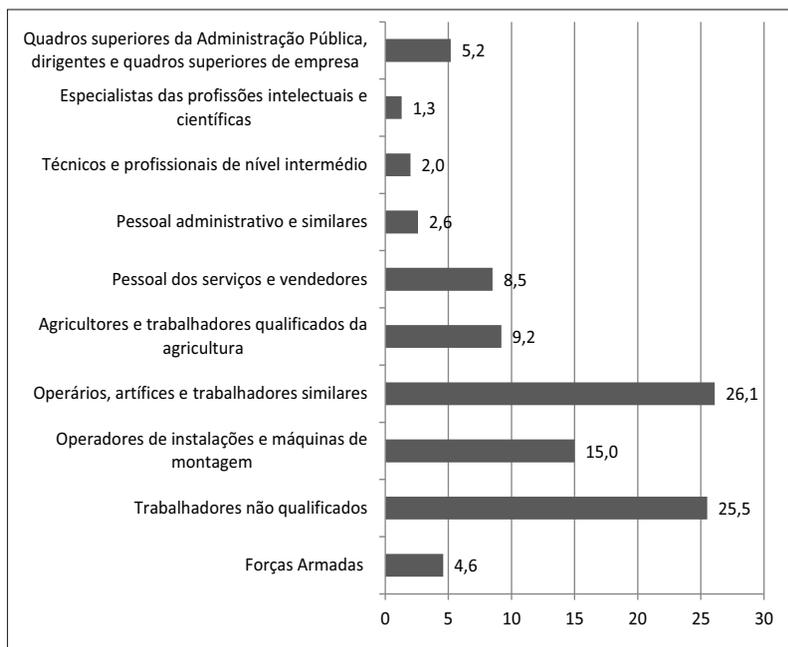
Relativamente à profissão dos pais homens dos inquiridos, os casos da amostra distribuem-se pelas profissões mencionadas na Figura 55.

Figura 55. Profissões atuais dos pais-homens (%)

Fonte: IDG, 2011; N=367.

Da Figura 55 se pode ler que uma parte considerável de pais dos inquiridos é constituída por reformados (39,5%), seguindo-se os operários e similares (13,1%), os trabalhadores não qualificados (8,4%), os operadores de instalações e máquinas (7,9%), o pessoal de serviços (7,4%), os quadros superiores da administração pública (6,8%) e o pessoal administrativo e de serviços (5,2%), sendo os demais residuais.

Por fim, relativamente às profissões passadas dos pais homens dos inquiridos, obtivemos os resultados expressos na Figura 56.

Figura 56. Profissões passadas dos pais-homens dos inquiridos (%)

Fonte: IDG, 2011; N=153.

Atendendo aos resultados obtidos relativamente à profissão passada e à profissão atual do pai, verificamos, em termos globais, uma recomposição dos lugares profissionais ocupados no passado face ao presente. Assim, para além da passagem de 39,5% dos pais para a condição de reformados, verifica-se uma diminuição de operários e similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores não qualificados, passando estes valores de 66,6% para 29,4%. Quanto ao pessoal administrativo e dos serviços, há uma percentagem no passado ligeiramente superior à do presente mas insignificante (12,6% vs. 11,1%).

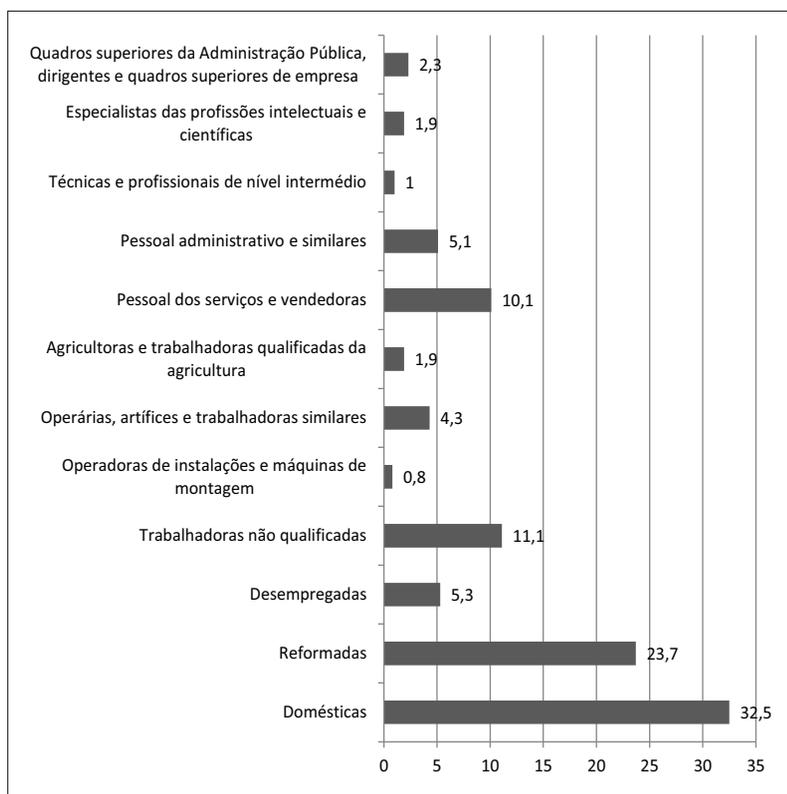
Já no que respeita às profissões mais qualificadas, desde os técnicos de nível intermédio aos quadros superiores da administração pública, passando pelos especialistas das profissões intelectuais e científicas, há atualmente uma presença ligeiramente maior que no passado (10,1% vs. 8,5%), o que indicia um maior nível de qualificação nas referidas profissões. Ou seja, entre as profissões mais representativas no passado encontram-se os operários e afins, seguindo-se o pessoal de serviços, vendedores e afins, e trabalhadores não

qualificados. A tendência na actualidade tem sido o crescimento de reformados, a par do decréscimo relativo de operários em indústrias tradicionais e um aumento ligeiro de trabalhadores (semi)qualificados, em situações sucessivas de precariedade, tal como desabafa uma das mulheres entrevistadas:

“Sempre trabalhei, embora tivesse trabalhos precários, a maior parte deles sem fazer descontos para a Segurança Social. Tive várias, não digo profissões, mas exerci várias tarefas desde auxiliar de limpeza, empregada doméstica, contínua, empregada de escritório e, por fim, técnica superior” (E19, mulher, técnica superior).

Procurando obter o mapa de distribuição das profissões atuais das mães dos inquiridos, os resultados expressos na Figura 57 dão conta dessa distribuição.

Figura 57. Profissões atuais das mães (%)

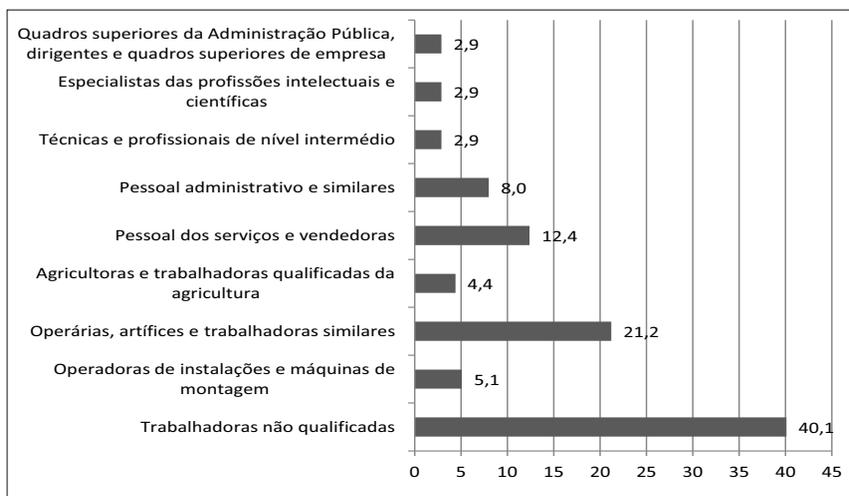


Fonte: IDG, 2011; N=486.

Tal como se pode verificar, uma parte considerável das mães é referida pelos inquiridos/as como domésticas ou reformadas (56,2%), sendo de mencionar ainda 5,3% de desempregadas. Das restantes, refiram-se as trabalhadoras não qualificadas, as operárias e as que integram o pessoal dos serviços e vendedoras, somando no total 25,5%. Num segundo patamar, podemos juntar as mulheres operadoras e outras semiqualificadas dos sectores técnico e administrativo (6,9%), além do da agricultura (1,9%). Por fim, num nível mais qualificado, 4,2% são especialistas de profissões intelectuais e quadros superiores da administração pública.

A fim de poder comparar as profissões atuais das mães dos inquiridos com a profissão passada ou anterior das mesmas, procuramos saber a distribuição das profissões passadas da mãe, o que nos é dado de modo geral na Figura 58.

Figura 58. Profissões passadas das mães dos inquiridos (%)

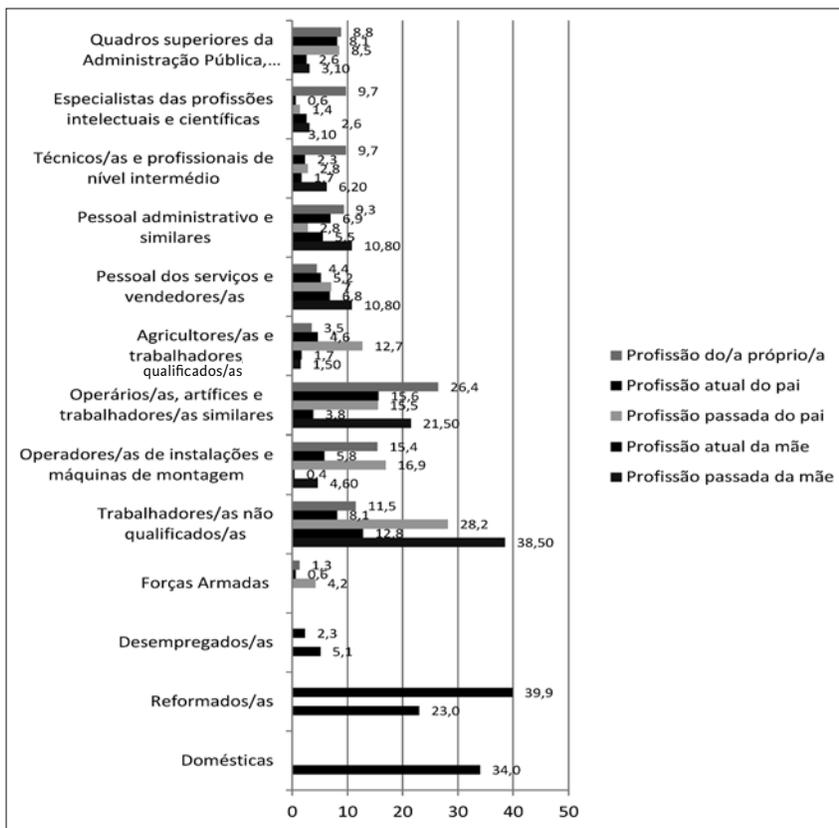


Fonte: IDG, 2011; N=137.

Dos dados expostos na Figura 58 se infere que a grande parte das mães dos inquiridos era composta por trabalhadoras não qualificadas (40,1%), seguidas de operárias e similares (21,2%), trabalhadoras de serviços e vendedoras (12,4%). O total, perfazendo 73,7%, evidencia uma elevada taxa de trabalhadoras não qualificadas, de resto em consonância com o baixo grau de qualificações.

Estes dados tornar-se-ão mais relevantes se introduzirmos uma perspetiva comparativa das profissões atuais dos inquiridos em relação aos pais dos mesmos.

Figura 59. Profissão atual dos homens face à profissão atual e passada dos pais (%)



Fonte: IDG, 2011; N=153.

Comparando as profissões atuais dos inquiridos homens em relação às profissões passadas dos respetivos pais e mães, o que ressalta em primeiro lugar são, salvo os casos das mães domésticas e pais e mães reformados nessas gerações, algumas variações geracionais com maior presença de profissões menos qualificadas entre os pais e uma maior expressão de profissões mais qualificadas entre os filhos-homens inquiridos. Por outras palavras, há uma melhoria geracional em termos de tipos de profissões: entre as novas e as atuais gerações, as profissões vão sendo progressivamente mais qualificadas do que as profissões passadas ou mesmo atuais dos seus pais, não obstante o carácter mais precário dessas profissões actuais em relação às do passado.

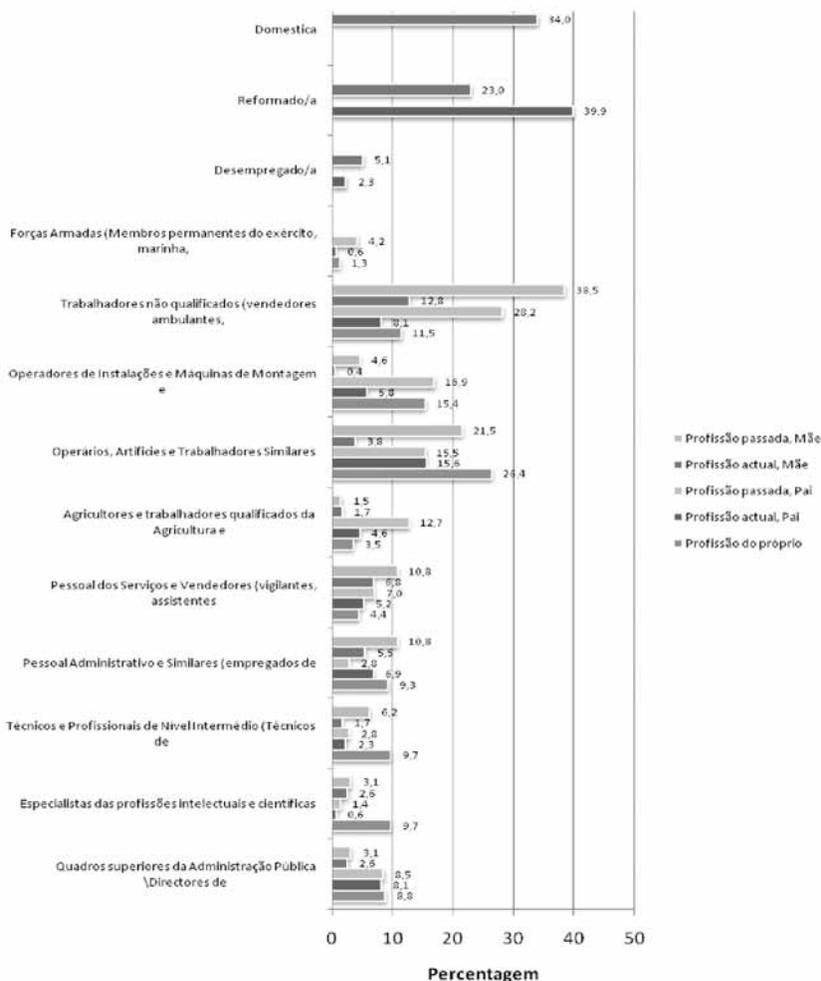
As situações de desemprego ou mesmo precariedade no trabalho afetam não só homens como mulheres, quer em termos económicos quer em perda de auto-estima: “*Sinto-me deprimida... E fica-se muitos meses, às vezes sem entrar salários e, pronto, a gente vai abaixo*” (E17, mulher, conservadora-restauradora de arte sacra); ou uma outra: “*Frustrada, muito frustrada. É muito complicado porque estou com graves dificuldades financeiras... Sinto-me frustrada, uma pessoa parada, eu nunca estou parada, tento sempre fazer alguma coisa, mas chegar ao fim do mês e não ter uma recompensa é frustrante*” (E23, mulher, empregada secretária, cortesã).

No entanto, em segundo lugar, importa ter presente um processo mais marcante que é o da reprodução social entre as profissões passadas dos pais e as atuais dos pais e dos filhos; ou seja, no conjunto dos inquiridos, a grande maioria destes situa-se, com algumas variações nas percentagens, em profissões próximas ou similares às dos seus pais, mais concretamente entre as profissões atuais dos inquiridos-homens e as passadas e atuais dos seus pais-homens: 11,5% vs. 8,1% na atual e 28,2% na passada do pai entre trabalhadores não qualificados; 15,4% vs. 5,8% na atual e 16,8% na passada entre operadores de instalações e máquinas; 26,4% vs. 15,6% na atual e 15,5% na passada entre operários, artífices e similares; 3,5% vs. 4,6% na atual e 12,7% na passada entre agricultores e similares (o que é denotativo do abandono da profissão de agricultor pelas gerações mais novas); 4,4% vs. 5,2% na atual e 6,8% na passada entre o pessoal de serviços e vendedores.

Também nas profissões mais qualificadas se verifica uma proximidade de posições, mas desta vez com uma expressão ligeiramente superior entre os filhos homens: 9,3% vs. 6,9% na atual e 2,8% na passada entre os funcionários administrativos e similares; 9,7% vs. 2,3% na atual e 2,8% na passada entre os técnicos e profissões de nível intermédio; 9,7% vs. 0,6% na atual e 1,4% na passada entre os especialistas de profissões qualificadas; e 8,8% vs. 8,1% na atual e 8,5% na passada nos quadros superiores da administração pública e diretores. Neste último caso, há uma clara situação de reprodução no topo, cujos lugares e estratégias foram analisadas por Carapinheiro e Rodrigues (1998).

Fazendo o mesmo cruzamento por parte das mulheres inquiridas em relação aos seus pais e, em particular, em relação às mães, obtemos os resultados expressos na Figura 60.

Figura 60. Profissão atual das mulheres face à profissão atual e passada dos pais (%)



Fonte: IDG, 2011; N =153

Comparando as profissões atuais das inquiridas em relação às profissões passadas dos respetivos pais, designadamente das mães, o que releva também em primeiro lugar são, salvo os casos das mães domésticas e pais e mães reformados dessas gerações, algumas variações geracionais, com maior

presença de profissões menos qualificadas entre os pais e uma maior expressão de profissões mais qualificadas entre as mulheres inquiridas. Sem entrar em linha de conta com o grau de estabilidade profissional, verifica-se uma relativa melhoria geracional em termos de tipos de profissões: entre as novas e as atuais gerações, as profissões vão sendo progressivamente mais qualificadas do que as profissões passadas ou mesmo atuais dos seus pais.

Em suma, seja em relação aos homens-filhos inquiridos, seja sobretudo em relação às mulheres-filhas inquiridas, os dados são indicativos de que a assunção do trabalho assalariado por parte das mulheres constitui um relativo avanço emancipatório, ainda que ligeiro, em relação ao modelo tradicional de homem-provedor *versus* mulher-cuidadora doméstica⁴. No entanto, importa também destacar, um processo mais marcante que é o da reprodução social entre as profissões passadas dos pais e as atuais dos pais e das filhas; ou seja, no conjunto das inquiridas a grande maioria situa-se, com algumas variações nas percentagens, em profissões próximas ou similares às das suas mães, mais concretamente entre as profissões atuais das mulheres inquiridas e as atuais e passadas das mães: 11,5% vs. 12,8% na atual e 38,5% na passada da mãe entre trabalhadoras não qualificadas; 15,4% vs. 16,9% na atual e 4,6% na passada entre operadoras de instalações e máquinas; 26,4% vs. 3,8% na atual e 21,5% na passada entre operárias, artífices e similares; 3,5% vs. 1,7% na atual e 1,5% na passada entre agricultoras e similares; 4,4% vs. 6,8% na atual e 10,8% na passada entre o pessoal de serviços e vendedoras.

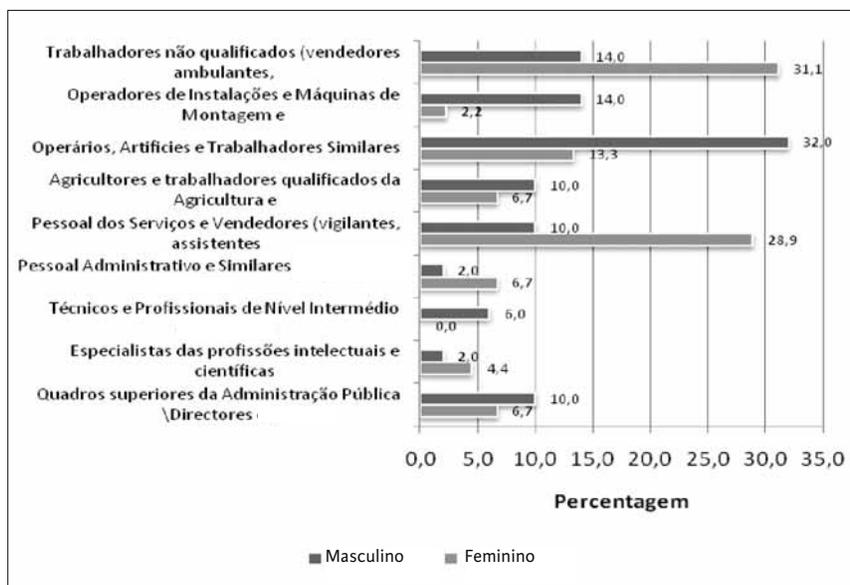
Também nas profissões mais qualificadas se verifica uma proximidade de posições, mas desta vez com uma expressão ligeiramente superior entre

4 Verificam-se ligeiras mudanças no padrão de emprego, uma crescente feminização em certos sectores, sobretudo de serviços, e uma maior participação da força de trabalho feminina que têm efeitos noutros espaços, nomeadamente o doméstico. Se é certo que persistem segregações laborais e desigualdades de género, como vários autores têm evidenciado, será igualmente pertinente e adequado ter presente que se verificam alguns pequenos avanços neste campo, para o que terá fortemente contribuído o estímulo das mães para a qualificação das suas filhas. A este respeito e a nível mais geral, Hakim (1995), embora numa perspetiva positivista, chama a atenção para a necessidade de realizar estudos concretos e de se distanciar de algumas teses, tais como a homogeneização e/ou degradação sistemática dos tipos de trabalho feminino, a segregação laboral feminina, a assunção de a mulher ser sempre vítima no trabalho. Sendo de evitar generalizações não fundamentadas, vem-se tornando evidente e comprovada, como refere Harvey (1989), uma nova fase do capitalismo em que homens e mulheres estão cada vez mais sujeitos à flexibilização e precariedade nos seus locais de trabalho. Acresce, porém, que as mulheres têm sido mais atingidas não só por decorrência da penetração do capitalismo nas sociedades periféricas, como por indução dos programas políticos androcêntricos a nível das reformas agrárias (em que os titulares das terras acabam por ser apenas os homens-maridos) ou, tal como referem Boserup (1970) e Shiva (1995), paradoxalmente em determinados programas tais como *Mulheres no Desenvolvimento* (MED), que não tinham em conta os contextos locais de desigualdade de género.

as filhas: 9,3% vs. 5,5% na atual e 10,8% na passada das mães funcionárias administrativas e similares; 9,7% vs. 1,7% na atual e 6,2% na passada entre as técnicas e profissões de nível intermédio; 9,7% vs. 2,6% na atual e 3,1% na passada entre as especialistas de profissões qualificadas; e 8,8% vs. 2,6% na atual e 3,1% na passada entre os quadros superiores da administração pública e diretoras. Neste último caso, verifica-se uma melhoria relativa das mulheres inquiridas em relação às suas mães.

Comparando as profissões passadas e presentes, já não do próprio inquirido mas do cônjuge ou ex-cônjuge por sexo do inquirido, obtemos os resultados expostos na Figura 61.

Figura 61. Profissão passada do (ex)cônjuge, por sexo do inquirido (%)



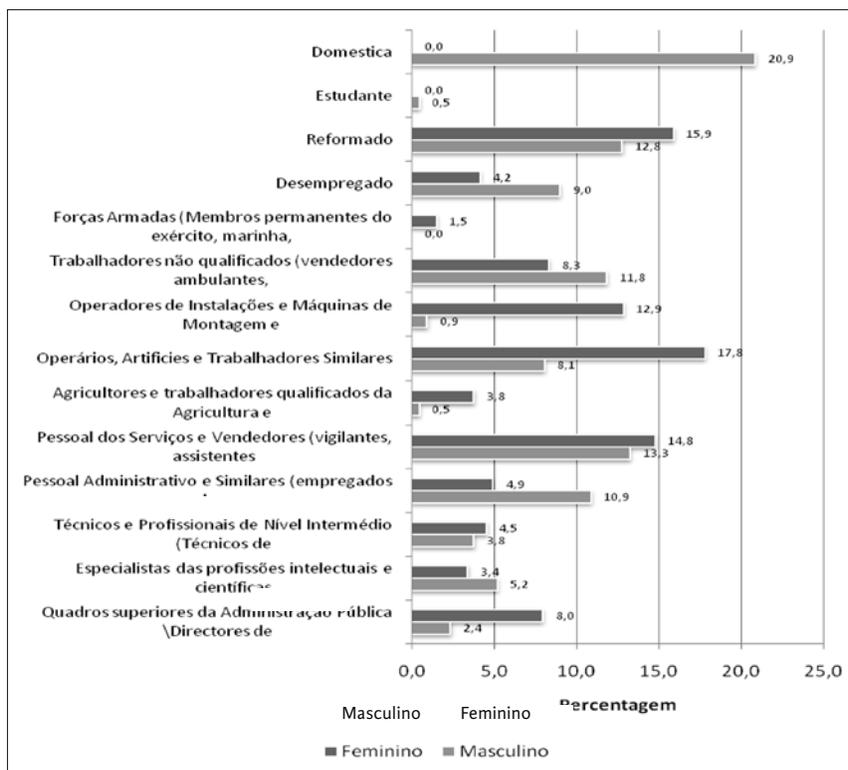
Fonte: IDG, 2011; N= 95.

Tal como se constata, a profissão passada do cônjuge ou ex-cônjuge está fortemente genderizada, não sendo indiferente ou independente da pertença de género dos inquiridos. Observa-se que havia no passado mais maridos “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura”, “operários, artífices e trabalhadores similares” e “operadores de instalações e máquinas de

montagem”. Por outro lado, no passado havia mais esposas a pertencer ao “pessoal dos serviços e vendedores” e aos “trabalhadores não qualificados”⁵.

Incidindo e diferenciando agora as profissões dos cônjuges ou ex-cônjuges por sexo do inquirido, obtêm-se os resultados expressos na Figura 62.

Figura 62. Profissão atual do (ex)cônjuge, por sexo do inquirido (%)



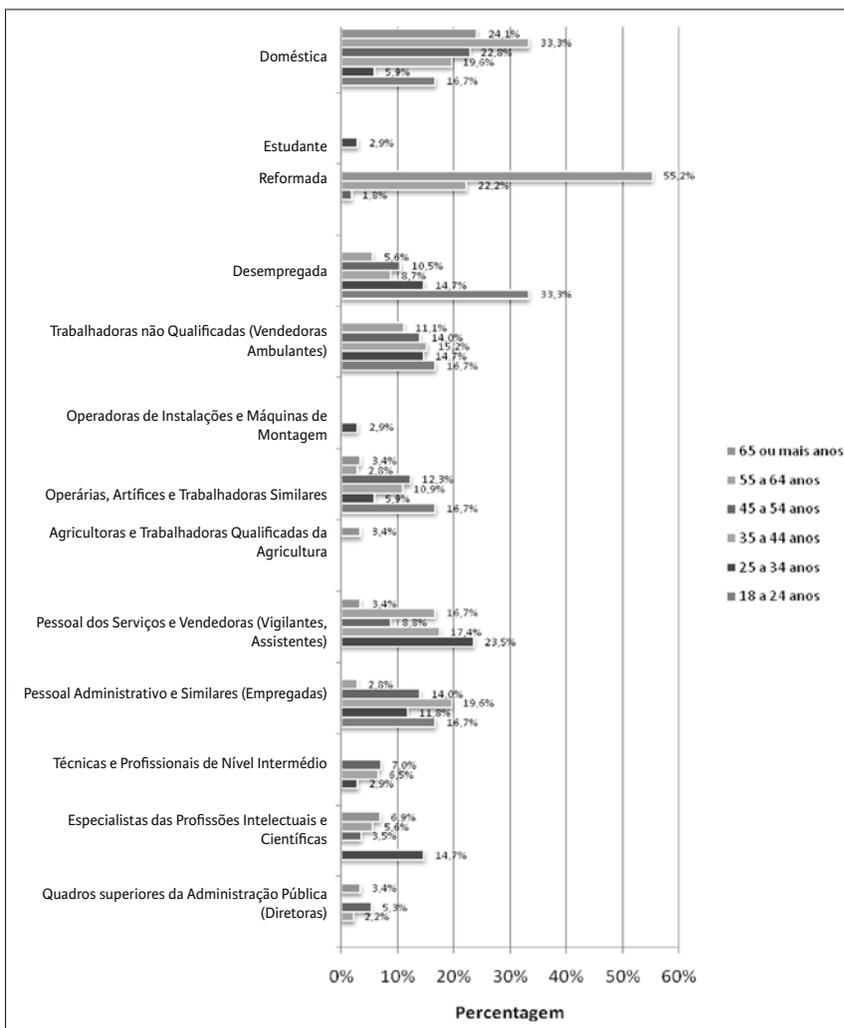
Fonte: IDG, 2011; N=475.

⁵ Como aparentemente se pode verificar no teste Qui-quadrado ($\chi^2 = 20,06$, $gl = 8,95$, $p < 0,01$). Doze células (66,7%) apresentam todavia frequência esperada inferior a 5, o que não permite uma aplicação rigorosa do teste. A simulação de Monte Carlo confirma os resultados obtidos ($p < 0,01$).

A profissão atual do cônjuge ou ex-cônjuge está também ainda gendrerizada, não sendo indiferente ou independente da pertença de género dos inquiridos. Observa-se que há mais maridos “quadros superiores”, “operários, artífices e trabalhadores similares” e “operadores de instalações e máquinas de montagem”, “pessoal de serviços e vendedores” e, ainda que com forte queda, “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura”. Por outro lado, há mais esposas “domésticas”, “desempregadas” e a pertencer ao “pessoal administrativo”⁶.

Cruzando agora os escalões etários do cônjuge por profissão atual e sexo, no que concerne as mulheres, obtemos os resultados expressos na Figura 63.

6 Como aparentemente se comprova no teste Qui-quadrado ($\chi^2=115,41$, $gl = 13,475$, $p < 0,001$). Contudo, existem células com frequência esperada inferior a 1, o que não permite que o teste do χ^2 seja aplicado com rigor. Neste sentido foi realizado o mesmo teste por simulação de Monte Carlo. Esta técnica confirma os resultados obtidos ($p < 0,001$).

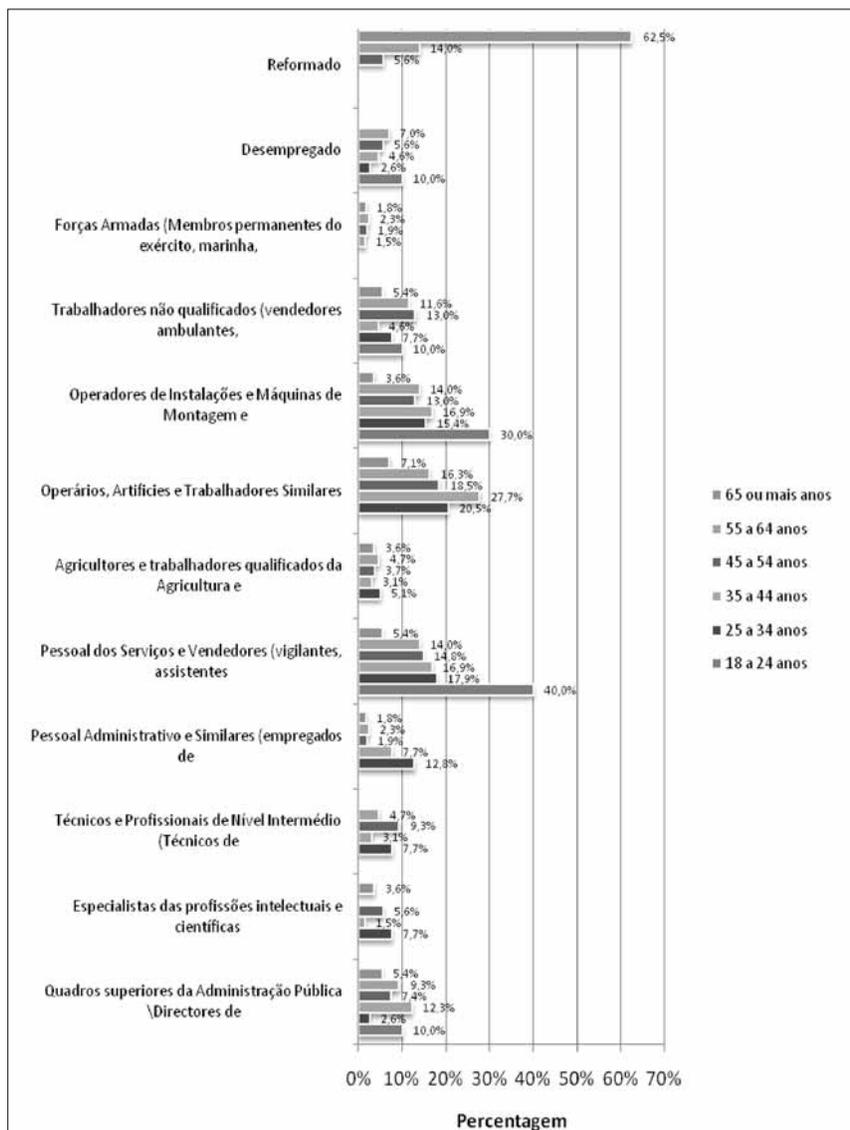
Figura 63. Profissões atuais por escalões etários do (ex)cônjuge: mulheres (%)

Fonte: IDG, 2011; N=264

Para além de ser visível uma maior percentagem e mulheres mais velhas entre as reformadas, as maiores percentagens de desempregadas situam-se nos escalões dos 18 aos 24 anos e dos 55 aos 64 anos. As trabalhadoras não qualificadas aparecem não só entre jovens como nos escalões dos 45 aos 64 anos.

Fazendo agora o mesmo exercício comparativo a partir dos dados sobre os homens, chegamos à seguinte distribuição exposta na Figura 64.

Figura 64. Profissões atuais por escalões etários do (ex)cônjuge: homem (%)

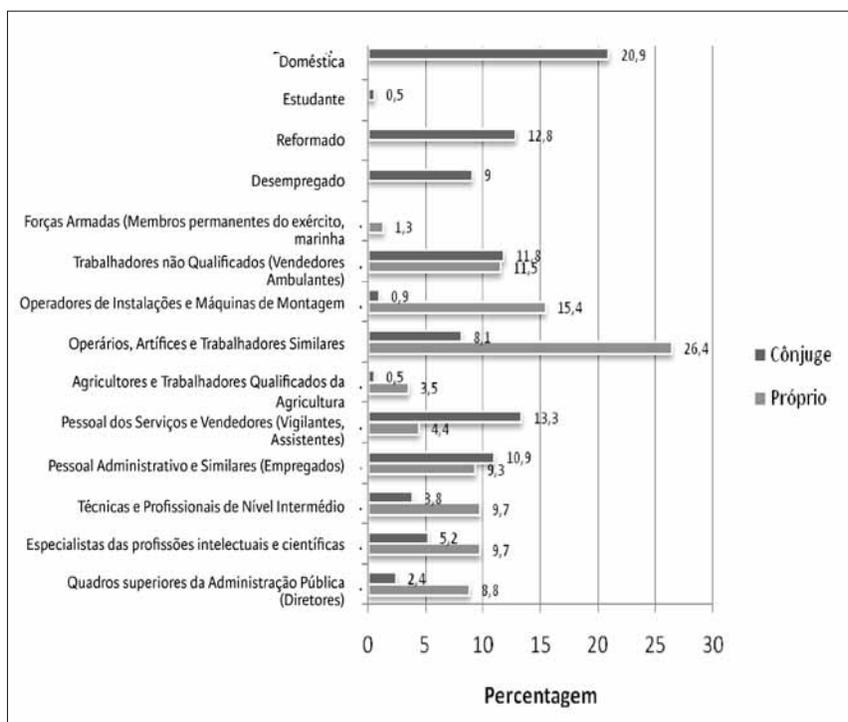


Fonte: IDG, 2011; N válidos=211.

Entre os homens verifica-se uma dispersão de várias profissões por vários escalões etários. No entanto, há uma maior percentagem de homens mais velhos entre os reformados e as maiores percentagens de desempregados (48%) situam-se entre os jovens, a saber, entre os 18 e os 34 anos.

Questionados os homens sobre a sua própria profissão e da sua esposa ou (ex)-cônjuge, as respostas são traduzidas na Figura 65.

Figura 65. Profissão do próprio (homem) e profissão atual da (ex)cônjuge (%)



Fonte: IDG, 2011; N válidos=211

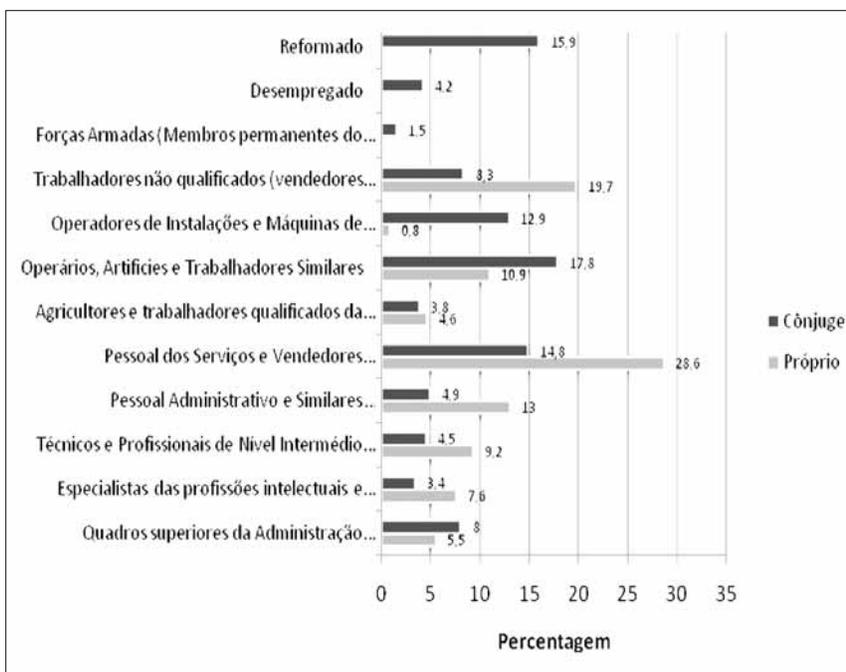
Na Figura 65, das respostas dadas pelos homens infere-se que, comparando as profissões entre homens e mulheres, os homens estão maioritários entre operários, artífices e similares (26,4% vs. 8,1%) e operadores de instalações e máquinas (15,4% vs. 0,9%), assim como também entre técnicos e profissionais de nível intermédio (9,7% vs. 3,8%), especialistas de profissões intelectuais

e científicas (9,7% vs. 5,2%) e quadros superiores da Administração e directores (8,8% vs. 2,4%).

Relativamente às mulheres inquiridas sobressaem mulheres domésticas (20,9%), o pessoal dos serviços e vendedoras (13,3% vs. 4,4%) e pessoal administrativo e similares (10,9% vs. 9,3%) e, como referido, menores percentagens entre técnicas e profissionais de nível intermédio, especialistas de profissões intelectuais e científicas, quadros superiores da Administração e directoras.

Colocada a mesma questão às mulheres relativamente à sua própria profissão e a do seu respetivo marido ou (ex)-cônjuge, as respostas são dadas na Figura 66.

Figura 66. Profissão da própria (mulher) e profissão atual do (ex)-cônjuge (%)



Fonte: IDG, 2011; N válidos=264.

Das respostas das mulheres inquiridas sobre a sua própria profissão e a dos seus respetivos maridos se conclui que, para além das situações de reformadas e desempregadas, sobressaem como trabalhadoras de serviços e vendedoras (28,6% vs. 14,8%), trabalhadoras não qualificadas (19,7% vs.

8,3%) e especialistas de profissões intelectuais e científicas (7,6% vs. 3,4%). Por sua vez, os homens no seu conjunto predominam entre operários, artífices (17,3% vs. 10,9%), operadores de instalações e máquinas de montagem (12,9% vs. 0,8%), assim como entre os quadros superiores da Administração e directores (26,8% vs. 5,5%).

Por fim, procurando ter uma ideia do conjunto e peso das profissões atuais por parte dos filhos, o Quadro 9 mostra-nos os seguintes resultados:

Quadro 9. Filhos dos casais inquiridos: profissão atual (%)

Profissão actual	Percentagem de casos válidos					
	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Filho 4	Filho 5	Filho 6
Quadros superiores da administração pública \ Directores	4,6	3,4	5,6	4,2	-	-
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	10,8	11,2	12,7	-	-	-
Técnicos e profissionais de nível intermédio	5,2	6,2	4,2	12,5	10,0	14,3
Pessoal administrativo e similares	12,7	14,6	12,7	8,3	-	-
Pessoal dos serviços e vendedores	14,4	17,4	11,3	20,8	10,0	14,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	0,7	-	-	-	-	-
Operários, artífices e trabalhadores similares	16,3	14,6	14,1	16,7	30,0	28,6
Operadores de instalações e máquinas de montagem	4,2	9,6	5,6	8,3	20,0	-
Trabalhadores não qualificados	7,2	7,3	9,9	12,5	20,0	42,9
Forças Armadas	2,3	-	-	-	-	-
Desempregado	10,5	9,6	15,5	8,3	10,0	-
Reformado	1,3	0,6	-	-	-	-
Estudante	7,5	3,9	4,2	8,3	-	-
Doméstica	2,3	1,7	4,2	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDG, 2011 (Filho1 N= 306; Filho 2 N= 178; Filho 3 N= 71; Filho 4 N= 24; Filho 5 N= 10; Filho 6 N=7).

De novo com as devidas reservas, podemos verificar quanto ao primeiro filho, por exemplo, uma distribuição de profissões em que sobressaem as profissões pouco ou não qualificadas (operários, trabalhadores não qualificados) com 23,5%, seguidas dos operadores de máquinas, técnicos e pessoal administrativo nos escalões intermédios (22,1%) e, em terceiro lugar, uma não desprezável percentagem de profissões qualificadas (10,8%). Em todo o caso, convém ser prudente na análise, pois podem estar subestimadas profissões potencialmente mais qualificadas pelo simples facto de os inquiridos serem ainda jovens ou estarem mesmo em formação.

Neste capítulo foi possível evidenciar a importância e centralidade do trabalho, bem como caracterizar e comparar as profissões dos inquiridos por sexo e inclusive as profissões entre gerações: primeiro das passadas e atuais dos pais às passadas e atuais dos inquiridos e, posteriormente, dos inquiridos para os seus filhos, embora estas últimas devam ser vistas com alguma prudência.

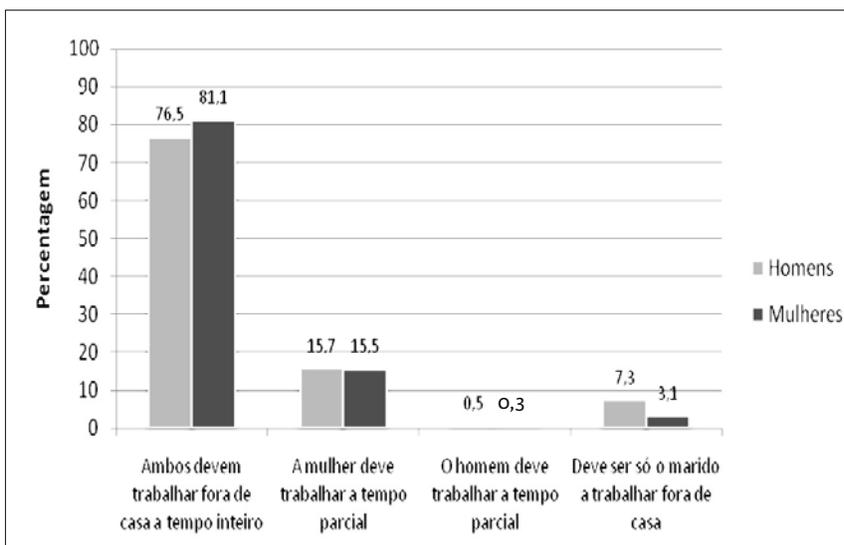
CAPÍTULO VI

TRABALHADORES/AS: PERCURSOS, CONDIÇÕES LABORAIS E REPRESENTAÇÕES

Este capítulo prosseguirá o tema do trabalho mas incidindo mais especificamente sobre a situação e a condição das pessoas face ao trabalho, uma questão central na vida económica e social das classes e dos grupos sociais, bem como das próprias pessoas na sua vida quotidiana. Dado ter sido feito o enquadramento em torno do trabalho e da reprodução e/ou mobilidade social, irei apenas fornecer alguns dados complementares, sempre que possível por sexo, sobre percursos e condições de vida dos trabalhadores/as, número de horas de atividade, situação na profissão, modos de obtenção de trabalho e tipos de vínculo, formas de supervisão no trabalho, eventuais atividades complementares, requisitos da atual profissão e eventuais expectativas profissionais perante o futuro.

1. Do trabalho doméstico ao trabalho extradoméstico: atitudes e condições

No que concerne a atitude face ao trabalho profissional, para a grande maioria (78,9%), independentemente do sexo, os resultados globais resumem-se à ideia de que homens e mulheres devem ter trabalho extradoméstico. No entanto, para 15,6% a mulher deve trabalhar a tempo parcial – sendo que apenas 0,4% afirmam que deve ser o homem a fazê-lo – e para 5,1% só o marido deve trabalhar fora de casa. Consideradas as perceções por sexo, a Figura 67 tende também a sugerir uma aproximação das perceções de homens e mulheres.

Figura 67. Atitude face ao trabalho profissional, por sexo (%)

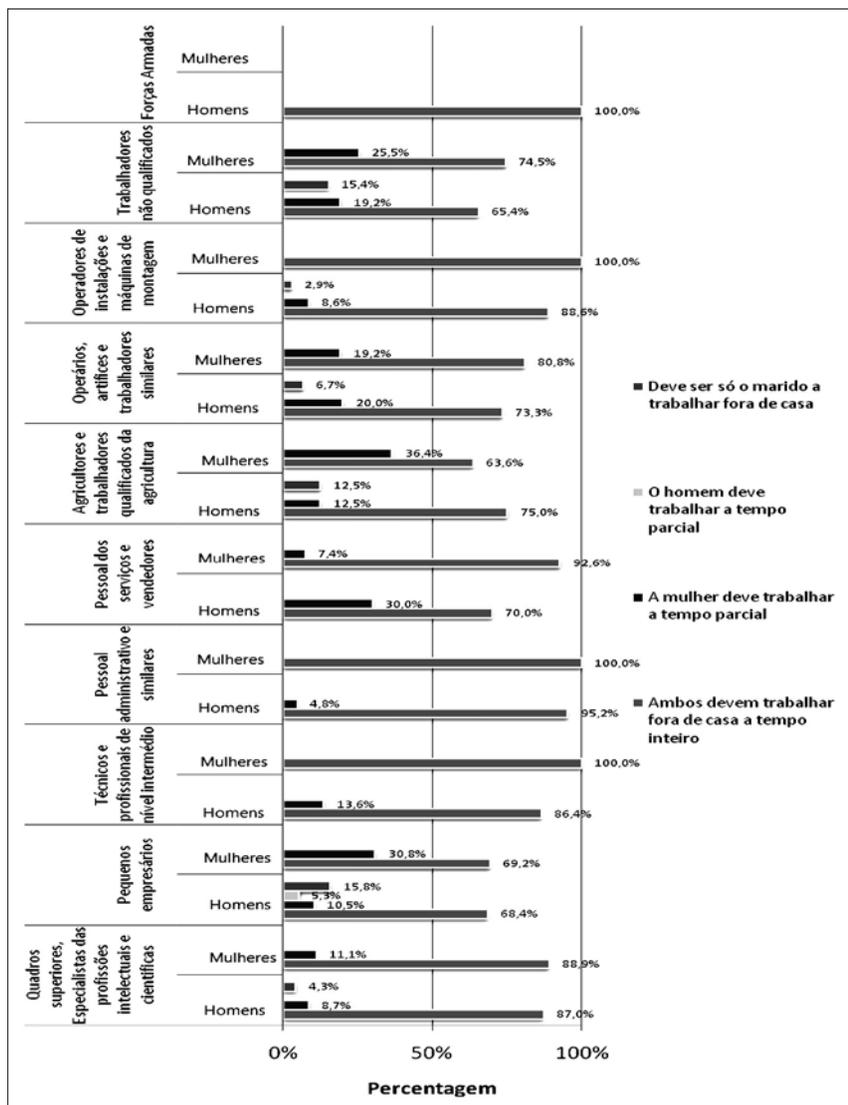
Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Efetivamente, tanto homens quanto mulheres assumem maioritariamente, em termos normativos, que ambos devem trabalhar fora de casa e a tempo inteiro, ainda que a percentagem seja ligeiramente superior no caso das mulheres (81,1% para 76,5%). É de notar que a ideia de que a mulher deve trabalhar mas a tempo parcial também reúne percentagens não desprezíveis em ambos os sexos (15,7% dos homens e 15,5% das mulheres). Ainda que com uma percentagem relativamente baixa, importa referenciar que 7,3% dos homens afirmaram que “deve ser só o marido a trabalhar fora de casa”, resposta esta dada por 3,1% das mulheres. A este nível um entrevistado refere:

“A responsabilidade maior é sempre do homem, que tem a obrigação de prover a família em vários aspetos, e a mulher, mesmo que trabalhe fora, fica mais na retaguarda.” (E4, homem, 44 anos, divorciado, gerente de empresa de saúde)

Debrucemo-nos agora sobre a atitude face ao trabalho profissional atendendo à profissão e por sexo.

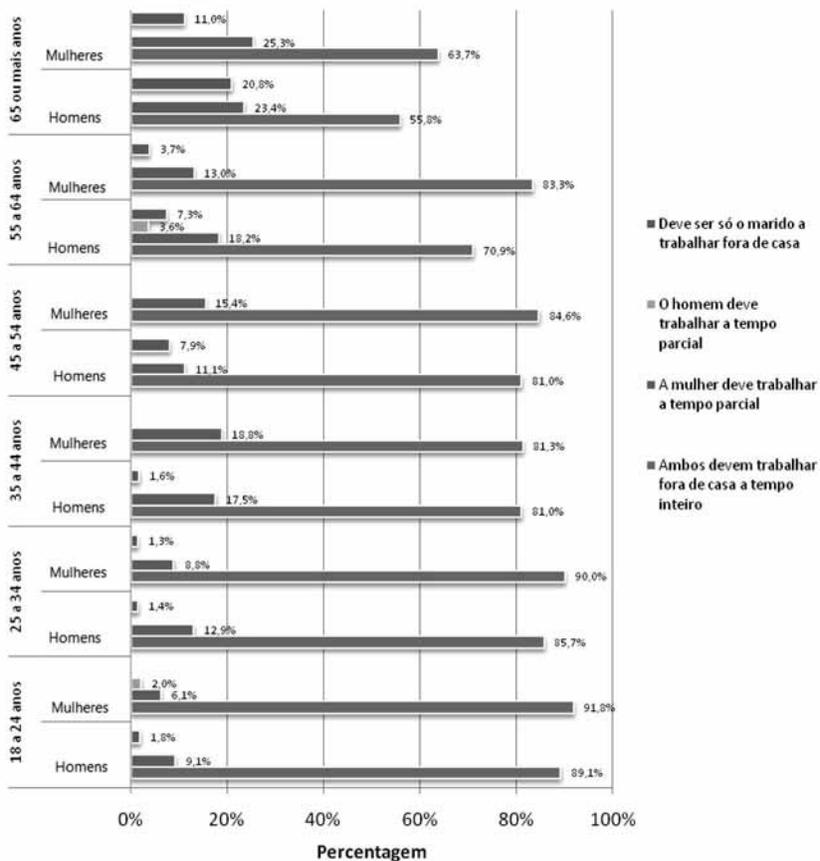
Figura 68. Atitude face ao trabalho profissional por profissão e por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=465.

As perspetivas evidenciadas na Figura 68 relativamente à atitude face ao trabalho profissional por grupo profissional assumem semelhanças com a distribuição quanto à forma ideal de divisão das tarefas de cuidado das crianças, recomendando-se também aqui uma análise cautelosa pelas baixas frequências verificadas em alguns grupos profissionais. As perspetivas de cariz paritário, evidenciadas na resposta “ambos devem trabalhar fora de casa e a tempo inteiro”, são maioritárias em todos os grupos profissionais, com percentagens sempre superiores a 60%, ainda que ligeiramente superiores no caso das mulheres na maioria dos grupos – à exceção das “agricultoras e trabalhadoras qualificadas da agricultura” (63,6% para 75%). Neste grupo, seguido dos das “pequenas empresárias” (30,8% para 10,5%) e das “trabalhadoras não qualificadas” (25,5% para 19,2%), encontram-se as percentagens mais elevadas de resposta segundo o *item* “a mulher deve trabalhar a tempo parcial”. Quanto aos homens, estas respostas são particularmente evidentes no grupo do “pessoal dos serviços e vendas” (30% para 7,4%). A ideia de que “só o homem deve trabalhar fora de casa” é muito residual: surge apenas nos dois extremos de habilitações e competências e apenas no caso dos homens.

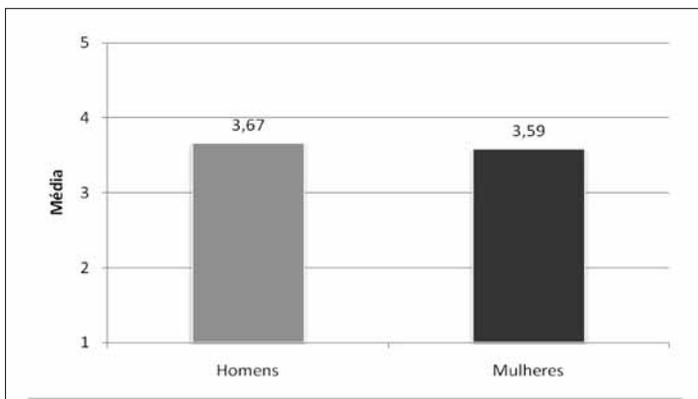
Procurando saber a distribuição das atitudes perante o trabalho profissional por escalões etários e por sexo as respostas são condensadas na Figura 69. Tal se pode constatar pela ideia de que “ambos devem trabalhar a tempo inteiro fora de casa” é maioritária em todos os escalões etários e sempre com percentagens acima dos 50%, ligeiramente superiores no caso das mulheres. As maiores distâncias entre percentagens de homens e mulheres a assumir esta perspetiva encontram-se no escalão dos 65 ou mais anos (63,7% para 55,9%) – no qual as mulheres também revelam a percentagem mais baixa atendendo à totalidade dos grupos etários – e no dos 55 aos 64 anos (83,3% para 70,9%). É também nos escalões mais elevados que percentualmente mais se localizam as respostas “a mulher deve trabalhar a tempo parcial” e “deve ser só o marido a trabalhar fora de casa” – esta última com percentagem importante no último escalão (20,8% para os homens e 11% para as mulheres). Esta situação vai-se diluindo, ainda que de forma não estritamente linear, à medida que se desce nos escalões etários.

Figura 69. Atitude face ao trabalho profissional por escalões etários e sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Estas assimetrias entre homens e mulheres, reconhecidas, em maior ou menor grau, pelos próprios homens, suscita uma questão relativa ao modo como ambos avaliam a conciliação da vida familiar e profissional, cujos resultados se podem verificar na Figura 70.

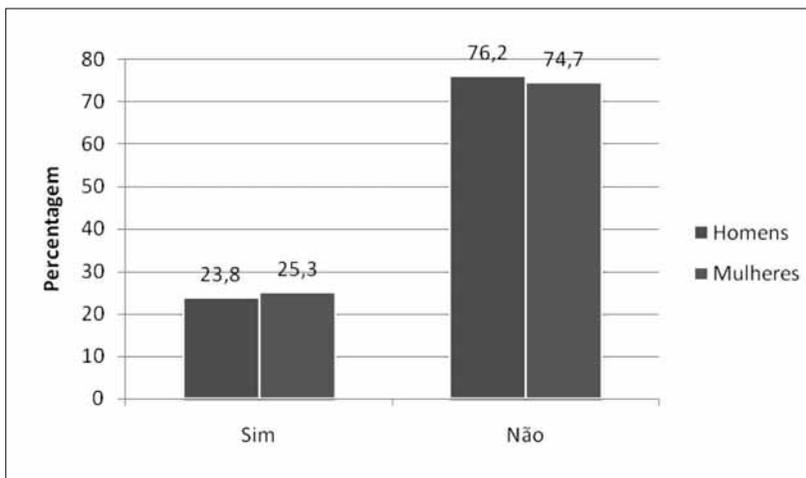
Figura 70: Avaliação da conciliação trabalho/família, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres)

Situando-se as respostas numa escala de 1 a 5 (1 = “Muito má”; 2 = “Má”; 3 = “Regular”; 4 = “Boa”; 5 = “Muito boa”), a Figura 70 demonstra uma ligeira tendência para homens e mulheres avaliarem positivamente a conciliação trabalho-família (aqueles com uma média de 3,67 e estas de 3,59). Em ambos os casos, a avaliação situa-se entre “regular” e “boa”. Esta diferença muito ligeira entre homens e mulheres, traduz, eventualmente, uma interiorização de papéis tradicionais de género, não parecendo ser alheia ao próprio tempo despendido em tarefas em ambos os contextos, sendo que, como foi comprovado, permanece uma sobrecarga de trabalho doméstico para as mulheres.

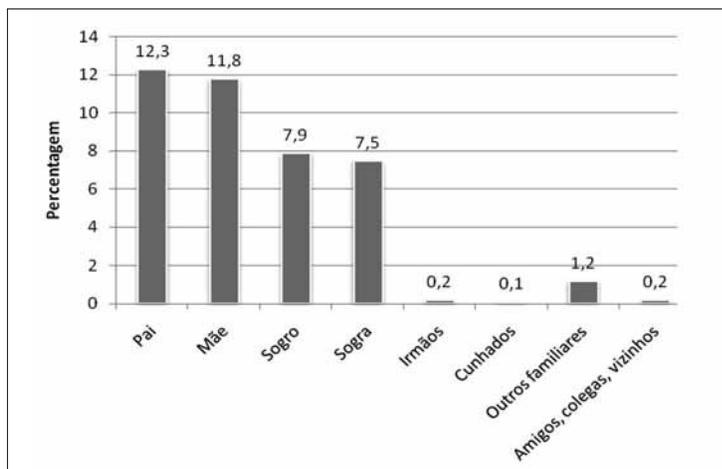
Questionados os inquiridos, em regra recém-casados, em que medida tiveram ajudas materiais designadamente financeiras, as respostas foram maioritariamente negativas, tendo apenas 24,5% referido que tiveram essas ajudas; nestes casos houve ligeiras diferenças por sexo, tal como se pode constatar na Figura 71.

Figura 71. Ajudas materiais e financeiras recebidas no casamento por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N= 559.

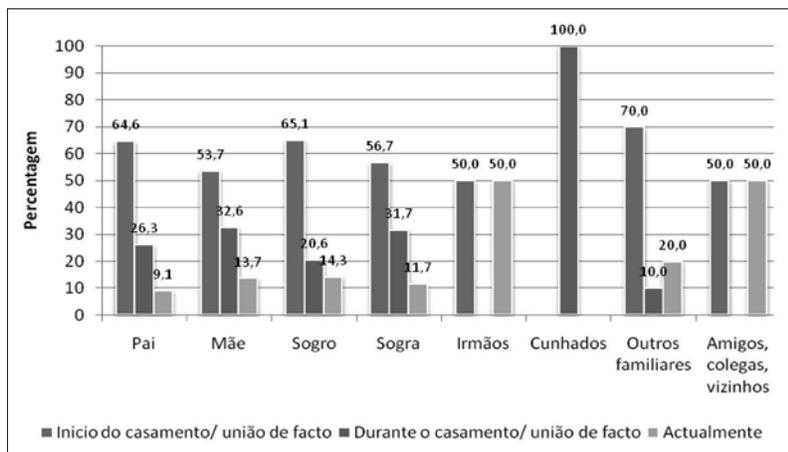
Vistas as ajudas materiais/financeiras por sexo, as mulheres receberam ligeiramente mais ajudas que os homens. Por sua vez, relativamente aos 75,7% de casais que não tiveram ajudas materiais, estes alegaram diversas razões para esse facto. Se por um lado, há 31,7% dos inquiridos que afirmam não precisar e 16% não querer, há uma maioria (50,6%) que alega que os familiares não têm recursos, registando-se apenas 1% destes que, podendo, não querem ajudar. Nos casos em que houve ajudas, importa agora saber por quem foram concedidas, o que nos é revelado na Figura 72.

Como se pode ler na Figura 72, as maiores ajudas foram dadas pelos pais, seguidos pelos sogros, surgindo depois outros familiares com pouca ajuda e os demais de modo muito residual. Discriminadas, porém, as respostas por sexo, foi possível apurar apenas ligeiras diferenças a este nível: as mulheres foram mais ajudadas que os homens pelo pai (13,8% vs. 10,7%) e pela mãe (13,1% vs. 10,4%), assim como as noras mais que os genros pelos sogros (9,3% vs. 6,3%) e pelas sogras (8,8% vs. 6%), e ainda por irmãs, cunhados, outros familiares, amigos, colegas e vizinhos (2,6% vs. 1,1%).

Figura 72. Quem concedeu ajudas no casamento (%)

Fonte: IDG, 2011; Fonte: IDG, 2011; Pai N=99; Mãe N=95; Sogro N=63; Sogra N=60; Irmãos N=2; Cunhado(s) N=1; Outros familiares N=10; Amigos, Colegas, Vizinhos N=2.

Um outro aspeto interessante é o de saber em que momento das suas vidas os inquiridos tiveram esses apoios ou ajudas, o que nos é dado pela Figura 73.

Figura 73. Em que momento da vida tiveram ajuda de familiares (%)

Fonte: IDG, 2011; Pai N=99; Mãe N=95; Sogro N=63; Sogra N=60; Irmãos N=2; Cunhado(s) N=1; Outros familiares N=10; Amigos, Colegas, Vizinhos N=2.

Conforme se pode ler da Figura 73, no início do casamento ou da união de facto foram na grande parte os pais (64,6% e 53,7%) e sogros (65,1% e 56,7%) e, com menor frequência, os irmãos (50%), outros familiares (70%) e amigos, colegas e vizinhos (50%) prestaram ajuda. Durante o casamento ou união de facto esse apoio já é menor, mas ainda assim, é dado por pais (26,5% e 32,6%), sogros (20,6% e 31,7%), outros familiares e, com valor excepcional, cunhados. Atualmente, para além de algum apoio dos pais e sogros que se vai reduzindo (entre 9,1% e 14,3%), relevam e aumentam as ajudas materiais de irmãos, amigos, colegas e vizinhos (50%), o que pode prender-se também com as fases do ciclo de vida dos pais/sogros.

Em resumo, constata-se, na divisão sexual do trabalho no quadro doméstico, que as desigualdades de género remetem para condições diferenciadas de trabalho e de vida de ambos os sexos, mas também para representações, mundividências e relações de poder entre homem e mulher no contexto doméstico e extradoméstico e sobretudo para os tipos de recursos de cada um dos membros do casal, e para a interiorização das normas e valores pre-valetentes na sociedade.

2. Percursos e condições de trabalho

Vários dos entrevistados narraram, de modo mais ou menos expansivo, o seu percurso de trabalho e da sua identidade desde a juventude e, muitas vezes, enquanto adolescentes ou mesmo crianças:

“Quando eu era criança, trabalhava no campo e sentia-me diferente das outras crianças, porque as outras crianças brincavam e tinham o direito de viver a infância. Gostava de trabalhar no campo, mas gostaria de ter mais tempo para ser criança também. Já quando trabalhei na construção civil foi péssimo, porque eu tinha todas as condições para continuar a estudar e fui retirado dos estudos para ingressar numa atividade que não estava nos meus planos.” (E2, homem, 43 anos, divorciado, operário da construção civil)

Um conjunto de entrevistados mostrou ter percursos de trabalho bastante sólidos, nomeadamente aqueles que tiveram acesso ao ensino superior e ainda numa época marcada por elevadas possibilidades de emprego, nomeadamente na educação e administração pública; outros apresentam percursos bem variados ao longo do tempo, tal como demonstra o excerto da entrevista que se segue:

“Já fui feirante, vendedor de livros, militar, bancário, estagiário, assessor de imprensa, repórter, gerente comercial e actualmente sou gerente administrativo e jornalista *freelancer*.” (E4, homem, 44 anos, gerente de empresa de saúde)

Percursos similares se encontram igualmente entre algumas mulheres:

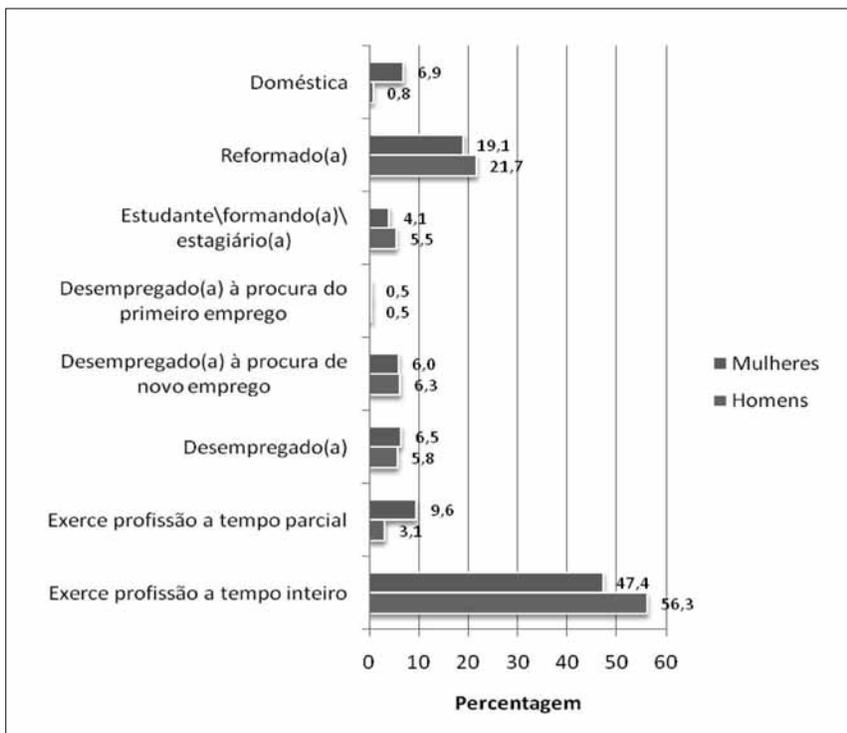
“Trabalhei primeiro numa quinta alugada. Sei tudo o que é relativo à agricultura, lavoura, animais... Depois trabalhei numa fábrica têxtil. Emigrei para Andorra, fui camareira. Devido ao meu ex-marido que era muito ciumento, tinha uma paranoia imensa, controlava os meus trabalhos, acabei por sair. Comprei máquina de tricotar, trabalhei em casa para uma casa de lãs em Viana... Depois lancei-me no artesanato, pintura em tecido, pintura a óleo, gessos... Trabalhei ainda para o supermercado Continente, para uma padaria. Posso considerar-me mulher de sete ofícios. Quando saí de casa, vim para Braga como empregada de balcão.” (E23, mulher, empregada)

Dalguns testemunhos se infere que, contrariamente à multiplicidade e volatilidade ou precariedade de trabalhos, é valorizada a segurança profissional:

“O momento mais importante da minha vida profissional foi quando entrei nos quadros da empresa. Porque representou não só a confiança depositada em mim como uma segurança na vida pessoal e familiar.” (E27, homem, técnico operador qualificado)

Passando a indagar sobre a situação atual dos inquiridos e a sua condição face ao trabalho, em termos gerais da amostra, poder-se-á dizer que a maioria exerce a profissão a tempo inteiro (51,6%) e uma minoria a tempo parcial (6,5%); somando a percentagem de domésticas (4%), perfazem 62,1% de ativos em trabalho não só extradoméstico como doméstico. O grupo dos não ativos são no total 37,9%: 20,4% de reformados, que já estão fora da relação laboral, 12,7% de desempregados e, portanto, também fora do ativo e 4,8% de estudantes, que ainda não estão na esfera profissional.

Relativamente à condição perante o trabalho, discriminando os dados por sexo, verifica-se uma certa segmentação das posições, tal como se pode ver pela Figura 74.

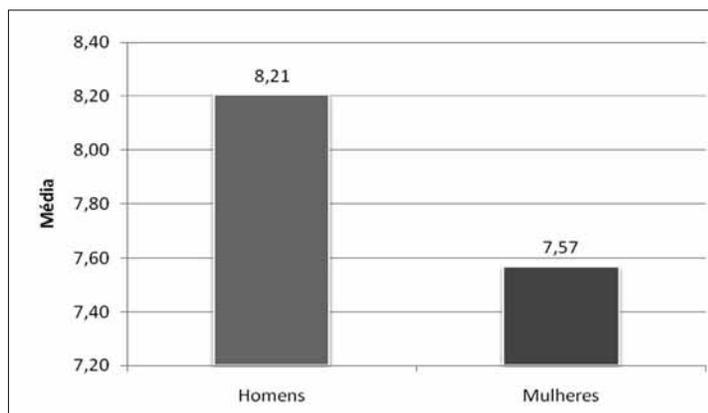
Figura 74. Condição perante o trabalho, por sexo

Fonte: IDG, 2011; N=800 (382 homens; 418 mulheres).

Relativamente aos desempregados, desempregados à procura do primeiro emprego ou de um novo emprego, assim como aos estudantes e aos reformados, os valores percentuais por sexo são aproximados, ainda que ligeiramente menos desfavoráveis aos homens. Já, porém, no que diz respeito ao exercício da profissão a tempo inteiro ou a tempo parcial, verifica-se uma relativa vantagem dos homens em relação às mulheres no primeiro caso (56,3% vs. 47,4%) e o inverso no segundo (3,1% vs. 9,6%). À menor taxa de exercício da profissão a tempo inteiro e a concomitante maior taxa de trabalho a tempo parcial por parte da mulher vem associar-se a sintomática presença da mulher como doméstica: 6,9% vs. 0,8%. O género tem assim influência na condição face ao trabalho, na medida em que, enquanto há mais homens a exercer a profissão a tempo inteiro, há mais mulheres a trabalhar a tempo parcial e

como domésticas¹. De resto, tal pode igualmente confirmar-se na Figura 75 pelo número de horas ocupadas por homens e mulheres em trabalho extra-doméstico, assalariado ou não.

Figura 75. Horas diárias de atividade profissional por sexo



Fonte: IDG, 2011; N=435 (214 homens; 221 mulheres).

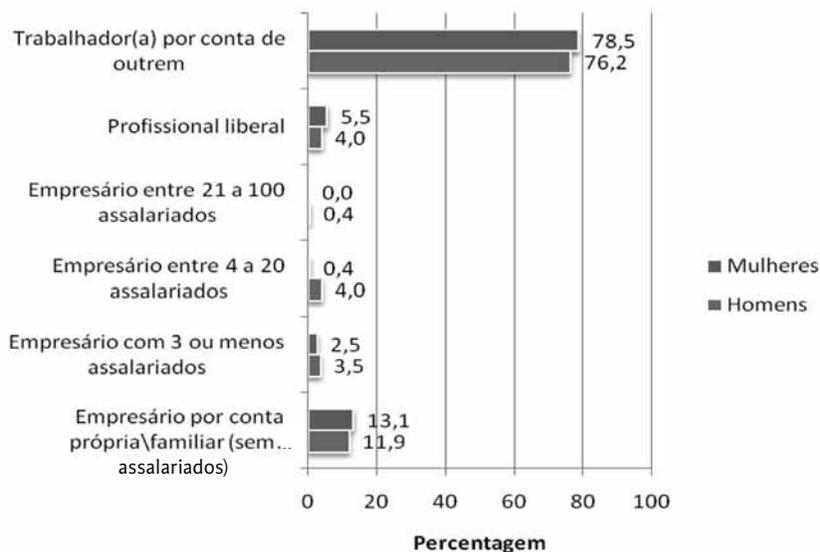
Também neste aspeto o ser homem ou mulher tem influência nas horas diárias de atividade profissional fora de casa. Consta-se que os homens trabalham em média mais horas fora de casa do que as mulheres (8,21h vs. 7,57h)².

No que respeita à situação na profissão, é verificável uma grande aproximação entre homens e mulheres, como ilustra a Figura 76.

Por esta Figura se depreende que na sua maior parte os respondentes são trabalhadores por conta de outrem com uma ligeira vantagem por parte das mulheres em relação aos homens (78,5% vs. 76,2%), o mesmo se verificando nas profissões liberais e nos empresários de tipo familiar (13,1% vs. 11,9%). Porém, onde é bem visível alguma diferença assimétrica entre homens e mulheres é na situação de empresário, largamente detida por homens, quer em empresas com três ou menos assalariados (3,5% vs. 2,5%), quer, sobretudo, em pequenas e médias empresas (4,4% vs. 0,4%), em que a presença de mulheres empresárias é insignificante.

¹ Conforme resultados estatísticos: $\chi^2 = 36,36$, $gl = 7,800$, $p < 0,001$.

² Sendo esta diferença estatisticamente significativa ($t(428) = 4,58$, $p < 0,001$).

Figura 76. Situação na profissão, por sexo (%)

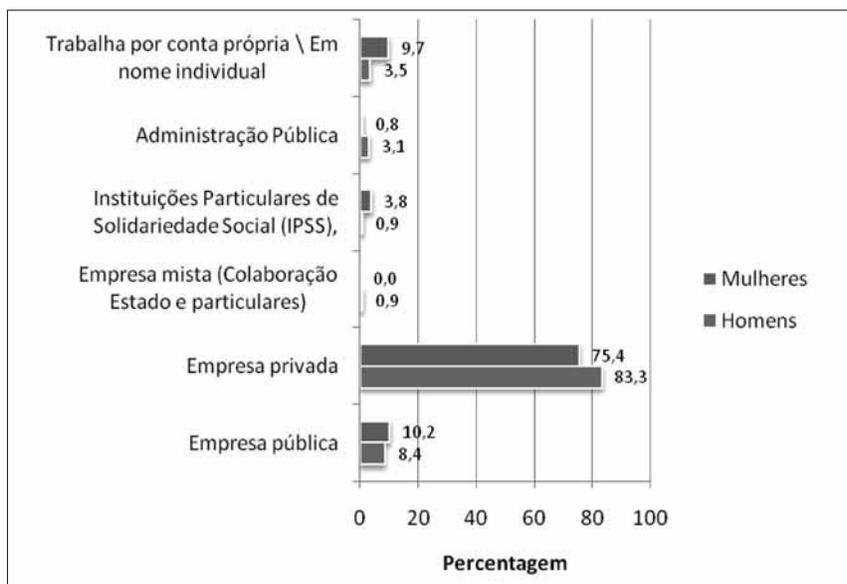
Fonte: IDG, 2011; N=464 (227 homens; 237 mulheres).

Considerando o tipo de organização em que homens e mulheres trabalham verificam-se também ligeiras diferenças, tal como se evidencia na Figura 77.

A grande maioria dos inquiridos – homens e mulheres – trabalha em empresas privadas. Porém, enquanto nas empresas privadas os homens estão mais presentes que as mulheres (83,3% vs. 75,4%), nas empresas públicas há mais mulheres que homens (10,2% vs. 8,4%), embora esta última diferença seja atenuada pela maior presença de homens em empresas mistas ou de parcerias com o Estado e sobretudo na Administração Pública (3,1% vs. 0,8%). Já, porém, a presença de mulheres nas instituições particulares de solidariedade social (IPSS), na proporção de 3,8% para 0,9%, é denotativa, mais uma vez, do facto de as funções de assistência e cuidado por parte das mulheres se prolongarem, para além da casa, para organizações de solidariedade social. Acresce ainda que, ao nível das empresas por conta própria/em nome individual, as mulheres têm uma presença mais significativa (9,7% vs. 3,5%), sugerindo por parte destas uma eventual maior determinação ou mesmo imaginação na busca de soluções alternativas, por exemplo, face ao desemprego. Em suma, o tipo de organização em que os inquiridos trabalham é coestruturado pelo

género, na medida que existem mais homens nas empresas privadas e mais mulheres nas IPSS e a trabalhar por conta própria ou em nome individual³.

Figura 77. Tipo de organização em que trabalha, por sexo (%)



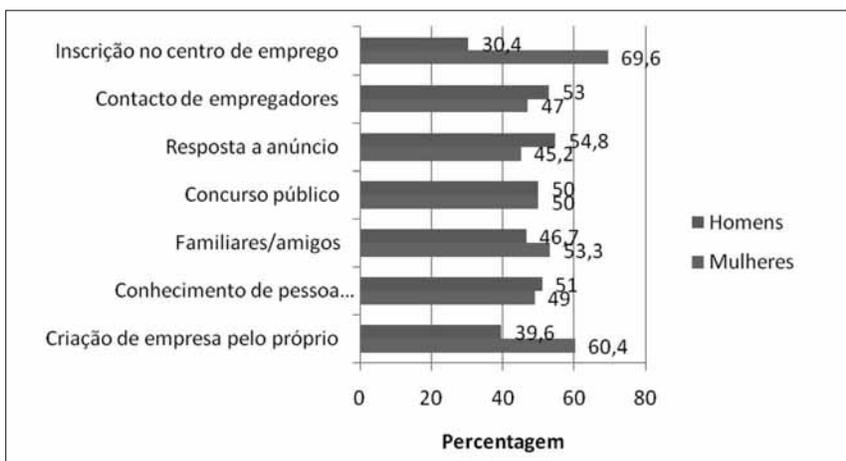
Fonte: IDG, 2011; N=463 (227 homens; 236 mulheres).

Questionados os inquiridos sobre o modo como obtiveram o emprego ou iniciaram a atividade por conta própria, verifica-se que a opção mais selecionada foi “através de familiares ou amigos” (n=150), seguindo-se a “resposta a anúncios” (n=93) e o “contacto de empregadores” (n=83). Com menor incidência apontam-se a “criação de empresa pelo próprio” (n=53), o “conhecimento de pessoa influente” (n=51), o “concurso público” (n=36) e a “inscrição no centro de emprego” (n=23). É de registar que, entre os diversos meios, relevam os modos informais, seja numa base de entajuda amiga ou familiar, seja por interferência de esquemas de influências com contornos clientelares. Averiguando a forma como se distribuem as diversas modalidades ou vias de

³ Sendo os resultados do teste $\chi^2=17,23$, $gl=5,463$, $p < 0,01$. No entanto, quatro células (33,3%) apresentam frequência esperada inferior a 5, o que não permite a aplicação rigorosa do teste. Neste sentido, foi realizado o mesmo teste mas por simulação de Monte Carlo, que confirma os resultados obtidos ($p < 0,01$).

obtenção de emprego, verificam-se as seguintes respostas diferenciadas por sexo, como se pode ver na Figura 78.

Figura 78. Obtenção do emprego atual, por sexo (%)

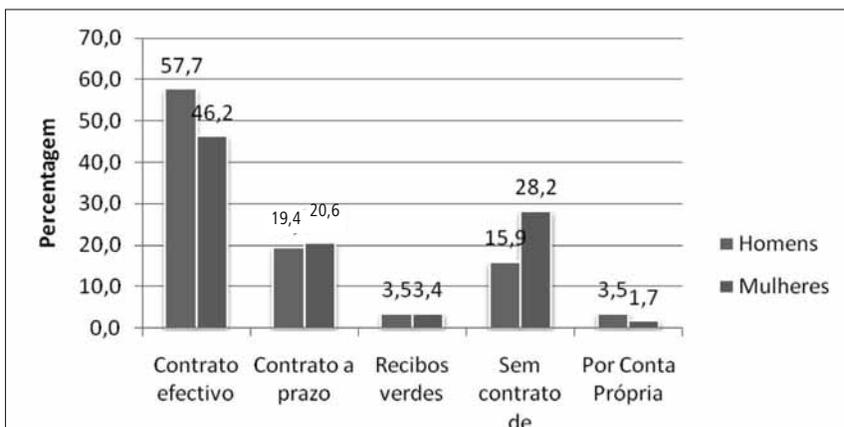


Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

Pela Figura 78 podem verificar-se, na maior parte dos casos, percentagens aproximadas entre homens e mulheres. Contudo há uma ligeira tendência para maior percentagem de homens – à exceção da obtenção de emprego “através de familiares/amigos (53,3% para 46,7%).

As diferenças são particularmente notórias apenas nos casos da obtenção de emprego através da “inscrição no centro de emprego” e da “criação de emprego pelo próprio”, havendo nestas duas vias uma sobrerrepresentação das mulheres (69,6% para 30,4% e 60,4% para 39,6%, respetivamente).

Procurando saber qual o grau de estabilidade dos vínculos laborais por sexo dos inquiridos, obtiveram-se os resultados expressos na Figura 79. Ressalvando os casos pouco significativos de trabalho por conta própria e a recibos verdes, a maioria detém contratos efetivos, com maior expressão entre os homens que entre as mulheres (57,7% para 46,2%). Porém, há ainda uma percentagem considerável de pessoas com contratos a prazo e sem contrato de trabalho escrito, bastante mais significativa entre mulheres do que entre homens (28,2% vs. 15,9%). Se juntarmos todas as situações de precariedade,

Figura 79. Vínculo laboral, por sexo (%)

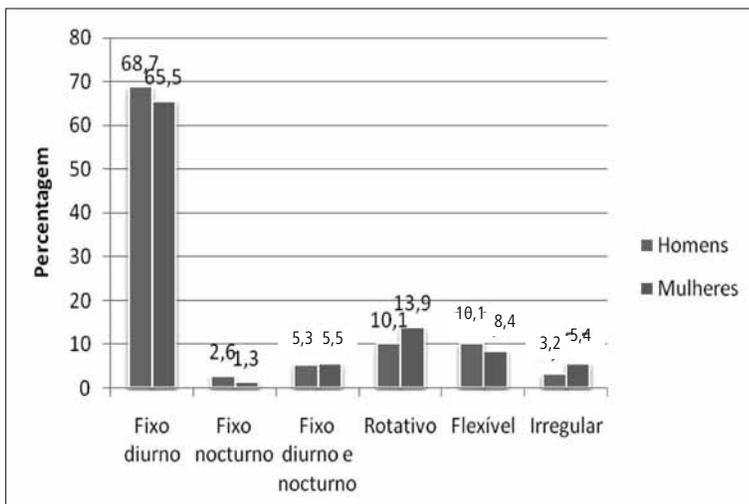
Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

chegamos à percentagem de 38,8% de homens e 52% de mulheres com contratos precários ou sem contratos. Estes dados podem considerar-se preocupantes, na medida em que a precariedade se vai tornando um fenómeno estrutural e persistente⁴.

Uma das facetas da precariedade é, em bastantes casos, o regime de horário de trabalho que, no caso da nossa amostra, se divide do seguinte modo: 67,1% trabalha em regime fixo diurno, 12% em rotativo, 9,2% em flexível, 5,44% em fixo diurno e noturno, 4,3% em irregular e 1,9% em fixo noturno. A fim de termos uma imagem desta situação discriminada por sexo, a Figura 80 evidencia a distribuição dos regimes de horários.

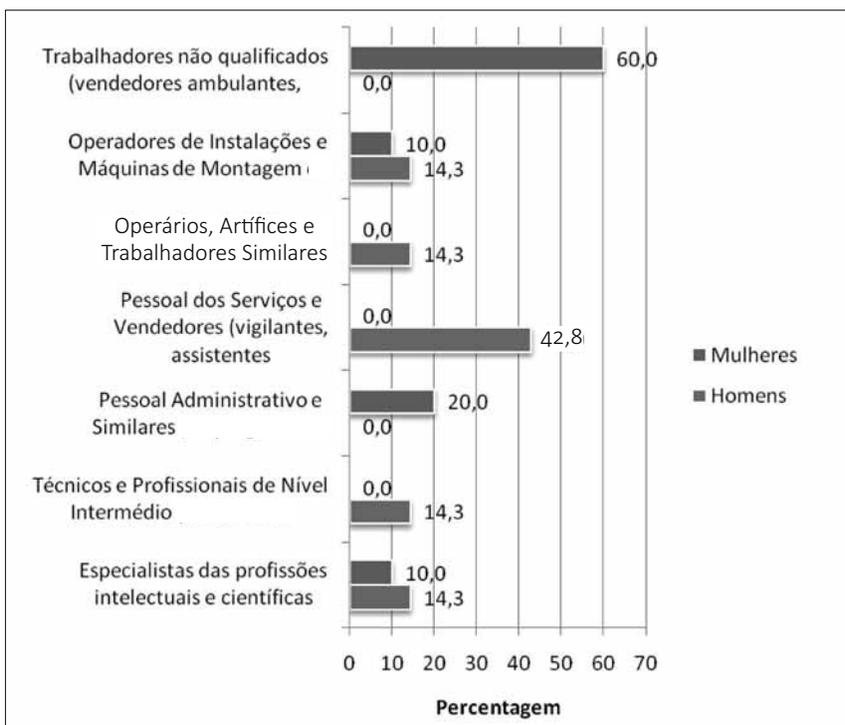
Sendo o horário de trabalho na sua maioria fixo diurno (68,7% dos homens vs. 65,5% das mulheres), há uma percentagem considerável de trabalho não fixo noturno, fixo diurno e noturno, rotativo, flexível e irregular, os quais somam 31,3% para os homens e 34,5% para as mulheres.

⁴ A este respeito, importa assinalar diversos contributos teóricos e empíricos, sendo de destacar os trabalhos de Harvey (1989), Sennett (2001), Antunes (2008); em Portugal são de salientar Rosa (2000), Oliveira e Carvalho (2008), Gonçalves (2009), Kovács (2012), Estanque (2012), Soeiro (2012) e, mais especificamente em relação às mulheres, Ferreira (1993), Cruz (2010) e Casaca (2010). Este último estudo apontava para 2008 uma taxa de 31% de mulheres em situação laboral precária (superior em 8,3% à dos homens), percentagem que teria aumentado consideravelmente. Aboim (2010: 44) assinala que 62% das mulheres subempregadas em 2009 tinham um horário de trabalho abaixo da duração normal de trabalho.

Figura 80. Regime de horário e de trabalho, por sexo

Fonte: N=465 (227 homens; 238 mulheres).

Questionados os inquiridos sobre se, além da atividade principal, exercem atividade remunerada complementar, 96,3% responderam negativamente, com insignificante diferença entre homens e mulheres (96,9% vs. 95,8%). Apesar de pouco significativa a atividade remunerada complementar, o teor dessa mesma atividade (em termos socioprofissionais) tende a evidenciar algumas distinções por sexo, o que nos é dado pela Figura 81. Os dados mais salientes – a atividade de operários, técnicos e sobretudo pessoal de serviços, assistentes e vigilantes (71,4%), por parte dos homens e as atividades não qualificadas como vendedoras, por parte das mulheres, 60%) são bem denotativos da necessidade que uma parte considerável de pessoas tem de uma atividade complementar para fazer face às necessidades de sobrevivência, em bastantes casos certamente porque o rendimento da atividade principal não é suficiente. Noutros patamares de trabalhos (semi)qualificados relevam, por parte dos homens, técnicos e profissionais de nível intermédio (14,3%) e, por parte das mulheres, pessoal administrativo e similares (20%) e operadoras (10%), a que acrescem homens e mulheres especialistas de profissões intelectuais e científicas respetivamente (14,3% e 10,0%).

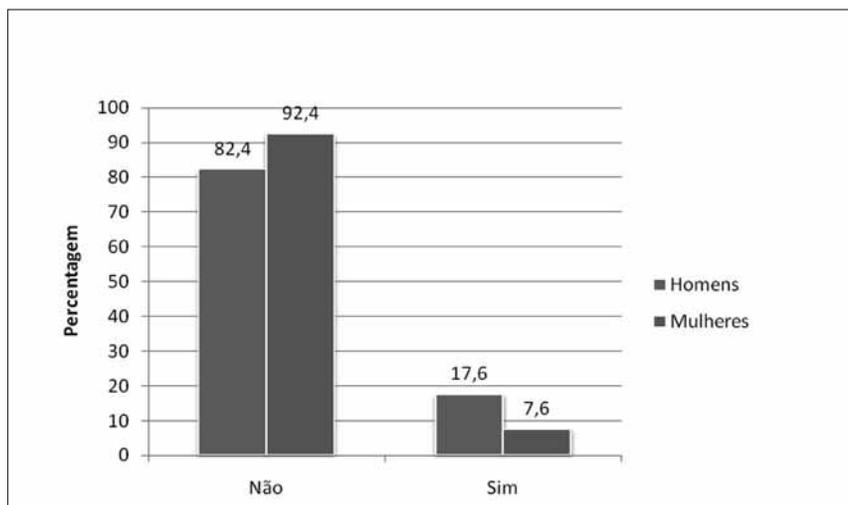
Figura 81. Tipo de atividade complementar remunerada, por sexo

Fonte: IDG, 2011; N=17 (7 homens; 10 mulheres).

Interpelados os inquiridos sobre se têm funções de supervisão, a grande maioria (87,5%) respondeu negativamente. Porém, sabendo que um dos pontos cruciais para comparar eventuais formas de desigualdade e graus de poder por género é a identificação destas em termos de gestão, administrativos ou hierárquicos, procuramos averiguar como se distribui entre homens e mulheres a ausência ou presença dessa função de supervisão, o que nos é dado pela Figura 82.

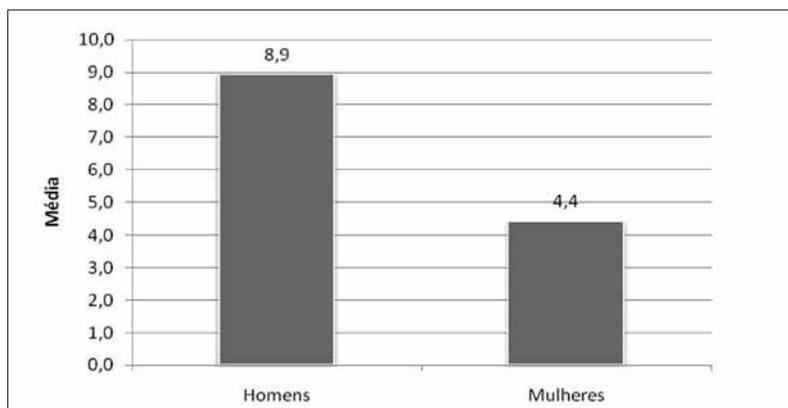
Tal como se pode ver pela Figura 82, entre os 12,5% do total de inquiridos que responderam exercer função de supervisão, verifica-se que há mais homens que mulheres nestes lugares (17,6% vs. 7,6%), reproduzindo-se igualmente nesta dimensão a desigualdade de género⁵.

⁵ A análise estatística segue precisamente neste sentido, demonstrando que existem significativamente mais homens do que mulheres com este tipo de função ($\chi^2 = 10,77$, $gl = 1,465$, $p < 0,01$).

Figura 82. Função de supervisão, por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=407 (187 homens; 220 mulheres).

Também no que respeita o número de trabalhadores supervisionados por homens chefes e por mulheres chefes se verificam diferenças, tal como se pode ver na Figura 83.

Figura 83. Número médio de pessoas supervisionadas por sexo dos supervisores

Fonte: IDG, 2011; N=53 (37 homens; 16 mulheres).

Como a Figura 83 evidencia, em termos comparativos, os homens chefes supervisionam em média mais pessoas que as mulheres chefes na relação de 8,9/4,4. As mulheres, devido ao facto de terem a seu cargo mais tarefas na família e nos cuidados com os filhos, faltam mais ao trabalho, o que foi verificado nas respostas ao inquérito relativamente ao número de faltas no último ano. Com efeito, enquanto os homens afirmam ter faltado, em média, 4 dias no ano, as mulheres apresentam uma média de 6,6 dias. Mais significativo para analisar são os motivos das faltas. Se, em termos gerais, os motivos mais invocados para as faltas dizem respeito às “doenças pessoais” e “doenças profissionais”, sendo também alegadas as faltas injustificadas, tal não deixa de se configurar diferenciado, se atendermos ao sexo dos inquiridos, o que nos é dado pelo Quadro 10.

Quadro 10. Motivos das faltas ao trabalho por sexo

Motivos	Mulheres			Homens		
	1.º	2.º	3.º	1.º	2.º	3.º
Doença pessoal	75,7%	27,2%	0,0%	82,9%	13,3%	20,0%
Doença profissional	4,3%	9,1%	0,0%	1,3%	20,0%	40,0%
Doença de familiar(es)	1,4%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%
Maternidade/paternidade	18,6%	36,4%	0,0%	2,6%	6,7%	0,0%
Questões judiciais	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	20,0%	0,0%
Assuntos familiares	0,0%	18,2%	0,0%	2,6%	6,7%	0,0%
Reuniões escolares	0,0%	9,1%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%
Estatuto de trabalhador-estudante	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%
Acidentes de trabalho	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%
Injustificadas	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	26,6%	40,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

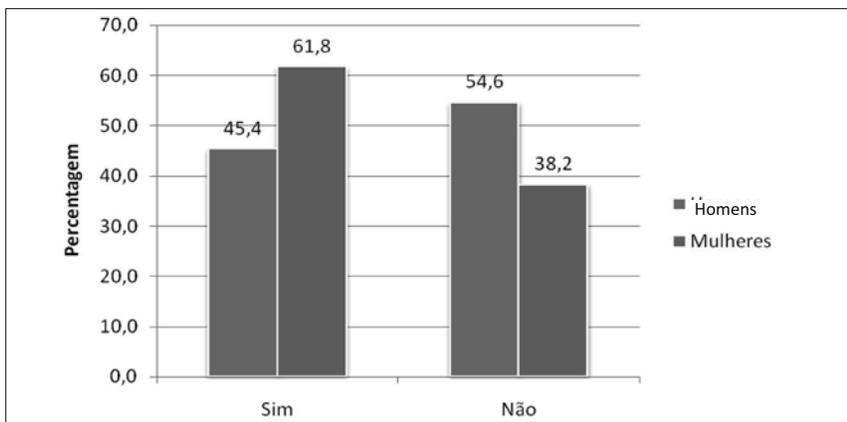
Fonte: IDG, 2011; 1.º motivo N=146 (76 homens; 70 mulheres); 2.º motivo N=26 (15 homens; 11 mulheres); 3.º motivo N=5 homens.

Relativamente ao primeiro, segundo e terceiro motivos de falta ao trabalho, o Quadro 10 revela-nos que o primeiro motivo aduzido quer por mulheres quer sobretudo por homens é a “doença pessoal” (75,7% vs. 82,9%, respetivamente), motivo certamente correspondente à realidade da vida, sem excluir contudo que, perante situações de *stress*, reserva ou outros problemas difíceis de publicitar, se apresente o motivo de doença como forma mais expedita de defesa de outras questões de foro mais íntimo que não necessariamente doença. Se, no caso dos

homens, há uma dispersão pelas demais opções em relação ao primeiro motivo, no caso das mulheres é de relevar a percentagem de 18,6% (2,6% nos homens) no que toca a questões relativas à “maternidade/paternidade” (apoio aos filhos). Pese embora o número de respostas reduzido em termos de segundo e terceiro motivos (este último ausente no grupo das mulheres), é de realçar que, para além da “doença pessoal”, também aqui enfatizada por 27,2% de mulheres e 11,3% de homens, são particularmente sublinhadas pelas mulheres as questões relativas à maternidade/paternidade e a assuntos familiares (36,4% e 18,2%) e pelos homens as faltas injustificadas (26,7%), a “doença profissional” e os “assuntos judiciais” (ambos com 20%).

Relativamente a certos direitos, particularmente no que concerne a informação relativa aos direitos e deveres de maternidade/paternidade por parte dos pais e mães trabalhadores e sua afixação nos locais de trabalho, os dados do inquérito revelam-nos que tal informação é afixada apenas em 23,5% de instituições ou empresas, sendo ausente nas restantes 76,5%. Não obstante a não afixação de informação em cerca de $\frac{3}{4}$ das empresas, em 53% dos casos os trabalhadores têm conhecimento desta matéria, designadamente das alterações da Lei n.º 7/2009⁶ relativa às dispensas também para os pais-homens, decorrentes dos direitos de paternidade. Porém, quanto ao conhecimento da referida lei, verifica-se uma considerável diferença entre homens e mulheres, conforme se pode ver na Figura 84.

Figura 84. Conhecimento da alteração da Lei n.º 7/2009, por sexo

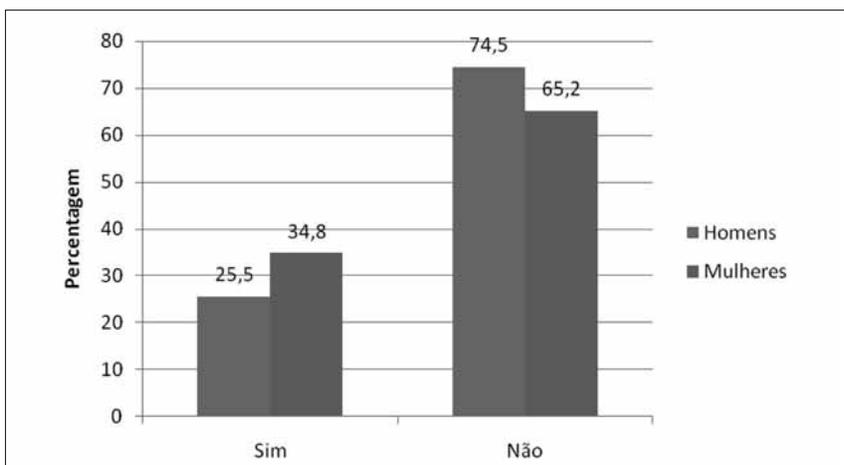


Fonte: IDG, 2009; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

6 A Lei n.º 7/2009 prende-se com as licenças parentais – de paternidade e maternidade – em torno do nascimento dos filhos.

Enquanto apenas 45,4% de homens têm conhecimento da alteração da Lei n.º 7/2009, as mulheres, provavelmente pelo envolvimento e implicações que esta lei tem para a sua vida, têm maior conhecimento dessa alteração, que significa que o homem é obrigado a gozar a licença por um período de 10 dias úteis (seguidos ou interpolados) nos trinta dias seguintes ao nascimento do filho/a. Ou seja, ser homem ou mulher influencia o acesso e o conhecimento da alteração da Lei n.º 7/2009, havendo assim significativamente mais 16,4% de mulheres que homens a referirem que têm conhecimento da alteração da lei⁷. E, quando interpelados se usufruem da flexibilidade horária em razão dos filhos, 69% respondem negativamente, denotando que, na maioria dos casos, as pessoas não gozam os seus direitos a este respeito, seja por os ignorarem, seja eventualmente para agradarem à entidade patronal. Para além do maior ou menor conhecimento da Lei n.º 7/2009, interessa de facto saber até que ponto as entidades empregadoras concedem ou não aos trabalhadores flexibilidade horária bastante para cuidar ou acompanhar os filhos, o que nos é dado, por sexo, na Figura 85.

Figura 85. Gozo de flexibilidade horária para cuidado dos filhos, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=274 (homens=110; mulheres=164).

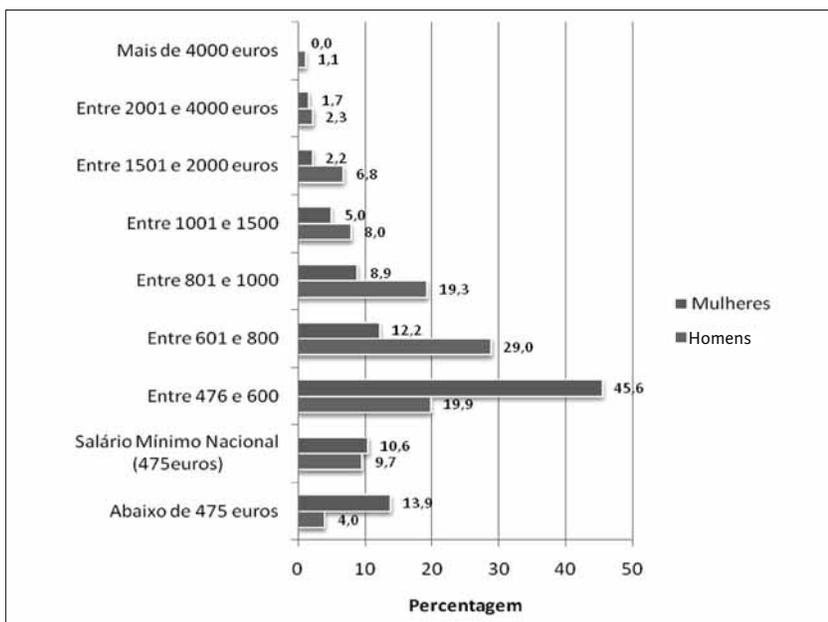
Tal como se pode ver pela Figura 85, apenas cerca de 1/4 dos homens e de 1/3 das mulheres trabalhadoras usufruem de flexibilidade horária para efeito de cuidados dos filhos. Não menosprezando o facto de existir um número

⁷ Tal como o evidencia o teste Qui-quadrado ($\chi^2 = 12,56$, $gl = 1,465$, $p < 0,001$).

relativamente maior de respondentes mulheres, este facto denota, a par do desconhecimento da lei por bastantes trabalhadores, uma falta de sensibilidade ou disponibilidade por parte dos empregadores.

Um outro ponto fundamental nas relações laborais prende-se com o nível de salários líquidos auferidos pelas pessoas inquiridas em 2011. Em termos gerais, pode dizer-se que os salários das pessoas inquiridas são relativamente baixos: desde 9% de pessoas com salários abaixo do salário mínimo nacional e de 10,1% de pessoas com o salário mínimo nacional, passando por 32,9% com salários entre 476 e 600 euros, até 20,5% com salários entre 601 e 800 euros. Ou seja, 52% dos inquiridos não ultrapassam os 600 euros e 72,7% os 800 euros. Os restantes 27,3%, salvo 2,6% que usufruem mais de 2000 euros (dos quais 0,6% mais de 4000 euros), situam-se entre os 800 e os 2000 euros, com a observação necessária de que 20,5% têm os seus salários concentrados entre 801 e 1500 euros. Se, porém, pretendermos conhecer a distribuição dos salários por sexo, obtemos os resultados expressos na Figura 86:

Figura 86. Salário líquido do próprio, por sexo



Fonte: IDG, 2011; N=356 (176 homens; 180 mulheres). O salário mínimo nacional na altura da aplicação do inquérito era de 475 euros.

Se, como vimos, a grande maioria dos trabalhadores de ambos os sexos é atingida por uma dura realidade de baixos salários, esta realidade é ainda mais evidente nas mulheres. Com efeito, 24,5% das mulheres (vs. 13,7% dos homens) sobrevivem com o salário mínimo nacional ou abaixo deste (13,9%). No escalão seguinte, entre os 476 e os 600 euros, há 45,6% de mulheres *versus* 19,9% de homens, acumulando-se aqui a desvantagem de classe com a discriminação salarial por sexo. Nos três escalões mais baixos, até aos 600 euros, as mulheres são ainda mais penalizadas nos baixos salários que os homens: 70,1% vs. 33,6%.

Nos escalões acima dos 600 euros a discriminação volta a ser visível, tanto nos dois escalões entre os 600 e os 1000 euros, em que há mais homens que mulheres (48,3% vs. 21,1%), como nos escalões acima de 1000 euros: 18,2% para os homens e 8,9% para as mulheres⁸.

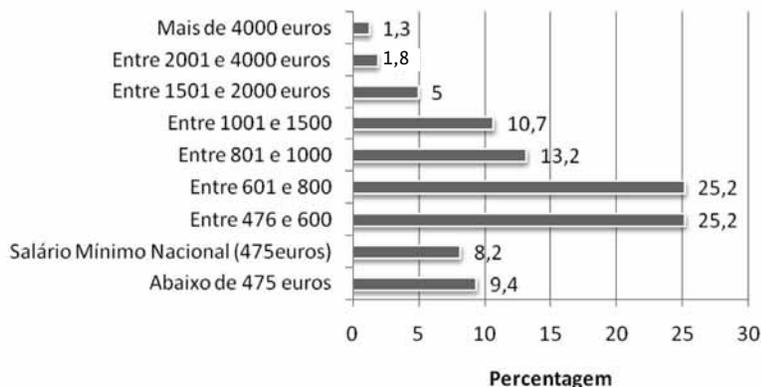
Em suma, o salário mensal líquido dos inquiridos não é independente do género. Por um lado, verifica-se que existem significativamente mais mulheres com salários “abaixo dos 475 euros” e “entre 476 e 600 euros”. Por outro lado, existem mais homens cujo salário líquido se situa “entre 601 e 800 euros”, “entre 801 e 1000 euros”, “entre 1501 e 2000 euros” e “mais de 2000 euros”.

Ainda sobre salários, uma outra questão referia-se ao salário mensal líquido do cônjuge do inquirido, cujo mapa de distribuição na Figura 87 se assemelha ao do próprio. Não considerando o sexo, verifica-se um padrão similar de baixos salários, com 17,6% de salários mínimos ou abaixo do mínimo, 50,4% entre 475 e 800 euros, 28,9% entre 801 e 2000 euros, 1,8% entre 2001 e 4000 euros e 1,3% com mais de 4000 euros.

8 Estas desigualdades salariais por género, afetando sobretudo as mulheres nos escalões salariais mais baixos e desembocando em processos de empobrecimento, já têm sido constatadas noutros estudos em Portugal, sendo de referir, entre outros, M. Silva (1983), C. F. Rodrigues (2000), Perista (2002), Vieira *et al.* (2005), Marques *et al.* (2006), Lopes e Perista (2010), Aboim (2010: 43). A desigualdade salarial entre homens e mulheres em Portugal ter-se-á agravado desde 2013, descendo para os últimos lugares no *ranking* europeu e mundial (Público, 19/11/2015).

9 Tal como o teste Qui-quadrado tende a evidenciar: $\chi^2 = 54,31$, $gl = 8,356$, $p < 0,001$. Porém, existem quatro células (22,2%) com frequência esperada inferior a 5, o que não permite uma aplicação rigorosa do teste. O teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo ($p < 0,001$) confirma os resultados obtidos.

Figura 87. Salário mensal líquido do cônjuge (%)

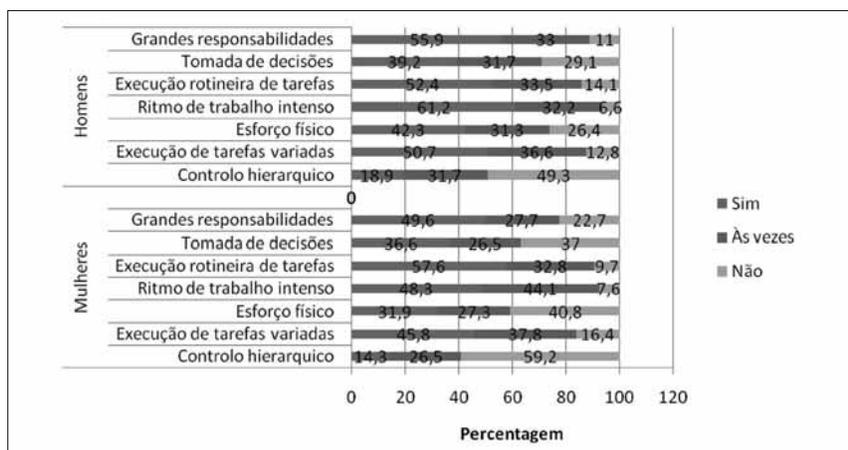


Fonte: IDG, 2011; N=159.

3. Contextos e atividades laborais: representações e sentimentos de discriminação

Uma questão relevante prende-se com os requisitos da atividade profissional, denotando-se respostas diferenciadas por sexo, expressas na Figura 88.

Figura 88. Requisitos da atividade profissional, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

As respostas por sexo nesta questão evidenciam algumas similitudes nalguns requisitos para o desempenho da respetiva atividade profissional e diferenças noutros. Desde logo importa referir que a opção em que tende a existir uma menor percentagem de respostas afirmativas remete para o “controlo hierárquico” (ligeiramente menos apontado pelas mulheres, a saber, 14,3% vs. 18,9%), o que acaba por entrar em linha de conta com o perfil profissional da maior parte dos inquiridos e a baixa percentagem de supervisores. À exceção da “execução rotineira de tarefas”, na qual as mulheres apresentam uma percentagem superior de respostas afirmativas (57,6% vs. 52,4%), nas restantes verifica-se o inverso, sendo de realçar “o ritmo de trabalho intenso” (61,2% para os homens vs. 48,3% para as mulheres) e o “esforço físico” (42,3% vs. 31,9%). As diferenças configuram-se mais acentuadas se atendermos às respostas negativas, sobretudo nos *itens* “esforço físico”, “controlo hierárquico” e “grandes responsabilidades”, mais apontados negativamente pelas mulheres (respetivamente, 40,8% vs. 26,4%, 59,2% vs. 49,3%, 22,7% vs. 11,1%)¹⁰. Estas respostas vão ao encontro das práticas correntes, as quais se imbricam, por sua vez, nas ideologias em torno da masculinidade associada a fatores como o comando e a maior força física.

Um outro traço importante para caracterizar as relações de género em contexto laboral articuladas com o eixo hierárquico é a justificação sobre quais as características para a nomeação do/a chefe. Em termos da amostra, em geral, verifica-se um predomínio da perceção de que tal depende das competências profissionais, seguindo-se aspetos como as habilitações académicas, o empenho/dedicação à empresa e a confiança do patrão/oa. Atentemos, porém, no Quadro 11, onde se acrescenta a estas dimensões a variável sexo.

Olhando atentamente o Quadro 11, relativamente às primeiras, segundas e terceiras características que concorreram para a nomeação ou escolha do chefe de serviço ou da empresa, ele revela-nos que de longe o que mais conta como primeira característica são as “as competências profissionais”, tanto para as mulheres (55,7%), quanto para os homens (56,4%), o que nos induz a pensar que o fator mérito é nuclear na seleção ou nomeação das chefias. Este critério assume também, em ambos os sexos, percentagens importantes enquanto segunda opção de resposta, sendo mais residual enquanto terceira. O segundo aspeto focado remete, tanto no caso das mulheres quanto no dos homens, para as “habilitações literárias” (14,4% e 10,6% respetivamente).

.....
¹⁰ Tal como o atestam os resultados dos testes estatísticos: nomeadamente nos *itens* “esforço físico” ($\chi^2=11,06$, $gl=2,465$, $p < 0,01$), “controlo hierárquico” e “grandes responsabilidades” ($\chi^2=11,30$, $gl=2,465$, $p < 0,01$).

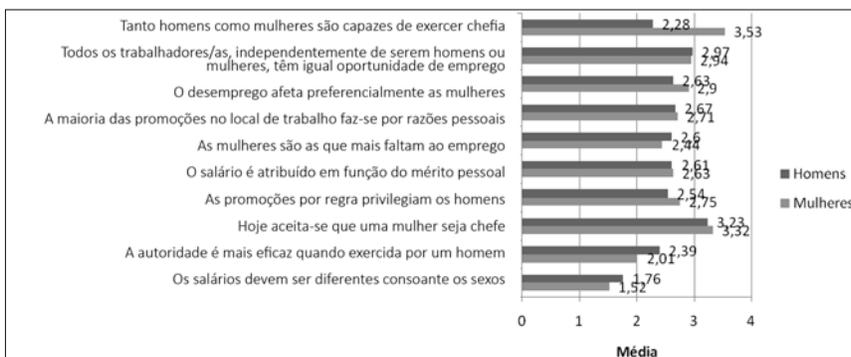
Quadro 11. Características para a nomeação do/a chefe, por sexo

Características	Mulheres			Homens		
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	1. ^a	2. ^a	3. ^a
Competências profissionais	55,7%	24,5%	8,6%	56,4%	24,4%	7,7%
Habilitações académicas	14,4%	24,5%	12,2%	10,6%	22,0%	14,7%
Empenho/dedicação à empresa	9,2%	10,7%	20,9%	9,5%	14,9%	29,4%
Anos de serviço na empresa	6,3%	16,4%	23,7%	7,3%	16,7%	23,1%
Confiança do/a patrão/oa	8,6%	13,2%	19,4%	8,4%	13,1%	14,0%
Idade	2,9%	3,1%	5,0%	1,7%	5,4%	5,6%
Relações de amizade	1,1%	5,0%	4,3%	2,2%	1,8%	0,7%
Relações de intimidade	0,0%	1,3%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Sexo	1,1%	0,6%	2,2%	1,1%	0,6%	3,5%
Destreza física	0,6%	0,6%	0,7%	2,8%	1,2%	1,4%

Fonte: IDG, 2011; 1.^a característica N=353 (179 homens; 174 mulheres); 2.^a característica N= 327 (168 homens; 158 mulheres); 3.^a característica N=282 (143 homens; 139 mulheres).

Os demais aspetos surgem de alguma forma dispersos, sendo de relevar, porém, percentagens relativamente significativas (enquanto segunda e terceira características, tanto no caso dos homens como no das mulheres) para o “empenho/dedicação à empresa”, os “anos de serviço” e “a confiança do patrão/oa”. Estas respostas evidenciam a reprodução e o reforço de uma ideologia do mérito.

Uma outra questão central no campo das representações sociais em torno do trabalho é a que se prende com as perceções dos inquiridos/as em torno das diferenciações de género no trabalho, o que nos é permitido aferir e evidenciar através dos dados expostos na Figura 89:

Figura 89. Representações face ao trabalho, por sexo (média)

Fonte: IDG, 2011, N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Legenda: A escala de resposta varia entre 1 (Discordo totalmente) e 4 (Concordo totalmente).

Lendo a Figura 89 relativamente à diferenciação de representações por género no trabalho, verifica-se que, em média, as mulheres concordam mais do que os homens com os *itens* “Tanto homens como mulheres são capazes de exercer chefia” (3,53 vs. 2,28); “O desemprego afeta preferencialmente as mulheres” (2,9 vs. 2,63); e “As promoções por regra privilegiam os homens” (2,75 vs. 2,54)¹¹.

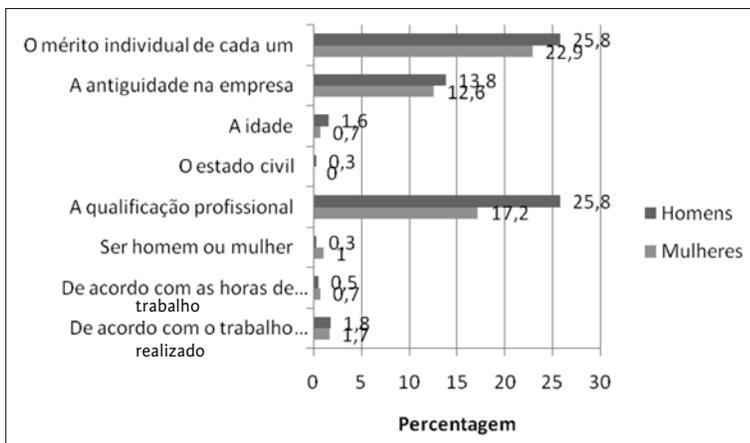
Quanto às opiniões e representações dos homens, é de registar que o seu nível de concordância é significativamente superior ao das mulheres nos *itens* “As mulheres são as que mais faltam ao emprego” (2,6 vs. 2,44), “A autoridade é mais eficaz quando exercida por um homem” (2,39 vs. 2,01) e “Os salários devem ser diferentes consoante os sexos” (1,76 vs. 1,52)¹². Não deixa de ser evidente uma tendência, tanto para homens quanto para mulheres, para respostas de cariz intermédio, sendo de realçar uma maior discordância nos *itens* relativos às ideias de que devem existir salários diferenciados entre homens e mulheres e maior concordância entre a legitimação das chefias exercidas por mulheres.

11 Tal como se evidencia pelos respetivos testes estatísticos: “Tanto homens como mulheres são capazes de exercer chefia” ($t(800) = -6,50, p < 0,001$); “O desemprego afeta preferencialmente as mulheres” ($t(796,37) = -5,69, p < 0,001$); e “As promoções por regra privilegiam os homens” ($t(800) = -4,49, p < 0,001$).

12 Tal como se evidencia pelos respetivos testes estatísticos: “As mulheres são as que mais faltam ao emprego” ($t(799,11) = 2,96, p < 0,01$); “A autoridade é mais eficaz quando exercida por um homem” ($t(784,83) = 7,10, p < 0,001$); e “Os salários devem ser diferentes consoante os sexos” ($t(800) = 5,00, p < 0,001$).

Questionados sobre quais os critérios que presidiram à atribuição de salário, as respostas, embora diferenciadas, incidem em três critérios, concentrando-se a grande parte das respostas no mérito individual (24,3%), na qualificação profissional (21,3%) e na antiguidade na empresa (13,2%), sendo as demais respostas residuais. Se diferenciarmos por sexo, as respostas são ilustradas pela Figura 90.

Figura 90. Critérios de atribuição do salário, por sexo (%)



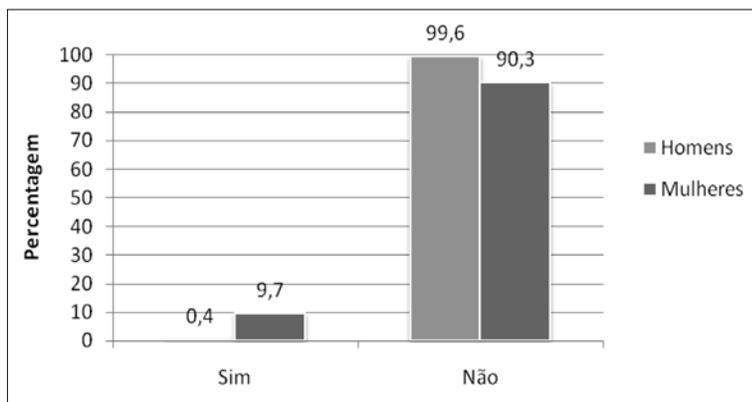
Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres)

Tal como se pode constatar na Figura 90, a grande parte das respostas por sexo incidiu também no mérito individual (25,8% pelos homens vs. 22,9% das mulheres), na qualificação profissional (25,8% vs. 17,2%) e na antiguidade na empresa (13,8% vs.12,6%), sendo as demais respostas residuais.

Relativamente ao sentimento de discriminação salarial, a Figura 91 evidencia uma quase nula percentagem de homens e uma baixa percentagem de mulheres a manifestar este sentimento.

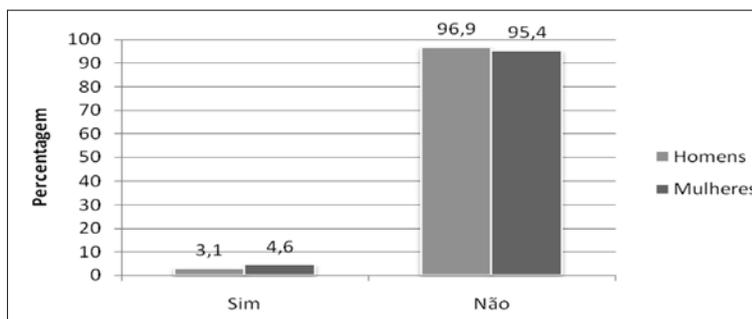
Com efeito, perante os dados relativos à distribuição dos salários por sexo, seria expectável que um maior número de respostas das mulheres manifestasse um sentimento de discriminação, em termos salariais, por serem mulheres. Em todo o caso, é de sublinhar que entre os que manifestaram existir e/ou sentir discriminação salarial em função do género são 9,7% de mulheres (vs. 0,4% de homens).¹³

13 Como o teste Qui-quadrado evidencia ($\chi^2 = 20,19$, $gl = 1,465$, $p < 0,001$).

Figura 91. Sentimento de discriminação salarial, por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

O mesmo tipo de registo poderá ser feito relativamente às respostas dadas à questão de saber se o inquirido/a se sentiu prejudicado/a face à promoção por razões de sexo: maciçamente, 96,1% das pessoas inquiridas não se sentiram prejudicadas, havendo ligeiras *nuances* por parte das mulheres que, nas respostas positivas, se sentiram ligeiramente prejudicadas na promoção.

Figura 92. Sentimento de prejuízo face a promoção, por sexo

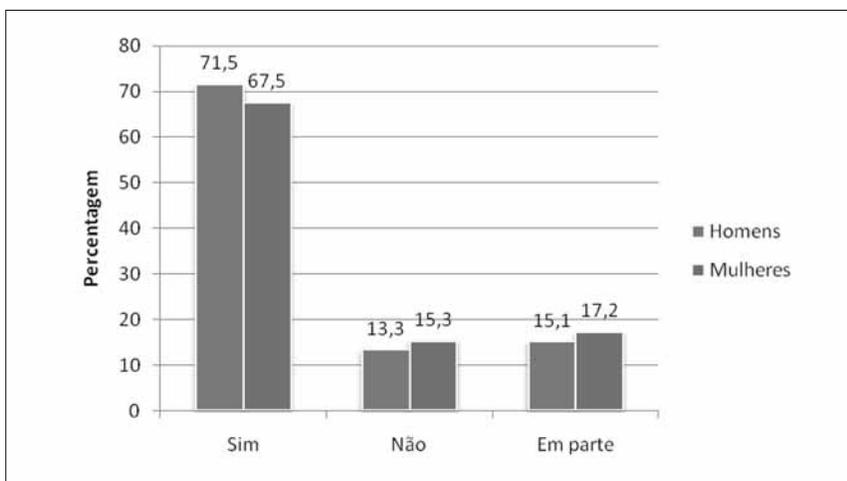
Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 homens; 238 mulheres).

Numa percentagem ainda menor do que na da discriminação salarial, verifica-se que ser discriminado por razões de sexo apenas foi sentido por 4,6%

de mulheres e 3,1% de homens. Estes dados de ordem quantitativa deveriam ser confrontados e aprofundados por entrevistas, de modo a aceder a outros níveis de confiança que permitam confirmá-los ou infirmá-los. Em todo o caso, numa pergunta mais aberta, quando questionados os inquiridos/as se em algum momento se sentiram prejudicados/as, em situação de promoção, apenas três homens e seis mulheres referem ter sido prejudicados em questões monetárias: os homens por serem preferidas mulheres, e as mulheres por serem prejudicadas com um salário mais reduzido ou ainda pela aparência física.

Tendo sido interpelados os inquiridos/as até que ponto se sentiam realizados com a sua profissão atual, as respostas foram largamente positivas (69,5%). Discriminando por sexo obtivemos os resultados expressos na Figura 93.

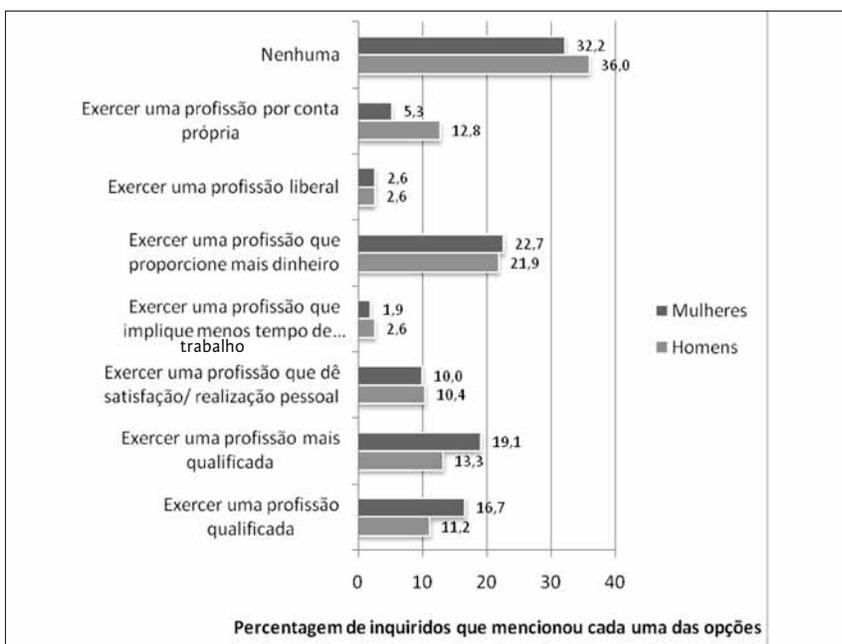
Figura 93. Realização na profissão atual/última, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Com efeito, a maioria das mulheres e dos homens (67,5% e 71,5%, respetivamente) sente-se realizada com a sua profissão atual ou última, havendo contudo 17,2% de mulheres e 15,1% de homens que só se sentem realizados em parte e 15,3% de mulheres e 13,3% de homens que de modo nenhum.

Procurando saber em que medida os inquiridos/as têm aspirações profissionais que não vêem realizadas, a Figura 94 retrata-nos o sentir dessas aspirações por sexo.

Figura 94. Aspiração profissional não realizada, por sexo (%)

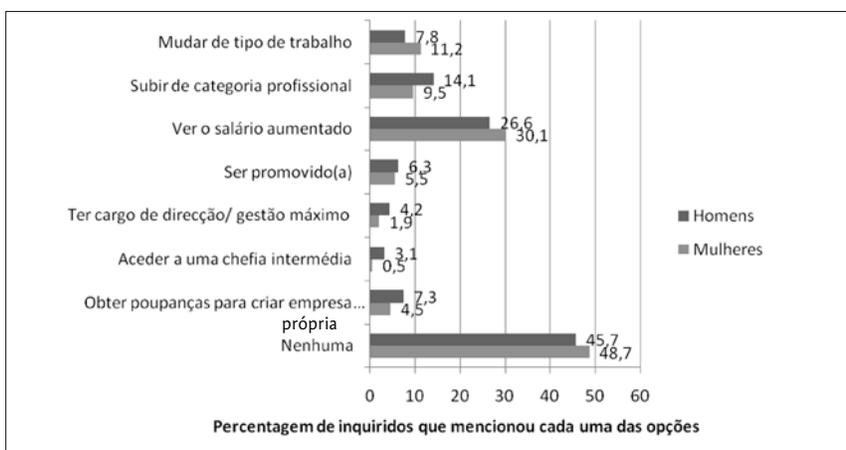
Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Relativamente a esta questão, cerca de um terço dos inquiridos (36% de homens e 32% de mulheres) não manifesta qualquer aspiração não realizada, subentendendo-se uma certa conformidade e/ou satisfação com a profissão que exercem ou exerceram. Seguidamente, sobressaem em percentagens aproximadas por sexo as pessoas que gostariam de ter uma profissão que desse mais dinheiro (21,9% e 22,7%), satisfação pessoal (10,4% e 10,1%), uma profissão liberal (2,6% e 2,6%) e com menos tempo de trabalho (2,6% e 1,9%). As respostas em que surgem diferenças, em termos de sexo, são as que dizem respeito ao exercício de uma profissão qualificada (16,7% de mulheres vs. 11,2% de homens), ao exercício de uma profissão mais qualificada (19,1% vs. 13,3%) ou ainda desta vez mais por parte de homens que de mulheres, ao exercício de uma profissão por conta própria (12,8% vs. 5,3%)¹⁴.

14 o que se traduz em correlação significativa ($\chi^2= 14,11$, $gI= 1,802$, $p < 0,001$).

Já, porém, quanto a expectativas profissionais futuras, os dados gerais evidenciam, para além de uma elevada percentagem de pessoas que não têm qualquer expectativa profissional futura (47,2%), que a maioria das que têm expectativas reparte-se pelos seguintes *itens*: “ver aumentado o salário” (28,4%), “subir de categoria profissional” (11,8%), “mudar de tipo de trabalho” (9,5%) e, por fim, “obter poupanças para criar uma empresa (5,9%)”; os demais *itens* são residuais, como aliás se pode ver na Figura 95, diferenciando as expectativas por sexo.

Figura 95. Expectativas profissionais no futuro, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

O aspeto mais saliente é a elevada percentagem de pessoas que não têm qualquer expectativa profissional face ao futuro, algo ligeiramente mais acentuado nas mulheres que nos homens (48,7% vs. 45,4%). Quanto a expectativas expressas, têm maior incidência entre as mulheres as que se prendem com o aumento de salário (30,1% vs. 26,6%) e mudar de tipo de trabalho (11,2% vs. 7,8%), talvez atendendo a baixos salários e trabalhos rotineiros ou monótonos. Quanto aos homens, sobressaem a subida de categoria profissional (14,1% vs. 9,5%), o obter poupanças para criar empresa própria (7,3% vs. 4,5%) ou o aceder a uma chefia intermédia (3,1% vs. 0,5%), traduzindo, neste aspeto, uma correlação positiva¹⁵.

15 Tal como o atesta o teste Qui-quadrado: $\chi^2 = 8,23$, $gl = 1,802$, $p < 0,01$.

Resumindo, neste capítulo foi possível traçar um quadro das atitudes face ao trabalho profissional por sexo e profissão; os modos de conciliação do trabalho extradoméstico e doméstico e as ajudas financeiras e outras de familiares em torno e após o casamento; os percursos e condições de trabalho nomeadamente a situação na profissão por sexo com a grande maioria como assalariada; os tipos de empresa e organização em que trabalham os inquiridos, estando a grande maioria no sector privado, com maior expressão entre os homens, e a minoria no público (aqui, com ligeira ênfase das mulheres nos lugares mais baixos ou intermédios); os modos de recrutamento, vínculo laboral e promoção por sexo com maior segurança contratual entre os homens; os regimes de horário de trabalho e flexibilidade para o cuidado dos filhos, salários e critérios de atribuição de salários por sexo com algum prejuízo para as mulheres; representações face ao trabalho com sentimentos de menor realização e inclusive de discriminação mais presentes entre as mulheres.

CAPÍTULO VII

GÉNERO E ESTILOS DE VIDA

Neste capítulo, centrado nos modos e estilos de vida, os resultados podem também contribuir para evidenciar práticas e representações sociais relevantes e para aferir até que ponto se verificam também a este respeito diferenças significativas, nomeadamente por género.

Os lugares na estrutura social, em termos de classe e género, entre outras variáveis, têm os seus efeitos nos modos e estilos de vida dos indivíduos. Porém, tal não permite incorrer num raciocínio linear no sentido de sustentar uma relação causal unívoca entre pertença de género e/ou classe social e estilos de vida. Mais adequado parece poder assumir-se como hipótese central que quer os convergentes, quer os divergentes estilos de vida ou representações e valores dos inquiridos são compreensíveis e explicáveis, básica embora não exclusivamente, a partir de variáveis em termos de posição de vida objetiva (classe, sexo, idade). No entanto, estas variáveis deverão ser articuladas com a própria trajetória de vida, os hábitos e estilos de vida já incorporados e/ou em vias de serem interiorizados pelos atores sociais inquiridos e no quadro socioespacial das suas vidas.

Neste capítulo, após uma breve reflexão em torno da sociologia dos estilos de vida e a sua necessária articulação com uma visão multidimensional das classes sociais, circunscrevem-me apenas a alguns aspetos relativos a práticas e estilos de vida.

1. Quotidiano, estilos de vida e classes: breve revisão teórica

Antes de dar conta dos resultados da pesquisa no que concerne os estilos de vida e valores de ordem social, far-se-á uma breve síntese das correntes que se reivindicam da sociologia da vida quotidiana e dos estilos de vida, a qual teria de ser cimentada e articulada com a sociologia das classes sociais, de modo a

melhor entender e explicar os próprios estilos de vida dos grupos profissionais e correlativas classes sociais. A abordagem sociológica dos estilos de vida, se pode contribuir para perceber algumas diferenciações de comportamento por grupo social, sobretudo ao nível interativo, necessita de ser enquadrada por outros níveis de análise, nomeadamente organizacionais e socioestruturais. De certo modo isto foi feito em torno do trabalho e das profissões, ainda que estas merecessem um tratamento articulado com as classes, de modo a empreender uma análise mais apurada sobre a correlação entre os seus estilos de vida e as suas trajetórias, bem como a origem social e/ou geográfica dos inquiridos e respetivas posições de vida objetivas (cf. Bader e Benschop, 1988). Em todo o caso, esta análise teve de alguma forma lugar no quadro do tratamento da igualdade de oportunidades e da discussão teórica em torno do tema da reprodução e da mobilidade social.

A colocação do problema deste modo não é contudo pacífica. Com a articulação entre os estilos de vida e a sociologia teórica e, em particular, a sociologia das classes sociais prende-se o velho problema de saber até que ponto os atores sociais, designadamente os inquiridos nesta amostra, devem ser analisados mais em função da sua origem e pertença de classe ou de outros critérios como a pertença de género, étnica ou a categoria etária. Categorias como classe, género, etnia, idade ou nacionalidade, numa palavra, as condições objetivas de vida e respetivos contextos, são importantes na medida em que contribuem para explicar a paulatina mudança das mentalidades e mundividências (cf. Silva e Monteiro, 2000). E é justamente a partir destes novos dados e contextos que teremos de compreender, enquadrar e explicar, ora a manutenção de certos valores e modos de vida, ora a emergência de novos estilos de vida. Para já, a questão que se coloca, sendo mais de carácter descritivo e interacional, é a de procurar identificar, em termos globais, quais os atuais valores e representações, expectativas e estilos de vida dos homens e mulheres inquiridos e, seguidamente, equacionar em que medida tais estilos, valores e representações sociais contribuem para definir o lugar dos indivíduos e dos grupos sociais.

A sociologia dos modos e estilos de vida tem vindo a merecer, por parte de diversos autores, um interesse crescente. Em Portugal, Guerra (1993: 60 ss), retomando esta sociologia em moldes diferentes da de alguns dos seus inspiradores iniciais ligados à Escola de Chicago, tais como Park (1987) e Wirth (1987), procura articular várias dimensões presentes no estudo dos estilos de vida através do que ela designa como reconciliação de três níveis analíticos: o sistema e os valores, a história e o quotidiano, o objetivo e o subjetivo. Além

de Guerra (1993), embora num registo algo diferente, também A. Gonçalves (1996), reivindicando-se ora duma perspetiva weberiana, ora duma conceção interacionista simbólica, ora ainda das contribuições de Bourdieu (1979), sublinha a importância da Sociologia dos estilos de vida dos atores sociais, cujas práticas e representações sociais são enquadradas e mediadas pelo sistema de disposições duradouras designado por *habitus*.

A recente importância dada à sociologia dos modos e estilos de vida tem sido objeto de polémica, o que se explica por vários fatores: (i) o facto de, segundo Guerra (1993:59) se atribuírem amiúde aos conceitos de *modos de vida*, *estilos de vida* e *géneros de vida* conteúdos e, por vezes, referências contraditórias; (ii) a dificuldade em estabelecer os domínios do seu objeto de estudo e, eventualmente, dos métodos utilizados; (iii) a pouca importância que tradicionalmente tem sido dada pela Sociologia às análises microscópicas, ao contrário do que sucede quando esta se debruça sobre os chamados fenómenos sociais totais, de cariz holista; e (iv) a fronteira do quotidiano, dado como “banal” e “a-histórico” face aos macrofenómenos, que parece tornar-se desprezável, diluindo-se nas envolventes estruturais ou nas grandes tendências históricas.

Grandemente convergente com a sociologia dos estilos de vida, surge também a sociologia da vida quotidiana que, para Pais (1986: 8), “é, acima de tudo, sociologia”, o que leva este autor não só a convocar para esta temática a contribuição de algumas correntes sociológicas que privilegiam a análise do quotidiano, nomeadamente a sociologia das formas, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, como a reivindicar, a respeito deste campo de pesquisa, um novo enquadramento teórico, pelo menos um específico conceito teórico da vida quotidiana que supere as perceções vulgares do senso comum: “para que o quotidiano possa desfrutar de um estatuto heurístico, torna-se necessário contrapor às noções comuns do quotidiano um conceito teórico de vida quotidiana” (Pais, 1986:11). É nesta ótica que com justeza Pais (1986: 38-51) procura superar, na análise da vida quotidiana, velhos dilemas sociológicos – nomeadamente os provindos das teorias estruturalistas *versus* teorias interacionistas e fenomenológicas e, em especial, o concernente a uma visão macrosociológica *versus* uma outra de cariz microsociológico – e apontar para a necessária articulação dos níveis estrutural, institucional e situacional.

Com efeito, entre as sociologias que mais se têm ocupado, quer com os estilos de vida, quer com a vida quotidiana, há a referir a sociologia das formas, tendo como referências principais Simmel (1977), Balandier (1980), Maffesoli (1985) e Javeau (1998). Para Simmel (1977), se o conteúdo e as formas sociais

constituem uma realidade unitária, o que faz com que a “sociedade” seja sociedade são, porém, os diversos tipos de ação, as formas de socialização. Ou seja, o que constitui o social, enquanto objeto da Sociologia, não são propriamente os conteúdos da matéria de socialização (instintos, interesses de vária ordem, fins, motivações, inclinações ou estados psíquicos), mas antes as formas de ação recíproca, de cooperação e de coexistência: “Um grupo de homens não forma sociedade porque exista em cada um deles por separado um conteúdo vital objetivamente determinado ou que o mova individualmente. Só quando a vida destes conteúdos adquire a forma da influência mútua, só quando se produz uma ação de uns sobre os outros – imediatamente ou por meio de um terceiro – é que a nova coexistência espacial, ou também a sucessão no tempo, dos homens, se torna sociedade” (Simmel, 1977: 17).

Segundo Balandier (1983: 6), a particularidade da sociologia da vida quotidiana decorre de dois aspetos fundamentais, a saber: (i) assumir o sujeito individual como o ponto privilegiado de análise; e (ii) pressupor o estudo das práticas e representações que esse mesmo ator social, segundo uma negociação permanente e quotidiana, atualiza no seu processo de integração social.

Na senda da tradição da sociologia das formas, também Maffesoli (1985), nomeadamente ao dedicar no seu *Conhecimento Ordinário* um capítulo à epistemologia do quotidiano, releva a experiência como “o fundamento de todo o processo científico” e atribui uma importância fulcral ao acontecimento presente, instantâneo, da vida quotidiana com os seus traços de duplicidade, teatralidade, tragédia e ritualismo: “A existência quotidiana é resplandecente, polissémica, constituída de sombras e luzes, numa palavra, o que é cada vez mais aceite, feita por um homem simultaneamente ‘sábio’ e ‘louco’” (Maffesoli, 1985: 193). É a forma que nos permite conhecer as coisas, e assim, porque estas são o que aparecem e como aparecem, torna-se possível aceder à “essência” das coisas. Dado, porém, que toda a forma está imbuída de símbolos, a sociologia das formas tem como objeto central de estudo as aparências, as fantasias e os símbolos, instantâneos ou não, mas portadores de significados. Neste sentido, o formalismo assumir-se-ia, segundo Pais (1986:24) “como uma reacção contra a monovalência racionalista na exacta medida em que faz ressurgir a polissemia do gesto”, posição, de resto, já salientada por Maffesoli (1985: 185 ss).

Outros autores amiúde destacados, a propósito da sociologia dos estilos de vida e do quotidiano, são construtivistas, como Berger e Luckmann (1976), interacionistas simbólicos, como Goffman (1989), e etnometodólogos, como Garfinkel (1967). Estes autores, ou vêem as estruturas e as organizações sociais como um quadro amplo, em cujo interior tem lugar a ação social tácita ou

explicitamente dependente da intercomunicação dos atores sociais, ou simplesmente as ignoram, tal como, porventura de modo excessivo, refere Pais (1986:26) “as abordagens interacionistas ignoram, de facto, as variáveis e os níveis sociais mais estruturais”. É neste quadro que se insere, com particular incidência, o modelo dramaturgico da sociologia de Goffman (1989), para quem a vida é um palco onde os atores “vestem e despem” as máscaras, as fachadas e aparências sob as quais protegem a sua identidade; ou seja, sob uma constante tensão entre o exterior e o interior da *persona*, a representação e a organização do eu na vida quotidiana adquirem uma notável centralidade. Se é certo que interacionistas como Goffman (1961) não perdem totalmente de vista o contexto, já outros, em particular etnometodólogos como Garfinkel (1967), Glaser e Strauss (1967), acentuam que a vida quotidiana se apresenta como um mundo intersubjetivo e intercomunicativo, que, como tal, não existe independentemente dos indivíduos. As designadas “estruturas” sociais não são mais que resultados (re)construídos e estabilizados pelas interações sociais que recorrentemente ocorrem e se interligam, de modo que as situações são reais na medida em que os atores sociais assim as definem, ativa e criativamente, as configuram simbolicamente e lhes atribuem significados através do uso dos objetos e da interação com os outros. Tais significados em torno dos objetos convergem ou divergem conforme o sentido, ora comum, ora polissémico, atribuído pelos atores envolvidos, que, justamente pela experiência, interação e negociação, conseguem partilhar, de modo tácito ou expresso, normas e regras reciprocamente aceites.

Na incursão sobre as diversas correntes ligadas ao estudo do *quotidiano*, Pais (1986) não deixa de trazer à colação e inclusivamente de incorporar a contribuição dalguns marxistas como Lefebvre (1980) e Heller (1986). Com efeito, a vida quotidiana, segundo Lefebvre (1977: 144), “não nos aparece senão sob os aspetos do familiar, do banal, do inautêntico... Nos vários domínios da ciência as descobertas mais importantes realizaram-se através do estudo dos objetos humildes, quotidianos, insignificantes na aparência”. Mais, “na medida em que a ciência do homem existe, ela encontra a sua matéria no banal, no quotidiano... O conhecimento, o verdadeiro pensamento passa metodicamente da escala individual para a escala social e nacional... Ele chega assim a uma noção científica do todo social” (Lefebvre, 1977: 146-147), sendo aliás na rotinização do quotidiano que a consciência de classe se desenvolve ou é reprimida. De facto, na sociedade capitalista, altamente mercantilizada, a rotinização do quotidiano, enquadrada nos eixos estruturantes do tempo e do espaço, ocorre não só nos movimentos mecânicos da produção mas também nas práticas de

consumo – umas produzidas pelos próprios atores sociais, outras artificial e ideologicamente fabricadas e veiculadas por diversos meios, nomeadamente pelos meios de comunicação social. Ou seja, tais práticas e representações, configurando-se não raro sob o manto afetivo-cultural, constituem formas de alienação que, de modo persuasivo e eficaz, desviam a atenção do homem comum das causas dos problemas sociais. Daí que, para os referidos marxistas, o espaço da vida quotidiana seja também um palco da luta de classes; isto é, enquanto as classes exploradas, devido ao *modus vivendi* do seu quotidiano, vão sendo alienadas, a burguesia, por seu lado, vai estruturando o seu próprio espaço social, já que é detentora de condições económicas privilegiadas que lhe permitem ter acesso e em abundância aos bens e recursos de vária ordem (cf. Lefebvre, 1977: 180 ss). O “mundo da vida”, tal como o designa Habermas (1973: 94 ss), em contraste com a racionalidade científica e técnico-instrumental, representa um campo de resguardo defensivo mas crescentemente “colonizado” pelos sistemas económico e político em vista à reprodução destes através da integração social dos sujeitos. Contudo, também é certo que o estudo da vida quotidiana, no justo entendimento de Heller (1986: 160), além de constatar o recorrente conflito entre a vida quotidiana e o sistema, permite a reintrodução do ator social coletivo e sobretudo individual, em grande parte e amiúde negado quer pelo “objetivismo” estruturo-funcionalista (cf. Parsons, 1988), quer, de certo modo, pela tradicional visão marxista de teor exclusivamente “produtivista” e estruturalista, mormente de inspiração althusseriana (cf. Althusser, 1972). Por isso, à exceção de alguns poucos marxistas como Lefebvre (1977) e Heller (1986), a sociologia da vida quotidiana tem vindo a aproximar-se e a convergir com correntes que “têm assumido e reivindicado posições nitidamente fenomenológicas” (Pais, 1986: 30), do mesmo modo que as linhas de pesquisa sobre os estilos de vida têm sofrido forte influência de pressupostos interacionistas e fenomenológicos, pressupostos e método também reivindicados por Berger e Luckman (1976: 36): “O método que julgamos mais conveniente para esclarecer os fundamentos do conhecimento da vida quotidiana é o da análise fenomenológica, método puramente descritivo e, como tal, ‘empírico’ mas não ‘científico’, segundo o modo como entendemos a natureza das ciências empíricas.” Para esta visão concorre também, até certo ponto, a própria perspectiva hermenêutica, presente em Weber (1978) e em Simmel (1977), embora mais neste que naquele.

Perante a opacidade das visões holistas e estruturalistas, a emergência da sociologia da vida quotidiana e dos estilos de vida, na qual releva a importância da interação social, deve ser saudada como uma lufada de ar

fresco antiestruturalista, na medida em que permite não só aceder ao nível de análise mais próximo dos atores sociais como não perder de vista que as próprias estruturas são entidades cristalizadas, suscetíveis de manter-se e/ou modificar-se pela ação individual e sobretudo coletiva dos próprios sujeitos. Com efeito, se os atores sociais não estão desvinculados do sistema, este tão-pouco vive sem aqueles, como diria Elias (1980). É, justamente, no quadro da desejável articulação entre o sistema e o ator e na estratégia de contrariar reducionismos de ordem objetiva ou subjetiva que também Guerra (1993), no concernente ao estudo dos modos e estilos de vida, assume a necessidade de se considerarem novas dimensões, nomeadamente a do imaginário social que “decorre do domínio da racionalidade da acção social situando-se ao nível das intenções, onde a lógica ‘histórica’ presente nas práticas, individuais ou colectivas, parece obedecer a parâmetros que não são apenas ‘objectivos’ e ‘subjectivos’, mas que os articulam numa dimensão prospectiva” (1993: 66).

Com efeito, a dominância da moderna racionalidade instrumental e o discurso das grandes narrativas teórico-ideológicas acabaram por desvalorizar outros tipos de racionalidade, propostos, entre outros, também por Weber (1978) – tradicional, afetivo-emocional, valorativa. No entanto, subjacente a algumas das reações antiestruturalistas e antirracionalistas, encontra-se a grande armadilha do relativismo epistemológico e histórico, também presente na conceção polissémica da sociologia dita formista ou, melhor dito, da sociologia das formas. Mais, teoricamente, é feita, de modo indevido, uma pretensa ponte de identificação da sociologia weberiana com a sociologia da estratificação de inspiração estruturo-funcional, amputando de modo reducionista o pensamento weberiano, sobretudo quando se atribui a Weber a determinância do simbólico, da cultura e dos estilos de vida para explicar os comportamentos de demarcação, (re)classificação ou desclassificação, por parte dos atores sociais, uns para com os outros. Daqui ao determinismo normativo-cultural, subscrito em primeira linha por Parsons (1967, 1988), iria paradoxalmente um pequeno passo.

Por seu turno, para além da sociologia das formas, nomeadamente na variante de Maffesoli (1985), a abordagem etnometodológica, assumindo a descrição dos atores como a base de acesso ao conhecimento da realidade social, não articulando o patamar analítico da (inter)subjetividade com outros níveis de análise nem se questionando sobre as condicionantes estruturo-organizativas das experiências e vivências intersubjetivas, acaba por retomar claramente pressupostos empiricistas, na medida em que não só a teoria se funda e resulta da componente empírica como o próprio senso comum

constitui, em última instância, a garantia do conhecimento sociológico. Se o conhecimento primeiro da experiência “ordinária” do mundo é obviamente conhecimento, é também, quando elevado a uma forma ilusória de conhecimento “espontâneo”, desconhecimento/reconhecimento duma ordem ideológica instaurada, estabelecida e não questionada.

Relativamente ao papel da esfera do consumo, quer o marxismo tradicional, quer a economia clássica, ao distinguirem, cada um a seu modo, a esfera da produção da esfera do consumo, desvalorizaram talvez em excesso o consumo tomando-o como um campo bastante dependente ou até negligenciável. Neste quadro é compreensível e até pertinente que a sociologia do quotidiano e dos estilos de vida reivindique modos e tipos de lazer e consumo como partes integrantes da realidade social e, portanto, também obviamente suscetíveis de análise sociológica. Porém, sustentar, a partir daí, em termos heurísticos e explicativos, uma espécie de homologia e convertibilidade analíticas entre a esfera da produção e a do consumo ou, ainda mais discutível, como o fazem Maffesoli (1985) e Baudrillard (1988), desvalorizar a centralidade do trabalho e dos processos produtivos em nome da emergência explosiva da esfera do consumo, é, no nosso entender, inadequado e redutor. Uma certa tendência de moda no sentido de afirmar a supremacia e a dominância do consumo como esfera socializadora dos jovens – e até substitutiva do trabalho – deve, contudo, ser relativizada e diferenciada por grupo social e etário, pois as vivências e percepções em relação ao trabalho presente ou as expectativas em relação ao trabalho futuro continuam sendo uma referência central na socialização dos jovens em formação. O próprio estudo dos gostos e dos estilos de vida distintivos sem a análise dos grupos de referência e sobretudo das classes de pertença e suas condições de existência seria, tal como o demonstrou Bourdieu (1979: 190 ss), igualmente redutor e insuficiente: “O mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida”, constitui-se a partir do *habitus*, “enquanto princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e o sistema de classificação dessas práticas” (Bourdieu, 1979: 190). Tais princípios geradores e classificadores das práticas, comportando respetivamente a capacidade de produzir práticas e apreciar ou valorizar estas práticas e produtos (gostos), são “o produto da incorporação da estrutura do espaço social, de tal modo que ela se impõe através da experiência duma posição determinada neste espaço” (Bourdieu, 1979: 195). Ou seja, o próprio *habitus* é o conceito mediador que permite compreender a relação entre “as características pertinentes da condição económica e social (o volume de capital e a estrutura do capital apreendidos sincrónica e diacronicamente) e os traços distintivos associados à posição

correspondente no espaço dos estilos de vida” (Bourdieu, 1979: 190). Donde, a vaga pós-moderna, no sentido de assinalar o vitalismo fenomenológico em torno da celebração dum presente cada vez mais despolitizado (em que, tal como sustenta Maffesoli (1985: 184, 207), os próprios conflitos do quotidiano seriam desprovidos de ideologia), é ela própria parte integrante do relativismo epistemológico que, ainda que na aparência menos ambicioso, redundando objetivamente numa convergência sintomática com a política dos mais fortes e as grandes narrativas ideológicas dos dominantes!

Em jeito de síntese, diremos que é perfeitamente legítimo circunscrever a análise dos estilos de vida ao nível interativo, desde que se equacionem os objetivos e os limites deste tipo de abordagem, tal como aliás o fez Goffman (1974) ao incidir o seu esforço de análise sobre os modos como a experiência do quotidiano se organiza através da interação dos indivíduos em situação de copresença. Esta ideia, ainda que articulada com outros fatores, é também retomada por Giddens (1984: xxiv), o qual teoriza sobre o papel ativo e criativo dos indivíduos em articulação com as condicionantes espaço-temporais. O que já é abusivo é que, a partir do nível de análise interacional – aliás hoje reconhecido inclusivamente por neossistémicos como Luhmann (1982) ou neomarxistas como Bader e Benschop (1988) –, se acabe por sustentar a sociologia dos estilos de vida como uma disciplina autossuficiente, quer epistemológica, quer teoricamente, resultando tal conceção não tanto na justa afirmação da dimensão simbólica da realidade social mas mais numa deriva de cariz culturalista ou simbologista. Na realidade, se se pretender fazer a leitura de processos de (re)classificação e/ou desclassificação social baseados apenas nos valores, nas representações e/ou nos estilos de vida – esquecendo a posição de vida objetiva (em termos de classe, género, idade, etnia, território) que os indivíduos ocupam na sociedade e, em particular, o seu lugar na divisão social do trabalho, e as lógicas (económica, política, comunicacional, ideológica) que perpassam os sistemas de exploração e dominação, nomeadamente o atual, capitalista –, certamente não se estará em condições de explicar as condições de emergência, reprodução e eventual agravamento das formas de desigualdade social designadamente de classes. Mais, uma interpretação estrita e estreitamente acionalista e fenomenológica poder-nos-ia levar a sustentar que grupos sociais que não denotassem qualquer grau de mobilização poderiam, no limite, ser varridos do mapa social e conduzir à própria negação da existência e do confronto de classes. Ora, mesmo quando ocorra – aliás, não raro – a discrepância ou a falta de correspondência entre as perceções “subjetivas” e as posições de vida “objetivas”, tal poderá exigir a mediação de

outros conceitos (experiência, trajetória, hábitos, estilos de vida); mas seria inadequado, a partir daí, negar as propriedades objetivas de vida dos indivíduos, dos grupos e/ou das classes sociais, e, em última instância, questionar ou até negar, sob a prioridade e a centralidade dos processos cognitivos, dos discursos e das representações sociais, a sociedade enquanto realidade social. Tal como insiste Bourdieu (1979: 192), “os estilos de vida são assim os produtos sistemáticos dos hábitos que, percebidos nas suas relações mútuas segundo os esquemas dos *habitus*, tornam-se sistemas de signos socialmente qualificados (como ‘distintos’, ‘vulgares’, etc.). A dialética das condições e dos hábitos é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, a aferição duma relação de forças, num sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, na distribuição do capital simbólico como capital legítimo, desconhecido na sua verdade objetiva”.

Destes considerandos poder-se-á inferir que a análise dos estilos de vida deve relacionar-se com os modos de produção e de reprodução, tornando-se, simultaneamente, indispensável discutir, em termos latos, o binómio tempo de trabalho/tempo de lazer, ambos tempos do quotidiano, ainda que desigualmente distribuídos entre os diferentes tipos de grupos (de classes, de género, étnicos), territórios, línguas ou outros *itens*. Os registos de teor interacionista, as descrições de inspiração etnometodológica e sobretudo as reações pós-modernistas perante as grandes narrativas ideológicas não podem obviamente ignorar as relações não só simétricas como assimétricas entre os diferentes interlocutores e as respetivas posições de vida objetivas.

Nesta sucinta digressão pelos meandros da sociologia do quotidiano e dos estilos de vida, pretendemos sustentar que esta sociologia especializada tem a sua pertinência e relevância, desde que se definam os seus limites e se circunscrevam o seu âmbito e objetivos. Ela pode ser extremamente útil no sentido não só de possibilitar uma mais adequada compreensão dos estilos de vida das classes e das categorias sociais, mas também de contribuir para deslindar e coexplicar as suas práticas, trajetórias e destinos sociais. Deste modo, poder-se-á dizer que, até certo ponto, além dos hábitos, os estilos de vida, as representações e os valores adotados pelos indivíduos, famílias e grupos sociais na vida quotidiana são elementos que também contribuem para configurar a posição social das classes a que os indivíduos inquiridos pertencem¹. A socio-

.....
1 A sociologia dos estilos de vida continua, por outro lado, sujeita a um processo de gestação ainda não terminado, subsistindo uma certa indefinição, ambiguidade e até ceticismo relativamente ao seu estatuto enquanto disciplina autónoma no interior da Sociologia, prestando-se mesmo, por vezes, a expedientes ideológicos.

logia dos estilos de vida é, por isso, passível de controvérsia, na medida em que, por si só, é incapaz de fornecer um quadro explicativo autónomo da ação social, sobretudo se se pretender desligá-la não só dos quadros espaço-temporais mas também dos constrangimentos e oportunidades que as coordenadas estruturais e organizacionais ora limitam ora possibilitam.

2. Dos estilos de vida a uma conceção multidimensional de classe e género

Sem questionar a pertinência e as potencialidades da sociologia dos estilos de vida, consideramos haver uma insuficiência das visões simbólico-interacionistas e sobretudo fenomenológicas sobre os estilos de vida. Ou seja, as recíprocas interações e perceções dos atores sociais, bem como as suas estratégias de (re)classificação e/ou desclassificação de cariz predominantemente simbólico, não sendo (cor)relacionadas com critérios objetivos nomeadamente de ordem económica, credencial-escolar e política, mostrar-se-ão insuficientes em termos heurísticos e explicativos.

À primeira vista, poder-se-ia conjeturar que o défice da vertente estrutural inerente a uma análise de carácter interacionista-simbólico e sobretudo etnometodológico poderia ser colmatado, embora de modo algo artificial, com uma visão sistémica, (estruturo-)funcional. Porém, a conceção de sistema e de estrutura, a começar por Durkheim (1977) mas sobretudo desenvolvida por Parsons (1988) e seus seguidores, é marcada por um cariz mais normativo e valorativo que material, perdendo-se assim de vista a posição de vida objetiva que nos pode ser fornecida por uma articulação conjugada entre os pressupostos marxistas e weberianos (cf. Bader e Benschop, 1988; Silva, 1998, 1999, 2009).

Com efeito, Parsons (1967), Merton (1970), Davis e Moore (1976), enquanto principais pioneiros da teoria da estratificação social, assumem que todas as sociedades são constitutivamente hierarquizadas e inigualitárias, na medida em que todas as sociedades conhecem uma diferenciação de funções, aliás necessárias para a coesão e a harmonia sociais. Sendo umas funções mais importantes que outras, os indivíduos que por talento herdado ou por treino e formação adquiridos as preenchem têm o direito de ser mais bem recompensados, enquanto aos menos competentes ou capazes restar-lhes-ão funções menos importantes e mais acessíveis na escala da divisão social do trabalho.

No polo oposto situa-se a teoria de classes marxista, a qual está estreitamente ligada à elaboração do conceito de modo de produção, enquanto combinação estruturada das forças produtivas e das relações de produção. Marx e Engels (1998), depois de enunciarem, em termos gerais, a sucessão de modos

de produção na história com as respetivas classes exploradoras e exploradas e sem deixarem de reconhecer, em análises de configurações históricas concretas (cf. Marx, 1975, 1975a; Engels, 1975), a existência de múltiplas classes sociais, centram contudo a sua análise no capitalismo contemporâneo que, enquanto modo de produção, comporta duas classes antagónicas: a burguesia e o proletariado. As classes sociais definem-se a partir dos lugares diferenciados de cada conjunto de agentes em relação ao processo produtivo, cujas relações aí estabelecidas resultam numa contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da apropriação do produto e, portanto, numa desigual apropriação dos meios de produção (v.g. terra, capital, meios tecnológicos). Esta contradição cria, no quadro do capitalismo, uma divisão da sociedade em duas classes antagónicas: a classe daqueles que apenas dispõem da sua força de trabalho, os trabalhadores, e a classe burguesa que, sendo detentora dos meios de produção, se apropria da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados que, nesta condição, são por aquela explorados (Marx, 1974; Marx e Engels, 1998).

Um outro autor que se debruçou sobre as desigualdades, nomeadamente de classe, e que constitui uma incontornável referência sociológica é certamente Weber (1978). A sua conceção insere-se na tradição compreensiva e interpretativa, a qual visa apreender os significados, percepções e representações dos próprios atores sociais, sem contudo omitir ou eximir-se de detetar, de acordo com a sua metodologia de adequação pluricausal, os demais fatores coexplicativos da interação social que, no caso em apreço, pressupõem fatores de ordem económica e política em torno da existência e do confronto, historicamente validado e comprovado, entre as diversas classes sociais: desde as possuidoras dos mais variados tipos de recursos de propriedade (pessoas, terras, imóveis, etc.), passando pelas classes aquisidoras nas várias espécies de mercados, até às classes sociais intermédias. Para Weber (1978: 302), a classe é constituída pelo conjunto de atores que estão colocados em idêntica ou similar situação típica, não só no concernente aos diversos tipos de mercado, mas também em relação aos tipos e aos graus de recursos possuídos e controlados, incluindo, contrariamente à interpretação dominante neoweberiana, os inerentes aos processos produtivos.

Enquanto a teoria da estratificação, a partir de factos consumados em sociedades do passado ou do presente, justifica e legitima as hierarquias e desigualdades de castas, de estatutos e, em última instância, das próprias classes dominantes, dando-as como inevitáveis, a teoria marxista das classes sociais não naturaliza a existência das sociedades de classe, demonstrando, pelo contrário, o seu carácter histórico e mutável e verificando como, por força

da ação coletiva das classes exploradas e oprimidas, as estruturas de classe vão sofrendo processos de transformação tecnológico-econômica e de recomposição social, a que acrescem fatores de ordem política e ideológica, quer pela via gradual de reformas, quer pela via revolucionária. Esta dialética, que, no modo de produção capitalista, se consubstancia numa luta entre a burguesia e seus aliados e a classe operária e demais trabalhadores, conduzirá, no futuro, à emergência de uma nova ordem econômica e social que culminará no aparecimento de uma nova sociedade, sem classes.

O estrutural funcionalismo é teoricamente irreconciliável com o marxismo. Tal não significa que não possam ser reenquadrados alguns elementos da teoria da estratificação social, nomeadamente os que se prendem com estilos de vida e outros indicadores ligados ao conceito de *status* (v.g., ocupação, rendimento, tempo livre, cuidados médico-sociais). No entanto, tal como a definem e desenvolvem Bader e Benschop (1988) e Silva (2009), a ponte teórica fecunda nesta área sociológica não passa por uma qualquer síntese da teoria de classes marxista com a teoria estruturo-funcionalista da estratificação, mas antes por uma imbricação da teoria marxista com a weberiana, eventualmente reforçada pela dimensão interativa, também sustentada, em primeira instância, pela corrente interacionista-simbólica.

Diversos autores estruturo-funcionalistas e liberais, a começar por Parsons (1947) na introdução e tradução enviesada da *Economia e Sociedade* de Max Weber (1978), têm-se esforçado em demonstrar que a arquitetura sociológica de Weber a respeito da estratificação e das classes sociais estaria nos antípodas do marxismo, insinuando mesmo que, contrariamente à posição realista marxista em torno das classes, Weber (1978) teria assumido uma posição nominalista, cujos critérios, centrados ora no estatuto ora no poder, significariam, entre outros aspetos, a completa refutação das teses marxistas sobre as classes. Mais, segundo o liberal Aron (1991), Weber (1990), ao destacar, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a importância dos valores e, em especial, da ética e da religião protestantes no aparecimento do capitalismo, teria valorizado os aspetos normativo-valorativos em detrimento dos sociais e económicos, os quais deveriam ser explicados pela “superestrutura” religiosa. Ora, a própria doutrina da religião protestante – que, contrariamente à interpretação de Aron (1991), teria sido decisiva no aparecimento, mas não necessariamente no funcionamento, do capitalismo – constituiu e constituiu um quadro valorativo integrante da existência humana e, como tal, tem implicações na ação social e económica; porém, a mundividência religiosa dos indivíduos e dos grupos é explicável também, segundo Weber (1978), a

partir do lugar de cada grupo na vida social e, em particular, na hierarquia da respetiva organização eclesiástica.

Quer a tentativa estruturo-funcionalista de atribuir uma pretensa prioridade analítica weberiana ao conceito de (grupo) estatutário em detrimento do conceito de classe – o qual seria (quase)exclusivo do campo marxista –, quer a estratégia teórica, por parte de neoweberianos como Dahrendorf (1959), Parkin (1979) e o próprio Touraine (1985), no sentido de hipostasiar a sociologia weberiana em torno de um conceito metateórico de poder, são redutoras e inadequadas.

Numa tentativa de apontar para uma perspetiva multidimensional e sintética, já desbravada não só por teóricos marxistas como Poulantzas (1975) – que, contudo, tal como Althusser (1972), não resolveu mas antes complicou a dialética marxista em torno da velha e anacrónica dicotomia “infraestrutura-superestrutura”² –, mas também por teóricos como Giddens (1981), Bourdieu (1979), Wright (1985), Benschop (1993) e, em Portugal, Almeida (1986), Estanque e Mendes (1997), Martins (1998), Silva (1999, 2009) – todos eles, em maior ou menor medida, influenciados pelo (neo)weberianismo e sobretudo pelo marxismo, têm vindo a pugnar com justeza pela referida perspetiva multidimensional e sintética. É aliás nesta linha criativa e imaginativa que os referidos autores, para definir e classificar, bem como para explicar as práticas e representações dos atores sociais, têm destacado uma pluralidade de critérios, nomeadamente os tipos e graus de recursos – ou “capitais” para utilizar a terminologia algo abusiva de Bourdieu (1979): a propriedade de meios de produção, as qualificações e as posições de autoridade ou poder. Paralelamente, numa conceção menos fatorial e mais neossistémica, mas conjugada com os níveis organizacional e interativo, importa contudo sublinhar também que os diversos níveis de estruturação das classes e da própria ação social (socioestrutural, organizacional e interacional) não ocorrem na base duma homologia de equivalência analítica (cf. Bader e Benschop, 1988), pois tal redundaria num ecleticismo vago, redundante e estéril. Se as correntes estruturalistas tendem a menosprezar o lado organizacional e sobretudo

.....
 2 A tentativa de Althusser (1972), Poulantzas (1975) e até o próprio Godelier (1973) de distinguir “dominância” e “determinância” em última instância como forma de evitar a crítica de mecanicismo e economicismo atribuída ao tradicional esquema marxista de “infraestrutura” e “superestrutura”, em vez de clarificar, acabou por rebuscar e confundir mais ainda a relação dialética entre as duas instâncias. Assim, segundo estes autores, o facto de, em determinada sociedade, nomeadamente não capitalista, a religião, o parentesco ou o político serem eventualmente dominantes não invalidaria que, em última instância, o económico fosse o determinante, ou, para espanto de qualquer estruturalista, fosse justamente o económico a escolher e a determinar que este ou aquele fator não económico surgisse como dominante.

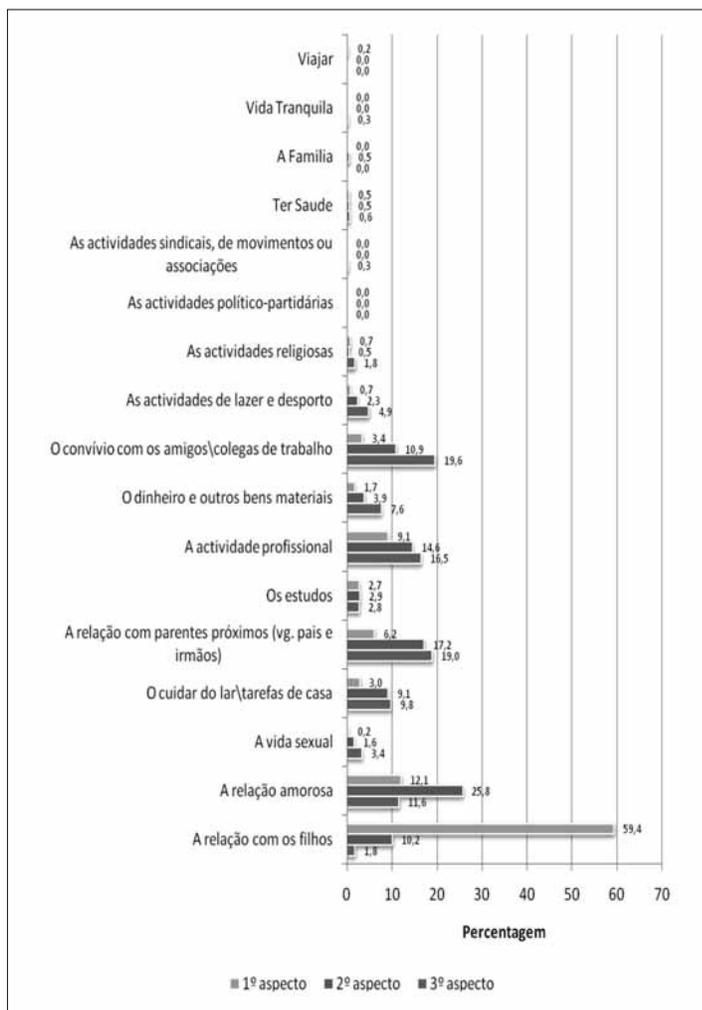
interativo da situação de classe, se a corrente (neo)weberiana – de resto, bem mais neoweberiana que weberiana – deixa ofuscado o lado estrutural (sobretudo económico) e se as correntes interacionistas e etnometodológicas ora secundarizam ora até ignoram os constrangimentos e as possibilidades estruturais da (inter)ação social, é tempo de articular, na definição de classe e de género e na estruturação da ação social, quer individual, quer coletiva, os três níveis com base na seguinte hierarquia analítica dos diversos patamares: do socioestrutural, passando pelo organizacional, até ao interativo. Ou seja, a ação social estrutura-se, antes de mais, a partir da posição objetiva de vida – um conceito aliás multidimensional e mais abrangente que a posição objetiva de classe – com o respetivo lugar de cada ator social, sobre a qual se vão formando hábitos e estilos de vida que, se são recriados pelos próprios atores, são também plasmados pela prévia posição de vida objetiva.

3. Estilos de vida: alguns resultados da pesquisa³

Tendo presente a relevância, as virtualidades e limites do conceito de estilos de vida e a necessária articulação com o conceito de classe, dar-se-á conta de alguns resultados do inquérito e entrevistas no quadro do projeto, começando por alguns factos e representações sociais das vidas dos membros inquiridos e/ou entrevistados.

Tendo sido pedidos os três aspetos nos quais as pessoas mais se terão realizado na vida, dar-se-á conta dos resultados separadamente, primeiro por parte das mulheres e, seguidamente, por parte dos homens.

³ No que concerne os resultados empíricos desta pesquisa sobre modos e estilos de vida, neste capítulo serão apenas fornecidos alguns dados sobre alguns aspetos, ficando para um capítulo de um outro livro sobre *Desigualdades e Políticas de Género* (em coautoria com Fernando Bessa Ribeiro, membro da equipa de pesquisa), a análise de aspetos como os modos e estilos de vida sobre formas de associação, atitudes perante a política, crenças e práticas religiosas.

Figura 96. Aspectos de maior realização na vida segundo as mulheres (%)

Fonte: IDG, 2011; N=419.

Segundo as mulheres, os aspectos que trazem maior realização, por ordem decrescente, são: a “relação com os filhos” (59,4%), a “relação amorosa” (25,8%) e a “relação com parentes próximos” (19%), a par do “convívio com amigos e colegas de trabalho” (19,6%). Procurando saber os aspectos em que os homens mais se realizam na vida, os resultados são expressos na Figura 97.

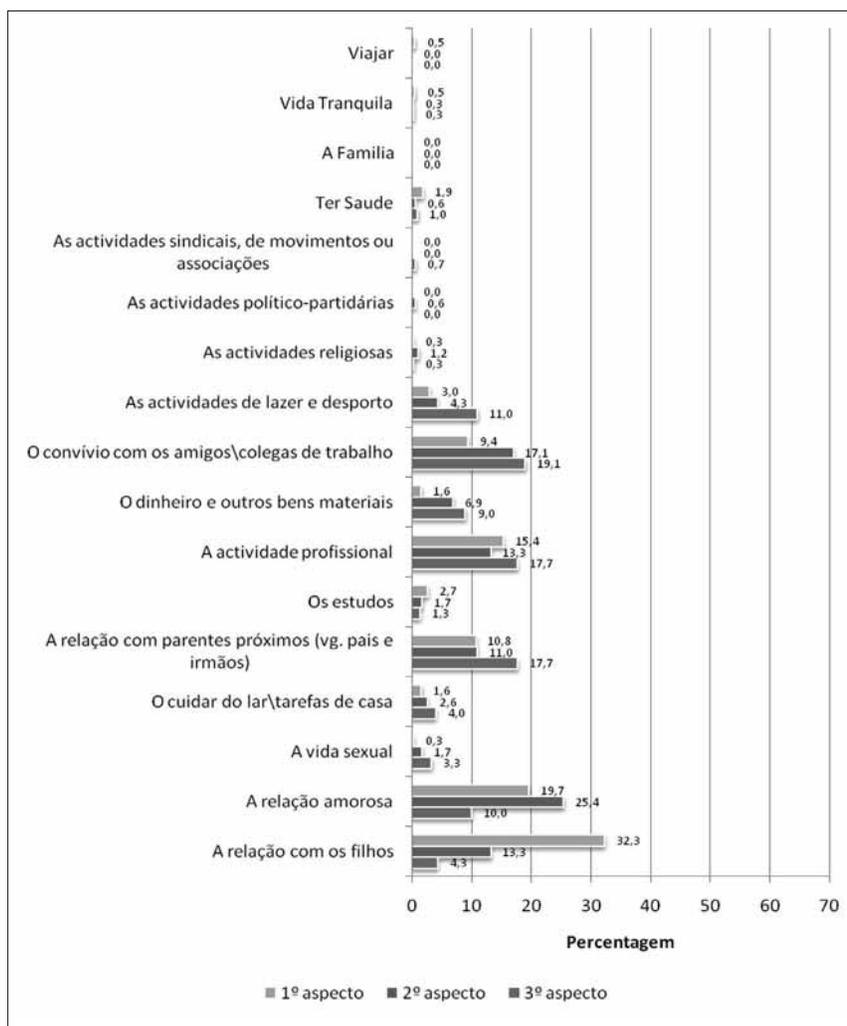
Figura 97. Aspetos de maior realização na vida segundo os homens (%)

Figura 97. Aspetos de maior realização na vida segundo os homens (%)

Fonte: IDG, 2011; N=383.

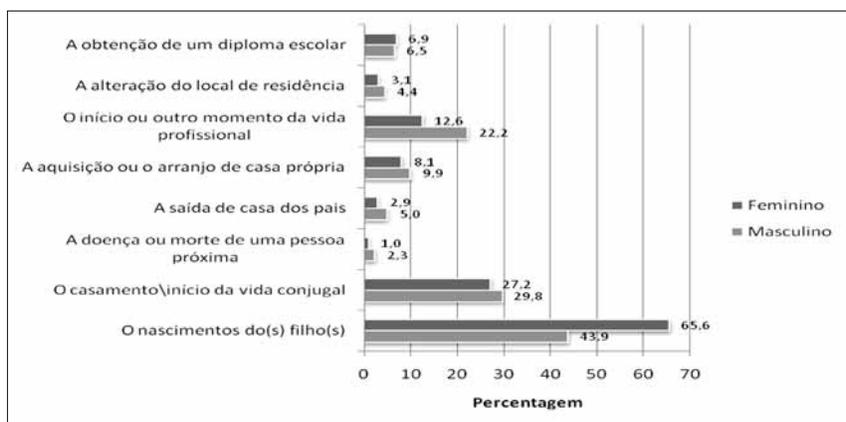
Embora numa percentagem bem menor do que no caso das mulheres, também nos homens continua a ser “a relação com os filhos” (32,3%) o aspecto que mais os realiza, seguindo-se a “relação amorosa” (25,4%) e o “convívio

com os amigos e colegas de trabalho” (19,1%); em quarto lugar, surge a “atividade profissional” (17,7%), aliás com a mesma pontuação que a “relação com os parentes próximos” (17,7%).

Embora sejam similares as respostas por parte de mulheres e homens, o género tem influência no primeiro e segundo aspetos referenciados. No que concerne o que mais realiza as mulheres na vida, estas mencionam com particular incidência “o cuidar do lar/tarefas da casa” e “a relação com parentes próximos”. Já os homens referem mais “o convívio com os amigos/colegas de trabalho”⁴.

Nestas apreciações de cariz subjetivo, importa também perscrutar quais os momentos mais marcantes dos inquiridos. Assim, tendo-lhes sido colocada a questão sobre quais os três momentos mais marcantes da sua vida, as respostas, diferenciadas por sexo, surgem distribuídos conforme a Figura 98.

Figura 98. Momentos que marcaram pela positiva, por sexo



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Legenda: Considerando apenas as categorias mencionadas por mais de 1% dos inquiridos.

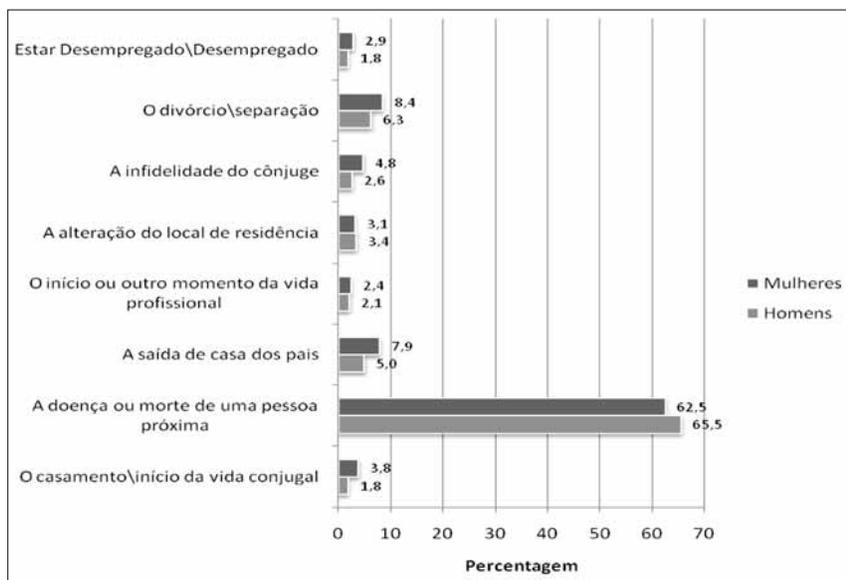
Pelos dados expressos na Figura 98, o acontecimento ou momento mais marcante na vida de homens e mulheres com filhos foi o nascimento destes, embora de modo bastante mais expressivo nas mulheres do que nos homens (65,6% vs.

⁴ Tal como se comprova pelos resultados para os homens: $\chi^2 = 73,37$, $gl = 13,777$, $p < 0,001$ e para as mulheres: $\chi^2 = 36,80$, $gl = 14,73$, $p < 0,01$. Existem dez células (35,7%) com frequência esperada inferior a 5, o que impossibilita a aplicação rigorosa do teste. Neste sentido, realizou-se o teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, que permitiu confirmar os resultados obtidos ($p < 0,001$).

43,9%). Já o casamento ou início da vida conjugal é ligeiramente mais referido por homens que por mulheres (29,8% vs. 17,2%), ou ainda o início ou outro momento da vida profissional (22,2% vs. 12,6%). Ou seja, o género tem influência nalguns dos momentos que os participantes consideraram marcantes das suas vidas pela positiva: enquanto “o nascimento dos filhos”, o mais importante para ambos, é significativamente mais mencionado pelas mulheres, “o início ou outro momento da vida profissional” é significativamente mais referido pelos homens⁵.

Relativamente a momentos que mais marcaram negativamente cada um dos cônjuges ou companheiros de casal, foi possível apurar a distribuição de respostas exposta na Figura 99.

Figura 99. Momentos que marcaram pela negativa, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 homens; 419 mulheres).

Legenda: Considerando apenas as categorias mencionadas por mais de 1% dos inquiridos.

Tal como se pode constatar na Figura 99, de longe o momento que mais marcou negativamente quer homens quer mulheres foi a doença ou morte de uma pessoa próxima (65,5% por parte de homens vs. 62,5% por parte de

⁵ Tal como o teste Qui-quadrado o confirma para o caso das mulheres: $\chi^2= 38,36$, $gl= 1,802$, $p < 0,001$ e, para o caso dos homens, $\chi^2= 12,79$, $gl= 1,802$, $p < 0,001$.

mulheres). Já com menor expressão seguem-se outros momentos negativos, mais para as mulheres que para os homens, como o divórcio (8,4% vs. 6,3%), a saída de casa dos pais (9,9% vs. 5%), a infidelidade do cônjuge (4,8% vs. 2,6%) ou ainda o desemprego (2,9% vs. 1,8%).

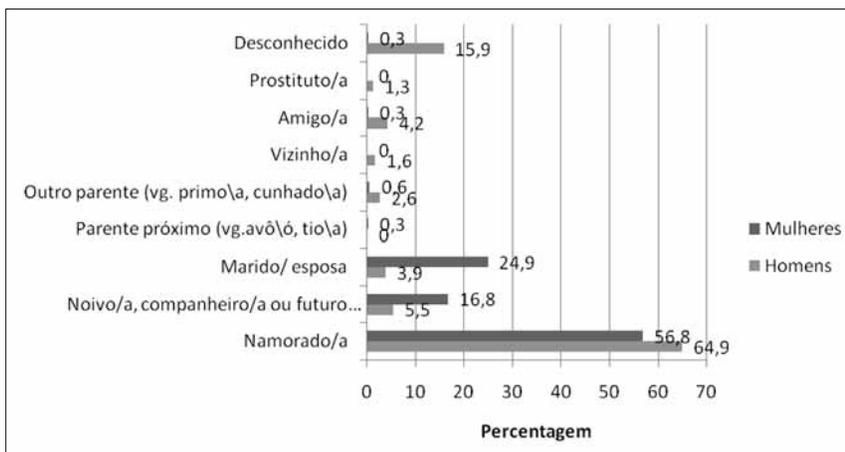
Nos vários testemunhos recolhidos, as pessoas apontam tendencialmente como acontecimentos mais marcantes, tantos os positivos como os negativos. Por exemplo, segundo uma das mulheres entrevistadas,

“Os momentos que mais me marcaram foram: primeiro, quando fui viver com o pai da minha filha; segundo, o nascimento da minha filha e terceiro quando a minha filha esteve doente e ele, que nunca acordou cedo, levava a minha filha às 7h da manhã para apanhar sol. Um quarto foi quando ele teve um caso com a vizinha.” (E1, mulher, 47 anos, separada, empregada de mesa)

Uma outra vertente importante em torno dos valores é relativa às concepções e práticas relacionadas com a sexualidade, tendo em conta as variantes por género. Assim, uma primeira pergunta incidiu sobre qual a idade em que os inquiridos tiveram a primeira relação sexual. Os resultados diferenciam-se conforme o sexo, em termos de média: 16,5 anos para os homens e 18,39 anos para as mulheres. É pois notório que, em média, os homens iniciam a primeira relação mais cedo do que as mulheres⁶.

Questionados/as seguidamente os inquiridos/as sobre qual a pessoa com quem tiveram a primeira relação sexual, obtiveram-se as seguintes respostas: 60,7% com o namorado/a, 14,8% com o marido/esposa, 11,4% com o noivo/a ou companheiro/a, 7,8% com um desconhecido/a, 2,2% com um/a amigo/a, 1,6% com outro parente, 0,8% com um/a vizinho/a e 0,6% com uma prostituta. Pretendendo, porém, diferenciar, por sexo, a pessoa com quem cada um dos inquiridos teve a primeira relação, obtemos os dados expressos na Figura 100. A este respeito, é interessante notar que a grande maioria dos inquiridos afirma ter tido a primeira relação sexual com o namorado/a, com maior incidência por parte dos homens (64,9% vs. 56,8%). Mas, em contrapartida, por comparação com os homens, as mulheres, na sua maioria, tiveram a sua primeira relação sexual com o marido (24,9% vs. 3,9% de homens, cuja primeira relação foi com a esposa) ou com o noivo, companheiro (16,8% vs. 5,5%). Em suma, as mulheres foram maioritariamente iniciadas na primeira relação com o noivo, companheiro e, de modo mais expressivo, com o marido

6 Sendo esta diferença significativa do ponto de vista estatístico ($t(462,10) = -7,76, p < 0,001$).

Figura 100. Pessoa com quem teve a primeira relação, por sexo (%)

Fonte: IDG, 2011; N=641 (308 homens; 333 mulheres).

(perfazendo no total 81,7%), enquanto uma considerável parte de homens teve a sua primeira relação com a “namorada” (64,9%), com “desconhecidas” (15,9%), “amigas” (4,2%), parentes designadamente prima ou cunhada (2,6%), prostituta (1,3%), somando estas últimas 24%⁷.

Para além do debate sobre o estatuto científico sobre a sociologia dos estilos de vida, sua relativa autonomia mas necessária articulação com o tema das classes sociais, foram apresentados alguns dos resultados empíricos sobre estilos de vida, a saber: aspetos comuns e diferenciados de maior realização na ótica das mulheres e dos homens; os momentos mais marcantes nas suas vidas, por parte de homens e mulheres, quer pela positiva, quer pela negativa; a pessoa com quem homens e mulheres tiveram a primeira relação sexual.

7 Estas opções evidenciam uma correlação de género relativamente à pessoa com quem se inicia a vida sexual ($\chi^2 = 143,42$, $gl = 8,461$, $p < 0,001$). No entanto, sete células (38,9%) apresentam frequência esperada inferior a 5, o que impossibilita a aplicação rigorosa do teste. Neste sentido, realizou-se o teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, que permitiu confirmar os resultados ($p < 0,001$).

ALGUMAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este livro, constituído, como referido, a partir de artigos e capítulos de livros já publicados e outros resultantes de partes da pesquisa sobre desigualdades de género no trabalho e na vida familiar, pretendeu condensar contributos dispersos da minha parte sobre um tema que tem assumido relevância científica e social crescente no sentido não só de acumular conhecimento da realidade das desigualdades de género em Portugal e na Europa como de propor e incentivar políticas de paridade de género.

Logo, na introdução procurou-se equacionar o problema, fazendo uma breve resenha de diversos aspetos em que se traduzem as desigualdades de género em Portugal, deixando para um segundo livro o estudo comparativo com os países europeus e outros contributos de membros da equipa e de participantes no colóquio internacional realizado na parte final do projeto. Seguidamente, foi resumida a estratégia de pesquisa com os respetivos instrumentos, métodos e técnicas utilizados, além de se avançar uma hipótese de trabalho que se comprovou ter sustentação com base nos dados de ordem quantitativa e qualitativa recolhidos.

A síntese de formas de desigualdade de género em Portugal e o desenho da estratégia de pesquisa reclamavam obviamente um enquadramento teórico geral sobre estas desigualdades que permitisse fornecer um fio condutor para melhor interpretação e explicação dos dados, os quais serviram não só para reequacionar, aferir e testar as próprias teorias, como para dar resposta à questão central e outras adjacentes. Com efeito, foi oferecido um enquadramento teórico básico que, sem deixar de ter em conta contributos de diversas áreas, nomeadamente da psicologia social, se centrou na sociologia e nos estudos feministas. Assumindo não haver um modelo e, muito menos, uma dimensão capaz de responder aos problemas neste campo, foi assumida uma abordagem teórico-metodológica plural, mas sem cair num eclecticismo estéril, o que

representou hierarquizar analiticamente as diversas dimensões ou fatores explicativos das desigualdades de género. Especificando, a abordagem centrou-se nas desigualdades de género a nível societal ou socioestrutural com inspiração no modelo marxista, o qual, mostrando-se insuficiente a nível organizacional e sobretudo interacional, necessitou de ser complementado com a abordagem weberiana e foucaultiana em torno do político e do organizacional, para o que foram decisivos e estruturantes os estudos feministas focalizados no conceito de género. Com um terceiro nível mais próximo dos atores sociais, foi possível completar a análise multinível e multidimensional, incorporando a perspetiva interacionista.

Feita a introdução, equacionado o problema, desenhada a estratégia de pesquisa e revisitados os diversos modelos interpretativos e explicativos das desigualdades de género no enquadramento teórico com linhas de síntese e inovadoras, passou-se à apresentação de alguns resultados da pesquisa. Assim, logo no segundo capítulo, após um breve enquadramento do conceito sociojurídico de casa e dos diversos tipos de casa de residência, foi feito um retrato sociodemográfico dos inquiridos/as em espaços rurais e urbanos e respetivos agregados familiares, tomando em linha de conta as diversas variáveis tais como sexo, idade, escolaridade, estado civil, profissão e sobretudo percursos intergeracionais. Tal foi possível por os respondentes terem sido inquiridos sobre a escolaridade e profissão dos pais, assim como dos próprios filhos, embora sobre estes a idade, na maior parte dos casos, não permita extrair conclusões definitivas nem de escolaridade, nem, muito menos, da atividade profissional. Por outro lado, foi possível aceder, de modo direto ou indireto, não só às principais fontes de rendimento como às autoperceções e autoclassificações dos inquiridos, em termos económicos e sociais, sobre a sua família ao tempo do seu nascimento, do seu casamento e em 2011, tempo da inquirição.

Relativamente à escolaridade, importa sublinhar que a aquisição de recursos escolares por parte das mulheres e a sua crescente inserção no mercado de trabalho nas últimas décadas têm representado uma mudança qualitativa não só na economia, na sociedade e na política, mas também nas relações entre homens e mulheres. Neste sentido, constatamos que, se no passado e até aos anos 80 e 90 do século XX, o nível diferenciado de educação constituiu, entre outros, um fator estruturante na reprodução e na discriminação sexual da mulher, no presente e sobretudo no futuro, o acesso e sucesso educacional crescente de mulheres, nomeadamente no ensino superior, poderá ser uma alavanca de redução de desigualdade de género não só no trabalho e nos diversos sectores da esfera pública, como na própria vida familiar e privada.

Ainda no segundo capítulo foram constatadas algumas mudanças positivas quer em termos jurídico-políticos, quer em termos sociais, culturais e simbólicos no que concerne os direitos e o tratamento paritário de homens e mulheres na sociedade. No entanto e apesar dos relativos avanços, persistem algumas assimetrias de género, nomeadamente na educação e nos percursos profissionais, com base nos resultados do inquérito a nível de Portugal continental, não obstante a sua progressiva diminuição. Assim, foi possível constatar que, se as mães dos inquiridos/as revelavam maiores taxas de analfabetismo ou detinham habilitações mais baixas, sobretudo nos grupos profissionais menos qualificados, na geração seguinte e, em particular, na atualidade, verifica-se uma ligeira vantagem de qualificação por parte das mulheres. Tal não significa, porém, que essa vantagem escolar ou académica se traduza em posições mais bem remuneradas ou posições de poder mais destacadas. Em todo o caso, há a salientar, como referido, que esta proximidade no campo educativo por parte das mulheres comportará impactos e efeitos positivos no próximo futuro.

O casamento tem constituído uma instituição nuclear no processo de reprodução social onde estão imbricadas as vertentes da paixão, da emoção ou do amor com elementos de interesse e de poder, que também ocorrem aliás no espaço doméstico; por isso, o tema em torno dos processos de partilha e negociação, repartição ou hegemonização ou mesmo monopolização do poder doméstico constitui um fenómeno relevante. A dinâmica comunicativa dos membros do casal, as iniciativas e as esferas ou matérias de decisão intradomésticas são reveladoras do grau de democracia interna (ou sua ausência) na casa. Assim, num terreno bem difícil de perscrutar, foi possível aceder a dados que indiciam ora a partilha nas responsabilidades e decisões do casal, ora o predomínio do poder masculino, ora ainda, nalgumas casas, a influência ou mesmo a prevalência do poder feminino. Se, por um lado, as motivações manifestas para o casamento e as representações e opiniões convergentes expressas por homens e mulheres, induzidas ou não ideologicamente, trazem ora atitudes e práticas reveladoras de afetos e emoções ora interesses comuns, por outro lado, os patrimónios e/ou valores trazidos para o casamento e, eventualmente, determinados regimes de bens, as diferenciadas representações e sobretudo diferentes práticas por sexo são denotativos dos interesses opostos e específicos de género e, porventura, de classe.

Relativamente à divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres em união de facto ou casamento heterossexual, se a reflexão teórica sobre o conceito de representação social permitiu confrontar as diversas conceções

a este respeito, os dados empíricos recolhidos sobre representações, nomeadamente no campo ideal-normativo, e sobre práticas sociais nesta matéria possibilitaram descortinar um reconhecimento e um considerável grau de discrepância entre representações e práticas. Esta realidade exige mudança de papéis, representações e mentalidades, assim como a colaboração de empresas e sindicatos e, sobretudo, adequadas políticas públicas.

No que concerne o reconhecimento conceptual e normativo, analisando representações e práticas de homens e mulheres na esfera doméstica, há evidências de avanços intergeracionais na mundividência e na paridade de género, a qual também se repercute nas concepções de homens e mulheres sobre a divisão de tarefas domésticas e, ainda que de modo subentendido, numa repartição de modo equitativo ou menos desigual. Contudo, estas concepções de “equidade” ainda se revelam em parte insatisfatórias, não só por parte de homens que adotam práticas discrepantes com as opiniões emitidas ou se sentem avessos ou distantes quanto à repartição equitativa de atividades domésticas, como por parte de mulheres que tendem a assumir tais tarefas como exclusiva ou predominantemente suas, aceitando ou relativizando a ausência de participação ou irregularidade de colaboração dos homens. Por outro lado, o facto de existir alguma colaboração por parte dos homens é potenciada e, subsequentemente, por estes sobrevalorizada, se atendermos às referências não só dos homens como de algumas mulheres. Mais, embora as respostas e os discursos apontem para um ideal de repartição paritária de tarefas, as práticas desmentem parcialmente esse ideal normativo, verificando-se, na maior parte dos casos, uma menor participação por parte de homens em tarefas concretas e em número de horas despendidas.

Em suma, se a nível das representações, se esboça uma tendência no sentido de a partilha das tarefas ser encarada numa forma crescentemente equitativa, persiste a desigualdade entre homem e mulher em desfavor desta na distribuição das tarefas domésticas e respetivas horas semanais despendidas e, em particular, na discrepância entre representações e práticas analisadas por sexo, grupo profissional e escalão etário. Verifica-se que entre os grupos profissionais menos qualificados e mais velhos há a assunção de que as tarefas domésticas são mais próprias das mulheres, enquanto entre os mais qualificados e mais jovens é mais acentuada uma visão equitativa, ainda que tal nem sempre se traduza na prática. De facto, existe ainda uma sobrecarga da mulher nas tarefas domésticas, bem como nos cuidados com os filhos e outros dependentes. Contrariamente à perspetiva legitimadora da visão parsoniana, explanada no enquadramento teórico, não se trata de uma função expressiva complementar da função instrumental exercida

pelo homem mas antes de uma expressão assimétrica de papéis em prejuízo da mulher. Às representações de complementaridade opõem-se práticas assimétricas de gênero no espaço doméstico.

Se as representações sociais não devem ser menosprezadas na medida em que integram e influenciam, de certo modo, a vida e as práticas dos atores sociais na vida conjugal, a prática constitui o principal critério aferidor da distribuição (as)simétrica das tarefas do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos. Assim, por um lado, é reconhecida a discrepância entre representações e práticas quer entre as mulheres, quer mesmo entre os homens; por outro lado, ao mesmo tempo, os dados resultantes do inquérito e das entrevistas evidenciam que, nas experiências e práticas no quotidiano de homens e mulheres e respetivos contextos familiares, há elementos não só de conservação como de mudança e progresso, nomeadamente alguma diminuição nas assimetrias de gênero no espaço doméstico.

A nível do trabalho extradoméstico e sua centralidade, foi possível não só aferir o significado do trabalho por sexo, profissão e idade, como analisar os processos de reprodução social como regra e alguns casos de melhoria ou mesmo de mobilidade intergeracional, em grande parte devida ao acesso a patamares mais elevados de educação por parte das gerações mais novas. Tais situações permitiram também a homens e mulheres a adoção de novos estilos de vida e fruição de alguns bens de consumo que representaram algumas melhorias nas suas vidas. Em termos de paridade de gênero, a começar pelas condições salariais e de trabalho (vínculos, contratos, horários), nomeadamente na esfera empresarial privada, há ainda bastante a fazer, em particular na eliminação da precariedade e das desigualdades salariais entre homens e mulheres na mesma categoria profissional. Se esta situação é transversal em várias regiões do país, ela é sobretudo patente no contexto socioeconómico de regiões do Norte e Centro do país. As mulheres, nomeadamente as trabalhadoras em indústrias como o têxtil, o calçado ou a cerâmica, são amiúde vítimas de discriminação salarial pelos empregadores, assim como no acesso e na promoção no trabalho; têm igualmente mais dificuldades em conciliar o trabalho e a vida familiar, em particular os cuidados com os filhos, e estão mais sujeitas à precariedade laboral, provocada por encerramentos (por vezes fraudulentos) e pela deslocalização de empresas. Num cenário de competitividade internacional, os baixos salários, afetando em maior dimensão as mulheres, têm efeitos perversos em termos de produtividade a médio prazo. Donde a rejeição liminar de tratamento discriminatório aproveita não só às mulheres como às próprias empresas, instituições e sociedade em geral.

Por fim, embora tenham sido progressivamente incorporadas diretrizes europeias e nacionais em torno da igualdade de género, há ainda um longo caminho a percorrer neste campo. Se é verdade que os primeiros beneficiários de uma política de género são as mulheres, também é certo que, atendendo estarmos perante mútuas relações de género, tais recomendações só serão eficazes quando homens e mulheres alterarem os seus comportamentos e, sobretudo, se as instituições estatais e outras reforçarem as políticas de paridade e equidade de género no sentido da defesa dos direitos das mulheres também na esfera familiar. Neste quadro há um tema específico que deve ocupar o propósito político: o combate contra a violência doméstica, o lado obscuro de determinadas famílias, que, apesar de visível em certos grupos sociais mais desprovidos, é contudo transversal a várias classes sociais dotadas de recursos, atingindo não só adultos como crianças. Trata-se, portanto, de favorecer uma política que garanta os direitos das mulheres e, por vezes, também dos homens (v.g., em processos de divórcio por instrumentalização psicológica de crianças por parte de mulheres mães).

Considerando os resultados deste estudo e algumas conclusões, poder-se-ia recomendar o reforço de medidas a nível nacional, europeu e internacional no sentido de implementar medidas efetivas de redução nas assimetrias de género. Se, relativamente aos percursos escolares, já não se justifica a introdução de quotas, noutras esferas como determinados sectores do mercado de trabalho importaria introduzir o sistema de quotas, nomeadamente nas chefias de empresas públicas e sobretudo privadas e, em particular, em relação a lugares de liderança política, o que terá efeitos positivos, tal como se constatou nalgumas sociedades nórdicas e em outras da América Latina (Campo e Magdaleno, 2008). Porém, ainda de forma mais básica, impõem-se medidas de discriminação positiva no que concerne a redução do desemprego feminino, de redistribuição equitativa de trabalho por género e, em particular, de combate à discriminação salarial e segregação sexual no mercado de trabalho, de aumento de trabalhos a tempo parcial para homens e mulheres e, conseqüentemente, de socialização do trabalho doméstico entre homens e mulheres e aumento do tempo dedicado ao lazer e à cultura para ambos. Por outro lado, importa gizar uma estratégia de erradicação de situações de pobreza e desigualdade social, eticamente insustentáveis, em que as mulheres e as crianças são a parte mais vulnerável.

Em suma, os diagnósticos reforçam a necessidade de uma intervenção estruturada em várias frentes e sectores que tenham em vista promover a emancipação de homens e mulheres.

Bibliografia

- ABBOT, Pamela e WALLACE, Claire (1991), *Gender, Power and Sexuality*. Basingstoke: MacMillan.
- ABOIM, Sofia e WALL, Karin (2002), “Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos” in *Análise Social*, 163:475-506.
- ABOIM, Sofia (2010), “Género, família e mudança em Portugal” in K.Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 39-66.
- ABOIM, Sofia (2010a), “Conjugalidades no masculino: Renegociando poderes e identidades no quotidiano” in K.Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 159-223.
- ADKINS, S. (1995), *Gendered Work: Sexuality, Family and the Labour Market*. Buckingham: Open University Press.
- ADORNO, Theodor, FRENKEL-BRUNSWICK, E., LEVINSON, D. J. e SANFORD, R. N. (1950), *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Brothers.
- AFONSO, Almerindo J. (1998), *Políticas Educativas e Avaliação Educacional. Para uma análise sociológica da reforma educativa*. Braga: Universidade do Minho.
- AGUIRRE, Rosario (2006), “La perspectiva de género en el análisis de los procesos de empobrecimiento: la medición del uso del tiempo y del trabajo no remunerado” in G. Herrera (org.), *Persistencia de la desigualdad: género, trabajo y pobreza en América Latina*, Quito: CONAMU, FLACSO, pp. 91-137.
- ALLEN, Sarah e HAWKINGS, Alan (1999), “Maternal gatekeeping: Mother’s beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work”, in *Journal of Marriage and the Family*, 61: 199-212.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1985), “Trabalho feminino e estratégias familiares”, in *Análise Social*, vol. XXI, 85: 7-44.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1986), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, in *Análise Social*, vol. XXII (92-93): 493-520.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias operárias do Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, Ana Nunes, SOBRAL, José Manuel e FERRÃO, João (1997), “Destinos Cruzados: estruturas e processos de homogamia” in *Análise Social*, XXXII (143-144): 875-898.
- ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel e ALMEIDA, Helena N. (1999), “Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, 150: 91-121.
- ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel e CUNHA, Vanessa (2005), “Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola” in K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 517-550.
- ALMEIDA, Ana Nunes e VIEIRA, Maria Manuel (2006), *A Escola em Portugal – Novos olhares, outros cenários*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

- ALMEIDA, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais: Portugal – os próximos vinte anos*, vol. II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, João Ferreira, MACHADO, Fernando Luís, CAPUCHA, Luís e TORRES, Anália (1995), *Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALMEIDA, Miguel Vale de [2000 (1995)], *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, AMÂNCIO, Lígia, PEREZ, Rosa e WALL, Karin (1996), “O género nas Ciências Sociais: interdisciplinaridade, inovação, crítica”, in *Dinâmicas Multiculturais: Novas faces, outros olhares*, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, 4-7 de julho de 1994. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- ALTHUSSER, Louis [1972 (1965)], *Pour Marx*. Paris: Maspero.
- ALTMAN, D. (2001), *Global Sex*. Chicago IL: Chicago University Press.
- ALVAREZ, Ana de Miguel (2002), *O feminismo hoje*, Lisboa: Ela por Ela.
- ALVES, Mariana Gaio (2004), “Os diplomados do Ensino Superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, vol. 14: 227-250.
- ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados 1999-2003*. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa.
- AMÂNCIO, Lígia (1993), “Género – Representações e identidades”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14: 127-140.
- AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- AMÂNCIO, Lígia (2003), “O género nos discursos das Ciências Sociais”, in *Análise Social*, vol. 38, n.º 168: 687-714.
- AMÂNCIO, Lígia (2004) (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- AMÂNCIO, Lígia (2005), “Direitos das mulheres”, in A. G. Macedo e A. L. Amaral (orgs.), *Dicionário de Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento, pp. 38-40.
- AMARO, Fausto (2009), “Políticas públicas de família – Algumas tendências”, in A. Dornelas et al. (orgs) *O Sentido de Mudança: Políticas públicas em Portugal, 2005-2009*. Lisboa: Fundação Res Publica, pp.71-82.
- ANTUNES, Ricardo (2008), “Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83:19-34.
- ARAÚJO, Emília e FONTES, Margarida (2013), “A mobilidade de investigadores em Portugal: uma abordagem de género” in *Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnología y Sociedad*, Vol. 8, n.º 24: 9-43.
- ARAÚJO, Helena Costa (2000), *Pioneiras na Educação – As professoras primárias, contextos, percursos e experiências em Portugal, 1870-1933*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ARAÚJO, Helena Costa (2010), “Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego”, in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 217-245.
- ARON, Raymond [1991 (1967)], *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ARRUZZA, Cinzia (2010), *Feminismo e Marxismo. Entre casamentos e divórcios*, Lisboa: Edições Combate.

- BADER, Veit (1991), *Collectief Handelen*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- BALANDIER, Georges (1980), *Le Pouvoir sur scènes*. Paris: Ballard.
- BALANDIER, Georges (1983), "Essai d'identification du quotidien", in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIV, janeiro-junho.
- BARTH, Frederic (1966), *Models of Social Organization*. Londres: Royal Anthropological Institute.
- BARTH, Frederic (1969), *Ethnic Groups and Boundaries*. Londres: Allen & Unwin.
- BAUDRILLARD, J. (1988), "Consumer society", in M. Poster (org.), *Selected Writings*, 29-57. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Zigmund (1998), *Globalization: Human Consequences*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Zigmund (2001), *The Individuated Society*. Cambridge: Polity Press.
- BEAUVOIR, Simone [2008 (1949)], *O Segundo Sexo*. Lisboa: Quetzal Editores.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.
- BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (1995), *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2002), *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, Londres/Thousand Oaks/Nova Deli: Sage Publications.
- BECKER, Howard S. [1968 (1963)], *Outsiders – Studies in the sociology of deviance*. Nova Iorque e Londres: The Free Press of Glencoe.
- BECKER, Penny E. e MOEN, Phylis (1999), "Scalling back: Dual-earner couples work-family strategies", in *Journal of Marriage and Family*, 61: 995-1007.
- BELL, Daniel (1977), *O advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Editora Cultrix.
- BENAVENTE, Ana, ROSA, A., COSTA, A. F. da, ÁVILA, P. (1996), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fim do Século.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*. Amesterdão: Het Spinhuis.
- BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas [1976 (1966)], *Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BERTAUX, Daniel (1978), *Destinos Sociais e Estrutura de Classe*. Lisboa: Moraes Editora.
- BERTING, J. (1956), "Status Incongruentie en Sociale Mobiliteit", in *Sociologisch Gids*, 12: 2-18.
- BIELBY, William e BIELBY, Denise (1989), "Family ties: Balancing commitments to work and family in dual earner households", in *American Sociological Review*, 54: 776-789.
- BLAIR, Sampson L. e LICHTER, Daniel T. (1991), "Measuring the division of household labor: gender segregation of housework among American couples", in *Journal of Family Issues*, 12: 759-790.
- BLASS, Leila Maria da Silva (2002), "Mulheres fora do lugar", in *Análise Social*, vol. XXXVII (164): 833-850.
- BORDERÍAS, Cristina e PÉREZ-FUENTES, Pilar (2009), «Mujeres, trabajos y economías familiares en España (siglos XIX y XX)» in C. Borderías (org.), *La historia de las mujeres: perspectivas actuales*, Barcelona: Icaria Editorial, pp. 269-308.
- BOSERUP, Esther (1970), *Women's Role in Economic Development*, Londres: Allen and Unwin.
- BOURDIEU (1972), "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", in *Annales*, ano XXVII, 4-5: 1105-1127.

- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La Domination masculine*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Propos sur le champ politique*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude [1979 (1973)], *El oficio de sociólogo*. México: Siglo Veintiuno.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude [1975 (1970)], *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BRADLEY, Harriet (1999), *Gender and Power in the Workplace*. Londres: Macmillan.
- BRAH, A. (1992), "Difference, diversity, differentiation", in J. Donald e A. Rattansi (orgs.), *'Race', Culture and Difference*. Buckingham: Open University Press.
- BRANDÃO, Ana Maria (2010), *E se Tu Fosses um Rapaz? Homo-erotismo feminino e Construção Social da Identidade*. Porto: Afrontamento.
- BRANDES, Stanley [1991 (1980)], *Metáforas de la masculinidad: Sexo y estatus en el folklore andaluz*. Madrid: Taurus.
- BRAVERMAN, H. (1974), *Labor and Monopoly Capital. The degradation of work in the twentieth century*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- BRENNER, Johanna e LASLETT, Barbara (1986), "Social reproduction and the family", in U. Himmelstrand (org.), *Sociology: From Crisis to Science?*, vol. II, *The Social Reproduction of Organisation and Culture*. Londres: Sage Publications, pp. 116-131.
- BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BROWN, Judith (1970), "A note on the division of labor by sex", in *American Anthropologist*, vol. 72,5: 1073-1078.
- BUDIG, Michele e ENGLAND, Paula (2001), "The wage penalty for motherhood", in *American Sociological Review*, 66: 204-224.
- BURAWOY, Michel (1979), *Manufacturing Consent*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- BUTLER, Judith (1990), *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- CABECINHAS, Rosa (2004), "Representações sociais, relações intergrupais e cognição social", in *Paidéia*, Vol. 14, 28: 125-137
- CABRAL, João Pina (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva, A visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CABRAL, João Pina (1991), *Os Contextos de Antropologia*. Lisboa: Difel.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1991), "Alguns aspectos da condição feminina em Portugal", in *Revista Organizações e Trabalho*, 5/6: 117.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- CAMPBELL, John K. (1964), *Honour, Family and Patronage: A study of institutions and moral values in a Greek mountain community*. Oxford: Clarendon Press.

- CAMPO, Esther del e MAGDALENO, Evelyn (2008), "Avances legislativos de acción positiva en Bolivia, Ecuador y Peru" in M. Prieto (org.), *Mujeres y escenarios ciudadanos*, Quito: FLACSO, Ministerio de Cultura del Ecuador.
- CARAPINHEIRO, Graça e RODRIGUES, M. de Lurdes (1998) "Profissões: Protagonismos e estratégias", in J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal: Que modernidade?*. Oeiras: Celta, pp. 147-164.
- CARREIRAS, Helena (2004), "Mulheres em contextos atípicos: lógicas de exclusão e estratégias de integração feminina nas forças armadas", in *Etnográfica*, 1: 91-115.
- CASACA, Sara Falcão (2010), "A (des)igualdade de género e a precarização do emprego", in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 261-289.
- CASACA, Sara Falcão (2012), *Trabalho Emocional e Trabalho Estético*. Coimbra: Almedina.
- CASARES, Aurelia Martin (2008), *Antropología del Género. Culturas, mitos e estereotipos sexuales*, Madrid: Ediciones Cátedra (2ª edição).
- CASTELLS, Manuel (1996), *The Rise of Network Society*. Oxford: Blackwell.
- CEREJO, Dalila (2003), "Representações e Práticas da masculinidade no universo do graffiti" in *Forum Sociológico*, 9: 271-291.
- CERQUEIRA, Carla (2008), "A Imprensa e a perspectiva de género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher", in *Observatório (OBS) Journal*, 5: 139-164.
- CHARLES, Maria e CECH, Erin (2010), "Beliefs about maternal employment", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 147-174.
- COLE, Sally (1991), *Women of the Praia*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- COLTRANE, Scott (2000), "Research on household labor: modeling and measuring the social embeddedness of routine family work" in *Journal of Marriage and the Family*, 62: 1208-1233.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolors (1995), *Trabajo, género y cultura*, Barcelona: Icaria.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CEE) (1981), *Final Report from the Commission to the Council on the First Programme of Pilot Schemes and Studies to Combat Poverty*, Bruxelas.
- CONNEL, Robert W. (1995), *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- CONNEL, Robert W. (2002), *Gender*, Cambridge: Polity Press.
- COOKE, Lynn Prince (2004), "The gendered division of labour and family outcomes in Germany", in *Journal of Marriage and Family*, 66: 1246-1259.
- COOKE, Lynn Prince (2010), "The politics of household", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 59-78.
- COSTA, Adélia (1992), *Representações de Homens e Mulheres, Portugal 1991*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- COSTA, António, MACHADO, Fernando Luís e ALMEIDA, João Ferreira (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional", in A. F. Costa, F. L. Machado e P. Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento: Portugal em contexto europeu*. Oeiras: Celta, pp. 5-21.

- CRENSHAW, Kimberlé (2000), "Race Reform and Retrenchment. Transformation and Legitimation in antidiscrimination Law" in L. Back e J. Solomos (orgs) *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 549-560.
- CRENSHAW, Kimberlé (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspetos da discriminação racial relativos ao género", *Estudos feministas*, 1: 171-188.
- CROMPTON, Rosemary (1997), "Diferença sexual e análise das classes", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 23-43.
- CROMPTON, Rosemary (2003), "Class and gender beyond the cultural turn", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 42: 9-24.
- CROMPTON, Rosemary e LYONETTE, Clare (2007), "Família, género e articulação entre trabalho e vida privada", in K. Wall e L. Amâncio (orgs), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CRUZ, Sofia Alexandra (2010), "A actividade comercial: uma reflexão sobre a feminização, juvenilização e precarização laboral", in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 333-358.
- CUNHA, Vanessa (2005), "As funções sociais dos filhos na família", in K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, interações e redes sociais*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, pp. 465-497.
- CUNHA, Vanessa (2010), "Projecto de paternidade e a construção da fecundidade conjugal", in K. Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 265-312.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.
- CUTILEIRO, José (1988), "Honra, vergonha e amigos", in J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. ix-xxvii.
- DE RUIJTER, Esther, TREAS, Judith e COHEN, Philip N. (2005), "Outsourcing the gender factory: living arrangements and service expenditures on female and male tasks", in *Social Forces*, 84: 306-322.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- DAHRENDORF, Ralf (1990), "A new social contract", in R. Dahrendorf (org.), *The Modern Social Conflict – An essay on the politics of liberty*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], "Alguns princípios de estratificação", in O. Velho et al. (orgs.), *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp.115-132.
- DEERE, C. e LEÓN, Magdalena (2001), *Empowering women: Land and Property Rights in Latin America*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- DESCAMPS, Paul (1935), *Le Portugal: la vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot et Cie.
- DEVILLE, Jean-Claude (1981), "Marriage et homogamie" in *Données Sociales* (INSEE): 21.30.
- DESROSIÈRES, Alain (1978), "Marché matrimonial et structure des classes sociales" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, XX-XXI: 97-107.
- DEX, Shirley (2010), "Can the state policies produce equality in housework", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 79-104.

- DIAS, Isabel (1998), “Exclusão social e violência doméstica: que relação?”, in *Sociologia*, vol. 8: 189-205, Porto.
- DINÂMIA (1997), *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais – 1993*. Lisboa: STAPE – Ministério da Administração Interna.
- DIMEN, Muriel (1986), “Servants and sentries: women, power and social reproduction in Kriovrisi”, in J. Dubisch (org.), *Gender & Power in Rural Greece*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, pp. 53-67.
- DROBNIC, Sonja (2010), “Concluding thoughts on the societal context of housework”, in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 241-251.
- DUBISCH, Jill (1986), “Introduction”, in J. Dubisch (org.), *Gender & Power in Rural Greece*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, pp. 4-41.
- DURÃES, Margarida (1987), “A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário – séculos XVIII e XIX”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 1, 1: 81-93.
- DURÁN, M. Ángeles (1996), “Mujeres y hombres en el futuro de la ciencia” in M. A. Durán (org.), *Mujeres y hombres en la formación de la teoría sociológica*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 1-36.
- DURKHEIM, Émile [1974 (1895)], *Las reglas del método sociológico*. Madrid: Morata.
- DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Presença.
- DURKHEIM, Émile (1983), *Lições de Sociologia – A moral, o direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- ELIAS, Norbert [1980 (1970)], *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- ENGELS, Friedrich [1975 (1892)], *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Afrontamento.
- ENGELS, Friedrich [1980 (1884)], *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (2009), *Três Lições sobre o Estado-Providência*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- ESTANQUE, Elísio (1999), *Entre a Fábrica e a Comunidade*. Porto: Afrontamento.
- ESTANQUE, Elísio (2012), “Precariedade, sindicalismo e acção colectiva”, in *Configurações*, vol. 9: 81-102.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- EUROSTAT (1996), *Visão Estatística sobre a Europa, 1985-1995*, Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- EVANS-PRITCHARD, Edward [1975 (1955)], “Situación de la mujer en las sociedades primitivas y en la nuestra” in *La mujer en las sociedades primitivas y otros ensayos*, Barcelona: Península, pp. 35-55.
- FERREIRA, António Casimiro (2001), “Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (re)pensar o direito das relações laborais” in B.S. Santos (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 255-293.
- FERREIRA, Virgínia (1993), “Padrões de segregação das mulheres no emprego – Uma análise do caso português no quadro europeu”, in B. S. Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, pp. 231-257.

- FERREIRA, Virgínia (1981), “Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6: 47-86.
- FERREIRA, Virgínia (1999), “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53: 199-227.
- FERREIRA, Virgínia (2001), “Estudos sobre as mulheres em Portugal: a construção de um novo campo científico”, in *Ex Aequo*, 5: 9-25.
- FERREIRA, Virgínia (2010), “A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular”, in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e circunstâncias*. Lisboa: CITE, pp. 139-190.
- FIGUEIREDO, Eurico (1988), *Conflito de Gerações, Conflito de Valores. Portugal: os próximos vinte anos*, vol. II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FIRESTONE, O. S. (1976), *A Dialéctica do Sexo*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1975), *Les Amours paysannes (XVI-XIX siècles). Amour et Sexualité dans les Campagnes*, Paris: Gallimard-Julliard.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1983), *Un temps pour embrasser. Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècle)*. Paris: Seuil.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1984), *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil.
- FONSECA, Laura (2007), “Contornos da escolarização das raparigas em Portugal: olhar sócio-histórico para ressignificar as mudanças educacionais e uma agenda de género em educação”, in *Ex-Aequo*, 15: 69-87.
- FONTAINE, Anne-Marie (1977), *A discriminação sexual dos papéis sociais nos manuais portugueses de aprendizagem de leitura*, Coimbra: Faculdade de Letras.
- FORTES, Meyer (1971), “The developmental cycle in domestic groups”, in J. Goody (org.), *Kinship*. Harmondsworth: Penguin Books, pp. 58-98.
- FOUCAULT, Michel (1992), *Microfísica del poder*. Madrid: Ediciones de la Piqueta.
- FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade. I. A vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água.
- FRAISSE, Geneviève (2003), “El concepto filosófico de género”, in S. Tubert (org.), *Del sexo al género. Los equívocos de un concepto*. Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 39-81.
- FRASER, Nancy (1989), *Unruly Practices*, Oxford: Polity Press.
- FRASER, Nancy (1994), “After the Family Wage: Gender Equity and the Welfare State”, *Political Theory*, 22: 591-618.
- FREIRE, André (1998), “Lógicas de recrutamento parlamentar: os deputados portugueses, 1975-1999”, in *Sociologia – Problemas e práticas*, 28: 115-147.
- FREUD, Sigmund [1975 (1946)], *Abrégé de psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FRIEDL, Ernestine (1986), “The Position of Women: Appearance and Reality” in J. Dubish (org.), *Gender & Power in Rural Greece*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- GARFINKEL, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Cambridge: Polity Press.
- GARNSEY, Elizabeth (1982), “Women's work and theories of class and stratification”, in A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*. Londres: Macmillan Education, pp. 425-445.

- GEIST, Claudia (2005), "The welfare state and the home: Regime differences in the domestic division of labour", in *European Sociological Review*, 69: 751-767.
- GEIST, Claudia (2010), "Men and women's reports about housework", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 217-240.
- GERALDES, Alice (1987), *Gentes de Minifúndio. Produção e reprodução social numa freguesia em mudança*. Braga: Universidade do Minho (policopiado).
- GIDDENS, Anthony (1981), *A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and society in late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (2000/1997), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILMORE, David (1980), *The People of the Plain. Class and community in lower Andalusia*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- GLASER, Barney e STRAUSS, Anselm (1967), *The Discovery of a Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- GODELIER, Maurice (1973), "Preface", in *Sur les sociétés pré-capitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenin*. Paris: Éditions Sociales, pp. 13-142.
- GOFFMAN, Erving [1988 (1963)], *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les Rites d'interaction*. Paris: Éditions du Minuit.
- GOFFMAN, Erving [1989 (1959)], *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GOLDTHORPE, John (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- GONÇALVES, Albertino (1996), *Imagens e Clivagens. Residentes face aos emigrantes*. Porto: Afrontamento.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2005), "Evoluções recentes do desemprego em Portugal", in *Sociologia*, vol. 15: 125-163.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2009), *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas.
- GONZALEZ, Juan Romero e ESPARCIA, Javier Perez (1992), *Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo*. Madrid: Editorial Síntesis.
- GOODY, Jack (1976), *Production and Reproduction: a Comparative Study of the Domestic Domain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOODY, Jack (1983), *The Development of the Family and Marriage in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GORJÃO, Vanda (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GRÁCIO, Sérgio (1997), *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*, Lisboa: Educa.

- GRAMSCI, Antonio (1974), *Obras Escolhidas*, vol. I. Lisboa: Editorial Estampa.
- GUERRA, Isabel (1993), “Modos de vida: novos percursos e novos conceitos”, in *Sociologia. Problemas e Práticas*, XXI: 59-74.
- GUERREIRO, Maria das Dores (1998), “A conciliação entre trabalho e vida familiar em Portugal” in M.D. Guerreiro (org.), *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos Sociais, ISCTE, pp. 33-38.
- GUERREIRO, Maria das Dores e PERISTA, Helena (1999), “Trabalho e Família”, *Inquérito à Ocupação do Tempo*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro (2004), *Trajectos incertos. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: DEEP, CID.
- GUIMARÃES, Elina (1986), “A mulher portuguesa na legislação civil” in *Análise Social*, vol. XXII, n.^{os} 92-93: 557-577
- GUPTA, Jansij (1999), “The effects of marital status transitions on men’s housework performance”, in *Journal of Marriage Studies and the Family*, 61: 700-711.
- HABERMAS, Jurgen [1973 (1968)], *La technique et la science comme idéologie*. Paris: Gallimard.
- HAKIM, Catherine (1995), “Five feminist myths about women’s employment”, in *British Journal of Sociology*, 46 (3): 429-455.
- HANDMAN, Marie Elisabeth (1992), «La structure de la famille, dévolution des biens et statut paradoxal des femmes en Grèce », in A. N. Almeida, M. D. Guerreiro, A. Torres e K. Wall (orgs.), *Familles et contextes sociaux. Les Espaces et les Temps de la diversité*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- HARAWAY, Donna J. (1995), *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*, Madrid: Cátedra.
- HARDING, Sandra (1983), “Why Has the Sex/Gender System Become Visible Only Now?” in S. Harding e M.B. Hintikka (orgs), *Discovering reality. Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology and Philosophy of Science*, Dordrecht, Boston, Londres: D. Reidel, pp. 311-324.
- HARDING, Sandra (1996), *Ciencia y Feminismo*, Madrid: Morata.
- HAREVEN, Tamara K. (1982), *Family Time & Industrial Time*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (1981), “Engendered structures: some problems in the analysis of reproduction”, in J. S. Khan e J. R. Llobera (orgs.), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*. Londres: MacMillan, pp 109-147.
- HARTMAN, Heidi (1982), “Capitalism, patriarchy and job segregation by sex”, in A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*. Londres: MacMillan Education Ltd., pp. 446-469.
- HARVEY, David (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell.
- HELLER, Agnes (1986), “The sociology of everyday life”, in U. Himmelstrand (org.), *The Social Reproduction and Culture*. Londres: Sage Publications, pp. 150-163.
- HENRIQUES, Fernanda e PINTO, Teresa (2002), « Educação e Género : dos anos 70 ao final do século XX – subsídios para a compreensão da situação » in *Ex-Aequo*, 6:11-54.
- HÉRITIER, Françoise (1989), “Masculino/feminino”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 20, *Parentesco*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- HONÓRIO, Cecília (2014), *Mulheres contra a ditadura*, Lisboa: Bertrand Editora.
- ITURRA, Raul [1983 (1976)], “Estratégias na organização doméstica da produção na Galiza rural”, in *Ler História*, 1: 81-109.
- JAVEAU, Claude (1998), *Prendre le futile au sérieux. Microsociologie des rituels de la vie courante*. Paris: Editions du Cerf.
- JENKINS, Richard (1996), *Social Identity*. Londres: Routledge.
- JOAQUIM, Teresa (1997), *Menina e Moça. A construção social da feminilidade*. Lisboa: Fim do Século.
- KAUFMAN, Jean-Claude [2002 (1992)], *O Labirinto Conjugal. O casal e o seu guarda-roupa*. Lisboa: Diário de Notícias.
- KELLERHALS, Jean [1989 (1984)], *Microsociologia da Família*, Mem Martins: Europa-América.
- KELLERHALS, Jean, PERRIN, Jean-François, STEINAUER-CRESSON, Genevieve (1982), *Marriage au quotidien: Inégalités Sociales. Tensions Culturelles et Organisation Familiale*, Lausanne: Pierre-Marcel Favre.
- KOVÁCS, Ilona (2012), “Trabalho, emprego e organizações na era da globalização: controvérsias”, in F. B. Ribeiro, M. C. Silva e A. P. Marques (orgs.), *Trabalho, Técnicas e Mundo. Perspectivas e debates*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp.38-59.
- KOVÁCS, Ilona e CASACA, Sara (2008), “Labour segmentation and employment diversity in ICT service sector in Portugal”, in *European Societies*, 10 (3): 429-451, Routledge, Taylor & Francis Group.
- LAMAS, Maria [2002 (1948)], *As mulheres do meu país*, Lisboa: Caminho.
- LAQUEUR, Thomas (1990), *Making Sex: Body and Gender from the Greek to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.
- LARANJEIRA, Ana Rita (2004), “Não és homem não és nada: masculinidade e comportamento de risco”, in L. Amâncio (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 51-73.
- LASH, Scot e URRY, John (1994), *Economies of Signs and Spaces*. Londres: Sage Publications.
- LAZO, Gemma Nicolás (2009), “Debates en epistemología feminista: del empiricismo y el standpoint a las críticas postmodernas sobre el sujeto y el punto de vista” in G. Nicolás e E. Bodelón (orgs) e R. Bergalli e I.R. Beiras (coords), *Género y Dominación. Críticas feministas del derecho y el poder*, Barcelona: Anthropos, pp. 25-62.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEEDS, Anthony (1971), “The concept of ‘culture of poverty’: conceptual, logical and empirical problems, with perspectives from Brazil and Peru”, in E. B. Leacock (org.), *The Culture of Poverty: a Critique*. Nova Iorque: Simon and Schuster, pp. 226-284.
- LEFEBVRE, Henri (1977), *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche.
- LEFEBVRE, Henri (1980), *La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno*. Madrid: Alianza Editorial.
- LEÓN, Maria Antonia García de (2002), *Herederas y Heridas. Sobre las elites profesionales femeninas*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- LEÓN, Magdalena (2008), “Conversación com la Sociología: desde el género y la propiedad” in M. Prieto (org.), *Mujeres y escenarios ciudadanos*, Quito: FLACSO e Ministerio de Cultura del Ecuador, pp. 97-114.

- LÉVI-STRAUSS, Claude (1977), *A Família como Instituição*. Porto: Rés.
- LÉVI-STRAUSS, Claude [1982 (1949)], *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Lisboa: Vozes.
- LEWIS, Oscar (1970), *Os Filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes Editores.
- LILJESTRÖM, Rita (1986), “Gender systems and the family”, in U. Himmelstrand (org.), *Sociology: From Crisis to Science?*, vol. II, *The Social Reproduction of Organisation and Culture*. Londres: Sage Publications, pp. 132-149.
- LISBOA, Manuel (2015), “Do privado ao público: os caminhos da igualdade de género nas últimas quatro décadas em Portugal” in A. Borralho (org.) *Revolução e Democracia: 40 anos após Abril de 1974*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 109-133.
- LISBOA, Manuel, FRIAS, Graça, ROQUE, Ana e CEREJO, Dalila (2006), “Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de 1974 a 2004)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18: 163-187.
- LOBO, Cristina (2009), *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um processo de transição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- LOPES, Felisbela (2007), “Homens públicos, mulheres privadas – A presença da mulher na informação televisiva”, *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1-12. Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho (comunicação apresentada no IX Congresso Ibero-Americano de Comunicação, Sevilha, 14-18 de novembro).
- LOPES, Margarida Chagas (2000), “Trabalho de valor igual e desigualdade salarial: breve contributo na base dos pressupostos de capital humano”, in *Ex Aequo*, 2/3: 107-116.
- LOPES, Margarida Chagas e PERISTA, Heloísa (2010), “Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e homens”, in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 191-216.
- LUENGO, Óscar (2008), “Presencia mediática de las candidatas en las elecciones legislativas de Bolivia”, in M. Prieto (org.), *Mujeres y escenarios ciudadanos*, Quito: FLACSO e Ministerio de Cultura del Ecuador, pp. 257-274.
- LUHMAN, Niklas [1982 (1970)], *The Differentiation of Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LUKÁCS, George (1967), *Existencialismo ou Marxismo?*. São Paulo: Senzala.
- LUNA, Ricardo Rodriguez (2009), “Marginación y sexismo: la exclusión del movimiento feminista en las teorías de los movimientos sociales” in G. Nicolás Lazo e E. Bodelón (orgs) e R. Bergalli e I.R. Beiras (coords), *Género y Dominación. Críticas feministas del derecho y el poder*, pp. 63-93
- MAC an GHAILL, Máirtín e HAIWOOD, Chris (2007), *Gender, Culture and Society. Contemporary feminities and masculinities*. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- MACHADO, Andreia e MATOS, Marlene (2014), “Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência”, in *Psicologia e Sociedade*, 26(3): 726-736.
- MACHADO, Helena (1999), “‘Vaca que anda no monte não tem boi certo’: uma análise da prática judicial de normalização do comportamento sexual e procriativo da mulher”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55: 167-184.

- MACHADO, Helena (2007), *Moralizar para Identificar. Cenários da investigação judicial de paternidade*. Porto: Afrontamento.
- MAGALHÃES, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Oeiras: Celta Editora.
- MAFFESOLI, Michel (1985), *La Connaissance ordinaire*. Paris: Librairie des Méridiens.
- MALINOWSKI, Bronislaw [1975 (1929)], *La vida sexual de los salvajes del noroeste de Melanesia : Descripción etnográfica de las relaciones eróticas y conyugales de la vida de la familia entre los indígenas de las Trobriands (Nueva Guinea Británica)*. Madrid: Morata.
- MARCUSE, Herbert [1963 (1955)], *Eros et civilisation*. Paris: Éditions du Minuit.
- MARCUSE, Herbert [1968 (1964)], *L'Homme unidimensionnel: essai sur l'idéologie de la société industrielle avancée*. Paris: Minuit.
- MARQUES, Ana Paula (2000), "Repensar o mercado de trabalho: emprego vs. desemprego" in *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 13 (1): 133-135.
- MARQUES, Ana Paula [2006 (2002)], *Entre o Diploma e o Emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Afrontamento.
- MARQUES, Ana Paula, SILVA, Manuel Carlos e VEIGA, Carlos (2006), *Assimetrias de Género e Classe – O caso das empresas em Barcelos*. Barcelos: Kerigma e Universidade do Minho.
- MARQUES, António (2004), "Os trabalhos da masculinidade. Culturas ocupacionais sob hegemonia masculina", in L. Amâncio (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 29-50.
- MARQUES, António e AMÂNCIO, Lúcia (2004), "Homens de classe: masculinidade e posições sociais", in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a Questão Social no Novo Milénio*. Coimbra.
- MARTINHO, Teresa (2004), "Viver jovem, morrer depressa: masculinidade e condução de risco", in L. Amâncio (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 75-90.
- MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- MARTINS, Manuel Meirinho e TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005), *O Funcionamento dos Partidos e a Participação da Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*, Lisboa: CIDM.
- MARX, Karl [1975 (1895)], *A luta de classes em França, 1848-1850*, Coimbra: Centelha.
- MARX, Karl [1975a (1869)], *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, Coimbra: Centelha.
- MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl [1974a (1859)], *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa.
- MARX (1975), *Trabalho Assalariado e Capital*. Porto: Escorpião.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1976 (1846)], *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Presença.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Hugin.
- MCCALL, Leslie (2005), "The complexity of intersectionality", in *Signs*, 30(3): 1771-1800.
- MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.
- MEAD, Margaret (1935), *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*. Nova Iorque: Dell.

- MEDICK, Hans e SABEAN, David Warren (1984), "Introduction" e "Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology", in H. Medick e D. W. Sabean (orgs.), *Interest and Emotion: Essays on the Study of Family and Kinship*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 1-27.
- MEILLASSOUX, Claude (1973), "The social organization of the peasantry: the economic basis of kinship", in *Journal of Peasant Studies*, vol. I, 1: 81-91.
- MEILLASSOUX, Claude (1977), *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Afrontamento.
- MENDES, José M. Oliveira (1997), "Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 127-156.
- MÉNDEZ, Lourdes (1988), "*Cousas de mulleres*". *Campesinas, poder y vida cotidiana (Lugo 1940-1980)*. Barcelona: Anthropos.
- MEPAT (MINISTÉRIO DE EQUIPAMENTO, do Planeamento e da Administração do Território) (1998), *Portugal. Uma visão estratégica para vencer o século XXI*. Lisboa: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- MILLET, Kate (1974), *Política Sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MOHANTY, Chandra Talpade (1996), "Under Western eyes: feminist scholarship and colonial discourses", in P. Mongia (org.), *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*. Londres: Arnold, pp. 172-197.
- MOLYNEUX, Maxine (2008), "Justicia de género, ciudadanía y diferencia en América Latina" in M. Prieto (org.), *Mujeres y escenarios ciudadanos*, Quito: FLACSO e Ministerio de Cultura del Ecuador, pp. 21-56.
- MONOD, Jacques [1988 (1970)], *El azar y la necesidad*. Madrid: Tusquets.
- MORANT, Isabel e BOLUFER, Mónica (2009), «Mujeres y hombres en el matrimonio. Deseos, sentimientos y conflictos» in C. Borderías (org.), *La historia de las mujeres: perspectivas actuales*, Barcelona: Icaria Editorial, pp. 133-162.
- MOSCOVICI, Serge (1989), «Des representations collectives aux representations sociales», in D. Jodelet (org.), *Les Representations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 62-86.
- MOTA-RIBEIRO, Silvana e PINTO-COELHO, Maria Zara (2005), "Imagens de mulheres na imprensa portuguesa", in *Actas do IV Congresso da SOPCOM*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 977-989.
- NAROTZKY, Susana (1995), *Mujer, mujeres, género. Una aproximación crítica al estudio de las mujeres en las Ciencias Sociales*, Madrid: CSIC.
- NENCEL, Lorraine (1994), "The secrets behind sexual desire: the construction of male sexuality in Lima, Peru", in *Etnofor*, VII, 2: 59-75.
- NOGUEIRA, Conceição (2001), *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- NOGUEIRA, Conceição (2006), "Os discursos das mulheres em posições de poder", in *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2: 57-72.
- NOGUEIRA, Conceição (2013), "A teoria da Interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminista crítica"

- in A. L. Brizola et al. (orgs) *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*, Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC.
- NOSSA, Paulo (2001), *Geografia da Saúde, o caso da SIDA*. Lisboa, Celta Editora.
- NUNES, João Arriscado e FEIJÓ, Rui (1986), "Household composition and social differentiation in North Western Portugal in nineteenth century", in *Sociologia Ruralis*, vol. XXVI, 3: 249-267.
- NUNES, João Arriscado e GONÇALVES, Albertino (1986), "Casa, comunidade e espaço institucional", in *Cadernos do Noroeste*, 1: 100-112.
- NUNES, Maria do Carmo (1999), "Igualdade de oportunidades na formação e no emprego: Balanço de duas décadas de políticas e de acção", in *Sociedade e Trabalho*, 6:23-37.
- OAKLEY, A. (1979), *Becoming a Mother*. Londres: Martin Robertson.
- O'DONNELL, G. (1993), "On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: a Latin American View with Glances at Some Postcommunist Countries", in *World Development*, 21 (8): 1355-1369.
- OLIVEIRA, João Manuel e AMÂNCIO, Lígia (2002), "Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 40: 45-61.
- OLIVEIRA, João Manuel, BATEL, Susana e AMÂNCIO, Lígia (2010), "Uma igualdade contraditória? Género, trabalho e educação das 'elites discriminadas'", in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp.247-260.
- OLIVEIRA, Luísa e CARVALHO, Helena (2008), "A precarização do emprego na Europa", in *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, n.º 3: 541-567, Rio de Janeiro.
- O'NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- OROBITG, Gemma (2003), "Sexo, género y antropología", in S. Tuberg (org.), *Del sexo al género. Los equívocos de un concepto*. Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 253-280.
- ORTNER, Sherry B. [1979 (1974)], "Es la mujer al hombre lo que la naturaleza a la cultura?" in O.Harris e K. Young (orgs), *Antropología y feminismo*, Barcelona: Anagrama, pp. 109-132.
- ORTNER, Sherry B. e WHITE, Harriet [1988 (1972)], *Sexual Meanings: the Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PAIS, José Machado (1986), "Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana", in *Análise Social*, vol. XXII, 90: 7-57.
- PARK, Robert (1987), "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano", in O. G.Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 26-67.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxisme and Class Theory: a Bourgeois Critique*. Londres: Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott (1947), "Introduction" a *Wirtschaft und Gesellschaft* de M. Weber, traduzida por *Social and Economic Organization*. Nova Iorque: The Free Press, pp. 1-86.
- PARSONS, Talcott (1956), "Family structure and the socialization of the child", in T. Parsons e R. Bales (orgs.), *Family, Socialization and Interaction Process*. Londres: Routledge & Kegan Paul, pp. 35-131.
- PARSONS, Talcott (1967), "Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social", in T. Parsons, *Ensayos de Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Paidós, pp. 333-377.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.

- PATEMAN, Carole (1989), *The Disorder of Women: Democracy, Feminism and Political Theory*. Cambridge: Polity Press.
- PEREIRA, Maria do Mar (2012), *Fazendo Género no Recreio. A negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- PERISTA, Heloísa (2002), “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, in *Análise Social*, vol. XXXVII, 163: 447-474.
- PERISTIANY, J. G. [1988 (1965)], “Introdução” e “Honra e vergonha numa aldeia cipriota”, in J. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha, valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.3-10, 139-155.
- PFAU-EFFINGER, Birgit (2004), “Socio-historical paths of the male breadwinner model: An explanation of cross-national differences”, in *British Journal of Sociology*, 55 (3): 377-399.
- PFAU-EFFINGER, Birgit (2010), “Cultural and institutional contexts”, in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp.125-146.
- PHIZACKLEA, A. (1990), *Unpacking the Fashion Industry: Gender, Racism and Class in Production*. Londres: Routledge.
- PINTO, Ana Maria (2003), “As diferenças de género na percepção do conflito trabalho-família”, in *Comportamento Organizacional e Gestão*, 9(2): 195-212.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*. Porto: Afrontamento.
- PINTO, José Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 217-231.
- PINTO, José Madureira (1994), *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- PINTO, Teresa (2000), “Igualdade na Educação – contribuição para um balanço da situação portuguesa no contexto europeu” in *Ex-Aequo*, 2/3:153-163.
- PINTO, Teresa (2007), “História das mulheres e do género: uma progressiva presença institucional de dúbia legitimação académica”, in *Ex-Aequo*, 16: 141-166.
- PITT-RIVERS, Julian A. [1961 (1954)], *The People of the Sierra*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- PITT-RIVERS, Julian (1988), “Honra e posição social”, in J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 11-61.
- PITT-RIVERS, Julian [1997 (1977)], *Anthropologie de l'honneur*. Paris: Hachette.
- PORTUGAL, Sílvia (2004), “Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 81-98.
- PORTUGAL, Sílvia (2008), “As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal”, in *Oficinas do Centro de Estudos Sociais*, 319.
- POSTER, Mark (1979), *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres: NLB.
- RADCLIFFE-BROWN. A. R. (1989), *Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas*. Lisboa: Edições 70.

- RAPP, Rayna (1983), "Peasants into proletarians from the household out: an analysis from the intersection of anthropology and social history", in J. P. Menscher (org.), *Social Anthropology of Peasantry*. Bombaim e Nova Iorque: Somaya Publications, pp.32-47.
- RÊGO, Maria do Céu Cunha (2010), "A construção da igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego na lei portuguesa", in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 57-98.
- REICH, William [1972 (1942)], *La Psychologie de masses du fascisme*. Paris: Payot.
- REITER, Rayna (1975), "Men and women in the South France: public and private domains", in R. Reiter (org.), *Toward an Anthropology of Women*. Nova Iorque: Monthly Review Press, pp.252-282.
- RESENDE, José Manuel e VIEIRA, Maria Manuel (2003), *Educação. Portugal Social 1990-2001*. Lisboa: INE, pp. 69-90.
- RIBEIRO, Manuela e SACRAMENTO, Octávio (2002), "Prostituição feminina no espaço transfronteiriço ibérico – Um caso particular de circulação de pessoas", in *Cadernos do Noroeste, série Sociologia, Sociedade e Cultura*, vol. 18 (1-2): 2005-227.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1967), "Saloio women: an analysis of informal and formal political and economic roles of Portuguese peasant women", in *Anthropological Quarterly*, vol. 40, 3: 109-126.
- ROBERTS, Richard (1984), "Women's work and women's property: household social relationship in the Maraka textile industry of the nineteenth century", in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 26, 2: 229-250.
- ROCHA, Cristina e FERREIRA, Manuela (2002), "Aprender a ser rapaz entre rapazes e raparigas: masculinidades em duas escolas C+S do distrito do Porto", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 42 (1-2):49-76.
- ROCHA, Cristina e SILVA, Sofia Marques (2007), "Raparigas e rapazes no ensino superior em Portugal no final dos anos 90", in *Educação, Sociedade & Cultura*, 25: 169-182.
- RODRIGUES, Carlos Farinha (2000), "As desigualdades salariais em Portugal" in *Actas do Seminário Pobreza e Exclusão Social – Percursos e Perspectivas da Investigação em Portugal*, Lisboa: CESIS, pp. 61-66.
- ROHLER, Karl Alexander e HUININK, Johannes (2010), "Pair relationships and housework", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Standford, California: Standford University Press, pp.192-213.
- ROSA, Maria Teresa, PEGADO, Elsa, SALEIRO, Sandra, GONÇALVES, Fortunata e DUARTE, Rosa (2000), *Trabalho precário. Perspectivas de superação*. Lisboa: CIES, OEFP, IEFP.
- ROSA, Rodrigo (2013), *Casamento e desigualdade – uma análise da diferenciação social do casal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ROSALDO, Michelle [1979 (1974)], "Mujer, cultura y sociedad: una visión teórica" in O. Harris e K. Young (orgs), *Antropología y feminismo*, Barcelona: Anagrama, pp. 153-180.
- RUBIN, Gail (1975), "The Traffic in Women:Notes on the 'Political Economy' of Sex" in R. Reiter (org.), *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 157-210.

- RUIVO, Beatriz (1986), "A mulher e o poder profissional: a mulher em actividades de investigação em Portugal", in *Análise Social*, Vol. XXII, 92-93: 669-680.
- SAAVEDRA, Luísa, VIEIRA, Cristina M., ARAÚJO, Alexandra, FARIA, Liliana, SILVA, Ana, LOUREIRO, Telma, TAVEIRA, Maria do Céu e FERREIRA, Sara (2011), "(A)Simetrias de género no acesso às Engenharias e Ciências no Ensino Superior Público", in *Ex-aequo*, 23: 163-177.
- SACKS, Karen [1979 (1977)], "Engels revisitado: las mujeres, la organización de la producción y la propiedad privada" in O.Harris e K. Young (orgs), *Antropología y feminismo*, Barcelona:Anagrama, pp. 247-266.
- SAFA, Helen (2008), "Igualdad en la diferencia: género y ciudadanía entre indígenas y afrodescendientes" in M. Prieto (org.) *Mujeres y escenarios ciudadanos*, Quito: FLACSO e Ministerio de Cultura del Ecuador, pp.57-81.
- SAINSAULIEU, Renaud (1977), *L'identité au travail*. Paris: Presses de la Foundation National des Sciences Politiques.
- SANTO, Moisés Espírito (1980), *Freguesia Rural ao Norte do Tejo*. Lisboa: IED.
- SANTOS, Ana Cristina (2005), *A Lei do Desejo. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1988), *Um Discurso sobre a Ciência*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), "O Estado e o direito na transição pós-moderna: para um novo senso comum sobre o poder e o direito", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30: 13-43.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Gina Gaio (2010), "Gestão, trabalho e relações sociais de género", in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 99-138.
- SANTOS, Maria Helena (2004), "Sexo para o que der e vier: masculinidade e comportamentos preventivos face à SIDA", in L. Amâncio (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 91-120.
- SANTOS, Maria Helena (2007), "Reações às acções positivas – O olhar da psicologia social do género", in M. B. Monteiro, M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro e P. Duarte (orgs.), *Percursos de Investigação em Psicologia Social e Organizacional*, vol. II. Lisboa: Colibri.
- SANTOS, Maria Helena e AMÂNCIO, Lúcia (2012), "Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 68: 79-101.
- SAYER, Liana (2010), "Trends in housework", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic Men, Women and Household Work*. Standford: Standford University Press, pp. 19-38.
- SCHNEIDER, Jane (1971), "Of vigilance and virgins: honor, shame and access to resources in Mediterranean societies", in *Ethnology*, vol. X, 1: 1-24.
- SCHOUTEN, Maria Johanna (2012), "Stress e uso do tempo no espaço doméstico" in A. D. Matos e M. J. Schouten (orgs), *Saúde: sistemas, medições e comportamentos*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 91-108.

- SCHOUTEN, Maria Johanna (2011), *Uma Sociologia do Género*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- SCHUTZ, Alfred (1993), *La construcción significativa del mundo social. Introducción a la Sociología comprensiva*. Barcelona: Editorial Paidós.
- SCOTT, James (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden transcripts*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- SCOTT, Joan W. (1990), “El género: una categoría útil para el análisis histórico” in J.S. Amelang e M.J. Nash (orgs), *Historia y Género: Las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea*, Valencia: Alfons el Magnànim, Institució Valenciana d’Estudis i Investigació.
- SEBASTIÃO, João (1998), “Os dilemas da escolaridade”, in J. M. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*. Oeiras; Celta, pp. 311-327.
- SEGALEN, Martine (1980), *Mari et femme dans la société paysanne*. Paris: Flammarion.
- SEGALEN, Martine [1983 (1980)], *Love and Power in the Peasant Family. Rural France in the Nineteenth Century*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SEN, Amartía (1998), *Nuevo examen de la desigualdad*, Madrid: Editorial Alianza.
- SENNET, Richard (2001), *A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- SHIVA, Vandana [1995(1988)], *Abrazar la vida. Mujer, Ecología y Desarrollo*, Madrid: Horas e horas.
- SHORTER, Edward (1976), *The Making of the Modern Family*. Nova Iorque: Basic Books, Inc. Publishers.
- SILVA, Manuel Carlos e VAN TOOR, Marga (1988), “Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, 7: 51-80.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), “Camponeses nortenhos: ‘conservadorismo’ ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?”, in *Análise Social*, 97: 407-445.
- SILVA, Manuel Carlos (1991) “Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 4, n.º 6-7: 79-99. (cf. versão mais reduzida in *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol I: 922-939, Lisboa: Fragmentos, 1993).
- SILVA, Manuel Carlos (1993), “Camponeses, mediadores e Estado”, in *Análise Social*, vol. XXVII, 122: 489-521.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (1999), “A luta pela igualdade sexual: pela articulação conceptual entre classe e género”, in *A Situação das Mulheres no Limiar do Século XXI*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 47-49.
- SILVA, Manuel Carlos e MONTEIRO, José Miguelote (2000), “Estilos de vida numa concepção multidimensional de classe: o caso dos estudantes do Politécnico de Viana do Castelo”, in *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, 2, Série Sociologia, vol. 13 (2): 7-50.
- SILVA, Manuel Carlos (2004), “Honra e vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?”, in J. Portela e J. C. Caldas (orgs.), *Portugal-Chão*. Oeiras: Celta Editora, pp. 67-86.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), “Desigualdades de género: esboço por um mapa pro-teórico”, in *Configurações*, 4: 65-89.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.

- SILVA, Manuel Carlos (2012), “Trabalho, profissões e género: alguma mobilidade em contexto de reprodução social” in F. B. Ribeiro, M. C. Silva e A. P. Marques (orgs), *Trabalho, Técnicas e Mundo*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 135-155.
- SILVA, Manuel, MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), “Direito, ciência e corpo feminino: a prostituição como ‘objecto de fronteira’”, in *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol. 18, 4: 183-203.
- SILVA, Manuel Carlos, JORGE, Ana Reis e QUEIROZ, Aleksandra (2012), “Divisão sexual do trabalho doméstico: entre práticas e representações”, in *Configurações*, 9: 135-159.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2007), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização – Reflexões e Propostas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SILVA, Manuela (1983), *O Emprego das Mulheres em Portugal. A mão invisível da discriminação sexual no emprego*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Sofia Marques (2010), “Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina”, in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 293-332.
- SINGLY, François (1987), “Théorie critique de l’homogamie” in *L’Année Sociologique*, XXXVII: 181-205.
- SKOCPOL, Theda (1992), *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*, Cambridge, Londres: Harvard University Press.
- SIMMEL, Georg (1977), *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*, 2 vols. Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.
- SIMMEL, Georg (1987), “A metrópole e a vida mental”, in O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- SINGLY, François [2000 (1996)], *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SOEIRO, José (2012), “‘Estou aqui por reear o meu futuro’ – Juventude, precariedade e protesto”, in *Configurações*, 9: 103-119.
- SOLINAS, Piergiorgio (1987), “A família”, in F. Braudel e G. Duby (orgs.), *O Mediterrâneo: os homens e a herança*. Lisboa: Teorema, pp. 59-84.
- STOLKE, Verena (2006), “O enigma das intersecções: classe, raça, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX” in *Estudos Feministas*, vol. 14, 1:15-42.
- STOLLER, Robert (1968), *Sex and Gender: on the Development of Masculinity and Femininity*. Nova Iorque: Science House.
- SUBTIL, Filipa (2000), “As mulheres jornalistas”, *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, pp.1-17.
- TAVARES, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TAVARES, Manuela (2011), *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto Editores.
- TEIXEIRA, Ana Lúcia (2013) “Assimetrias de género no poder político local”, in *VII Congresso Português de Sociologia. Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto: APS e Universidade do Porto.

- THERBORN, Goran (2004), *Between Sex and Power: Family in the World 1900-2000*, Londres: Routledge.
- THURÉN, Brit-Marie (1993), *El poder generalizado. El desarrollo de la Antropología feminista*, Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas.
- TORRES, Anália (1998) e SILVA, Francisco, “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 28: 9-65.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta.
- TORRES, Anália (2002), *O casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras: Celta.
- TORRES, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- TOURAINÉ, Alain (1985), “An Introduction to the Study of Social Movements” in J. L. Cohen (org.) *Social Research*, vol 52,4: 749-787.
- TOURAINÉ, Alain (1995), “Sociology and the study of society”, in P. Joyce (org.), *Class*. Oxford: Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 83-89.
- TREAS, Judith (2010), “Why study housework?”, in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 3-18.
- TREAS, Judith e DE RUYTER, Esther (2008), “Earnings and expenditures on household services in married and cohabiting unions”, in *Journal of Marriage and Family*, 70: 796-805.
- TUBERT, Silvia (2003), “La crisis del concepto de género”, in S. Tubert (org.), *Del sexo al género. Los equívocos de un concepto*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- VALA, Jorge (1993), “Representações sociais e psicologia do conhecimento quotidiano”, in J. Vala e M. B. Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 475-502.
- VALLE, Ana María Tepichin (2008), “El género en la pobreza: hacia un balance del avance conceptual” in M. Prieto (org.), *Mujeres y escenarios ciudadanos*, Quito: FLACSO e Ministerio de Cultura del Ecuador, pp. 83-95.
- VALLE, Teresa del (2000), “Procesos de memoria, cronotipos genéricos” in T. del Valle (org.), *Perspectivas feministas desde la Antropología Social*, Barcelona: Ariel, pp. 243-265.
- VAN HECK, Frederik (1958), *Sociale stijging en daling in Nederland*. Leiden: Instituut voor Social Onderzoek van het Nederlandse Volk, Stenfer Kroese.
- VAN DER LIPPE, Tanja (2010), “Women’s employment and housework”, in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 41-58.
- VAN DER LIPPE, Tanja, TIJDENS, Kea e DE RUYTER, Esther (2004), “Outsourcing of domestic tasks and timesaving effect”, in *Journal of Social Issues*, 25: 216-240.
- VASCONCELOS, Pedro (1998), “Vida familiar” in J.M. Pais (org.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 321-404.
- VASCONCELOS, Pedro (2005), “Redes Sociais de apoio” in K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 599-632.
- VIEGAS, José Manuel Leite e FÁRIA, Sérgio (1999), *As Mulheres na Política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- VIEGAS, José Manuel Leite, FARIA, Sérgio (1999a), “Participação política feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 30: 55-87.
- VIEIRA, José A. Cabral, CARDOSO, Ana Rute e PORTELA, Miguel (2005), “Gender segregation and the wage gap in Portugal: na analysis at the establishment level” in *Journal of Economic Inequality*, 3:145-168.
- WALBY, Sylvia (1990), *Theorizing Patriarchy*. Londres: Routledge.
- WALBY, Sylvia (1997), *Gender Transformations*. Londres: Routledge.
- WALBY, Sylvia (2007), “Complexity Theory, Systems Theory and Multiple Intersecting Social Inequalities” in *Philosophy of the Social Sciences*, 37(4): 449-470.
- WALL, Karin (1992) “Pour une sociologie des formes familiales dans la société rurale”, in A. N. Almeida, M. D. Guerreiro, A. Torres e K. Wall (orgs.), *Familles et contextes sociaux. Les Espaces et les Temps de la diversité*. Lisboa: ISCTE/CIES, pp. 163-182.
- WALL, Karin (1998), *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- WALL, Karin e LOBO, Cristina (1999), “Famílias monoparentais em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, 150: 123-145.
- WALL, Karin (2003), “Famílias monoparentais” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 43: 51-66.
- WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- WALL, Karin (2005a), “Modos de guardas de crianças” in K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- WALL, Karin e GUERREIRO, Maria das Dores (2005), “A divisão familiar do trabalho”, in K. Wall (org.), *Famílias no Portugal Contemporâneo – Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, pp. 303-362.
- WALL, Karin (2007), “Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e a Europa” in K. Wall e L. Amândio (orgs), *Família e género em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257
- WALL, Karin e AMÂNCIO, Lúcia (2007), *Família e Género em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WALL, Karin (2010), “Os homens e a política de família” in K. Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 67-94.
- WALL, Karin (2010), “A conciliação entre a vida profissional e a vida familiar em casais com filhos: perspetivas masculinas” in K. Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 97-128.
- WALL, Karin, ABOIM, Sofia e CUNHA, Vanessa (2010), “Negociando velhas e novas masculinidades” in K.Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 457-471.

- WALLERSTEIN, Immanuel (1984), *The Politics of the World-Economy. The States, the Movements and the Civilizations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBER, Max [1990 (1905)], *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* Lisboa: Presença.
- WEBER, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich. Berkeley e Londres: University of California Press.
- WEEKS, Jeffrey (1986), *Sexuality*. Londres e Nova Iorque: Tavistock Publications.
- WIARDA, Howard (1977), *Corporatism and Development. The Portuguese Experience*. Massachusetts: The University of Massachusetts Press.
- WILLEMS, Emilio (1963), "On Portuguese family structure", in K. Ishwaran (org.), *International Studies in Sociological and Social Anthropology*, vol. I, 65-79, Leiden: E. J. Brill.
- WIRTH, Louis [1987 (1938)], "O urbanismo como modo de vida", in O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 90-113.
- WOLFFENSPERGER, J. (1991), "Engendered structure: Giddens and the conceptualisation of gender", in K. Davis. M. Leijenar e J. Oldersma (orgs.), *The Gender of Power*. Londres: Sage Publications.
- WRIGHT, Eric Olin (1985), *Classes*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- YODANIS, Carrie (2010), "The institution of marriage", in J. Treas e S. Drobnic (eds.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, in *Cross-National Perspective*. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 175-191.
- ZARETSKY, Eli (1973), *Capitalism, the Family and Personal Life*. Nova Iorque: Harper.

Não obstante o relativo avanço em Portugal, em termos legais e políticos, nomeadamente no pós 25 de Abril de 1974, em prol da paridade entre homens e mulheres, diversos estudos (inter)nacionais atestam a persistência de desigualdades de género e formas de violência em contextos laborais (extra)domésticos, na educação e na saúde, no acesso ao trabalho e progresso nas carreiras, nas taxas de liderança, nos valores, nas relações institucionais e de poder.

Partindo duma abordagem pluricausal e plurinível (socio-estrutural, organizacional-política e interativa) e combinando de modo crítico os pressupostos interacionistas, weberiano-marxistas e feministas, o poder da mulher varia em função do grau de disposição sobre recursos e recompensas, da presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho, do lugar ocupado na organização da empresa/instituição e na esfera (re)produtiva da unidade familiar, nas interações e negociações de papéis, implicando esta abordagem de síntese uma base fecunda para as recentes teorias da interseccionalidade na articulação dos conceitos de género, classe, etnia, nacionalidade, idade, orientação sexual, entre outras.

O livro, tendo por base dois novos capítulos além de diversos artigos e capítulos de livro já publicados no quadro do projecto de investigação sobre *Desigualdades de Género em Portugal continental*, assenta numa estratégia de pesquisa de teor quantitativo (inquérito) e qualitativo (entrevistas semidiretivas). Para além da introdução, é fornecido (i) um enquadramento teórico sobre as desigualdades de género; (ii) um retrato socio-demográfico dos inquiridos por sexo, idade, escalão etário, estado civil e escolaridade, assim como suas fontes de rendimento e (auto)(re)classificações nas diversas fases de vida; (iii) o casamento e quadro de motivações, regime de bens e recursos por cônjuge, dinâmica comunicativa, tipo e grau de organização e poder doméstico, cruzando as dimensões de emoção/afecto/amor e interesse; (iv) a desigual divisão sexual do trabalho e respectivo tempo por sexo nas tarefas domésticas e de cuidado com os filhos e demais dependentes, assim como eventuais discrepâncias entre representações e práticas; (v) o trabalho extradoméstico por género e profissões, tendo por pano de fundo o problema da reprodução e/ou mobilidade social; (vi) percursos, condições laborais e discriminações salariais, chefias e tipos de vínculos, representações e atitudes dos trabalhadores por sexo; (vii) género e concepção multidimensional de classe, estilos de vida e valores. Por fim, são apresentadas algumas conclusões e recomendações em função de estratégia em favor da paridade e igualdade de género.



ISBN 978-989-755-236-6



Universidade do Minho

